



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE TEOLOGIA**

**JOÃO CARLOS DOMINGUES DOS SANTOS RODRIGUES**

**O LETRAMENTO BÍBLICO E A FORMAÇÃO DO LEITOR CRISTÃO A PARTIR  
DOS GRUPOS BÍBLICOS DE REFLEXÃO**

**CURITIBA**

**2022**

**JOÃO CARLOS DOMINGUES DOS SANTOS RODRIGUES**

**O LETRAMENTO BÍBLICO E A FORMAÇÃO DO LEITOR CRISTÃO A PARTIR  
DOS GRUPOS BÍBLICOS DE REFLEXÃO**

Pesquisa apresentado ao programa de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Teologia.

Orientação do Prof. Dr. Vicente Artuso.

**CURITIBA**

**2022**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Sônia Maria Magalhães da Silva – CRB 9/1191

R696L  
2022 Rodrigues, João Carlos Domingues dos Santos  
O letramento bíblico e a formação do leitor cristão a partir dos grupos bíblicos de reflexão / João Carlos Domingues dos Santos Rodrigues ; orientador: Vicente Artuso. – 2022.  
228 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2022  
Bibliografia: f. 207-221

1. Teologia. 2. Comunidades eclesiais de base. 3. Hermenêutica. 4. Letramento. 5. Educadores cristãos. I. Artuso, Vicente, 1925-. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 230



Programa de  
**PÓS-GRADUAÇÃO  
EM TEOLOGIA  
PUCPR**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº.003.2022  
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE TEOLOGIA**

**João Carlos Domingues dos Santos Rodrigues**

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às treze horas reuniu-se por videoconferência a banca examinadora constituída pelos professores doutores Vicente Artuso, Flavio Schmitt, Luiz José Dietrich, Benedito Gomes Bezerra e a professora doutora Jaci de Fátima Candiotto, para examinar a Tese de doutorado de **João Carlos Domingues dos Santos Rodrigues** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia - Doutorado, no ano de 2018, na Área de concentração: Exegese e Teologia Bíblica, Linha de Pesquisa: Análise e Interpretação da Sagrada Escritura. O doutorando apresentou a tese intitulada: **O letramento bíblico e a formação do leitor cristão a partir dos grupos bíblicos de reflexão**. O candidato fez uma exposição sumária da tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi Aprovado pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16h 15 min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores(as) participaram da banca de Defesa de Tese por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

*Vicente Artuso*

**Prof. Dr. Vicente Artuso**  
Presidente/Orientador

**Prof. Dr. Luiz José Dietrich**

Convidado Interno

**Profa. Dra. Jaci de Fátima Candiotto**

Convidado Interno

**Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra**

Convidado Externo

**Prof. Dr. Flavio Schmitt**

Convidado Externo



**Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia  
*Stricto Sensu*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que me sonda, me conhece e prepara todos os meus caminhos, e em sua paternal misericórdia guiou-me sob a luz do seu amor.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Frei Vicente Artuso, que mais uma vez confiou e investiu em mim, me apoiando neste estudo sobre a possibilidade de aplicação de um método ainda inédito no Brasil para o ensino e interpretação das Escrituras.

Agradeço a minha avó Maria Mercedes Maldonado dos Santos, a minha irmã Camila Domingues dos Santos Rodrigues, a minha mãe Leonílce Domingues dos Santos e demais familiares, que me acompanharam nesta jornada.

Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Teologia na PUC-PR e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e de Pós-Graduação em Filosofia, ambos da UEL, esta tese é mérito de todos(as) vocês também, pois como disse Isaac Newton: “se vi mais longe foi por estar apoiado sobre o ombro de gigantes”.

Agradeço aos Professores(a) membros da banca: Dra. Jaci de Fátima Souza Candioto; Dr. Flávio Schmitt; Dr. Benedito Gomes Bezerra; e Dr. Luiz José Dietrich.

Agradeço aos meus alunos do Colégio Polivalente, Colégio Antônio de Moraes Barros, Colégio Padre Wistremundo Garcia, Colégio Célia Moraes, e das Escolas Teológicas dos Decanatos Norte, Sul, Centro e Cambé, da Arquidiocese de Londrina, que muito me apoiaram fazendo essa jornada comigo.

Agradeço aos meus Párocos neste percurso – Padre Claudemir Afonso Caprioli; Padre Vagne Gama, Padre Antônio Golfetti e Padre Márcio França, a todos da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Jardim Sabará, em Londrina-PR, e aos Bispos Dom José Maria Maimone (Bispo Emérito de Umuarama-PR) e Dom Orlando Brandis (Arcebispo de Aparecida-SP), pois cada um a seu modo, muito me auxiliou e foram inspiração para a proposição do projeto que se concretizou nesta tese doutoral.

BÍBLIA NA MÃO, NO CORAÇÃO E PÉ NA MISSÃO!"  
(Dom Orlando Brandes).

## RESUMO

Desde o pontificado de Leão XII, a Igreja Católica vive um progressivo itinerário de reaproximação para com o Texto Bíblico, culminando no Vaticano II e na subsequente confissão da Comunidade de Base e seus Grupos Bíblicos de Reflexão como lugares privilegiados para a formação cristã. Acompanhando este percurso, algumas questões foram se apresentando, como aquela acerca da prática pedagógica mais adequada para tal aproximação. Dentre as várias pedagogias e estruturas metodológicas existentes hoje, a gradativa aproximação entre Teologia e Estudos da Linguagem possibilita a assunção de uma nova prática pedagógica, agora tendo o foco no Letramento. Em nossa tese, seguindo um percurso de análise documental das áreas da Teologia e da Linguística, objetivamos apresentar os pressupostos de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, por nós vislumbrada como ferramenta possível a ser aplicada nos Grupos Bíblicos de Reflexão. Em vista desta apresentação, explanaremos um pouco acerca do caminho já percorrido pelo Movimento Bíblico na Igreja do Brasil, olharemos para os fundamentos Linguísticos e Pedagógicos das Teorias do Letramento, que embasam o Letramento Bíblico, e, por fim, as premissas Teológicas constitutivas e distintivas de uma Pedagógica de Letramento Bíblico, dando destaque para os sujeitos envolvidos no processo, seu lugar específico, seus instrumentos e seu objeto próprio. Esperamos, com a proposição desta Pedagogia de Letramento Bíblico, contribuir para uma maior e mais profícua aproximação entre as Ciências da Linguagem e a Teologia; e demonstrando sua viabilidade junto às Comunidades Eclesiais, colaborar a que, por uma relação dialógica entre o fiel e seu Deus, tenhamos uma prática pedagógica capaz de proporcionar a passagem da leitura parafrástica para a leitura polissêmica, de “revelar” o texto (e a própria fé) ao leitor, e de “revelar” o leitor a si mesmo (em sua realidade histórica), atualizando o texto e transformando o leitor, de modo que bebendo da fonte da Palavra de Deus, consignada nos Textos Bíblicos, cada leitor reconheça as múltiplas e ricas belezas decorrentes desse diálogo, e tal como Jó, possa dizer a Deus: “eu te conhecia só por ouvir dizer, mas, agora, vejo-te com meus próprios olhos” (Jó 42,5).

**Palavras-chave:** Letramento Bíblico. Grupos Bíblicos de Reflexão. Leitor Cristão.  
Hermenêutica.

## ABSTRACT

Since the pontificate of Leo XII, the Catholic Church has lived a progressive itinerary of rapprochement with the Biblical Text, culminating in Vatican II and in the subsequent confession of the Base Community and its Biblical Reflection Groups as privileged places for Christian formation. Following this path, some questions were presented, such as the one about the most adequate pedagogical practice for such an approach. Among the various pedagogies and methodological structures existing today, the gradual approximation between Theology and Language Studies enables the assumption of a new pedagogical practice, now focusing on Literacy. In our thesis, following a path of document analysis in the areas of Theology and Linguistics, we aim to present the assumptions of a Biblical Literacy Pedagogy, which we envision as a possible tool to be applied in Biblical Reflection Groups. In view of this presentation, we will explain a little about the path already taken by the Biblical Movement in the Church of Brazil, we will look at the Linguistic and Pedagogical foundations of the Literacy Theories, which support Biblical Literacy, and, finally, the constitutive and distinctive Theological premises of a Biblical Literacy Pedagogy, highlighting the subjects involved in the process, their specific place, their instruments and their own object. We hope, with the proposition of this Biblical Literacy Pedagogy, to contribute to a greater and more fruitful approximation between Language Sciences and Theology; and demonstrating its viability with the Ecclesial Communities, to collaborate so that, through a dialogical relationship between the faithful and their God, we have a pedagogical practice capable of providing the passage from paraphrastic reading to polysemic reading, of “revealing” the text (and own faith) to the reader, and to “reveal” the reader to himself (in his historical reality), updating the text and transforming the reader, so that by drinking from the source of the Word of God, contained in the Biblical Texts, each reader recognizes the multiple and rich beauties resulting from this dialogue, and like Job, he can say to God: “I knew you just by hearing you say it, but now I see you with my own eyes” (Job 42:5).

**Keywords:** Biblical Literacy. Biblical Reflection Groups. Christian Reader. Hermeneutics.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS<sup>1</sup>

- AA = Decreto *Apostolicam Actuositatem*.  
APARECIDA = Documento de Aparecida.  
AG = Decreto *Ad Gentes*.  
AI = Carta Apostólica *Aperuit Illis*.  
AL= Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*.  
AM = Carta Apostólica *Antiquum Ministerium*.  
CDC = Código de Direito Canônico.  
CEBs = Comunidades Eclesiais de Base.  
CEBI = Centro de Estudos Bíblicos.  
CELAM = Conselho Episcopal Latino-Americano.  
ChL = Exortação Apostólica *Christifideles Laici*.  
CIACR = Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana.  
CIC = Catecismo da Igreja Católica.  
CNBB= Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
DAS = Encíclica *Divino Afflante Spiritu*.  
DCE = Encíclica *Deus Caritas Est*.  
DD = Carta Apostólica *Dies Domini*.  
DF = Constituição Dogmática *Dei Filius*.  
Doc 25 = Documento nº 25 da CNBB.  
Doc 97 = Documento nº 97 da CNBB.  
Doc 100 = Documento nº 100 da CNBB.  
DV = Constituição Dogmática *Dei Verbum*.  
DVe = Instrução *Donum Veritatis*.  
EG = Exortações Apostólicas *Evangelii Gaudium*.  
ELM = Elenco das Leituras da Missa.  
EN = Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*.  
Est 144 = Estudo nº 144 da CNBB.  
FAJE = Faculdade Jesuíta.  
FC = Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*.  
FR = Encíclica *Fides et Ratio*.

---

<sup>1</sup> As siglas referentes aos livros da Bíblia seguirão a lista constante na Bíblia segundo a tradução da CNBB.

FT= Carta Encíclica *Fratelli Tutti*.  
GBRs = Grupos Bíblicos de Reflexão.  
GS = Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.  
LE = Carta Encíclica *Laborem Exercens*.  
LIBRAS = Língua Brasileira de Sinais.  
LG = Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.  
MEDELLÍN = Documento de Medellín.  
Mm = Carta Apostólica *Misericordia et misera*.  
NMI = Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*.  
n.p. = Não paginado.  
OT = Decreto *Optatam Totius*.  
PD = Encíclica *Providentissimus Deus*.  
PP = Carta Encíclica *Populorum Progressio*.  
PUCSP = Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
PUEBLA = Documento de Puebla.  
RMa = Encíclica *Redemptoris Mater*.  
RMi = Carta Encíclica *Redemptoris Missio*.  
RH = Carta Encíclica *Redemptor Hominis*.  
SC = Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*.  
SF = Documento *Sensus Fidei*.  
SP = Encíclica *Spiritus Paraclitus*.  
TH = Documento Teologia Hoje.  
UCS = Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.  
UFMG = Universidade Federal de Minas Gerais.  
UFSM = Universidade Federal Santa Maria, Rio Grande do Sul.  
UFRJ = Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
UnB = Universidade de Brasília.  
Unicamp = Universidade Estadual de Campinas.  
UR = Decreto *Unitatis Redintegratio*.  
USP = Universidade de São Paulo.  
UUS = Encíclica *Ut Unum Sint*.  
VD = Exortação Apostólica *Verbum Domini*.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA PASTORAL BÍBLICA NA IGREJA DO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
2.1 PRIMEIRA ETAPA = O CONHECER A BÍBLIA.....	31
2.1.1 Leão XIII e uma mudança de perspectiva.....	31
2.1.2 Bento XV e a Bíblia em cada lar cristão.....	34
2.1.3 Pio XII e a busca pelo equilíbrio entre a novidade e a prudência.....	35
2.1.4 <i>Dei Verbum</i> , renovadas luzes sobre a Revelação e sua interpretação.....	38
2.2 SEGUNDA ETAPA = O CRIAR COMUNIDADES.....	41
2.2.1 As Comunidades Eclesiais de Base.....	42
2.2.2 Os Grupos Bíblicos de Reflexão.....	46
2.2.3 A Pedagogia Bíblica dos GBRs.....	47
2.3 TERCEIRA ETAPA = O SERVIR AO POVO.....	48
2.3.1 Carlos Mesters e a Leitura Popular da Bíblia.....	49
2.4 QUARTA ETAPA = A EXPERIÊNCIA PESSOAL COM JESUS.....	56
2.4.1 Bento XVI e a experiência individual e comunitária com as Escrituras.....	57
2.4.2 A missão e o discipulado no panorama da leitura bíblica, segundo Francisco.....	63
2.5 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO.....	66
<b>3. PRELIMINARES À COMPREENSÃO DAS TEORIAS DO LETRAMENTO.....</b>	<b>70</b>
3.1 O PROCESSO DE LEITURA E SUAS QUATRO CONCEPÇÕES.....	72
3.1.1 A concepção centrada no autor (tradicional).....	76
3.1.2 A concepção centrada no texto.....	76
3.1.3 A concepção centrada no leitor.....	77
3.1.4 A concepção centrada no contexto.....	77
3.2 OS TRÊS OBJETOS (REALIDADES) MEDIADORES DA LEITURA.....	78
3.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO LETRAMENTO NO BRASIL.....	80
3.3.1 O papel conscientizador do Letramento.....	80
3.3.2 A organicidade do processo de Letramento.....	83

3.4 A PRÁTICA DAS TEORIAS DO LETRAMENTO.....	85
<b>3.4.1 A distinção entre Alfabetização e Letramento.....</b>	<b>86</b>
<b>3.4.2 O emprego dos Gêneros Discursivos.....</b>	<b>88</b>
3.5 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO.....	90
<b>4. FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA UM LETRAMENTO BÍBLICO.....</b>	<b>92</b>
4.1 A PALAVRA ENCARNADA NOS GÊNEROS DISCURSIVOS.....	94
4.2 OS SINAIS DE UM LETRAMENTO BÍBLICO NA IGREJA PRIMITIVA.....	105
<b>4.2.1 O Letramento do Reino na Pedagogia de Jesus.....</b>	<b>107</b>
4.2.1.1 <i>Parábolas do Reino em Marcos.....</i>	108
4.2.1.2 <i>Os contextos histórico – cultural – situacional das parábolas.....</i>	113
4.2.1.3 <i>A pedagogia de Jesus.....</i>	115
<b>4.2.2 Paulo Apóstolo e sua Pedagogia Inculturada.....</b>	<b>119</b>
4.2.2.1 <i>Os elementos situacionais envolvendo o discurso em Atenas.....</i>	120
4.2.2.2 <i>A pedagogia paulina.....</i>	121
<b>4.2.3 O Letramento na Mistagogia Patrística.....</b>	<b>124</b>
4.2.3.1 <i>Situação de produção no Período Patrístico.....</i>	124
4.2.3.2 <i>A formação discursiva de Ambrósio de Milão e do Método Alegórico.....</i>	127
4.2.3.3 <i>Análise da prática ambrosiana e sua relação com as Teorias do Letramento.....</i>	130
4.3 A INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA NA IGREJA, CONSOLIDANDO AVANÇOS E APONTANDO CAMINHOS.....	137
4.4 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO.....	145
<b>5. O TRABALHO NOS GBRs A PARTIR DAS TEORIAS DO LETRAMENTO.....</b>	<b>148</b>
5.1 SUJEITOS DO LETRAMENTO BÍBLICO.....	154
<b>5.1.1 Animadores de GBRs.....</b>	<b>156</b>
<b>5.1.2 Participantes dos GBRs.....</b>	<b>157</b>
<b>5.1.3 A Comunidade.....</b>	<b>159</b>
<b>5.1.4 Organizadores dos subsídios para os GBRs.....</b>	<b>160</b>
<b>5.1.5 O Espírito Santo.....</b>	<b>163</b>
5.2 LUGARES DO LETRAMENTO BÍBLICO.....	165
<b>5.2.1 O Texto Sagrado.....</b>	<b>166</b>
<b>5.2.2 A Linguagem.....</b>	<b>167</b>

<b>5.2.3 A Comunidade.....</b>	<b>168</b>
<b>5.3 INSTRUMENTOS DO LETRAMENTO BÍBLICO.....</b>	<b>172</b>
<b>5.3.1 A Comunidade de Fé.....</b>	<b>173</b>
<b>5.3.2 Os Gêneros Discursivos.....</b>	<b>175</b>
<b>5.4 OS INTERTEXTOS COMO OBJETO DO LETRAMENTO BÍBLICO.....</b>	<b>180</b>
<b>5.5 DIRETRIZES DO LETRAMENTO BÍBLICO.....</b>	<b>184</b>
<b>5.5.1 Fundamentos do letramento bíblico.....</b>	<b>184</b>
<b>5.5.2 Conteúdos estruturantes.....</b>	<b>189</b>
<b>5.5.3 Encaminhamentos Metodológicos.....</b>	<b>191</b>
<b>5.6 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO.....</b>	<b>195</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>226</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ouvindo os apelos do Concílio Vaticano II em vistas de uma abertura da Igreja ao mundo contemporâneo e a uma maior e melhor aproximação das Escrituras junto aos fiéis, nos últimos anos vem ocorrendo um frutuoso contato entre áreas dos Estudos da Linguagem, da Filosofia e da Teologia. Nesse contato, algumas questões se apresentam cada vez mais pertinentes no ensino/estudo das Escrituras: O que fazer para se promover a passagem de uma leitura ‘parafrástica’ para uma leitura ‘polissêmica’<sup>2</sup> do Texto Bíblico? Em quais aspectos deve ocorrer a mudança, no conteúdo ou na prática pedagógica<sup>3</sup>? Nossa<sup>4</sup> investigação abordará a necessidade de mudança nessa prática.

Aquilo de que carece a Comunidade Cristã não nos parece ser de uma reflexão crítica sobre o mundo, sobre os problemas provenientes de uma sociedade consumista, egoísta, corrupta, despreocupada com a manutenção da ‘casa comum’ e etc., pois tanto as mídias quanto as instituições de ensino vêm desenvolvendo importante papel para que essa consciência ocorra. Nem mesmo nos parece ser possível dizer que um fiel, participante semanal das celebrações litúrgicas<sup>5</sup>, desconheça por completo a mensagem do Evangelho – mensagem de que Deus é Amor e Misericórdia; que Ele não compactua com a injustiça e a indiferença; e de que a adesão a Cristo implica uma adesão ao próximo, ao mais necessitado – mesmo que este fiel ainda não tenha recebido os sacramentos da iniciação cristã<sup>6</sup>. Na realidade,

---

<sup>2</sup> A denominação ‘leitura parafrástica’ e ‘leitura polissêmica’ tem sua fundamentação teórica nos estudos de Eni Orlandi: “chamamos leitura parafrástica, [aquela] que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido dado pelo autor, e leitura polissêmica, [aquela] que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto” (ORLANDI, 1987, p.200). Enquanto a leitura polissêmica apresenta alto grau de atividade de reflexão e interação entre os conhecimentos prévios do leitor e o texto, podendo ser caracterizada com criativa, a leitura parafrástica é designada como assimilativa e com baixo grau de inferenciação (ORLANDI, 1987, p.201; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p.40).

<sup>3</sup> Definimos ‘prática pedagógica’ como sendo os procedimentos, passos e etapas, embasados em pressupostos pedagógicos específicos, que devem ser seguidos para que se atinja determinado fim educacional (NOGUEIRA, 2016, p.6; SANTOS, 2017, p.52-53).

<sup>4</sup> Nesta tese será utilizada a primeira pessoa plural por três motivos:

a) Motivo filosófico e linguístico, fundamentado no pressuposto de que nenhum discurso é totalmente novo e individual. O sujeito carrega consigo uma multiplicidade de vozes e quando fala todas suas influências falam com ele e por meio dele.

b) Motivo pragmático, haja vista a inestimável contribuição de meu orientador que comigo dedicou preciosas horas de seu tempo para a redação e avaliação desta tese, que é nossa.

c) Motivo teológico, alicerçado na certeza de que toda verdade e conhecimento provêm de Deus, sede de toda sabedoria que assiste a todos, especialmente no/para o estudo das Sagradas Escrituras.

<sup>5</sup> Celebrações litúrgicas aqui entendidas como Missa (Eucaristia) ou Celebração da Palavra, presidida por um Diácono ou por um Ministro Laico.

<sup>6</sup> São sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Eucaristia e Crisma.

a verdadeira necessidade no momento presente, quer à Comunidade Cristã, quer ao fiel particular, seria a necessidade de ferramentas pedagógicas<sup>7</sup> adequadas para posicionar-se biblicamente frente à fé e à sociedade atual com suas problemáticas; algo que, segundo nossa compreensão, somente se dará por meio de uma aproximação existencial dos fiéis para com os Textos Bíblicos, com olhar para a linguagem e os intertextos.

Frente a esta constatação, nos vemos motivados em trazer para a esfera teológica uma reflexão que já vem sendo feita no Brasil e em outros países há algum tempo, visando à formação crítica e transformadora (individual e socialmente) de leitores, com uma prática pedagógica e metodologicamente denominada de “Teorias do Letramento<sup>8</sup>”. A partir das Teorias do Letramento, objetivaremos apresentar, em nossa tese doutoral, critérios claros e distintos capazes de **subsidiar o trabalho dos Grupos Bíblicos de Reflexão<sup>9</sup>** (GBRs), de modo a promoverem que os fiéis passem de uma leitura ‘parafrástica’ para uma leitura ‘polissêmica’ da Bíblia.

Subsidiariamente, exporemos o panorama das pesquisas em torno do que chamamos “Letramento<sup>10</sup> Bíblico”, envolvendo uma reflexão sobre como a Igreja Católica se posiciona acerca da presença das novas teorias hermenêuticas e pedagógicas; e sobre quais os princípios fundamentais das Teorias do Letramento; ao mesmo tempo em que explicitaremos pontos de diálogos possíveis entre a Teologia e as Teorias do Letramento, assinalaremos as diferenças entre uma

---

<sup>7</sup> Chamamos de ‘ferramentas pedagógicas’ o conjunto de técnicas e demais itinerários possíveis que são utilizados para que se possa obter uma resposta concreta a determinada ‘prática pedagógica’ (MASCARENHAS, 2012, p.36; NOGUEIRA, 2016, p.6).

<sup>8</sup> Utilizamos a denominação “Teorias do Letramento” embasados, dentre outros autores, nas explicações de Barton e Hamilton (1998, p.xviii), que afirmam serem, em todo o mundo, inúmeras as teorias e metodologias desenvolvidas a partir dos estudos sobre os letramentos; inclusive, existindo “diferentes letramentos associados a distintos domínios da vida” (BARTON; HAMILTON, 1998, p.7, tradução nossa). Nos concentraremos nos pontos comuns dessas teorias e no modo como elas vem sendo recepcionada por linguistas e educadores no Brasil, imprimindo características diferenciadas no modo como aqui trabalhamos com o tema dos letramentos.

<sup>9</sup> Sem nenhum óbice das normas para elaboração de trabalhos científicos, em nossa tese doutoral, utilizaremos o negrito como sinal gráfico de ênfase e destaque para expressões e enunciados que consideramos especialmente relevantes para a completa compreensão da enunciação da teoria (tese) que estamos defendendo.

<sup>10</sup> Em nossa tese, assumimos o conceito amplo de ‘letramento’, no sentido como apresentado por Manoel Corrêa, abarcando práticas orais, que independem “da tecnologia da escrita alfabética” (2012, p.137), perspectiva defendida a partir da convicção que se vem firmando desde os anos 90, segundo a qual “nenhum tipo de letramento se confunde com a alfabetização enquanto aquisição do código escrito, e nem é necessariamente precedido por ela” (SIGNORINI, 2012, p.9). Cremos, todavia, que com o advento dos estudos de multiletramentos seja possível alargar estas práticas de linguagem a todas as suas modalidades, uma vez que “a noção de multiletramentos complementa a pedagogia do letramento tradicional ao abordar [...] aspectos relacionados à multiplicidade textual” (CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG *et al*, 1996, p.63-64, tradução nossa).

Pedagogia<sup>11</sup> de Letramento Bíblico<sup>12</sup> para as demais práticas já utilizados pela Igreja; estruturando, ao final, um roteiro com encaminhamentos metodológicos<sup>13</sup> que possa ser utilizado pelas equipes de preparação dos materiais de trabalho dos Grupos Bíblicos de Reflexão, auxiliando na formação bíblica de seus participantes.

Em vista de avaliarmos como a academia se posiciona sobre a aproximação das Teorias do Letramento e o estudo da Bíblia, pesquisamos em plataformas acadêmicas a partir das seguintes palavras-chave: letramento; alfabetização; letramento bíblico; alfabetização bíblica; letramento religioso; *literacy* e *biblical literacy*; *alfabetización bíblica*; *alfabetizzazione biblica* e *alphabétisation biblique*. Em nossas pesquisas, recorreremos tanto à palavra 'letramento' quanto 'alfabetização' devido serem tratadas na condição de sinônimas por alguns pesquisadores e em algumas línguas – o que não ocorre na reflexão desenvolvida por muitos teóricos do Brasil.

Um dos primeiros lugares ao qual nos dirigimos para o levantamento acerca das pesquisas em torno de nosso tema foi o 'Repositório da produção científica e intelectual da Unicamp'<sup>14</sup>. Nessa instituição atuaram as professoras Mary Aizawa Kato e Angela Bustos Kleiman, responsáveis pelos primeiros estudos e pesquisas acerca do conceito 'letramento', no Brasil. Observamos que produções relativas ao tema 'letramento' ganharam destaque nas últimas duas décadas. Os estudos versaram desde as perspectivas pedagógicas na formação de jovens e adultos até o diálogo com o *hip-hop* e os jogos de videogame. Todavia, apenas um trabalho, em mais de 140 teses e dissertações, versava sobre a temática letramento e religião, trata-se da tese doutoral de Elaine Botelho Corte Fernandes, intitulada: *'Aqui é o lugar do surdo. E põe essa imagem mais pra lá': línguas, representações e territórios em práticas de*

---

<sup>11</sup> Pedagogia aqui compreendida como embasamento teórico (fundamento metodológico) que dirige e orienta uma determinada 'prática pedagógica' e as 'ferramentas pedagógicas' elaboradas para a execução do processo de ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2006, p.24; SANTOS, 2017, p.52-54). É ela quem cria "o potencial para a construção de condições de aprendizagem que conduzam à participação social plena e equitativa" (CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG, 1996, p.60, tradução nossa).

<sup>12</sup> Como demonstraremos nesta introdução, o termo "Letramento Bíblico" parece ter em nossa tese marcas de ineditismo. Embora em algumas línguas seja possível identificar o termo "*alfabetización bíblica*, *alfabetizzazione della Bibbia*, *alphabétisation biblique* ou *biblical literacy*", todavia, a reflexão que empreenderemos, acompanhada da diferenciação entre 'letramento' e 'alfabetização', imprime conotação peculiar ao termo, especialmente no domínio teológico.

A possibilidade da utilização desta adjetivação do conceito de letramento encontra respaldo nas próprias Teorias do Letramento, que veem como múltiplas as práticas de letramento, abrangendo a diversidade de domínios da vida dos indivíduos (STREET, 1995, p.12; BARTON; HAMILTON, 1998, p.6-7; 2000, p.10-11).

<sup>13</sup> Método (metodologia) compreendido como a forma pela qual as diretrizes, os procedimentos, os objetivos e conteúdos se manifestam no processo de ensino (LIBÂNEO, 2006, p.154; BENINCÁ; BALBINOT, 2009, p.75).

<sup>14</sup> Segue o link: <http://repositorio.unicamp.br>

*letramento de uma comunidade surda em contexto religioso ouvinte*. O enfoque da tese foi o ensino de LIBRAS e a religião, e o espaço religioso como espaço privilegiado para esse tipo de letramento.

Junto ao Banco de Teses e Dissertações da PUCSP<sup>15</sup>, instituição na qual já trabalhou a professora Mary Kato, foi possível observar um amplo leque de estudos sobre letramento. Lá, porém, apenas um trabalho se aproximou de nossa temática: a dissertação de Fabio Fetz de Almeida, intitulada: *A leitura e a escrita como prática religiosa: um estudo de caso sobre crianças e adultos pertencentes à Igreja Metodista*. Este autor buscou compreender como as atividades da escola dominical da Igreja Metodista contribuíram nas práticas de leitura e escrita de crianças e adultos.

Junto ao Banco de Teses e Dissertações da UFMG<sup>16</sup>, Universidade na qual atua a professora Magda Becker Soares, outra importante teórica e pesquisadora do letramento no Brasil, não foi possível encontrar nenhuma tese ou dissertação que propusesse uma aproximação entre letramento e religião ou letramento e a Bíblia.

A partir de um levantamento mais abrangente, junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>17</sup>, das 3721 teses e dissertações sobre o tema 'letramento'<sup>18</sup>, as 5 instituições com maior número de pesquisas foram justamente a Unicamp, a UFMG, a PUCSP, a USP e a UnB. Também desse rol de produções apenas outras duas surgiram no catálogo, mas também elas não tratavam diretamente sobre a temática por nós pesquisada – refiro-me à dissertação de Ana Paula Campos, sob o título: *MINHA CANETA É A ENXADA: Um Estudo sobre Letramentos na Comunidade Quilombola do Taquaral em TRÊS CORAÇÕES*, que tratou do letramento em uma comunidade quilombola e a contribuição da religião nesse processo; bem como à tese de Maria Nívia Dantas, intitulada: *Mundos de letramento e agência na formação da identidade do seminarista*, que focou no papel de instituições como o seminário no letramento e formação identitária dos seminaristas.

Mesmo em importantes centros de Teologia no Brasil (como FAJE<sup>19</sup> e a Universidade Metodista de São Paulo) não encontramos referências a produções científicas que abordassem a temática do Letramento Bíblico ou mesmo do letramento

---

<sup>15</sup> Segue o link: <https://sapiencia.pucsp.br/>

<sup>16</sup> Segue o site: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>

<sup>17</sup> Segue o site: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#>

<sup>18</sup> O rol de teses presente no catálogo da CAPES abarca os últimos 26 anos, sendo que é do ano de 2002 em diante que há um maior interesse dos pesquisadores sobre o tema do letramento.

<sup>19</sup> Segue o site: <http://www.faculdadejesuita.faje.edu.br/dissertacoes-teologia-437>

religioso. Por sua vez, pudemos encontrar uma publicação na *Revista Jesus Histórico*<sup>20</sup>, da UFRJ, intitulada: “*Quem vos ouve, ouve a mim*”: tradições orais na transição do Jesus histórico ao cristianismo mais primitivo<sup>21</sup>, que, embora não tratando diretamente sobre nosso tema, apresenta uma discussão voltada a como os níveis de letramento influenciaram tanto na redação quanto na recepção dos evangelhos por parte dos primeiros cristãos. Tal reflexão vem ao encontro de nosso objetivo pois essa autora demonstrou como a figura de Jesus e de sua mensagem foi marcada pelos níveis de letramento das primeiras comunidades na transposição da tradição oral para a tradição escrita. Dentre as reflexões trazidas por Lair Amaro dos Santos Faria, a mais importante versa sobre como os autores da tradição se preocuparam em construir ‘zonas de desenvolvimento proximal’ com seus interlocutores, facilitando o processo de compreensão e adesão a fé cristã.

Ao buscarmos referências à ‘alfabetização bíblica’, pudemos comprovar a inadequação desta terminologia à nossa pesquisa, mesmo sabendo que em inglês o termo *literacy* (do qual deriva a palavra letramento) pode também ser traduzido por ‘alfabetização’. Todas as indicações de sites, artigos ou livros que continham o termo ‘alfabetização bíblica’ faziam referência a uma aprendizagem sobre: i) como a Bíblia está organizada, ii) o número de seus livros, iii) seus autores e iv) como encontrar uma citação. Outros estudos tomavam por objetivo uma espécie de instrução dirigida ao que chamavam de “verdadeira” interpretação dos Textos Bíblicos, instrução a qual, supostamente, o leitor ou praticante dos “passos indicados por eles” teria acesso ao final do percurso.

Identificamos, com a pesquisa do termo “*alfabetización bíblica*”, muitos sites e textos científicos compreendendo o referido termo ainda no nível parafrástico da leitura. As dicas, orientações e mesmo aulas em vista de um letramento bíblico (*alfabetización bíblica*) apresentavam a preocupação de meramente levar o leitor (o fiel) a ter mais contato com os textos, saber identificá-los e encontrar suas referências na própria Bíblia; quando muito, se aproximavam com técnicas de leitura orante. Tal enfoque parafrástico de aproximação da Bíblia pode ser observado nas orientações

---

<sup>20</sup> A *Revista Jesus Histórico* tem por interesse editorial trabalhos com enfoque nas recentes pesquisas sobre o campo das experiências religiosas. Classificada no quadriênio 2013-2016 como B3.

Segue o link da revista: <http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br>

<sup>21</sup> O artigo é da autoria de Lair Amaro dos Santos Faria. Disponível em: <http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/arquivos6/Artigo%20Lair%20Ribeiro.pdf>

dadas no site Sociedades Bíblicas Unidas<sup>22</sup> acerca do analfabetismo bíblico, perspectiva esta diametralmente oposta àquela que buscamos apresentar, especialmente quando trata os ditos “analfabetos bíblicos” como desprovidos de capacidades individuais para aprender e compreender a Bíblia:

O que é analfabetismo bíblico? Pode ser definido como crentes que, embora tenham a Bíblia na ponta dos dedos e ouçam a pregação na igreja, carecem da capacidade individual de aprender, compreender e aprofundar por si próprios os princípios revelados na Palavra de Deus. Eles carecem do desejo e do interesse pessoal de ler, meditar e estudar as Sagradas Escrituras, o que os leva a ser espiritualmente ignorantes (2018, n.p., tradução nossa)<sup>23</sup>.

Quando, por sua vez, nossa busca focalizou o conceito “*alfabetizzazione biblica*”, além da compreensão superficial de caráter mimético e mnemônico quanto à instrução bíblica, também pudemos encontrar uma perspectiva que se assemelha bastante àquela pretendida mediante um letramento bíblico. Um exemplo disto encontramos no artigo *L'alfabetizzazione della Bibbia*<sup>24</sup>, de Domenico Maselli<sup>25</sup>. Nele, o autor faz um levantamento histórico das diversas estratégias utilizadas para aproximar a Bíblia dos fiéis, indo desde a transmissão por alegorias e pela homilia (na Patrística), passando pelas manifestações culturais (como a *Divina Comédia* de Dante Alighieri), até o contato físico com o texto (em nossos dias). Em todos esses momentos é destacado como essas iniciativas se valiam do contexto da época e do contexto das pessoas para proporcionar uma eficaz “alfabetização bíblica”. É feita uma declaração bem enfática sobre a forma de abordagem dos textos em vista da verdadeira alfabetização bíblica, ou letramento bíblico:

A verdadeira alfabetização bíblica ocorrerá quando enfrentarmos secularmente e cientificamente os nós culturais que a Bíblia ainda nos mantém, quando a lermos em diálogo com os textos de outras religiões universais, quando formos capazes de torná-la a cola do nosso modo de pensar, como feito, em outros tempos [...] (MASELLI, 2018, n.p., tradução nossa)<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> As Sociedades Bíblicas Unidas (SBU), fundada em 1946, reúne 147 Sociedades Bíblicas, atuando em mais de 200 países. Essas entidades são orientadas pela missão de promover a maior distribuição possível de Bíblias, numa linguagem que as pessoas possam compreender e a um preço que possam pagar. A Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) é membro da SBU.

<sup>23</sup> “¿Qué es el analfabetismo bíblico? Se podría definir como creyentes que, si bien tienen una Biblia al alcance de la mano, y escuchan predicaciones en la iglesia, carecen de la capacidad individual de aprender, entender y profundizar por sí mismos los principios revelados en la Palabra de Dios. Ellos carecen del deseo e interés propio para leer, meditar y estudiar en las Sagradas Escrituras lo cual los conduce a ser unos ignorantes espirituales” (SOCIEDADES BÍBLICAS UNIDAS, 2018, n.p.).

<sup>24</sup> Tradução: *A Alfabetização da Bíblia*.

<sup>25</sup> Domenico Maselli (1933 - 2016) foi professor de História do Cristianismo na Universidade de Florença.

<sup>26</sup> “La vera alfabetizzazione biblica avverrà quando affronteremo laicamente e scientificamente i nodi culturali che la Bibbia ancora mantiene per noi, quando la leggeremo in dialogo con i testi delle altre religioni universali, quando saremo in grado di farne il collante del nostro modo di pensare, come fece, in altri tempi [...]” (MASELLI, 2018, n.p.).

Na obra *Adulti nella comunità Cristiana: Guida alla preparazione di itinerari per l'evangelizzazione, la crescita nella fede e la mistagogia della vita Cristiana*, de Mariella Barghiloni, Egidio Barghiloni e Luciano Meddi, voltada à Catequese de Adultos, no itinerário proposto pelos autores, há um destaque para as habilidades de ler e interpretar as Escrituras e de ler a vida através das Escrituras. Competências possíveis não através de qualquer leitura, mas mediante uma leitura 'atualizante', que saiba identificar os "sinais dos tempos" (2008, p.99, tradução nossa)<sup>27</sup>. Tais habilidades de leitura estão em consonância com os objetivos de um letramento bíblico eficaz. E para que haja a "*alfabetizzazione bíblica*", a obra aponta à necessidade de "apropriados instrumentos de leitura e de compreensão" (BARGHILIONI; BARGHILIONI; MEDDI, 2008, p.99, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Bastante comum no meio Protestante e Evangélico é o conceito "*alphabétisation biblique*". Na grande maioria dos sites, revistas e livros pesquisados, a alfabetização prevalece ligada a uma instrução. Um exemplo da utilização do conceito 'alfabetização bíblica' de modo superficial é aquele presente na revista trimestral da Sociedade Bíblica Suíça, *La Bible aujourd'hui*<sup>29</sup>. Quando fala de 'alfabetização bíblica', na verdade, refere-se ao uso do Texto Bíblico em vista do ensino das letras, como declara o Dr. Julian Sundersingh, coordenador mundial para a alfabetização, das Sociedades Bíblicas Unidas:

As histórias da Bíblia são utilizadas como parte do programa de ensino e, ao final de sua formação, os alunos geralmente recebem uma Bíblia ou Novo Testamento para que possam continuar a explorar as escrituras e transformar suas vidas (SUNDERSINGH, 2018, p.6, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Observamos, ainda, a utilização do conceito de alfabetização bíblica ligado à renovação e aprofundamento do compromisso espiritual com a fé (SCHÉRER, 2018). Utiliza-se o método do Apóstolo Paulo em sua atividade missionária, que "compreendeu as filosofias em voga, bem como as ideias prevalentes entre as

<sup>27</sup> "*Segni dei temp*" (BARGHILIONI; BARGHILIONI; MEDDI, 2008, p.99).

<sup>28</sup> "*Appropriati strumenti di lettura e di comprensione*" (BARGHILIONI; BARGHILIONI; MEDDI, 2008, p.99).

<sup>29</sup> Tradução: *A Bíblia Hoje*.

Para acesso a essa edição, do terceiro trimestre de 2011, segue o link: [https://www.la-bible.ch/fileadmin/user\\_upload/PDF/Services/Download/BA-f/BAf\\_11\\_3.pdf](https://www.la-bible.ch/fileadmin/user_upload/PDF/Services/Download/BA-f/BAf_11_3.pdf)

<sup>30</sup> "*Des histoires bibliques sont utilisées dans le cadre du programme d'enseignement et, à la fin de leur formation, les étudiants reçoivent généralement une bible ou un nouveau testament pour pouvoir poursuivre leur découverte des Ecritures et la transformation de leur vie*" (SUNDERSINGH, 2018, p.6).

peças do povo” (WILLIAMS III, p.105, 2015, tradução nossa)<sup>31</sup>. Porém, nesses casos, não se aprofunda o conceito de ‘alfabetização bíblica’ ou a didática a ser utilizada para que se atinja o objetivo.

No âmbito Católico, destacamos a edição francesa do *Bulletin Dei Verbum*<sup>32</sup>, do ano de 2014, sob o título *Le Bible comme ‘code culturel’*<sup>33</sup>. Nessa edição, o artigo *Le périple de Dei Verbum. Impacts et défis*<sup>34</sup>, de Thomas Manjaly<sup>35</sup>, ao falar dos avanços colocados pelo documento conciliar, apresentou várias estratégias utilizadas em sua Diocese, na Índia, em vista de cumprir o mandato do Vaticano II de tornar as Sagradas Escrituras sempre acessível a todos os fiéis (DV 22). Entre as ações e estratégias apresentadas pelo autor, destacam-se: Traduções da Bíblia, inclusive inter-religiosas; produção de materiais bíblicos; divulgação da Bíblia em meios eletrônicos; celebrações da Palavra (mesmo ecumênicas); formações diocesanas e paroquiais para lideranças; renovação litúrgica, como a prática da Liturgia das Horas; e, de modo geral, a presença mais constante da Bíblia na vida da Igreja e das famílias (MANJALY, 2014, p.42). Os frutos de tal ação, segundo Thomas Manjaly, foram além de uma “maior consciência da necessidade e importância da Palavra de Deus na vida da Igreja. [...] O crescente interesse dos leigos por uma leitura pessoal da Bíblia” (2014, p.42, tradução nossa)<sup>36</sup>. De modo imediato, as ações relatadas proporcionaram “o desenvolvimento de uma ‘cultura bíblica’ ou ‘alfabetização bíblica’” (2014, p.42, tradução nossa)<sup>37</sup>. Por sua vez, ao falar dos desafios, dentre tantos, indica a necessidade de “promover a hermenêutica contextual [...], que envolve a leitura da Bíblia do ponto de vista do povo” (2014, p.45, tradução nossa)<sup>38</sup>, e, nesse momento,

---

<sup>31</sup> “*Compris les philosophies en vogue aussi bien que les idées répandues parmi les hommes du peuple*” (WILLIAMS III, p.105, 2015).

Dr. H. H. Drake Williams III é professor de Linguagem e Literatura do Novo Testamento no Seminário Teológico Tyndale, Amsterdã; e na Evangelical Theologische Faculteit em Leuven, Bélgica.

<sup>32</sup> Boletim *Dei Verbum* é uma publicação do Secretariado Geral da Federação Bíblica Católica. Como um fórum de reflexão sobre as questões do ministério pastoral bíblico, o Boletim *Dei Verbum* publica contribuições acadêmicas, relatórios sobre projetos e experiências de organizações membros individuais e sub-regiões da FBC, informa sobre as notícias da Federação e fornece informações sobre publicações recentes na área. Aparece duas vezes por ano em inglês, francês, alemão e espanhol.

<sup>33</sup> Tradução: *A Bíblia como ‘código cultural’*.

<sup>34</sup> Tradução: *O caminho da Dei Verbum. Impactos e desafios*.

<sup>35</sup> Thomas Manjaly é professor de Sagrada Escritura a 30 anos em Shillong (Índia). E, desde 2009, é membro da Pontifícia Comissão Bíblica. tmanjalyotc@gmail.com.

<sup>36</sup> “*Meilleure conscience de la nécessité et de l’importance de la Parole de Dieu dans la vie de l’Église. [...] L’intérêt croissant chez les laïcs pour une lecture personnelle de la Bible*” (MANJALY, 2014, p.42).

<sup>37</sup> “*Le développement d’une ‘culture biblique’ ou d’une ‘alphabétisation biblique’*” (MANJALY, 2014, p.42).

<sup>38</sup> “*Promouvoir l’herméneutique contextuelle [...], qui suppose de lire la Bible en partant du point de vue des peuples*” (MANJALY, 2014, p.45).

convida a Igreja, os teólogos e demais estudiosos a darem sua contribuição na elaboração de novas práticas hermenêuticas – justamente o que nos motiva.

O texto que mais nos chamou atenção foi o de Yonat Shimron<sup>39</sup>. Em seu artigo *L'Ancien Testament est-il une langue morte?*<sup>40</sup> nos apresentou as reflexões do Professor Dr. Brent Strawn<sup>41</sup>, que não apenas compara o 'Antigo Testamento' a uma língua, como também sugere estar em vias de morrer (agonizando). No livro *The Old Testament is dying*<sup>42</sup> o Professor Brent Strawn constatou a ausência de 'letramento bíblico' em muitos adultos, os quais desconheciam que as palavras proferidas na cruz, por Jesus, vinham do Salmo 22(23). Constatou, também, a aceitação maniqueísta<sup>43</sup> de pessoas crentes e até seminaristas, segundo os quais o Deus do Antigo Testamento é o Deus da cólera, enquanto no Novo Testamento é o Deus de amor (SHIMRON, 2018). Citando o Professor Dr. Marcus J. Borg<sup>44</sup>, em seu artigo "*Speaking Christian*": *A Word of Introduction*<sup>45</sup>, afirma haver uma crise de linguagem na religião, sendo esta, promotora de uma crise na própria fé, "porque a linguagem é o meio pelo qual as pessoas participam da religião. Fazer parte de uma religião significa saber falar e compreender a sua língua" (BORG, 2011, *apud*. STRAWN, 2017, n.p., tradução nossa)<sup>46</sup>.

Para o professor Strawn, tal negligência e/ou ignorância bíblica teria suas origens na pouquíssima leitura dos textos do Antigo Testamento, mesmo nas Igrejas, bem como na baixíssima utilização desses textos pelos líderes religiosos em seus sermões, sendo ambos os momentos importantes espaços de letramento ou 'alfabetização bíblica':

Esses indivíduos - ou em alguns casos, grupos de indivíduos (mesmo igrejas inteiras) - não consideram o Antigo Testamento de alguma forma (ou tão altamente) quanto o Novo Testamento, não entendem o Antigo Testamento, preferem viver sem o Antigo Testamento, e para todos os efeitos práticos, fazem exatamente isso por meio de sua negligência e ignorância dele.

<sup>39</sup> Yonat Shimron é jornalista que escreve para o Jornal suíço Réformés (<https://www.reformes.ch/>).

<sup>40</sup> Tradução: *O Antigo Testamento é uma língua morta?*

<sup>41</sup> Brent A. Strawn é professor de Antigo Testamento e Diretor do Programa de Doutorado em Ministério na Escola de Teologia de Candler, Universidade de Emory. É, também, autor de vários livros.

<sup>42</sup> Tradução: *O Antigo Testamento está morrendo.*

<sup>43</sup> O maniqueísmo foi uma seita cristã herética que compreendia dualisticamente a existência. Um deus seria bom, responsável por tudo que há de bom no mundo (o deus de Jesus e do Novo Testamento), o outro deus seria mal, autor de toda a maldade (o deus descrito no Antigo Testamento). Um de seus principais opositores foi Santo Agostinho de Hipona (ABBAGNANO, 2007, p.739).

<sup>44</sup> Marcus J. Borg é professor emérito de 'Religião e Cultura' da Oregon State University, além de autor de vários livros sobre religião. É membro da 'Igreja Episcopal'.

<sup>45</sup> Tradução: "*Falando Cristão*": *uma palavra de introdução.*

<sup>46</sup> "*Because language is the medium through which people participate in the religion. To be part of a religion means being able to speak and understand its language*" (BORG, 2011, *apud*. STRAWN, 2017, n.p.).

[...]

O triste fato da questão, entretanto, é que a maioria dos pastores parece cada vez menos fluente no idioma. Sem dúvida, isso se deve a uma série de razões que não podem ser totalmente abordadas ou analisadas aqui. Aqui é suficiente enfatizar que, se os líderes religiosos falam apenas um *pidgin*<sup>47</sup> e passam apenas um *pidgin* para seu rebanho, não é difícil extrapolar de tal cenário para a situação que enfrentamos atualmente. Por outro lado, muitos cristãos não parecem ter a menor idéia do que está em suas Bíblias em primeiro lugar e, portanto, estão completamente incapacitados quando se trata de responder às críticas substantivas do Novo Ateísmo (ou de qualquer outro lugar) (STRAWN, 2017, n.p., tradução nossa)<sup>48</sup>.

Sugerindo que essa inabilidade com a língua bíblica, o ‘iletrismo bíblico’, está estritamente relacionada ao aumento de cristãos não praticantes e mesmo de ateus, – ao que poderíamos complementar, o aumento de cristãos fundamentalistas e avessos aos avanços científicos, não abertos a um diálogo crítico sobre a fé<sup>49</sup>.

Strawn, ao final, constata que não basta possuir um diploma ou ter feito seminário para fazer uma pessoa “fluente” na língua bíblica, usando nossa terminologia, para fazê-lo “letrado biblicamente”. É a constante leitura, o estudo e a prática que fazem alguém “bilíngue” e, por consequência, aberto às riquezas da língua, no nosso caso, um verdadeiro “letrado bíblico”: “assim, embora a educação possa ajudar a colocar os pastores no caminho certo, cabe a eles continuar caminhando - e não apenas por meio de unidades de educação continuada (embora não machuquem), mas por constante imersão e prática” (STRAWN, 2017, n.p., tradução nossa)<sup>50</sup>. Após apresentar, seja um modelo de estudioso, seja de ‘professor’ dessa língua, faz uma citação a Santo Agostinho, que, como estudioso, sempre assumiu uma posição crítica, não se contentando com o pouco, com o simples; e,

---

<sup>47</sup> “Chama-se *pidgin* uma segunda língua nascida do contato do inglês com diversas línguas do Extremo Oriente (principalmente o chinês) a fim de possibilitar a intercompreensão de comunidades de línguas diferentes” (DUBOIS *et al.*, 1998, p.469).

<sup>48</sup> “*These individuals - or in some cases, groups of individuals (even entire churches) - do not regard the Old Testament in the same way (or as highly) as the New Testament, do not understand the Old Testament, would prefer to do without the Old Testament, and for all practical purposes do exactly that by means of their neglect and ignorance of it.*

[...]

*The sad fact of the matter, however, is that most pastors seem less and less fluent in the language. This is no doubt due to a host of reasons that cannot be fully engaged or analyzed here. Here it suffices to make the point that, if religious leaders speak only a pidgin and pass only pidgin along to their flock, it is not hard to extrapolate from such a scenario to the predicament we face presently. On the one hand, many Christians don't seem to have the foggiest idea of what's in their Bibles in the first place and are therefore completely incapacitated when it comes to responding to substantive critiques from the New Atheism (or elsewhere)”* (STRAWN, 2017, n.p.).

<sup>49</sup> Tal tendência se faz notória nestas últimas duas décadas deste terceiro milênio, com o exemplo clássico do aumento de religiosos adeptos à teoria da ‘terra plana’ (CUNHA, 2019).

<sup>50</sup> “*So, while education can help set pastors on the right path, it is up to them to keep walking it - and not just through continuing-education units (though those don't hurt), but by constant immersion and practice”* (STRAWN, 2017, n.p.).

como ‘professor’, destacou-se por sua capacidade de adaptar a linguagem bíblica a seus ouvintes (estivessem eles necessitados de uma formação básica; de uma formação para corrigir informações erradas; ou de uma formação mais crítica, em vista de aprofundar suas habilidades).

Para uma última pesquisa, tendo *biblical literacy* por palavra-chave, grande foi o número de sites, livros e artigos encontrados, muitos dos quais abordando “alfabetização bíblica” em referência ao ensino dos conteúdos da Bíblia nas escolas, e a um ensino, na grande maioria das vezes, voltado à memorização de datas, lugares, personagens e fatos descritos nos Textos Bíblicos. Foi possível, inclusive, encontrar um livro que recolheu dados estatísticos sobre tal prática<sup>51</sup>.

Em alguns dos casos, como no artigo *What is ‘Biblical Literacy’ and Why is it Important?*<sup>52</sup>, de Larry Perkins, do *Northwest Center for Biblical and Theological Literacy*<sup>53</sup>, é apresentado como princípio norteador para uma ‘alfabetização bíblica’ a busca de um diálogo entre a cultura do passado (do texto) e do presente (do leitor), focalizando aspectos: linguísticos, semânticos, literários, além dos contextos histórico e social do texto e do leitor. Esses mesmos princípios coadunam-se perfeitamente àqueles assumidos por nós em vista de um ‘letramento bíblico’, pois “o letramento bíblico só atinge seu pleno potencial quando a verdade bíblica (ou seja, a sabedoria) é aplicada para a salvação e *shalom* individual e coletivamente [...]” (PERKINS, 2018, n.p., tradução nossa)<sup>54</sup>, tendo por objetivo atender às necessidades do leitor e de seu amadurecimento na fé, criando um canal de diálogo entre o Texto Bíblico e ele, e não de mera e passiva recepção. Todavia, a apresentação neste artigo sobre o que viria a ser “letramento” ou “alfabetização bíblica”, na verdade, se resume a uma exposição acerca dos princípios hermenêuticos e do que se pretende com tal método, sem, contudo, ir mais a fundo em seus procedimentos – justamente o que pretendemos realizar.

Há, ainda, sites, como o <https://www.biblical-literacy.org/lessons/>, que apresentam lições com o objetivo de proporcionar um “letramento” bíblico; lições bastante didáticas e sob várias plataformas (*slide*, pdf, áudio e vídeo). Entretanto, o

---

<sup>51</sup> Referimo-nos à obra: *Bible Literacy Report: What Do American Teens Need to Know and what Do They know?*, de Marie Wachlin e Byron R. Johnson.

<sup>52</sup> Tradução: *O que é ‘Letramento Bíblico’ e por que é importante?*

<sup>53</sup> Tradução: *Centro Noroeste de Letramento Bíblico e Teológico.*

<sup>54</sup> “*Biblical literacy only attains its full potential when scriptural truth (i.e. wisdom) is applied for salvation and shalom individually and collectively [...]*” (PERKINS, 2018, n.p.).

foco de tais lições não está na interação entre o ‘texto’ e o ‘leitor’, mas apenas no ‘texto’ e em seu ‘contexto de produção’, o que, sob o nosso ponto de vista, não poderia ser enquadrado como uma proposta de “letramento”, pois exclui o leitor como parte das lições.

Destacamos, porém, o artigo “*Speaking Christian*”: *A Word of Introduction*<sup>55</sup>, do Professor Marcus J. Borg, pois apresenta uma reflexão bem próxima daquela que buscamos empreender, reforçando um sentimento vivenciado por nós em nossa realidade eclesial. Ao constatar o ‘iletrismo cristão’<sup>56</sup>, aponta para a necessidade de mudanças no processo de apropriação da linguagem da fé (que por antonomásia é a linguagem bíblica), sem o qual um cristão não pode ser verdadeiramente cristão, – assim se expressando:

Mas o analfabetismo cristão é apenas a primeira parte da crise. Ainda mais sério, mesmo para aqueles que pensam que falam "cristão" fluentemente, a própria fé é frequentemente mal compreendida e distorcida por muitos a quem parece muito familiar. Eles pensam que estão falando a língua como ela sempre foi entendida, mas o que eles querem dizer com as palavras e os conceitos é tão diferente do que essas coisas significaram historicamente, que eles teriam problemas para se comunicar com os próprios autores do passado que eles homenagearam.

[...].

Cada religião se originou em uma cultura particular e, portanto, usou a linguagem dessa cultura, mesmo que de maneiras que a desafiaram radicalmente. Se uma religião sobreviveu ao longo do tempo, tornou-se uma tradição linguístico-cultural por si mesma, com sua própria linguagem, seu vocabulário básico, textos e histórias sagradas, rituais e práticas.

[...]

A linguagem cristã é baseada na Bíblia e no cristianismo pós-bíblico. Inclui as palavras usadas, ouvidas, cantadas e oradas em adoração, devoção, ensino e comunidade. Ser cristão é conhecer, usar e ser moldado por essa linguagem - viver a própria vida com Deus dentro da estrutura dessa linguagem (BORG, 2018, n.p., tradução nossa)<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Tradução: “*Falando Cristão*”: *uma palavra de introdução*.

<sup>56</sup> No original: *Illiteracy Christian*.

<sup>57</sup> “*But Christian illiteracy is only the first part of the crisis. Even more seriously, even for those who think they speak "Christian" fluently, the faith itself is often misunderstood and distorted by many to whom it is seemingly very familiar. They think they are speaking the language as it has always been understood, but what they mean by the words and concepts is so different from what these things have meant historically, that they would have trouble communicating with the very authors of the past they honor.*

[...].

*Every religion originated in a particular culture and thus used the language of that culture, even if in ways that radically challenged it. If a religion survived over time, it became a cultural-linguistic tradition in its own right, with its own language, its basic vocabulary, sacred texts and stories, rituals and practices.*

[...]

*Christian language is grounded in the Bible and postbiblical Christianity. It includes the words used, heard, sung, and prayed in worship, devotion, teaching, and community. To be Christian is to know, use, and be shaped by this language-to live one's life with God within the framework of this language”* (BORG, 2018, n.p.).

Uma fé desprovida do real conhecimento dos conceitos, das expressões, das figuras de linguagem, dos intertextos, dos gêneros discursivos e dos símbolos empregados nos Textos Bíblicos, geraria, na verdade, apenas um repetidor do que fora dito por outros a ele; a nível linguístico, se manteria preso à literalidade dos Textos Bíblicos, o que chamamos de “leitura parafrástica”, a qual buscamos superar<sup>58</sup>.

Salientamos como pressuposto metodológico<sup>59</sup>, quer da teoria de um ‘Letramento Bíblico’, quer de nossa tese em si, o fato de que **não há neutralidade absoluta no processo interpretativo**, ou como sublinha Todorov, como sendo ‘verdade elementar em qualquer área do conhecimento’: “o ponto de vista escolhido pelo observador (qualquer que seja ele) recorta e redefine seu objeto” (2018, p.65). Isto se dá devido às premissas de que o intérprete/pesquisador **vem sempre marcado por suas ideologias** (BULTMANN, 2008, p.39; BAKHTIN, 2006, p.107); ao olhar/ler o passado o faz sempre a partir de seu ‘aqui’ e ‘agora’, e ao confrontar-se com um ‘outro’ o compreende a partir do ‘eu’ (TODOROV, 2018, p.61). Em nosso caso, **a perspectiva teológica que lançamos mão é uma perspectiva confessional, católica, que se faz voltada para a prática teológico-pastoral dos Grupos Bíblicos de Reflexão (GBR).**

Cientes de que a santidade sem a ciência não constrói a verdade (SP 23), não vemos a adoção da premissas apresentadas anteriormente como empecilho à pesquisa crítica e criteriosa, pelo contrário, acolhe-las permite localizar o Texto Bíblico no ambiente hermenêutico que lhe doa sentido pleno, **a comunidade de fé (a Igreja)**, seu lugar originário de interpretação (VD 29) e da permanência escatológica do Cristo na história (RAHNER, 1989, p.432) – afastar a Bíblia de tal ambiente e de como o ‘hoje’ o enriquece, promoveria um processo de desescatologização das Escrituras, pelo qual seu potencial salvífico já não atingiria aquele que dialoga com ela no

---

<sup>58</sup> Está é a caracterização clássica do fundamentalista cristão, negando-se em admitir que as Escrituras, embora transmitam as verdades divinas, foram escritas em linguagem humana, por autores humanos e por isso mesmo limitados (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.84). Nessa perspectiva, o fundamentalista é aquele que identifica a Escritura em sua literalidade com a Palavra de Deus (Doc 97, n.43).

Sobre esta forma de interpretar as Escrituras destaca, ainda, a Pontifícia Comissão Bíblica que embora atraente, e passível de piedosas interpretações, “a abordagem fundamentalista é perigosa” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.86), dando ilusórias e falsas certezas. Já os Papas Bento XVI e Francisco afirmam que o fundamentalismo constitui uma traição literal e espiritual das Escrituras, pois evita a íntima ligação entre o humano e o divino, aniquilando sua vitalidade e finalidade salvífica (VD 44; AI 9).

<sup>59</sup> Chamamos de ‘pressupostos metodológicos’ **os saberes sistematizados e teoricamente organizados que dão base** para uma ‘prática pedagógica’ e para as ‘ferramentas pedagógicas’ elaboradas para sua execução (SANTOS, 2017, p.52-54).

presente (LIMA VAZ, 1986, p.178.182). Acrescentamos o fato de que a fé da comunidade (da Igreja), atuando como balizas interpretativas, evita o relativismo hermenêutico; balizas que cooperam e dão segurança ao momento de interpretação da enunciação que emergirá do diálogo entre o leitor e Deus.

Embora um trabalho de pesquisa eminentemente documental<sup>60</sup>, buscaremos trazer para o diálogo aqueles sujeitos envolvidos no processo de um 'Letramento Bíblico' nos GBR (os participantes dos grupos; os animadores; os organizadores dos subsídios; e o Espírito Santo).

O primeiro capítulo tem a pretensão de localizar-nos no contexto teológico e eclesial no qual esta tese se inscreve, bem como objetiva justificar a pertinência para a Igreja Católica e seus GBRs de uma abordagem de Letramento Bíblico. Em vista disto será realizado um resgate histórico dos últimos 129 anos de como a Teologia, no seio da Igreja Católica, veio renovando seu modo de relacionamento com as mais diversas áreas das ciências. Daremos ênfase a como a Igreja no Brasil acolheu esse movimento e como veio e vem dando também sua contribuição. Ao final deste capítulo (e também dos demais), realizaremos uma reflexão sintética acerca do conteúdo por nós trabalhado até então, bem como, já teceremos comentários preliminares à temática do capítulo seguinte, buscando demonstrar a relação entre ambos, facilitando a percepção da coerência e coesão que queremos manter na tese.

Tendo explicitado a pertinência da apresentação de um Letramento Bíblico, nosso segundo capítulo se concentrará em um esboço acerca das Teorias do Letramento, do como as recebemos e quais de seus pressupostos consideramos como fundamentais para a compreensão do que vem a ser uma Teoria de Letramento Bíblico. Nesta linha, evidenciaremos o papel de autor, texto, leitor e contexto no processo de leitura; bem como a mediação de contexto, texto e intertexto; a distinção entre alfabetização e letramento; e o emprego dos gêneros discursivos nesse processo.

Em vista de reforçarmos os pressupostos teológicos e mesmos bíblicos de uma perspectiva de Letramento Bíblico, no terceiro capítulo concentraremos os esforços em apontar como as teses básicas das Teorias do Letramento encontram consonância com práticas e teorias desenvolvidas por Jesus de Nazaré em sua atividade evangelizadora; por Paulo Apóstolo, como modelo prototípico da prática de

---

<sup>60</sup> GIL, 2002, p.45.

anúncio do Evangelho; assim como, por Ambrósio de Milão, representando uma estratégia pedagógica capaz de valorizar o leitor e seu contexto, sem deixar de lado o elemento mistagógico das Escrituras.

No quarto capítulo, olhando para os desafios eclesiais do tempo presente, desenvolveremos propriamente o que compreendemos por Letramento Bíblico, quais os sujeitos envolvidos em tal processo; qual o instrumento específico de tal prática; qual seu objeto específico de leitura (de aproximação do Texto Bíblico). Em vista da transposição da teoria para a prática, explicitaremos quais os fundamentos do que chamamos de Letramento Bíblico, quais seus conteúdos estruturantes, e como pode se dar um encaminhamento metodológico fundamentado na perspectiva de um Letramento Bíblico.

Ao final desta tese, esperamos apresentar uma pedagogia e estratégias metodológicas propícias a um acesso do Texto Bíblico como Palavra de Deus, e que incite o leitor à compreensão de todo o potencial de sentido presente nos elementos linguísticos do texto e naqueles que o superam. Uma pedagogia capaz de evitar aproximações fundamentalistas ou ideológicas<sup>61</sup> (Doc 97, n.42), assegurando um contato com as Escrituras que permita ao leitor interpretar a Bíblia a partir de seus conhecimentos, daquilo que ele já sabe, e não do que ele desconhece. A aplicação desta pedagogia empreenderia um processo próximo daquele utilizado pelo próprio Jesus para transmitir os conhecimentos sobre Deus e seu Reino; uma pedagogia acolhedora, inclusiva, promotora de uma “verdadeira espiritualidade encarnada na cultura dos simples”, como recorda o Papa Francisco (EG 124), inspirada na boa nova revelada aos pequeninos (Mt 11,26).

---

<sup>61</sup> Os que agem sob ideologias seriam aqueles que impõem um sentido estranho e/ou subjetivo às Escrituras; sentido este que não é dado e construído a partir de uma leitura global dos Textos, tal como chegaram até nós hoje, distanciando-se ou mesmo contrapondo-se aos pressupostos da fé eclesial e do necessário diálogo com o tempo presente (Doc 97, n.44).

## 2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA PASTORAL BÍBLICA NA IGREJA DO BRASIL

“A Bíblia é o livro da Igreja”  
(VD 29).

Neste momento de nossa tese apresentaremos o panorama da Pastoral Bíblica na Igreja do Brasil, tendo o Concílio Vaticano II como momento auge neste processo e as Comunidades Eclesiais de Base como componente paradigmático. Aqui, objetivamos expor dados da história dessa pastoral, seus impulsos originários, seus elementos constitutivos, bem como o lugar que ocupa na Igreja dos tempos atuais. E tendo por inspiração a reflexão empreendida pelos biblistas Carlos Mesters e Francisco Orofino (2018), agruparemos essa história em 4 etapas.

Ao olharmos para a Primeira Etapa focaremos nossa exposição no resgate do papel da Bíblia na vida da Igreja, empreendido desde os fins do século XIX. Neste percurso salientaremos como a Igreja Católica passou a destacar com veemência a necessidade de que os fiéis tenham livre e ostensivo acesso às Escrituras, ciente de que ignorá-las seria ignorar ao próprio Cristo (DV 25). E para a concretização desse acesso, assumiu-se o compromisso de oferecer não apenas o ‘Pão Eucarístico’ mas também o ‘Pão da Palavra’ a todos (DV 21).

Frisaremos, também, o papel empreendido pelos últimos Papas junto a Bispos e Teólogos, motivando-os a buscarem novos meios e técnicas intentando um processo de aproximação entre os fiéis e as Escrituras que pudesse ocorrer de modo profícuo e seguro. Assim, com instrumentos mais adequados e eficazes ao homem e à mulher dos tempos atuais, deu-se início um “novo impulso de vida espiritual” em toda a Igreja (DV 25-26)<sup>62</sup>.

Na Segunda Etapa deste percurso sublinharemos o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e seu modo próprio de promover um contato maior dos fiéis para com a Bíblia, de modo privilegiado através dos Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs). Neste momento será de extrema importância a história do surgimento e desenvolvimento das CEBs; a relação entre a Igreja Latino-Americana e a Igreja Universal para com as Comunidades de Base; assim como os pressupostos metodológicos dessas Comunidades. Ao serem apresentados os GBRs procuraremos

---

<sup>62</sup> Esta reflexão foi posteriormente aprofundada em outros documentos pontifícios: DVe 40; ChL 32-35.

explicitar como a Pastoral Bíblica se faz presente desde as bases e qual a prática pedagógica utilizada por esses grupos.

A perspectiva teórica por detrás da Leitura Popular da Bíblia, do Frei Carlos Mesters, também será abordada e corresponderá à Terceira Etapa desta fundamentação histórica. Este método ganhará destaque por valer-se de uma ferramenta pedagógica genuinamente brasileira e profundamente difundida na Pastoral Bíblica pelos GBRs, em vista da efetivação de um contato com as Escrituras capaz de enriquecer a vida dos fiéis (em âmbito social e eclesial). Para isto, explicitaremos um pouco de sua história e quais suas características distintivas.

Por fim, na Quarta Etapa (esta, correspondendo a um incremento nosso, não presente nas reflexões de Carlos Mesters e Francisco Orofino) serão analisadas duas recentes Exortações Apostólicas dos últimos dois Papas – a *Verbum Domini*, do Papa Bento XVI, e a *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco –, promovendo uma reflexão a partir dos atuais parâmetros e desafios apresentados pela Igreja a todos os agentes de pastoral e estudiosos da Teologia. A investigação sobre esses documentos dará destaque a quais recomendações e provocações o Magistério da Igreja faz a todos os responsáveis em promover a Pastoral Bíblica na Igreja e, assim, buscar luzes em vista de respostas.

Como dito anteriormente, as reflexões empreendidas pelo Concílio Vaticano II, como um todo, acerca do papel das Escrituras na Igreja, podem ser apontadas como o auge desse processo, oferecendo importantes balizas a teólogos, pastores e demais fiéis membros da Igreja, versando sobre:

a) A necessidade de uma ampla difusão do Textos Bíblico (LG 1.5; DV 25-26; GS 43; SC 33.35).

b) A recomendação de uma reformulação das práticas na formação cristã (GS 62; SC 12.15; DV 25).

c) O incentivo a uma aproximação ativa, plena, consciente e frutuosa da mesa não apenas da Eucaristia, mas também à mesa da Palavra, por parte dos fiéis (DV 25; SC 11).

d) Salientando a possibilidade de contribuição das Ciências da Linguagem no estudo da Bíblia (GS 33.57.62; DV 23. 25; LG 36).

e) Bem como, pedindo não apenas a adesão racional e intelectual ao Evangelho, mas a transformação da vida e das práticas sociais (LG 17.31-32.35; GS 30-31.91; SC 110).

O Concílio confessará o caráter central da Bíblia para a Igreja. Esta será apresentada como “chave teológica fundamental” para todas as ações eclesiais, nos seus mais diversos níveis de atuação pastoral (LIBANIO, 2005, p.91-92) – sem, com isto, minimizar o papel da Tradição (OT 16; DV 9) –, imprimindo nova fisionomia à Igreja e sendo reconhecida pelo teólogo João Batista Libanio como “a recepção conciliar mais ‘epifânica’” (2005, p.91).

## 2.1 PRIMEIRA ETAPA = O CONHECER A BÍBLIA

Esta é chamada de etapa do “conhecer a Bíblia”. Tal etapa abarca o início do século XIX, contando com o patrocínio dos Papas Leão XIII, Bento XV e Pio XII, por meio das Encíclicas *Providentissimus Deus*, *Spiritus Paraclitus* e *Divino Afflante Spiritu*. Esses documentos conferiram maior valor ao trabalho exegético, houve incentivo à novas traduções da Bíblia, tornando o Texto Sagrado mais acessível e mais compreensível.

No Brasil, esse momento histórico é também aquele da chegada dos “movimentos pentecostais”, favorecendo um maior interesse e contato com a Bíblia. Já no âmbito da Igreja Católica, dá-se início à difusão dos Cursos e das Escolas Bíblicas, Gincanas e Maratonas Bíblicas também passam a ser valorizadas e incentivadas por meio da instituição do mês de setembro como ‘o mês da Bíblia’.

### 2.1.1 Leão XIII e uma mudança de perspectiva

Publicada em 18 de novembro de 1893, a Encíclica *Providentissimus Deus* inscreve-se como marco inicial de um movimento de valorização e incentivo a que todos os membros da Igreja efetivamente estudem as Sagradas Escrituras. Como primeiro ponto discutido, o Papa faz uma distinção entre a Revelação (a Palavra de Deus), a Bíblia e a Tradição, afirmando estar a Revelação “contida” (PD 1) ‘nos livros escritos’ (na Bíblia) e ‘nas tradições não escritas’ (na Tradição). O objetivo do estudioso da Bíblia seria justamente compreender mais ‘os livros escritos’ para assim ter mais clareza sobre seu conteúdo, ‘a Revelação’; não que algo possa vir a ser acrescido à Revelação, mas pontos obscuros poderiam ser clareados e

procedimentos pedagógicos e metodológicos de transmissão e ensino poderiam ser atualizados.

O “incremento da glória divina e a salvação do gênero humano” (PD 2) são elencados como os objetivos últimos da renovação dos estudos das letras sagradas, tendo em vista as necessidades e exigências daquele momento. Leão XIII reconhece, com pesar, o fato de que até então poucos eram os não consagrados empenhados nos estudos bíblicos (algo restrito a clérigos, religiosos e religiosas), haja vista a dificuldade em ter-se um exemplar da Bíblia em mãos. Mas diante das limitações de uma mudança imediata de tal quadro, o Papa pede a todos aos quais essa missão já havia sido confiada que fosse feita “cada dia com diligência e solércia” (PD 3), cientes do alvorecer, naquele momento, de um longo percurso de transformações e mudanças.

Ao falar do ensino da religião e das pregações, o Papa se volta àqueles detentores dessa missão. Afirma que a pregação e o ensino bíblico quando feitos usando unicamente os costumes, a ciência ou a prudência humanas, tais ensinamentos, embora bem intencionados, são ainda bastante deficitários pois lhes falta o testemunho das Escrituras. Disto depreende-se o incentivo a que pregadores, catequistas e teólogos passassem a dedicar-se aos estudos bíblicos e a seu uso como fonte primeira de ensino da/sobre a religião (PD 7-9). Como motivação e modelo a esses pregadores de então é feito um apanhado histórico dos santos pastores que empenharam suas vidas ao estudo da Bíblia e como, de tal sorte, enriqueceram toda a Igreja.

Outro dado importante para análise do documento diz respeito à escolha lexical utilizada pelo Papa Leão XIII na redação de sua encíclica, evidenciando o momento tenso no qual ciência e religião se encontravam, contudo, fazendo ainda mais arrojada a empreitada iniciada por ele. Observa-se o uso constante das expressões “defesa” e “defender”, referindo-se à motivação e aplicação dos estudos bíblicos, seja por parte dos santos pastores do passado, seja concernente ao tempo no qual o discurso se inscreve, evocando o racionalismo e suas várias correntes como os atuais inimigos da Igreja (PD 20-21). E, apesar de indicativas ao uso apologético das Escrituras em favor da doutrina, vislumbra-se uma preocupação em fazer os estudos das Escrituras voltarem-se não mais unicamente ao passado e às necessidades do passado, mas dirigidos em seus esforços com foco no presente, nas necessidades atuais da Igreja (PD 24).

**A interpretação das Escrituras é apresentada como a parte mais importante nos estudos bíblicos**, estando nas bases da própria Teologia e auxiliando a iluminar as obscuridades da literalidade dos textos (PD 26-27.33). Por essa íntima relação entre estudos bíblicos e estudos teológicos, o Papa recomenda que o mestre em ciência bíblica tivesse também instrução teológica e patrística (PD 29-32), ambicionando estudos bíblicos verdadeiramente capazes de contribuir para o enriquecimento da fé e não voltados à mera especulação, “numa tão grande mania de novidade e de liberdade” (PD 31).

A admissão da existência de um conflito entre a religião e algumas correntes filosóficas, de modo algum, segundo o Papa, impediria avanços na interpretação bíblica. Fazendo um *mea culpa*, reconhece que dadas às limitações históricas, nem sempre a interpretação de alguns trechos da Bíblia, por parte dos padres, foi “segundo a verdade objetiva” (PD 40). À superação de tais limitações é indicado o uso de ferramentas hermenêuticas e científicas, quaisquer que fossem, **desde que visem vantagem à doutrina e não se coloquem em contraposição à fé** (PD 35-43)<sup>63</sup>.

Outro pedido do Papa, tido por ele como o único caminho para os “verdadeiros frutos da ciência” (PD 49), é de que ela fosse capaz de discernir sobre seus limites, bem como, fossem admitidos aqueles limites próprios dos ensinamentos contidos nas Escrituras, que não almejam ensinar “sobre a constituição íntima dos objetos visíveis” (PD 39). Postura não apenas de valorização das Escrituras, mas também de reconhecimento e realce da autonomia da ciência, já que cada uma tem seu campo próprio de atuação e responde a questionamentos diversos.

Aludindo à linguagem usada nas Escrituras, é reconhecido que em alguns trechos emprega-se uma forma metafórica e imprecisa, própria da época na qual os textos foram redigidos, demonstrando que Deus, ao falar a todos os seres humanos, exprimiu-se “de maneira humana para se fazer entender por eles” (PD 39). A tarefa do estudioso dos Textos Bíblicos seria a de, estudando as formas linguísticas empregadas nos tempos antigos, iluminar a compreensão desses trechos obscuros aos leitores atuais.

---

<sup>63</sup> A adoção de uma postura de conciliação com a ciência por parte de Leão XIII, segundo Fitzmyer (2011, p.16.96-98), ocorre no momento da decodificação da Pedra de Rosetta e da Pedra de Bisitum ou Behistun, abrindo novo olhar sobre as culturas antigas (egípcia, grega, hebraica, assíria e babilônica) e que, inevitavelmente poderiam enriquecer nossa compreensão sobre as Escrituras.

### 2.1.2 Bento XV e a Bíblia em cada lar cristão

Prestes a completar 15 séculos da morte de São Jerônimo, em 15 de setembro de 1920, o Papa Bento XV apresentou à Igreja sua Carta Encíclica *Spiritus Paraclitus*. É manifesto pelo Papa ter sido ele instigado pelo desejo de incrementar o estudo das Escrituras junto a clérigos e leigos e leigas, adaptando tais estudos à contemporaneidade, bem como pela ânsia de que todos os lares cristãos pudessem ter acesso à Bíblia e manter frutuoso contato com ela (SP 1.22).

Iniciando um diálogo com os estudiosos do Texto Bíblico, Bento XV salienta o reconhecimento, por parte de São Jerônimo, de que embora Deus seja o autor das Escrituras, cada hagiógrafo contribuiu com seus próprios dons à inspiração, concernente ao “uso dos vocábulos, a qualidade e forma do estilo” (SP 5) empregados. Recordando orientação de Jerônimo, aplicando-a a possíveis críticas vindouras ao uso de determinadas expressões linguísticas pelos autores sagrados, afirma que “o uso é o arbitro e regulador da linguagem” (SP 12), reconhecendo o caráter diastrático<sup>64</sup>, diatópico<sup>65</sup>, diafásico<sup>66</sup>, diamésico<sup>67</sup> e diacrônico<sup>68</sup> da linguagem.

Repassando orientações e prescrições de Leão XIII, o Papa Bento XV comenta os rumores provocados pela afirmação da autonomia científica relativa à questões da física, da histórica e de outras temáticas não atinentes à fé, sendo possível aceitar discrepâncias entre as Escrituras e as Ciências. Salienta não haver incompatibilidade destas orientações com o ensinamento tradicional da Igreja, já que aceitar essas possíveis discrepâncias não fere a veracidade da inspiração divina contida em tais informações (SP 9-11), **apontando para o fato de o sentido do texto estar para além de sua literalidade.**

Dirigindo-se aos Bispos, faz um convite ao cultivo, no clero e nos demais fiéis, do mesmo amor demonstrado por São Jerônimo às Escrituras, e a mesma “fina sensibilidade” ao interpretar e reproduzir suas palavras (SP 14-15). Reconstruindo o percurso e método empregado por Jerônimo, o Papa destaca:

- A necessária humildade diante da simplicidade e riqueza encontrada nos Textos Sagrados, pois **nem sempre o que sabe mais interpreta melhor** (SP 16).

<sup>64</sup> Diastrático= Variação relativa às diferentes comunidades de fala, aos diferentes grupos sociais.

<sup>65</sup> Diatópico= Variação em relação à localização geográfica.

<sup>66</sup> Diafásico= Variação em decorrência da situação de uso da língua, ora formal ora informal.

<sup>67</sup> Diamésico= Variação existente entre a linguagem oral e a escrita.

<sup>68</sup> Diacrônico= Variação ocorrida com o passar do tempo.

- A importância de contar sempre com o auxílio do Espírito Santo, **legítimo autor e intérprete das Escrituras**.
- A **deferência**, no caminho interpretativo, **àquilo que a Tradição e o Magistério declaram** como mais seguro e ao serviço da fé.

Promove uma reprovação explícita àqueles que tratam as Escrituras como livro puramente humano. Para combatê-los, clama aos Bispos empenho em formarem defensores dos Textos Sagrados, pregadores cômnicos de que **a santidade sem a ciência não adianta senão a si, pois incapaz de instruir na verdade** (SP 23). A divulgação e patrocínio dos Institutos Bíblicos (de Jerusalém e Roma) seriam o contributo do Papa nesse empreendimento, demandando que membros do clero, escolhidos de todas as partes do mundo, fossem enviados para esses estudos, logrando um conhecimento que agiria como tempero e fermento às suas palavras (SP 24-26).

Concluindo o documento, o Papa, sem desvalorizar o método alegórico e o sentido místico/espiritual, pede cuidado especial ao estudo do sentido histórico dos Textos Bíblicos. Salienta que embora o próprio Cristo e os Apóstolos “interpretem segundo o sentido figurado grande número de passagens, todavia, não reduzem a imagens todo o conjunto do texto” (SP 28), erro capaz de levar ao obscurecimento e perda do sentido originário das palavras dos Textos Bíblicos, e que, segundo o Papa, pode ocorrer mais facilmente com os defensores de uma interpretação livre das Escrituras.

### 2.1.3 Pio XII e a busca pelo equilíbrio entre a novidade e a prudência

Passados 50 anos da Encíclica de Leão XIII, em 30 de setembro de 1943, o Papa Pio XII apresentou à Igreja a Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, propondo celebrar essa data jubilar e atualizar o legado de seu predecessor<sup>69</sup>. Mesmo cognominada “Magna Carta dos estudos bíblicos” (DAS 2), Pio XII indica a necessidade de “ordenar o que os tempos atuais parecem exigir, para estimular cada vez mais todos os filhos da Igreja” (DAS 2), pois as novas investigações e **os novos exames científicos eram**

---

<sup>69</sup> A importância desta encíclica de Pio XII vai além, segundo Fitzmyer (1997, p.16; 2011, p.15), devido ao impacto que ela exerceu junto aos Movimentos Bíblico e Patrístico, sem este documento não haveria ocorrido o Vaticano II. A nova maneira de se relacionar com as Escrituras, fomentada pelo auxílio crítico de alguns métodos científicos, teria fornecido a base e o estímulo para muitas mudanças na Igreja que vieram no pós-guerra (FITZMYER, 2011, p.15-16).

**vistos por ele como estimulantes, oferecendo novos recursos e subsídios à exegese bíblica e patrística (DAS 18-19).**

Em um primeiro momento, o Papa faz um elogio a Leão XIII e a sua contribuição aos estudos bíblicos, especialmente quanto a demonstração de que os dados presentes nas Escrituras e contestados pelas ciências não invalidavam os Textos Sagrados, pois tais informações não constituem seu centro e objetivo (DAS 3-4). Há também uma referência à importância da criação da ‘Escola Bíblica de Jerusalém’ e da ‘Comissão Bíblica’, responsáveis por impulsionar os estudos bíblicos entre os católicos, reconhecidos, à época, pelo próprio Leão XIII, como em defasagem se comparados a estudiosos não católicos (PD 34).

Na sequência, recordou os Papas Pio X, Pio XI e Bento XV. De Pio X enalteceu seu contributo na instituição dos graus de mestre e doutor em sagradas escrituras; na prescrição do estudo da Bíblia nos Seminários; e na criação do Pontifício Instituto Bíblico, em Roma (DAS 6). Sobre Pio XI, lembrou o incentivo dado por ele ao fomento de um maior número de consagrados e presbíteros dedicados aos estudos das Escrituras (DAS 7-8). Bento XV é recordado por seu patrocínio à criação de Escolas Bíblicas; à realização de Semanas, Seminários, Congressos e toda sorte de Movimentos com o objetivo de fomentar o estudo e o contato orante com a Bíblia. No tocante à relação entre a Bíblia e o povo, é notabilizada a necessidade de uma continuação da empreitada iniciada por Leão XIII e fortalecida por Bento XV, facilitando o acesso dos Textos Sagrados nas línguas vulgares (as línguas vernáculas dos povos), de modo a não haver ‘família cristã que não possua a Bíblia, que não a leia e não a medite todos os dias’ (DAS 9-10; SP 46).

Ao falar das ciências auxiliares aos estudos das Escrituras, Pio XII sublinha os avanços da arqueologia, da história, dos estudos literários e da exegese patrística responsáveis por ilustrar os Textos Sacros “com maior clareza, e expô-los com maior precisão” (DAS 11). Um dos frutos dos avanços das ciências auxiliares deu-se pela crítica textual, possibilitando acesso aos Textos Sagrados livres dos acréscimos, lacunas, repetições e toda espécie de erros infiltrados por culpa dos copistas – tentativa que anos atrás era vista como afronta a sacralidade dos textos, como o próprio Papa aventa (DAS 13). Segue, ainda, comentando acerca da não oposição ao Concílio de Trento, ou diminuição da autoridade da Edição Vulgata, ao se falar da facilitação do acesso à Bíblia nas línguas originais (as edições críticas), pois a autoridade da vulgata dá-se exclusivamente para a Igreja Latina e em face às várias

traduções existentes cuja autenticidade era questionável, à época do Concílio de Trento (DAS 14).

O exame da Bíblia como aquele aplicado pelas ciências da linguagem a livros profanos, segundo o Papa Pio XII, deve ter em vista sua utilidade “para explicação da doutrina cristã ao povo, e (a que todos os fiéis vivam) uma vida santa, digna de um verdadeiro cristão” (DAS 15). Também o estudo referente aos gêneros discursivos empregados pelos autores sagrados, os esquemas linguísticos utilizados para exprimir o pensamento, são apresentados como de grande importância, uma vez que o modo escolhido por eles para expor e narrar o que lhes fora inspirado; nisto consistiria a “condescendência” de Deus, como exaltou São João Crisóstomo (DAS 20). A aproximação entre Estudos Bíblicos e Estudos da Linguagem é vista como passível de contribuir a que tanto os Estudos Bíblicos quanto a Teologia sejam capazes de ainda mais elevar a mente a Deus, alimentar a alma e fomentar a vida interior (DAS 16).

Concomitantemente ao incentivo do estudo das Escrituras e ao aperfeiçoamento das práticas científicas, o Papa incita a realização de avanços nos estudos dos Santos Padres (Patrística) – estes, estudiosos e intérpretes exemplares das Escrituras, possivelmente “menos fornecidos de instrução profana e de ciência linguística do que os intérpretes dos nossos dias, contudo, pelo lugar que Deus lhes deu na Igreja, distinguem-se por uma suave intuição das coisas celestes” (DAS 17).

Para além dos avanços feitos por comentadores católicos, são destacados alguns pontos das Escrituras como ainda mantendo-se obscuros e outros apresentando-se como insolúveis. Entretanto, a tais constatações recomendou não às encarar como empecilho à continuidade dos estudos, pois as questões que “hoje nos parecem sumamente complicadas e difícilimas, com uma constante aplicação virão a ser um dia plenamente dilucidadas” (DAS 24).

O extremismo intransigente quanto à acolhida das novidades advindas desses avanços é condenado pelo Papa. Recomenda, também, a manutenção da prudência por parte dos estudiosos (DAS 25; 15-16). Apenas no equilíbrio entre novidade e prudência afirma ser possível encontrar a verdadeira liberdade dos filhos de Deus.

Após esses esclarecimentos e recomendações, é feito um pedido de esforço aos pastores de almas visando “exercitar e fomentar entre os católicos o conhecimento e amor dos Livros Santos” (DAS 26). Os caminhos indicados pelo Papa são três:

1º) Viabilização do estudo da Bíblia e das línguas bíblicas nos Seminários.

2º) Busca pela difusão de exemplares dos Evangelhos entre as famílias cristãs.

3º) Promoção de um rico e frutuoso contato dos fiéis com a Bíblia, em língua vernácula, por meio das celebrações litúrgicas (DAS 26-30).

Segundo Johan Konings (2003, p.253-255), foi graças ao impulso dado por Pio XII, que no Brasil, a partir da década de 50, começaram a ser realizadas traduções das Escrituras a partir dos originais Hebraico/Aramaico e Grego; antes desse movimento as traduções que tínhamos eram aquelas do Português de Portugal, enquanto as feitas aqui tinham por base traduções em outras línguas, como o Italiano e o Francês<sup>70</sup>. A 'Liga de Estudos Bíblicos' (LEB) foi este movimento que reuniu biblistas católicos para uma tradução dos textos originais da Bíblia para o Português Brasileiro, sendo, mesmo inacabada, publicada pela Editora Abril.

#### **2.1.4 *Dei Verbum, renovadas luzes sobre a Revelação e sua interpretação***

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* teve por objetivo propor novas perspectivas para a Doutrina da Revelação e sua transmissão, apresentando a Revelação, por meio do Verbo, como o processo no qual a humanidade se tornou participante da natureza divina e, ao mesmo tempo, anunciadora desse mistério (DV 1-2). Esclarecendo o conceito Revelação, fez-se uma distinção deste para o conceito Inspiração. Basicamente, o documento apresentou a Inspiração como pressupondo a Revelação, à qual está a serviço, pois a Inspiração seria “a ação mediante a qual Deus habilita certos homens, escolhidos por ele a transmitirem fielmente por escrito a sua revelação” (DV 11), enquanto a Revelação seria a “plenitude da verdade divina” (DV 8).

O Concílio demonstrou que, desde a criação, Deus vem revelando-se à raça humana dando testemunho de Si, um testemunho que, devido ao pecado, torna-se

---

<sup>70</sup> Destacamos o importante papel da tradução para o Português Brasileiro, a partir da língua francesa, realizada pela editora Ave-Maria (1958), e que durante muitos anos foi a tradução mais popular dentre os católicos.

Nos anos que se seguiram vieram outras traduções que se destacaram, como a das Edições Paulinas (1967), vinda do Italiano; em 1981 chegou no Brasil a tradução da “Bíblia de Jerusalém”, esta vinda do Francês; a da Editora Vozes chegou em 1982, tendo por base diretamente as línguas originais dos Textos Bíblicos; e em 1993 a Editora Loyola apresentou a “Tradução Ecumênica da Bíblia” (TEB), esta vinda do Francês.

salvação (DV 3). Pela natureza, Deus é reconhecido como Criador; com Abraão e Sara, o homem e a mulher passam a fazer parte de seu povo; por Moisés e pelos profetas, Deus se apresenta como Pai providente e Justo Juiz (DV 3). Mas é no Cristo, Seu Filho, o Verbo Eterno, e por meio de suas obras e palavras, de sua morte e ressurreição, que a Revelação é aperfeiçoada e complementada, e o Deus de Amor é plenamente manifesto (DV 4).

Os padres conciliares reconheceram ser possível ao homem e à mulher chegarem a Deus pela “luz natural da razão’ (Rm 1,20)” (DV 6), e por ela serem conduzidos a uma adesão voluntária e obsequiosa a Ele (DV 5; DF 3). Essa adesão, entretanto, **contaria com a iniciativa comunicativa do próprio Deus**, quando, pelo auxílio e graça do Espírito Santo, abrem-se os olhos e a mente do fiel à Verdade e torna-se sempre mais profunda a compreensão da Revelação (DV 5-6).

O conteúdo dos atos e palavras de Deus (a Revelação) teriam por objetivo conduzir a cada fiel e a todo o Povo de Deus a uma vida mais santa e à “plenitude da verdade divina” (DV 8), a ser alcançada ao final dos séculos. A integralidade dessa Revelação e a continuidade e manutenção da obra do Cristo no tempo presente, nas palavras do Concílio, são asseguradas pela Igreja enquanto testemunha dos Apóstolos, aqueles aos quais o Cristo, “por sua própria boca” (DV 7), comunicou o Evangelho. Tanto a Sagrada Tradição, manifestada nas Sagradas Escrituras, quanto o Sagrado Magistério exerceriam papel importantíssimo à medida do auxílio a que as Escrituras, depositárias da Revelação, sejam “cada vez mais profundamente compreendidas” (DV 8) e **o Deus que outrora falou mantenha um permanente diálogo com os seres humanos de todos os tempos** (DV 8).

O Concílio expressou, desse modo, sua compreensão sobre a estreita e íntima relação entre a Sagrada Tradição e as Sagradas Escrituras, requerendo igual veneração (DV 9-10). Promanando ambas da mesma fonte divina, formariam “um só todo” (DV 9), tendendo “para o mesmo fim” (DV 9), e “cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas” (DV 10).

Como já havia sido expresso por Pio XII (DAS 35), reafirmou-se serem os hagiógrafos, sob inspiração divina, “verdadeiros autores” dos Livros do Antigo e Novo Testamento, os quais, em sua inteireza, a Igreja considera como consignando as verdades vindas do próprio Deus (DV 11). Tal perspectiva resgatou a compreensão

de Tomás de Aquino<sup>71</sup>, assumindo que Deus, nas Escrituras, falou à raça humana através de homens e de modo humano, valendo-se dos elementos linguísticos e literários comuns e disponível à época (DV 12; DAS 19-21). Ao intérprete, sob essa ótica, caberia uma investigação atenta sobre as circunstâncias culturais e históricas nas quais aprovou Deus se manifestar; para isso, é pedido destaque especial aos ‘gêneros discursivos’ utilizados, pois “a verdade é apresentada e expressa de maneiras diferentes nos textos” (DV 12), sem descartar os intercâmbios de sentido entre as eras. Demonstrou-se a consolidação de uma compreensão mais crítica sobre o processo de confecção das Escrituras e da abrangência do papel do hermeneuta bíblico.

Recordando São João Crisóstomo em sua homilia sobre Gêneses 17, os padres conciliares reconheceram ser parte integrante da Revelação o ‘modo como’ Deus escolheu para se manifestar, exprimindo de modo ainda mais admirável sua “condescendência” (DV 13)<sup>72</sup> para com a humanidade, “a fim de que conheçamos a inefável benignidade de Deus, e de quanta acomodação de linguagem usou, providente e cuidadoso que é de nossa natureza” (DV 13).

Há uma redescoberta do papel e do valor da história, por parte do Concílio. Nessa redescoberta é aceito que, tal como Deus fez pela Encarnação do Verbo, tanto o modo utilizado por Ele para relacionar-se com a raça humana quanto o como esta relação foi construída e transmitida nas Escrituras, vale-se de um movimento dialógico (DV 13-14), expressando um amor paciente e incondicional da parte de Deus.

A superação da historicidade dos textos do Antigo Testamento e as imperfeições e transitoriedades neles contidas se dariam, segundo o Concílio, pela leitura desses textos no conjunto da Revelação apresentada pelo Cristo (DV 15). O mesmo Cristo que por sua morte, ressurreição e ascensão atraiu todos para Si (Jo 12,32) e instaurou o Reino de Deus (DV 17). Somente assim, por uma leitura focada no contexto e nos intertextos, seria possível compreender a mensagem Revelada e reconhecer como as verdades contidas no Novo Testamento (com destaque para os 4 Evangelhos) já se fazem presentes no Antigo, de modo latente (DV 16).

---

<sup>71</sup> Na Lição 4, do Capítulo 1, de seu *Comentário à Carta de São Paulo aos Hebreus*, Tomás de Aquino (2020 [1953]) declara que “nas Escrituras as coisas divinas nos são apresentadas do modo como os homens normalmente usam” (tradução nossa).

<sup>72</sup> O termo grego utilizado é “*Synkatabase* - Συγκατάβαση”.

Outra proclamação importante do Concílio diz respeito à veneração das Sagradas Escrituras. É deixado claro que tanto a mesa do Pão Eucarístico quanto a mesa da Palavra, na Liturgia, nutrem a Igreja. A veneração prestada às Escrituras é apresentada como tendo de ser de igual valor e importância àquela veneração prestada ao Corpo do Senhor, devendo ser amplamente difundida na Igreja (DV 21-22).

Sendo, em todas as épocas, vigor e sustentáculo para a Igreja (DV 22), os padres conciliares exortaram a uma renovação na formação catequética, na liturgia (com destaque para a homilia), e na formação teológica dos ministros ordenados e leitores (DV 24-25), capazes de promoverem e contribuir para uma compreensão das Escrituras cada vez mais profunda (DV 23-24). Deste modo, iluminando as mentes, fortalecendo as vontades e inflamando os corações, seriam produzidos diversos e abundantes frutos (DV 23-24). Surge, nesse contexto, o convite à busca por recursos pedagógicos e metodológicos apropriados a uma piedosa e frutuosa aproximação dos Textos Sagrados, evocando “um novo impulso de vida espiritual” (DV 26).

## 2.2 – SEGUNDA ETAPA = O CRIAR COMUNIDADES

O “criar comunidades” será a Segunda Etapa neste percurso, momento no qual figurarão as CEBs e os GBRs. O maior contato com a Bíblia e o desejo das pessoas em buscarem conhecê-la cada vez mais será reconhecido como fruto da etapa anterior, motivando essas pessoas a reunir-se em comunidades, em grupos de estudos bíblicos.

Aliado ao Movimento Bíblico, o Movimento Litúrgico também figurará como difusor do Texto Sagrado, mas agora a partir das Celebrações da Palavra, que passam a ocorrer junto às comunidades desprovidas de sacerdotes. Também são marcos relevantes deste período o êxodo rural, assim como a forte evasão de fiéis, esta, resultado da migração para as Igrejas Pentecostais em busca de um encontro pessoal com Deus e sua Palavra.

### 2.2.1 As Comunidades Eclesiais de Base

Quando falamos de Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs) é sempre muito importante termos em mente não apenas a relação especial desses grupos para com a Bíblia, dentro da Igreja Católica, mas, também, nos recordarmos que esses grupos compõem uma estrutura maior, chamada Comunidade Eclesial de Base (CEB). Assim, para compreender o surgimento e missão dos GBRs será necessário compreender o que são as CEBs, sua fundamentação bíblica, eclesiológica e antropológica.

Figurando como instrumentos da ação divina e eclesial, as CEBs “[...] têm demonstrado grande riqueza e criatividade em sua maneira de ser e viver a vocação de Igreja presente no mundo” (Doc 25, n.31), pois têm nas Escrituras e na Eucaristia o seu centro e alimento (Doc 100, n.230; Doc 25, n.32). As ideias-chave que nutrem a vida dessas Comunidades de Base, seriam (Doc 25, n.12):

- a) A Igreja como Povo de Deus conduzido pelo Espírito.
- b) A Igreja como sacramento da unidade entre a humanidade e Deus, e dos seres humanos entre si, em outras palavras, a Igreja como Comunhão (LG 1).
- c) O papel insubstituível de leigos e leigas na Igreja (LG 76).
- d) A Igreja entendida como fermento (LG 32).

Historicamente, é impossível delimitar quem foi o ‘fundador’ das CEBs ou o primeiro lugar no qual elas surgiram. Porém, sabemos que os primeiros relatos dessas comunidades surgem na Igreja da América Latina, por volta da década de 1950, em um contexto eclesial que clamava por ‘novo impulso de vida espiritual em toda a Igreja’ (DV 25-26; LG 4) e que tiveram o Concílio Vaticano II como seu especial motivador e propagador.

Como “Igreja-Base” ou “Igreja na Base”, as CEBs **promovem uma verdadeira transformação no modo de ser e compreender a Igreja** (MAIMONE, 1998, p.45). Por esse motivo, as CEBs não podem ser confundidas com uma Pastoral ou Movimento da Igreja, pois como frisou Dom José Maria Maimone<sup>73</sup>: “Movimentos e Pastorais existem dentro da Igreja nos seus níveis” (Igreja Universal, Particular, Paroquial e CEB), já “a CEB é a Igreja na Base, é um nível na Igreja” (1998, p.37).

---

<sup>73</sup> É Bispo Emérito de Umuarama-PR, expoente representante do vigor das CEBs no Paraná. Como primeiro bispo daquela diocese, foi responsável por estruturar a vida pastoral diocesana toda ela na experiência da Igreja como Comunidade.

O primeiro documento Magisterial com referência explícita às CEBs foi a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI, em 1975. E em 1990, o Papa João Paulo II, na Encíclica *Redemptor Missio*, destaca um capítulo para falar sobre a atuação missionária das CEBs. No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já publicou dois documentos (o 'número 25', de 1980, e o 'número 92', de 2010) falando e esclarecendo a todos os fiéis acerca do papel das CEBs na vida da Igreja.

Os Bispos do Brasil, em 2010, ao apresentarem uma fundamentação bíblica para as CEBs, destacaram sua origem Trinitária. A 'comunhão' entre as Pessoas Divinas é o elemento basilar dessa reflexão, pois "a essência íntima de Deus não é a solidão, mas a comunhão de Três Pessoas" (CNBB, 2011, p.12). É essa mesma 'comunhão trinitária' que faz a Igreja ser 'comunidade', na qual cada um dos membros não apenas agrega o que falta aos outros, mas reforça o que cada um tem de único, só se reconhecendo inteiro quando em unidade com os demais membros.

A experiência do povo de Israel e posteriormente da comunidade cristã, confirmam essa essência comunitária, pois Deus está com seu povo (Nm 14,9; Js 22,31; 2Cr 15,2; Sl 109,5; Ab 1,15; Is 7,14), caminha com ele (Js 1,9; Nm 27,17; Dt 31,8; Mt 28,7.10; Mc 14,28; Lc 19,28), e não o abandona (Jo 14,21-24; Jo 15,26; Jo 16,26).

O próprio Jesus, em várias ocasiões, dá testemunho dessa comunhão (Jo 11,42; 14,24; Jo 15,16). Ele salienta que se dois ou três estiverem congregados em seu nome, ele próprio se faria presente (Mt 18,20). E em sua oração sacerdotal, explicita a natureza comunitária que deve ter a Igreja: "dei-lhes a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um" (Jo 17,22).

Sociologicamente, as CEBs se caracterizam por uma comunidade bastante heterogênea (FIORES; GOFFI, 2005, p.163). Essa heterogeneidade é vista como proveniente da natureza própria da Igreja, que em seus diferentes modos e expressões, sob o impulso do Vaticano II, quer manifestar e impelir a fé em Jesus Cristo, em cada realidade. Essa nova postura eclesiológica, segundo a qual ninguém passa despercebido e todos têm responsabilidade para com todos, fez o Papa Paulo VI afirmar que:

A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima, vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos,

caridade fraterna vivida e fração do pão<sup>74</sup>, não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunho, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo” (EN 15).

Os Bispos do CELAM, na Conferência de Medellín<sup>75</sup>, salientaram as comunidades eclesiais como sendo “o primeiro e fundamental núcleo eclesial” (MEDELLÍN 15,10); nelas se estruturam espaços de partilha e colaboração, onde todos os ministérios são valorizados, sacerdotes e leigos e leigas estão em íntima colaboração (MEDELLÍN 11,16-17; 15,6-7). Já na Conferência de Puebla<sup>76</sup>, ressaltou-se que essa natureza comunitária faz das comunidades eclesiais espaços de testemunho da liberdade e da solidariedade, onde a autoridade é exercida de modo participativo (PUEBLA 273). Na Conferência de Aparecida<sup>77</sup>, a ‘responsabilidade’ de todos para com todos, a ‘dinamicidade’ e o ‘acolhimento’ das diversidades são destaques dados ao papel das CEBs na Igreja do terceiro milênio (APARECIDA 170-172).

As Comunidades de Base, ao descentralizarem a atuação da Paróquia, ao mesmo tempo que unem a Igreja dão a ela as feições da cultura local, exprimindo cada vez melhor os tesouros da fé (RMi 51-52; EN 64; ChL 26.61). Em permanente estado de missão, com toda a Igreja, as CEBs geram uma Paróquia entendida como “rede de comunidades”, bem articulada e capaz de responder eficazmente às necessidades pastorais do mundo atual (APARECIDA 551.172-174).

Assim, essas Comunidades são assimiladas pela Igreja como lugares privilegiados para a evangelização e formação cristã, nas palavras da Conferência de Puebla, este é seu “primeiro serviço” (PUEBLA 364). Como consequência, elas passam a se tornar ponto de partida para a fundação de uma nova sociedade, de uma “civilização do amor” (RMi 51).

Todavia, não basta à Igreja e às CEBs serem um espaço de encontro entre os próprios membros da Paróquia. A eclesiologia do Vaticano II faz com que a Igreja se compreenda como “sinal da presença divina no mundo” (AG 19-22), aberta a todos, a uma “fraternidade universal, porque todos os homens são filhos do mesmo Pai e irmãos em Cristo” (RMi 43). E enquanto inserida no mundo, as Comunidades de Base

<sup>74</sup> At 2,42-46; 4,32-35; 5,12-16

<sup>75</sup> II Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida na cidade de Medellín, Colômbia, em 1968.

<sup>76</sup> III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1979, na cidade de Puebla, México.

<sup>77</sup> V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, realizada em 2007, na cidade de Aparecida, Brasil.

devem assumir “posições corajosas e proféticas, face à corrupção do poder político ou econômico; [...] usando os seus bens para o serviço dos mais pobres e imitando a simplicidade de vida de Cristo” (RMI 43), transformando-o desde dentro (MEDELLÍN 8,10).

Por estar permanentemente em frutuosa tensão, a Bíblia e a realidade social (REGAN, 1995, p.138) marcam o carisma das CEBs. Em tempos de crise, revestem-se de uma postura ao mesmo tempo acolhedora e profética, voltando-se para as fontes, na busca de inspiração e força para superação dos conflitos. Em tempos de tranquilidade, não assumem uma postura negligente frente às carências do próximo, indo ao encontro dos mais necessitados e partilhando-lhes a fé, o tempo e o pão material. **Essa relação entre fé e vida dão traços patrísticos às CEBs**, na qual a vida real de seus membros são o conteúdo de sua oração e reflexão, promovendo uma rica recuperação da verdadeira tradição da Igreja, (REGAN, 1995, p.145-146).

Em uma perspectiva antropológica, são determinantes nas CEBs as relações de proximidade, solidariedade e reciprocidade (CNBB, 2011, p.8), exercendo aquela diaconia a qual Jesus se refere que quando feita ao mais necessitado é feita a Ele próprio (Mt 25,40), e da qual dá exemplo em diversos momentos de sua vida, inclusive na última ceia (Jo 13,13-15). Como ‘missionária da misericórdia’ (Mm 9), a CEB, usando palavras do Papa Francisco, mais do que qualquer outra instância da Igreja é “hospital de campanha”, acompanhando

“com atenção e solicitude, os seus filhos mais frágeis, marcados pelo amor ferido e extraviado, dando-lhes de novo confiança e esperança, como a luz do farol dum porto ou duma tocha acesa no meio do povo para iluminar aqueles que perderam a rota ou estão no meio da tempestade” (AL 291).

Em linhas gerais, poderíamos dizer serem características básicas das CEBs (REGAN, 1995, p.141):

a) **Fazer da Igreja verdadeiro Povo de Deus**, onde as vocações e carismas surgem espontaneamente segundo as reais necessidades da comunidade, como manifestação do Espírito para o bem comum (1Cor 12,7).

b) **Manifestar-se como profunda comunhão de pessoas**, ‘sinal e instrumento de comunhão com Deus e de unidade entre todos os seres humanos’ (LG 1).

c) **Ser espaço e instrumento** de reconhecimento do insubstituível papel de leigos e leigas e de sua missão específica na Igreja e no mundo.

d) **Assumir a missão de ser fermento na/da Igreja** e sua ‘alma’, tornando a história humana e a história da salvação uma só, em razão de a Igreja na Base passar a reconhecer-se partícipe do mesmo itinerário e história que o resto da humanidade.

e) **Ler a Bíblia** redescobrimo o aspecto libertador da História da Salvação; realizando a vocação profética de luta por justiça, própria da Igreja; tornando cada vez mais presente e visível o Reino de Deus.

### 2.2.2 Os Grupos Bíblicos de Reflexão

Tendo claro o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua fundamentação bíblica, eclesiológica e antropológica, o foco, agora, recairá propriamente sobre os Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs) e sua missão na Igreja.

Dom Maimone, em sua Carta Pastoral de 1998 à Igreja de Umuarama, faz uma distinção básica entre os GBRs e as CEBs (1998, p.42), enfatizando que:

- Enquanto a CEB reúne muitas famílias (entre 50 e 300 pessoas), o GBR reúne algumas pessoas, não necessariamente famílias (no máximo 15 pessoas); a CEB se reúne em salões e igrejas, já o GBR se reúne em casas.

- A CEB celebra a Palavra, já o GBR estuda e reflete a Palavra.

- A CEB tem um coordenador, já o GBR tem um animador.

- Enquanto uma Paróquia é constituída por várias CEBs, uma única CEB é formada por vários GBRs.

Poderíamos dizer que os GBRs são o ‘coração’ da CEB, visto que, como frisa a Conferência de Aparecida, a Bíblia é a fonte da espiritualidade e farol das CEBs (APARECIDA 179-180). Sua tarefa é realizar a Palavra de Deus na realidade, procurando e promovendo uma vida mais evangélica (PUEBLA 629.641-642), fundamentada não apenas nos princípios doutrinários, mas também em atos (MEDELLÍN 5,5). A Comunidade surgida desse contexto transcenderia a compreensão de ‘Povo de Deus’ e passaria a se reconhecer como “Família de Deus” (MEDELLÍN 15,10), pois **perscrutada por Ele** (Rm 8,27), **íntima sua, ouvinte e praticante de suas ações** (Mt 12,50; Ef 2,19).

Os eixos Bíblico, Comunitário e Realidade, presentes na CEB, ficam ainda mais evidentes no GBR, que tem como diferencial o fato de que já “não se trata simplesmente de ouvir o texto lido ou proclamado, mas de discernir, a partir da releitura do texto, onde e como Deus está falando à comunidade aqui e agora nas

circunstâncias de sua vida” (REGAN, 1995, p.197). A mensagem bíblica, a salvação e a libertação concedidas pela fé no Cristo passam a não ser algo referente a um fato do passado, mas a um acontecimento atualizado constantemente (Mt 12,28; Lc 11,20).

Nesse percurso, como louvaram os Bispos Latino-Americanos (PUEBLA 248-249), **é uma marca desses grupos de reflexão a sua formação bíblica adaptada aos simples**. Inscrevendo-se no que passou a se chamar “catequese permanente” (APARECIDA 298), essa formação foi instada a seguir uma pedagogia menos formal, numa relação familiar, com características mistagógicas<sup>78</sup>, valorizando a experiência do ‘encontro pessoal’ com Deus.

### 2.2.3 A Pedagogia Bíblica dos GBRs

Explicitada a relação existente entre os Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), faz-se importante ponderar sobre quais características são próprias desses grupos, como se dá sua relação com a Bíblia e quais os frutos que essa relação oferece à Igreja.

Frei Carlos Mesters, em sua obra *Flor sem defesa*, apresenta os Grupos Bíblicos de Reflexão como “o fenômeno mais marcante da atual renovação da Igreja” (1984, p.90-91). Elenca uma variedade de nomes para esses grupos: grupos de reflexão, círculos bíblicos, círculos familiares, celebrações domésticas, grupos bíblicos, reuniões de grupo, encontros bíblicos e etc. (MESTERS, 1984, p.94).

Organizacionalmente é destacado que o “fato da vida” é sempre o ponto de partida das reflexões nesses grupos. Em alguns lugares, os subsídios dos encontros já trazem presente esse ‘fato da vida’, em outros, é requerida uma dinâmica de grupo no qual este será extraído da vida dos participantes.

Mesters descreve existirem grupos nos quais o Texto Bíblico já vem previamente indicado, mas há alguns, aqueles nos quais a familiaridade com a Bíblia é maior, o texto é escolhido na hora, levando em conta os fatos vividos no grupo. E salienta que quanto mais simples e menos complicado (rígido) for a estrutura desses

---

<sup>78</sup> Características mistagógicas remetem à formação cristã da Igreja primitiva e patrística que visavam “guiar para dentro do mistério” (MORAES, 2011, p.73) o fiel, aquele que estava se iniciando na comunidade cristã. O fiel, neste percurso, deve ir não apenas conhecendo mais a Jesus, mas fazendo uma experiência pessoal com Ele, uma experiência significativa e transformadora que o faz ‘amar como Jesus’, ‘pensar como Jesus’, em síntese, ‘viver como Jesus’.

grupos, mais rapidamente eles levam àquilo que ele considera como a atitude básica desses grupos: 'ler o evangelho da vida' (1984, p.94).

A pesquisadora Laura Maria Schneider Duarte (1986, p.40-41), em seu trabalho sobre a 'educação do povo nas CEBs', recorda que os Círculos Bíblicos promoveram o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base e forneceram um novo estilo para a formação cristã, passando a ter a Bíblia como seu livro base. As reflexões e discussões sobre os Textos Bíblicos promoveram um reconhecimento, por parte dos fiéis, de que também eles, como seguidores do Deus Vivo, eram personagens daquela história. Fazendo menção às palavras de Carlos Mesters, destaca que aos poucos a fé passou a misturar-se com a vida sofrida do povo (DUARTE, 1986, p.41).

A Conferência de Aparecida apresentou a formação bíblica na e da Igreja, mas especialmente dos GBRs, como um dos principais desafios dos nossos dias, afirmando que

é necessário educar o povo na leitura e na meditação da palavra: que ela se converta em seu alimento para que, por experiência própria, vejam que as palavras de Jesus são espírito e vida (Jo 6,63). Do contrário, como vão anunciar uma mensagem cujo conteúdo e espírito não conhecem profundamente? (APARECIDA 247).

E em algumas Dioceses, como a Arquidiocese de Londrina, os GBRs são assumidos em seu Plano de Ação Evangelizadora como "prioridade pastoral" (2013, 29), e a Palavra de Deus como o "fundamento e bússola" da ação evangelizadora (2013, p.29). E, para isso, estratégias como a criação e valorização de estruturas de formação de animadores, a conscientização de leigos, leigas e presbíteros da importância dos grupos, e a priorização do método da Leitura Orante (*Lectio Divina*), vem sendo assumidas (2013, p.31).

### 2.3 – TERCEIRA ETAPA = O SERVIR AO POVO

A Terceira Etapa, iniciada em 1968, é denominada "servir ao povo", e segundo Carlos Mesters e Francisco Orofino (2018) é aquela na qual a Igreja vive no tempo presente. A Conferência de Medellín, que em 1968 foi responsável por dar uma fisionomia 'latino-americana' ao Concílio Vaticano II, bem como o surgimento da Teologia da Libertação, inscrevem-se em um momento paradigmático para a Igreja.

A descoberta, por parte do povo mais simples, de que eles não conheciam verdadeiramente a Bíblia e de que muito de sua história de luta e sofrimento também havia marcado a história do povo de Deus, promoveu um modo novo de relacionamento entre fé e vida. A consciência da exigência de uma fé capaz de transformar as realidades sociais impulsionou o surgimento das Pastorais, e em 1970 fez nascer o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), objetivando preparar bíblicamente os agentes e assessores dessas pastorais, bem como servir de motor para o desenvolvimento de uma abordagem das Escrituras capaz de mesclar os anseios sociais e culturais com a vivência de uma fé engajada.

### 2.3.1 Carlos Mesters e a Leitura Popular da Bíblia

Dentre as diferentes pedagogias e suas estratégias metodológicas<sup>79</sup> utilizadas na Igreja do Brasil para promover aquele contato “ativo, pleno, consciente e frutuoso” (DV 25, SC 11), com a Bíblia, solicitado pelo Concílio Vaticano II, em favor de todos os fiéis, o método da Leitura Popular da Bíblia, do Frei Carlos Mesters<sup>80</sup>, é um dos mais difundidos. Utilizando-se de uma linguagem simples, familiar e ao mesmo tempo poética, Carlos Mesters mantém perfeita consonância e coerência com sua visão de que a vida é a primeira escola para o verdadeiro contato e compreensão da Bíblia (1971b, p.160; 2012, p.34; 1971a, p.7; 2003, p.17-20; 1999, p.14; 2005, p.27; 1993, p.184-185).

O gradual afastamento verificado entre o estudo/ensino da Bíblia e o povo, sob a perspectiva de Mesters, parece ser simples e grave ao mesmo tempo, pois reside no fato de que

a explicação da Bíblia está desligada da rede da vida, preocupada quase exclusivamente com o passado, preocupada em dizer exatamente o que foi que aconteceu, sem nos revelar o sentido e o alcance daquilo que está acontecendo hoje. [...] Se conservamos a lembrança das coisas que aconteceram com o povo da Bíblia, é porque esse povo, com sua experiência de vida, tem a dizer algo a nós, hoje, sobre a nossa vida. Este deve ser, assim nos parece, o objetivo principal da explicação da Bíblia [...] (2003, p.17-18).

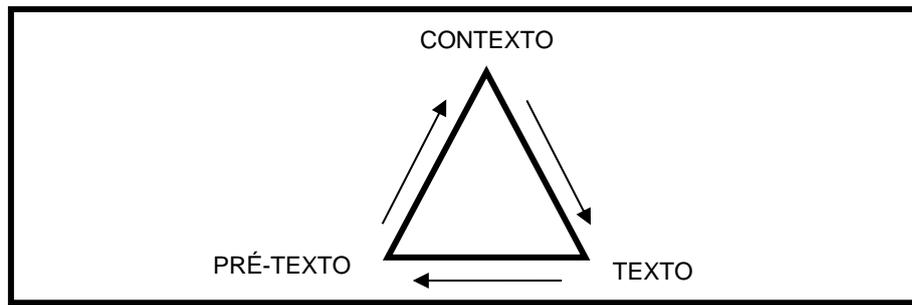
<sup>79</sup> Definimos ‘estratégias metodológicas’ como o conjunto das ‘práticas pedagógicas’ (métodos) e das ‘ferramentas pedagógicas’ (metodologias) empregadas para dar efetividade a uma determinada pedagogia (com seus ‘pressupostos metodológicos’).

<sup>80</sup> Frei Carlos Mesters nasceu em 20 de outubro de 1931, na Holanda. Aos 17 anos veio para o Brasil e aos 20 entrou para a Congregação dos Freis Carmelitas. Estudou no Pontifício Instituto Bíblico e na *École Biblique*, em Jerusalém. Doutorou-se com a tese: *O tema do Êxodo na composição do Apocalipse*. A partir de 1969 passou a dedicar-se a um trabalho voltado às CEBs e seu modo de ler a Bíblia. Em 1978, juntamente com uma equipe ecumênica de biblistas, fundou o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI). Atualmente atua junto ao CEBI com a parceria de Mercedes Lopes e Francisco Orofino.

O leitor da Bíblia nos grupos bíblicos, segundo Mesters, não é um indivíduo desejoso de informações do Texto Sagrado acerca de fatos acontecidos no passado distante ou visando saber o que Deus disse e fez 'naquele momento', na verdade, quando este vai ao encontro da Bíblia "quer encontrar dentro do texto algo que ressoe dentro dele mesmo e que sirva para sua vida de fé" (MESTERS, 2012, p.34). Ao rezar os Salmos e dizer 'o Senhor é meu Pastor', para aquele que reza o pronome possessivo '**meu**' diz respeito ao '**mim**' dele e não da pessoa que escreveu o Salmo; e o mesmo ocorreria ao pronunciar o termo 'Senhor', o qual, para um cristão, faz remeter imediatamente à figura de 'Jesus', diferentemente de quem escreveu o texto (MESTERS, 2005, p.25). É justamente nesta capacidade de diálogo, pelo qual o leitor coloca-se perante o Texto Bíblico, que residiria a característica atemporal e perene da Bíblia, e, assim, "as mesmas alegrias e tristezas, angústias e apreensões, certezas e dúvidas" (1970, p.11) que afligem cada ser humano em todas as épocas são por ela respondidas.

Para o método da Leitura Popular da Bíblia, o dado que move o fiel leitor ao Texto Bíblico não reside na Bíblia em si, mas em sua realidade. Devido a isto, diferentemente de outros, este método valoriza a maneira como cada um, a seu modo, encara a Bíblia e a faz dialogar com sua existência. Superando, desta forma, o questionamento do porquê a Bíblia é considerada como de difícil compreensão, fato que residiria na ausência de comunicação entre **nós e a Bíblia** (MESTERS, 2003, p.18-19).

Realidade, Comunidade e Bíblia constituirão os três ângulos da interpretação bíblica. A realidade é o 'pré-texto', as pessoas envolvidas e seus conflitos; a comunidade é o 'contexto', o lugar no qual a fé promove transformação; e a Bíblia é o 'texto', por meio do qual a vida do indivíduo e da comunidade é renovada. Partindo do pré-texto, o indivíduo busca compreender a si e seus conflitos; em seguida, voltando-se para o 'contexto', a fé e a comunidade de fé são colocadas na equação; e o modo como essa fé e a comunidade na qual o indivíduo se encontra, interagem com os conflitos da realidade é que são confrontadas com o texto. Esse texto, por sua vez, promove uma mudança no modo com o indivíduo compreende a si e a realidade; agora, examinando a realidade sob a ótica do Texto Bíblico, o indivíduo busca interagir com essa realidade, promovendo sua transformação, mantendo um movimento contínuo. Esse movimento transformador pode ser expresso do seguinte modo:

Figura 1<sup>81</sup>

Esses três ângulos articulados constituiriam aquilo que Mesters, em sua obra *Flor sem defesa*, chama de 'atitude interpretativa do povo', a 'bela flor' (1984, p.88). Atitude constituída por três características que preservam íntima unidade entre si: liberdade; familiaridade; fidelidade (1984, p.34-38).

Por si, a Bíblia não bastaria para produzir liberdade, antes, seria necessária uma nova experiência de vida fundamentada na comunidade. É a liberdade frente à Bíblia aquela responsável por promover a superar das perspectivas fundamentalista, literalista e historicista, pois o que verdadeiramente é levado em conta é o "valor simbólico que existe na vida e nos fatos" (MESTERS, 1984, p.35), assim como a "caminhada global da Igreja particular" (MESTERS, 1984, p.35).

A familiaridade com o Texto Bíblico não diria respeito a um conhecimento completo da Bíblia, mas ao sentimento de "quem se sente em casa dentro da Bíblia" (MESTERS, 1984, p.36). Quando se percebe ser a Bíblia um livro para todos, surgiria um novo olhar para ela, a atitude interpretativa passa a ser outra e a "dura realidade vivida hoje se torna um critério na interpretação do texto antigo e lhe dá uma certa conaturalidade para captar o sentido literal em toda a sua amplitude" (MESTERS, 1984, p.36). A Bíblia passaria a ser experimentada como o livro da Igreja, da família de Deus.

A fidelidade estaria em primeiro lugar não em relação ao sentido que o texto traz em si, mas no sentido que o povo descobre no texto para sua vida, pois "**a preocupação principal do povo não é interpretar a Bíblia, mas é interpretar a vida com a ajuda da Bíblia**" (MESTERS, 1984, p.37, grifo nosso).

A ortodoxia ou o aprimoramento da fé são salientados como não sendo as reais preocupações do povo, que busca, sim, "**conhecer a vontade de Deus, para poder**

<sup>81</sup> Esta figura, por nós elaborada, tem por base uma figura que consta na obra *Flor sem defesa*, de Carlos Mesters (1984, p141).

**colocá-la em prática**” (MESTERS, 1984, p.128, grifo nosso). Neste sentido, Mesters apresenta nove características do método a partir das ações geradas pelo método – pela ortopraxis<sup>82</sup> (1984, p.123-126):

1ª) **Ler o Evangelho na vida:** É o pressuposto do povo ao usar a Bíblia, buscando ver melhor o plano de Deus e já encaminhar ações concretas que levem a viver esse plano em suas vidas.

2ª) **Todos aprendizes da vida e do Evangelho:** Não há professores nem alunos, a perspectiva é de todos como companheiros de jornada, trocando conhecimentos e experiências para descobrir o Espírito Santo falando.

3ª) **Antes, durante e depois:** A reflexão da vida a partir do Evangelho gera uma visão mais ampla e libertadora quanto à realidade, com seus acertos e erros, pois se aprende com o passado e promove um engajamento transformador para o futuro.

4ª) **Análise da realidade:** Há o confronto entre o ideal evangélico e a vida, e tal análise dinâmica é instrumento de superação da alienação e de uma fé descompromissada.

5ª) **Atitude de pesquisa:** O método é gerador de profundo conhecimento sobre a realidade, suas mazelas, seus desafios, e promove envolvimento e discipulado.

6ª) **Bom senso e sabedoria natural do povo:** Há uma confiança no *sensus fidelium*, nesse bom senso gerador de maturidade, fazendo vencer os fundamentalismos, e que, ao mesmo tempo, revela as contradições e encaminha para sua superação, à luz do Evangelho.

7ª) **A união faz a força:** Aos poucos a consciência comunitária vai aflorando, descobre-se a necessidade de uma melhor organização social e religiosa, pois agora o povo se reconhece fator de sua própria história.

8ª) **Independência progressiva:** O leigo, a leiga são vistos e se veem como corresponsáveis da ação evangelizadora e da transformação social da paróquia, do bairro, da cidade, da diocese.

---

<sup>82</sup> “A palavra ‘ortopraxis’ vem das palavras gregas *orthós*, que significa direto ou direito, e *praxis*, que significa fato, ação ou prática. A ortopraxis é evidentemente orientada para ser entendida em comparação com a ortodoxia. Se a ortodoxia tem a ver com a crença correta, a ortopraxis é orientada para corrigir a ação; em vez disso, representa uma relação crítica entre doutrina ou teoria, por um lado, e ação ou prática, por outro. Doutrina e ação são condicionadas ou mediadas entre si. A doutrina deve provar sua verdade na prática; a prática deve ser inspirada pela doutrina e dar origem a uma nova reflexão doutrinal” (HENN, 2018, n.p. – tradução nossa).

9ª) **Interpretação transformadora:** Nasce a preocupação de, ao mesmo tempo, ouvir e praticar a Palavra de Deus; procura-se compreender a realidade, mas, sobretudo, transformá-la de acordo com o Evangelho.

O método da Leitura Popular se aproximaria bastante do procedimento metodológico utilizado pelos Santos Padres nos primeiros séculos da Igreja (MESTERS, 1984, p.129), em um contínuo processo de encarnação do Verbo, 'fazendo nascer o menino que o Espírito, no hoje da Igreja, nela gerou' (MESTERS, 1984, p.130).

Diante das críticas sofridas por um método assim estruturado, no qual a lógica racional dá lugar à lógica simbólica, não tendo critérios seguros da boa e correta execução da interpretação, Mesters deixa claro que seu objetivo é superar a "convicção de que usou bem a Bíblia aquele que soube explicar bem o sentido que o texto tem em si, o sentido literal" (1984, p.143). Para isso, enfatiza serem os três ângulos da interpretação bíblica três forças articuladas, que entram em jogo e contribuem para seu uso correto: vida, ciência, fé; ou, povo, exegese, Igreja (1984, p.140-142):

- A Vida do Povo: É o hoje histórico no qual o povo está inserido, sua situação religiosa, familiar, cultural, social, econômica, política. É o pré-texto, aquilo que trazemos conosco e que preexiste em nós e nos leva a buscar um sentido para a vida no texto.
- Ciência exegética: É o bom senso, a sabedoria natural, a mentalidade crítica, livre de ideias preconcebidas e que, por amor à verdade, tem no Texto Bíblico sua bússola.
- Fé da Igreja: É a visão própria que o cristão tem de Deus, é a fé da comunidade, autora e aprendiz da Bíblia, agindo como contexto na leitura. É o Espírito dando novo sentido à leitura e à vida.

Resgatar a importância de cada uma dessas três forças seria reequilibrar a tensão fecunda que deve existir entre elas (MESTERS, 1984, p.142), uma tensão capaz de evitar que uma delas assuma a posição de destaque e torne improdutivo ou obscuro o Texto Bíblico. No intuito de exemplificar como devem estar articuladas essas forças, Mesters concebe uma metáfora a partir do instrumento musical:

O texto é a corda, o contexto é a caixa de ressonância, o pré-texto é o motivo que leva a tocar e o público que pede a alegria de uma música. Sem o público que pede, sem um motivo para tocar, sem a caixa de ressonância, o que

sobre são umas cordas, uns textos, que não produzem música por si (1984, p.143).

Mesmo que cronologicamente uma dessas forças ocupe a posição inicial no ato da interpretação bíblica, isto não significaria sua superioridade sobre as demais. É justamente a capacidade de articulação entre elas, a integração do estudo do texto com a vida de fé da comunidade e a realidade vivida pelo povo, o que Mesters considera como faltando aos outros métodos (1984, p.143).

Fica evidente que sob essa perspectiva, quanto mais o leitor compreende sobre si mesmo, sobre sua realidade histórico-social, mais o texto passa a ter relação com a vida desse leitor, de modo que seu significado é ampliado, pois o mundo no qual esse leitor se insere passa a ser visto à luz do Texto Bíblico. É neste sentido que a leitura da Bíblia é dita como não sendo realizada para adaptá-la, mas para manter o leitor fiel a ela e a seu modo de pensar (MESTERS, 2005, p.28).

Se “cada povo vive e expressa, a seu modo, dentro da sua cultura, o seu relacionamento com Deus” (MESTERS, 1999, p.13), a história do leitor, o dado sociológico no qual ele se insere, será pressuposto fundamental do método da Leitura Popular da Bíblia. Seu objetivo constitui-se na transformação do mundo presente, em outras palavras, na consolidação do Reino de Deus (e que não se confunde na adoção de uma postura proselitista).

Compreender os elementos linguísticos e as situações de produção do Texto Bíblico é apenas um incremento neste percurso. Ter apenas estes elementos como o foco principal seria o motivo pelo qual muitos realizam cursos bíblicos e ainda assim sentem que não conhecem da Bíblia por considerarem seus textos muito complicados ou desligados de sua realidade:

[...] as dificuldades em torno da Bíblia aparecem com maior frequência lá onde, através de cursos, aulas e leituras, o povo procura obter alguma informação sobre o problema literário da Bíblia e sobre a situação histórica e cultural daqueles tempos do passado. [...]. Para eles, a Bíblia continua sendo um livro difícil, confuso, incerto complicado e problemático. As informações recebidas vão criando neles um complexo de ignorância cada vez maior [...] (MESTERS, 2012, p.39).

A solução do conflito não residiria em ter-se ou promover-se uma explicação mais exata do conteúdo presente na Bíblia, mas em vê-la como um organismo, em seu conjunto, e o como ela relaciona-se com a vida (MESTERS, 2012, p.47). Quando a ênfase começa a recair sobre o conteúdo da conversa e não mais no ato da conversa em si, a Bíblia torna-se “uma voz quase anônima, gravada num longínquo passado, que só valia pelo conteúdo das verdades divinas que comunicava e

transmitia” (MESTERS, 2012, p.45-46), nascendo um abismo entre a linguagem e o método de interpretação do exegeta e do povo, enquanto este busca um sentido para a vida, aquele está preocupado com o sentido do texto em si (MESTERS, 1984, p.121).

Numa tentativa de apresentar sinteticamente o método da Leitura Popular da Bíblia, Carlos Mesters e Francisco Orofino caracterizam-no como composto de dez elementos básicos (MESTERS; OROFINO, 2018):

- 1º) A Bíblia é reconhecida e acolhida pelo povo como Palavra de Deus<sup>83</sup>.
- 2º) Ao ler a Bíblia, o povo das Comunidades traz consigo a sua própria história.
- 3º) A nova experiência de Deus e da vida torna-se critério para a leitura popular.
- 4º) Deus é experimentado como próximo.
- 5º) A Bíblia já não é vista como um livro estranho.
- 6º) A descoberta de que a Palavra de Deus não está só na Bíblia.
- 7º) A Bíblia passa a animar e a confirmar a caminhada da comunidade.
- 8º) Produz-se uma ligação profunda entre Bíblia e vida.
- 9º) Compreender a Bíblia deixa de ser atividade dos exegetas.
- 10º) A fé e a fraternidade são importantes ambientes para a interpretação.

Para apresentar sua compreensão acerca do verdadeiro papel que o método da Leitura Popular da Bíblia deve ter na Igreja, Mesters constrói outra metáfora, dizendo que: “os óculos devem ser feitos de acordo com os olhos, para que seja melhorada a visão. Quando os olhos devem adaptar-se aos óculos, a vista se estraga e o mundo escurece” (1984, p.88). E para que não se caia neste erro de supervalorização do método por ele apresentado, este é considerado como nunca totalmente acabado, também em contínuo processo de renovação e aperfeiçoamento (CAVALCANTI, 2007, p.94).

É devido a esta característica de renovação e aperfeiçoamento que reconhecemos a prática do Letramento Bíblico como em estreitos vínculos com o método da Leitura Popular, quer no sentido de comunhão entre alguns pressupostos (como a valorização do leitor como sujeito da interpretação e a abertura desta interpretação para além do sentido literal), quer no que diz respeito à aplicação dos novos métodos relacionados aos avanços científicos no âmbito da Linguística e da

---

<sup>83</sup> Os trechos considerados problemáticos e ou obscuros são lidos em consonância com os demais textos (especialmente os Evangelhos) e com os pressupostos da fé.

Pedagogia, sobretudo no que tange ao reconhecimento da enunciação do texto como só existindo na medida da relação com um leitor concreto, perspectiva bastante difundida hoje e que pode enriquecer o que propôs Carlos Mesters.

## 2.4 – QUARTA ETAPA = A EXPERIÊNCIA PESSOAL<sup>84</sup> COM JESUS<sup>85</sup>

A Quarta Etapa na qual o Movimento Bíblico se encontra, **segundo nossa compreensão**, teve como marco inicial a Conferência de Aparecida, em 2007, e está centrada na “experiência pessoal com Jesus”. Passados mais de dez anos da V Conferência do CELAM e com o florescer do pontificado do Papa Francisco, o binômio “discípulo-missionário”, apresentado em Aparecida como consequência da experiência pessoal com Jesus (APARECIDA 11), deixa de figurar nos discursos e passa a ser expresso na prática pastoral. Os documentos *Caritas in Veritate*<sup>86</sup>; *Verbum Domini*<sup>87</sup>; *Lumen Fidei*<sup>88</sup>; *Evangelii Gaudium*<sup>89</sup>; *Amoris Lætitia*<sup>90</sup>; *Misericordia et Misera*<sup>91</sup> e *Aperuit Illis*<sup>92</sup>, dos Papas Bento XVI e Francisco, apresentam essa nova perspectiva de ser Igreja. Doravante, o Texto Bíblico, a Eucarística e a Missão passam

---

<sup>84</sup> Esta ‘experiência pessoal’ remete à experiência querigmática, motivadora de uma adesão total e consciência à novidade de Jesus, que passa a dar novo sentido a sua vida e resposta a seus questionamentos mais íntimos (MORAES, 2011, p.46-47). É neste sentido que Pio XI, na Encíclica *Studiorum Ducem* (1923), afirma que sobre Deus e as coisas relativas a Ele só pode dizer que conhece se com o próprio Deus mantém relação (vivência) de intimidade – o que BOFF (1999, p.129) chama de “fé-experiência”

<sup>85</sup> A referência a Jesus aqui presente diz respeito ao Jesus da fé (o Verbo, Deus feito carne), aquele pelo qual o fiel pode ter acesso por intermédio das Escrituras e da fé compartilhada, aquele mesmo que se faz presente na pregação apostólica (At 2,22-32; 1Pd 1,3-13; 1Jo 1,1-3). Este Jesus é aquele pelo qual a salvação se fez presente a todos e cuja adesão pessoal faz ascender qualitativamente a fé (RAHNER; THÜSING, 1972, p.211). A relação com o Jesus histórico é levada em conta na medida em que “este homem e sua realidade humana como tal é também momento interno de nossa própria realização salvífica consumada e plena como tal e não só em sua história temporal” (RAHNER, 1989, p.363).

Salientamos o fato de o ambiente de contato com Jesus nos Grupos Bíblicos, aquele ao qual nos referiremos em nossa tese, não se constitui em um ambiente de investigação e especulação teológicas, tal como aquele dos Cursos de Teologia, mas é ambiente de amadurecimento e crescimento na fé, vivida eclesialmente e alimentada pelo diálogo profícuo e existencial do fiel com Deus por meio das Escrituras.

<sup>86</sup> Encíclica do Papa Bento XVI, de 29 de junho de 2009.

<sup>87</sup> Exortação Apostólica do Papa Bento XVI, de 30 de setembro de 2010.

<sup>88</sup> Encíclica do Papa Francisco, de 29 de junho de 2013.

<sup>89</sup> Exortação Apostólica do Papa Francisco, de 04 de novembro de 2013.

<sup>90</sup> Exortação Apostólica do Papa Francisco, de 19 de março de 2016.

<sup>91</sup> Carta Apostólica do Papa Francisco, de 20 de novembro de 2016.

<sup>92</sup> Carta Apostólica do Papa Francisco, de 30 de setembro de 2019.

a ser destacados como o centro da vida cristã e o único caminho para a revitalização das Instituições Eclesiásticas e dos cristãos do terceiro milênio.

Consideramos ser fundamental deter-nos em dois importantes documentos do Magistério recente da Igreja que apontam para a temática das Sagradas Escrituras. Portanto, analisaremos a Exortação Apostólica *Verbum Domini*, e como Bento XVI retoma, aprofunda e atualiza elementos da Constituição Dogmática *Dei Verbum*; bem como, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, e as contribuições que o Papa Francisco trouxe à Igreja ao examinar o tema da leitura e da interpretação das Escrituras sob a ótica da missão e do discipulado.

#### **2.4.1 Bento XVI e a experiência individual e comunitária com as Escrituras**

A Exortação Apostólica *Verbum Domini* refere-se à Palavra de Deus como “coração da vida cristã” (VD 3), e recorda que desde os primórdios a comunidade cristã se encontra e se fortalece na escuta, celebração e estudo dessa Palavra (VD 3). O documento é dividido em três partes: 1ª) A Palavra de Deus, o Deus que fala à humanidade e a humanidade que respondem a Deus; 2ª) A Palavra na Igreja, o como a Igreja se relaciona liturgicamente com a Palavra de Deus; 3ª) A Palavra no Mundo, a dimensão missionária e intercultural sob a qual a Palavra de Deus se faz presente no mundo. Seu objetivo é apresentado como sendo o de influenciar eficazmente a relação das Sagradas Escrituras sobre a vida pessoal, a Liturgia, a Catequese, e as investigações científicas, de modo que “a Bíblia não permaneça uma Palavra do passado, mas uma Palavra viva e atual” (VD 5).

Na primeira parte, o documento apresenta Deus como buscando um diálogo com o ser humano (VD 6), e, por esse motivo, esclarece o quê e como Ele fala e como o homem e a mulher devem acolher e responder a essa Palavra. Embora a relação entre Deus e o fiel esteja embasada em uma experiência pessoal com este Deus, que “fala e responde às nossas perguntas” (VD 4), é destacado que “só podemos aprofundar a nossa relação com a Palavra de Deus dentro do ‘nós’ da Igreja, na escuta e no acolhimento recíproco” (VD 4). Assim, retomando o evangelista João, são expostos elementos da fé Cristológica e da Doutrina da Trindade para fazer perceber o desejo de Deus em se comunicar como “dom absoluto” (VD 6), fonte do mistério cristão (VD 7).

Essa “Palavra única que se exprime de diversos modos” (VD 7), em uma perfeita sinfonia entre as partes e o todo (VD 13), teria o Cristo como centro e a vontade salvífica como seu fim (VD 7-14), quer no ‘livro da natureza’ quer no uso ‘analógico da linguagem humana’. E tal Palavra, frisa o documento, desde a encarnação, não possui somente voz, ela tem um rosto e é o de Jesus de Nazaré (VD 12).

Ao falar sobre a relação entre o Espírito Santo e a Palavra Divina, é salientado ser impossível uma autêntica compreensão dessa Palavra sem a ação (o auxílio) do Espírito Santo (VD 15-16), porquanto, é graças a Ele que “a Palavra de Deus exprime-se em palavras humanas” (VD 15), e é graças a sua assistência que essa Palavra se mantém viva e dinâmica na Igreja, através da Tradição e do Magistério (VD 17-18).

Segundo o Papa Bento XVI, ler as Escrituras como mera curiosidade histórica seria não as reconhecer como obra do Espírito Santo, como inspirada, seria como fechar os ouvidos e o entendimento à voz do Senhor e à sua atuação (VD 19). Somente um aprofundamento da “dinâmica da inspiração” (VD 19) é descrito como capaz de levar à compreensão da verdade contida nesses textos. E mesmo o silêncio é apresentado como etapa decisiva no diálogo com Deus e na compreensão de sua Palavra, pois ele “prolonga as suas palavras anteriores. Nestes momentos obscuros, Ele fala no mistério” (VD 21).

O documento apresenta como ponto de partida para o diálogo com Deus o reconhecimento de ser dado ao homem e à mulher, por pura graça, a faculdade de escutar e responder à Palavra divina, uma vez que o ser humano é seu livre destinatário (VD 22). Sem esse dom e sem esse reconhecimento, é admitido não ser possível ao homem e à mulher compreenderem a si mesmos, acharem respostas às perguntas mais profundas de seu coração e saciar sua sede de vida eterna (VD 22-23).

Nesse colóquio existencial, segundo o documento, a oração emerge como resposta da fé a Deus, e

deste modo, a Palavra que o homem dirige a Deus torna-se também Palavra de Deus, como confirmação do caráter dialógico de toda a revelação cristã, e a existência inteira do homem torna-se um diálogo com Deus que fala e escuta, que chama e dinamiza a nossa vida (VD 24).

Em tal contexto, é trazida a figura de Maria, aquela na qual “a reciprocidade entre Palavra de Deus e fé foi perfeita” (VD 27), fazendo dela modelo para todos os seguidores de Cristo.

Ao referir-se à hermenêutica bíblica, é assinalado que “o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja. [...]. Aliás, é precisamente a fé da Igreja que reconhece na Bíblia a Palavra de Deus” (VD 29). Qualquer interpretação que prescindia da fé teria apenas caráter preliminar e necessariamente incompleto, pois é a leitura na fé a responsável por fazer crescer as Escrituras e vice-versa (VD 30). Assim, a afirmação de que “a Bíblia é o livro da Igreja” (VD 29) ganha um duplo significado: A Bíblia é tanto **a coletânea dos textos** que a Igreja reconheceu como inspirados, quanto é a **expressão da vivência da fé** no Deus vivo. Enquanto conjunto de textos seletos ela contém as verdades da revelação em vista da salvação de todos; já como expressão de uma fé viva, ela é testemunho (testamento) do relacionamento amoroso de um Deus que fala e responde a seu povo em cada momento de sua história.

Os três critérios básicos da interpretação para que se possa respeitar a dimensão divina das Escrituras, apresentados pelo Concílio Vaticano II, são reafirmados (VD 34): O primeiro deles é a necessidade de interpretar o texto na unidade das Escrituras; o segundo refere-se à nunca deixar de ter presente a Tradição da Igreja, com sua diversidade e riqueza; e o terceiro diz respeito a ser observada a analogia da fé, em um movimento complementar aquele do estudo científico.

Segundo o Papa Bento XVI, quando levados em conta, esses critérios produzem uma interpretação teológica das Escrituras, evitando vê-las como pura historiografia e um texto do passado; superando um reducionismo positivista e secularizante, que torna tudo obra humana; afastando-se de uma hermenêutica que nega a atuação divina na história humana (VD 35).

É salientado que essa postura não significa o abandono ou a não utilidade de teorias e/ou métodos científicos na interpretação das Escrituras, pelo contrário, “é necessário uma fé que, mantendo uma adequada relação com a reta razão, nunca degenera em fideísmo, que se tornaria, a respeito da Escritura, fator de leituras fundamentalistas” (VD 36). Nesse sentido o Papa recorda a contribuição dos Santos Padres que, como exímios intérpretes das Escrituras, souberam promover uma saudável e profícua relação entre os conhecimentos racionais (filosóficos) e os dados da fé (VD 37) – trabalhados como ‘sentido literal’ e ‘sentido espiritual’ do texto, respectivamente –, e transcendendo a literalidade do texto, puderam: encontrar as respostas mais profundas para suas inquietações (VD 38); identificar a unidade de

toda a Escritura (VD 39); e manter uma estreita relação de continuidade e complementaridade entre o Antigo e o Novo Testamento (VD 40-41).

Concluindo a primeira parte, o documento alerta para o fato de que “a revelação bíblica está profundamente radicada na história” (VD 42) e nela se vai manifestando progressivamente. Por este motivo, faz-se extremamente importante conhecer os destinatários e os elementos histórico-literários que compuseram o contexto de produção do Texto Bíblico. Essas informações de caráter contextual devem ser levadas em conta na leitura e interpretação das Escrituras, todas à luz do Cristo e da inteireza da revelação, evitando o fundamentalismo, mantendo o diálogo com diferentes interpretações e expressões culturais nas quais ela se insere, gerando frutos pastorais (VD 42-46).

A segunda parte é iniciada fazendo referência à realidade da Igreja, morada de Deus entre nós. Ser acolhido nesta morada implicaria um movimento de renovação do homem e da mulher mediante o acolhimento do Verbo de Deus (VD 50). E lembrando João Paulo II e o Concílio Vaticano II, o Papa Bento XVI reafirma que tal relação de acolhimento não é obra do passado, mas continua ininterruptamente no seio da humanidade, pois, para que seja Mestra e fiel Esposa, a Igreja deveria se manter diuturnamente na escuta e anúncio da Palavra de Deus, posto que “a Igreja não vive de si mesma, mas do Evangelho; e do Evangelho tira, sem cessar, orientação para o seu caminho” (VD 51).

Em sendo a Igreja a ‘casa da Palavra’, o documento reforça o dado da Liturgia, impregnada da Palavra Divina, como sendo o lugar privilegiado no qual Deus fala e seu povo escuta e responde (VD 52). E por ser a Liturgia o lugar e momento da experiência pessoal e comunitária da palavra atual e viva, também a Igreja deve estar presente numa verdadeira hermenêutica da fé, e os fiéis devem ser educados e motivados a “saborear o sentido profundo da Palavra de Deus que está distribuído ao longo do ano na liturgia” (VD 52).

Os Sacramentos da Igreja, radicados na Palavra, mostrariam o modo do agir de Deus na história, embasados no ‘caráter performático’ da Palavra, deixando evidente que Deus ‘diz e faz’ (VD 53). Há um destaque para o Sacramento da Eucaristia, pois expressa o mistério do Verbo que se dá como alimento e nos explica as Escrituras (VD 54-55). Mas as Escrituras, por si só, já carregariam essa sacramentalidade, já que são o sinal visível do Deus invisível, em analogia a Encarnação e à Eucaristia (VD 56).

A Eucaristia, então, faria perceber a unidade do mistério da Revelação e exigiria uma postura diferenciada para com as Escrituras e a Palavra proclamada. E no tocante à proclamação da Palavra o documento ressalta: A importante e adequada preparação dos ministros leitores e das homilias dos ministros ordenados (VD 57-60); o necessário cuidado com os livros litúrgicos da palavra, especialmente o Evangelário; a valorização da mesa da palavra em consonância com a mesa da eucaristia; o cuidado com a acústica do templo e a particular atenção a ser dada aos cegos e surdos (VD 66-71).

É presente no documento uma crítica a recorrente negligência em relação aos Textos Sagrados na administração dos sacramentos da Penitência e da Unção dos Enfermos, esquecendo-se que a Palavra de Deus é palavra de reconciliação, misericórdia, conforto, amparo e força (VD 61).

A Liturgia das Horas é exaltada como “forma privilegiada de escuta da Palavra de Deus” (VD 62), e como oração pública da Igreja, manifesta “o ideal cristão de santidade do dia [...], de modo que toda a atividade encontre o seu ponto de referência no louvor prestado a Deus” (VD 62). Por estes motivos é recomendada a sua difusão entre todos os fiéis.

Ao tratar das formas de piedade popular, as Celebrações da Palavra são piedosamente recomendadas, sobretudo nos tempos do Advento, Natal, Quaresma e Páscoa, mas, também, como preparação para a Celebração Dominical (VD 65).

Em mais uma recordação ao Magistério de João Paulo II, é recomendada a promoção entre os cristãos, neste terceiro milênio, de uma constante escuta da Escrituras (VD 72). Para isto, é pedido um esforço pastoral visando que toda a ação da Igreja seja animada pela Bíblia, sendo a catequese um espaço de destaque (VD 73-74). A constituição de Escolas Bíblicas, Cursos Bíblicos, com ênfase na Leitura Orante, são outras recomendações capazes, segundo o Papa Bento XVI, de contribuir para a formação de um verdadeiro apostolado bíblico (VD 75.86-87).

Na terceira e última parte, o foco do documento recai sobre a Palavra de Deus no mundo, seu anúncio a outros povos e nos mais diversos espaços. Neste sentido, é recordado Jesus como o Verbo Encarnado do Deus invisível, o **“Narrador’ de Deus”** (VD 90, grifo nosso), e a humanidade é apresentada tanto como destinatária dessa mensagem, quanto como sua arauta a todos os povos (VD 91).

É apontado que o anúncio missionário, desde o início do cristianismo, sempre foi visto como consequência natural do discipulado, da adesão ao Cristo (VD 92). E

como “o Senhor oferece a salvação aos homens de cada época” (VD 93), é a Palavra de Deus quem ilumina, purifica, converte e anima a todos os que se abrem ao Espírito Santo.

Diante da atual missão da Igreja no mundo contemporâneo, é reconhecida a necessidade da adoção de novas modalidades de comunicação para a Palavra de Deus, fazendo-a cada vez mais eficaz. Para isto, seria necessária uma constante abertura ao Espírito Santo, um audacioso anúncio do Reino e do mistério da Pessoa do Cristo, um sólido testemunho das Escrituras, bem como uma profunda estima pela liberdade de consciência e religião (VD 97-98).

A superação da superficialidade no encontro com o Senhor, o verdadeiro compromisso no mundo e nossa responsabilidade diante do Cristo, são apontados como desafios de nossa época. A Palavra que “ilumina a existência humana e leva as consciências a reverem em profundidade a própria vida” (VD 99) é enfatizada como sendo a mesma palavra que “denuncia, sem ambiguidades, as injustiças e promove a solidariedade e igualdade” (VD 100), além de patrocinar a reconciliação e a paz (VD 102). Tais desafios a serem superado exigem uma recepção da Palavra que a faça encontrar morada em nós, tal como aconteceu com Maria (VD 66), “tornando-nos mais atentos à ligação que há entre a escuta amorosa da Palavra de Deus e o serviço desinteressado aos irmãos” (VD 103), fazendo-nos reconhecer a “verdadeira beleza que se manifesta nas coisas criadas” (VD 108).

Devido ao vínculo indissolúvel entre a Palavra Divina e as palavras humanas (VD 109), é salientado não haver espaço, cultura, e linguagens nas quais Deus não possa se fazer presente e se comunicar, em um constante processo de inculturação (VD 114). Tal perspectiva implica em reconhecer uma relação fecunda entre a Igreja e a história, em todas as suas manifestações culturais: línguas, filosofia, ciência, arte e, ultimamente, na internet (VD 109-113). Entretanto, o documento salienta que “a Palavra Divina é capaz de penetrar e exprimir-se em culturas e línguas diferentes, mas a própria palavra transfigura os limites de cada uma das culturas, criando comunhão entre povos diversos” (VD 116), demonstrando seu caráter universal e universalizante.

## 2.4.2 A missão e o discipulado no panorama da leitura bíblica, segundo Francisco

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, em seu objetivo de apresentar a fecundidade da alegria do Evangelho, abre-se a uma riqueza de temas, dentre os quais temos a hermenêutica bíblica. A análise que iremos empreender não trará uma explanação integral do documento, tal como feita com a Exortação Apostólica *Verbum Domini*, examinaremos exclusivamente àqueles pontos que oferecem contribuição significativas para compreensão da interpretação dos Textos Bíblicos, agora contemplados e enriquecidos sob o critério da missão e do discipulado.

O documento apresenta a necessidade de que a Igreja cresça na interpretação dos Textos Bíblicos, algo, inclusive, inerente à Igreja que se pretende discípula-missionária. Essa necessidade, de modo algum, excluiria a possibilidade de coexistência de diversas linhas filosóficas, teológicas e pastorais dentro da Igreja. Na verdade, segundo o Papa Francisco, “tal variedade ajuda a manifestar e desenvolver melhor os diversos aspectos da riqueza inesgotável do Evangelho” (EG 40).

Neste constante processo de discernimento, contando com o auxílio do Espírito Santo (EG 40), é recordado o que já havia sido dito pelo Papa João Paulo II na Encíclica *Ut Unum Sint*, ao enfatizar a necessária “renovação das formas de expressão” (UUS 19), de alguns costumes e práticas radicados na história e não ligados diretamente ao Evangelho, e que embora tenham prestado serviço ao anúncio e compreensão das Escrituras, no contexto atual e aos fiéis de hoje (nas mais variadas culturas), podem não mais serem eficientes, devendo ser atualizadas, mantendo a vitalidade da mensagem divina (EG 41-43). Explicitando essa realidade, o Papa Francisco convida a Igreja a não ter medo de rever suas práticas e linguagem.

O pragmatismo e o utilitarismo na interpretação das Escrituras, que buscam “resultados rápidos, fáceis ou imediatos” (EG 146), são bastante criticados pelo Papa, pois evidenciariam uma cultura com déficit na capacidade de exercitar a paciência e atribuir tempo, interesse e dedicação gratuita a algo. Em outras palavras, essa sociedade na qual vivemos apresentaria dificuldade em pôr em prática o amor a Deus, aquele amor que faz uma pessoa “deter-se todo o tempo que for necessário, com a atitude dum discípulo: ‘Fala, Senhor; o teu servo escuta’ (1Sm 3,9)” (EG 146). E ler e interpretar as Escrituras é precisamente empreender um diálogo com Deus, reforçando a aliança e os vínculos de amor (EG 143).

A obviedade do fato de o Texto Bíblico estar localizado geograficamente, linguisticamente (com gêneros discursivos específicos) e distante temporalmente entre o hoje daquele que lê e de seu contexto de produção é reapresentada como **dado preliminar e elementar na busca de uma hermenêutica inculturada e eficaz** (EG 143.147-148). Neste sentido, o Papa afirma que “por mais que nos pareça termos entendido as palavras, que estão traduzidas na nossa língua, isso não significa que compreendemos corretamente tudo o que o escritor sagrado queria exprimir” (EG 147)<sup>93</sup>.

Também a dinâmica de nos ater aos detalhes dos elementos linguísticos e estilísticos é apresentada como de menor importância quando comparada “a mensagem que confere estrutura e unidade ao texto” (EG 147). Seria essa mensagem estruturadora, muitas vezes não observada nem mesmo pelos pastores, a fomentadora de uma verdadeira articulação das ideias, motivo pelo qual um texto

escrito para consolar, não deveria ser utilizado para corrigir erros; se foi escrito para exortar, não deveria ser utilizado para instruir; se foi escrito para ensinar algo sobre Deus, não deveria ser utilizado para explicar várias opiniões teológicas; se foi escrito para levar ao louvor ou ao serviço missionário, não o utilizemos para informar sobre as últimas notícias (EG 147).

E justamente para evitar pregações enfadonhas, ineficazes e inadequações deste tipo, é rememorado ser uma recomendação tradicional da Igreja o ato de ler os Textos Sagrados colocando-os sempre “em ligação com o ensinamento da Bíblia inteira, transmitida pela Igreja” (EG 148)<sup>94</sup>.

Como uma espécie de ‘remédio’ aos erros descritos anteriormente e em vista de uma modalidade de escuta das Escrituras apta a produzir efeitos concretos, o documento recomenda a *Lectio Divina* (EG 152). Segundo o Papa, a Leitura Orante promoveria a capacidade de sintonia com a mensagem principal (estruturante) da Palavra, sem com isso, deixar de manter relação com a vida de seu praticante (EG 152-153). Em vista de fugir da tentação de ler as Escrituras buscando conformar o

<sup>93</sup> O reconhecimento desta mutabilidade da língua foi utilizado como argumento principal para que o Papa Francisco alterasse o nome do “Arquivo Secreto Vaticano” para “Arquivo Apostólico Vaticano”, haja vista a perda semântica da palavra ‘*secretum*’, que significa “particular”, passando a ganhar tom pejorativo ao ser associada à palavra ‘segredo’ (FRANCISCO, 2019).

<sup>94</sup> Mais recentemente, pela Carta Apostólica *Aperuit Illis* (que institui o Terceiro Domingo do Tempo Comum como Domingo da Palavra de Deus), o Papa Francisco resgatou o testemunho de Santo Efrém e ressaltou que as Escrituras trazem uma riqueza inesgotável assim como são inesgotáveis os modos de nos aproximarmos dela. Nossa postura deve ser como aquela do sedento que se sacia tomando fonte sem a esgotar, de modo que “muito mais é o que perdemos do que o que tomamos” (AI 2) dos Textos Sagrados.

texto a seus esquemas, é sugerido ao leitor realizar algumas perguntas a si, a Deus e ao texto:

“Senhor, a *mim* que me diz este texto? Com esta mensagem, que quereis mudar na minha vida? Que é que me dá fastio neste texto? Por que é que isto não me interessa?” ou então: “De que gosto? Em que me estimula esta Palavra? Que me atrai? E por que me atrai?” (EG 153).

Assumindo a figura do Pastor, o Papa alerta ser natural a ocorrência de tentações quando há o propósito por um contato mais íntimo com Deus através de sua Palavra, como:

sentir-se chateado e acabrunhado e dar tudo por encerrado; outra tentação muito comum é começar a pensar naquilo que o texto diz aos outros, para evitar de o aplicar à própria vida. Acontece também começar a procurar desculpas, que nos permitam diluir a mensagem específica do texto. Outras vezes pensamos que Deus nos exige uma decisão demasiado grande, que ainda não estamos em condições de tomar (EG 153).

Todavia, encoraja a que tais situações não levem ao afastamento da alegria de Deus, o qual não exige uma resposta completa, mas apenas convida a olhar com sinceridade para si, para a própria vida, e a dar o primeiro passo (EG 153).

Voltando-se exclusivamente aos ministros ordenados, exorta a serem bons contempladores da Palavra, devendo, deste modo, também serem bons contempladores do povo a eles confiados. Esse seria o gesto de prestar atenção aos sinais dos tempos, em referência ao que dissera o Papa Paulo VI, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*:

profundamente amalgamadas não apenas com as pessoas, como também com as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo, que caracterizam este ou aquele aglomerado humano, tem o papel de assimilar o essencial da mensagem evangélica, de a transpor, sem a mínima traição à sua verdade essencial, para a linguagem que esses homens compreendam e, em seguida, de a anunciar nessa mesma linguagem (EN 63).

E “(bastaria) percorrer as Escrituras, para descobrir como o Pai bom quer ouvir o clamor dos pobres” (EG 187). Somente assim, segundo o Papa Francisco, a pregação, o ensino das Escrituras, se transformaria em um verdadeiro “discernimento evangélico” (EG 154), pois preocupado em reconhecer os apelos que Deus faz ressoar em cada momento histórico, e em manter abertas as portas das Escrituras, pela partilha de seus tesouros e pela geração de familiaridade entre o crente e seu Deus, que lhe fala por Sua Palavra (EG 175).

Em uma referência tanto a pastores quanto aos responsáveis pelo ensino das Escrituras, é chamada a atenção para aqueles momentos nos quais o conhecimento mais afasta o fiel do que o aproxima de Deus, ocasiões em que a elaboração

conceitual mais distância da realidade do que promove o engajamento, e, em algumas vezes, até a relativiza (EG 194). A esses personagens, o Papa se manifesta energicamente e convoca à reflexão: “para quê ofuscar o que é tão claro? Não nos preocupemos só com não cair em erros doutrinários, mas também com ser fiéis a este caminho luminoso de vida e sabedoria” (EG 194).

Concluindo suas reflexões acerca das Escrituras, o Papa recomenda que católicos e judeus possam cooperar numa maior compreensão das riquezas contidas nos textos do Antigo Testamento, pois

embora algumas convicções cristãs sejam inaceitáveis para o Judaísmo [...], há uma rica complementaridade que nos permite ler juntos os textos da Bíblia hebraica e ajudar-nos mutuamente a desentranhar as riquezas da Palavra, bem como compartilhar muitas convicções éticas e a preocupação comum pela justiça e o desenvolvimento dos povos (EG 249).

Tal percepção de complementaridade que pode haver entre as experiências de judeus e cristãos no diálogo com as Escrituras, demonstra o reconhecimento de que a enunciação presente nos Textos Sagrados não se limita a ser significativa e a dizer algo apenas a um grupo, mas se dirige a todos aqueles que buscam a Deus de coração sincero e que estão dispostos a dialogar com Ele.

## 2.5 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO

Procuramos, neste capítulo, apresentar os elementos teológicos e doutrinários que tanto justificam o problema levantado por nós na introdução (O que fazer para se promover a passagem de uma leitura ‘parafrástica’ para uma leitura ‘polissêmica’ do Texto Bíblico?), quanto apontam para a resposta a ser apresentada mais adiante.

**Justificam o problema** à medida que explanam o panorama dos vários momentos pelos quais passou o Movimento Bíblico na Igreja do Brasil, demonstrando o caminho de um aperfeiçoamento na intimidade com os Textos Bíblicos, revelando-se cada vez maior nos últimos 129 anos – caminho marcado, em sua etapa inicial, pela Encíclica *Providentissimus Deus* e, em sua etapa atual, pelo Documento da V Conferência do CELAM, tendo as CEBs e os GBRs como seu coroamento.

Foram evidenciadas as contribuições de Leão XIII, Bento XV, Pio XII e Paulo VI. De Leão XIII, as contribuições versaram sobre seu incentivo à realização de

avanços nos estudos bíblicos, salientando-os como o coração e alma da teologia. No caso de Bento XV o destaque recaiu sobre sua promoção a que todos os lares cristãos tivessem acesso à Bíblia, e recomendando a humildade aos intérpretes das Escrituras, pois nem sempre o que sabe mais interpreta melhor (SP 16). A contribuição de Pio XII, tida por alguns como a de maior peso<sup>95</sup>, aponta as novas técnicas e práticas científicas como estimulantes à exegese bíblica e patrística (DAS 18-19), ao mesmo tempo em que destacou o valor da tradição e frisou o objetivo pastoral dos estudos das Escrituras. Paulo VI e o Vaticano II, reforçaram o aceite da razão como auxiliar do homem e da mulher a que estes cheguem a Deus e o reconheçam tanto no livro da natureza quanto nas Escrituras; além de conclamarem todos na Igreja a terem um contato ativo, pleno, consciente e frutuoso com a Bíblia.

No contexto do Vaticano II enfatizamos as CEBs como tendo sido assimiladas pela Igreja como lugares privilegiados para a evangelização e formação cristã. Ao descentralizarem a atuação paroquial dão à Igreja características próprias das comunidades locais, explicitando os tesouros da fé (RMi 51-52; EN 64; ChL 26.61). E, na atualidade, o Papa Francisco identifica as CEBs como “hospital de campanha”, pois espaço privilegiado de acolhida e de manifestação do Evangelho na sociedade, capaz de transformá-la desde dentro.

E sendo a Bíblia fonte da espiritualidade das CEBs (APARECIDA 179-180), os GBRs figurariam como o coração dessas Comunidades. **Nesses** Grupos Bíblicos e **por meio deles** é que se concretizaria o anseio da Igreja em fazer ressoar nas Escrituras a vida de fé de cada comunidade, elemento que justamente dá à Bíblia características atemporais (MESTERS, 1970, p.34.11). Mas, para tanto, devido à realidade histórica desse percurso, requer-se a adoção de uma prática pedagógica e metodológica adequada aos contextos e aberta à transformações.

Neste sentido, os elementos apresentados até aqui **apontam para uma resposta** àquela pergunta inicial, à medida que buscamos esclarecer os pressupostos teológicos e doutrinários de uma Leitura e Interpretação das Escrituras capaz de satisfazer aos anseios da Igreja (quer no que diz respeito ao Magistério, quer no que tange às expectativas do *sensus fidelium*). Dentre esses pressupostos sobressaem: i) a necessidade do reconhecimento da cooperação entre os elementos divinos e humanos na composição das Escrituras; ii) a exigência de que o intérprete se

---

<sup>95</sup> Por exemplo, esta é a postura defendida por Fitzmyer (2011, p.15).

aproxime das Escrituras a partir da mesma fé que as inspirou; iii) a abertura à possibilidade de atualização de alguns conceitos e sentidos, para determinados textos e palavras, que hoje já não correspondem totalmente àquilo que o Texto Bíblico sugere em seu conjunto; iv) a aceitação de cooperação de outras ciências na tarefa interpretativa, com o acolhimento de quem dá a última palavra sobre a validade das interpretações sugeridas; bem como, v) **a necessária constatação de que a tarefa interpretativa deve estar à serviço da fé dos fiéis, de seu crescimento espiritual e da manutenção da vitalidade e atualidade das Escrituras.**

Dentre as várias práticas pedagógicas e métodos apresentados e já utilizados na Igreja, aquele da Leitura Popular da Bíblia desponta como composição legitimamente brasileira, bastante recorrente nos GBRs, e como ferramenta capaz de valorizar o leitor no ato da interpretação, deixando claro que aquele que sabe explicar bem a Bíblia nem sempre é aquele que se atém ao sentido literal (MESTERS, 1984, p.37.143). Esta perspectiva apontaria para a superação daquela compreensão do Texto Bíblico como sendo difícil, deixando de ser “uma voz quase anônima, gravada num longínquo passado” (MESTERS, 2012, p.45), pois agora é dado valor ao como cada um, a sua maneira, faz a Bíblia dialogar com sua existência.

Entretanto, sob nosso ponto de vista, ao assumir o contexto social do leitor como ponto de partida para a leitura e compreensão do Texto Bíblico, o método da Leitura Popular corre o risco de restringir este processo à parâmetros sociológicos – o que ocorre devido à ferramenta teórica adotada em sua elaboração, a mesma da Teologia da Libertação. Salientamos que um dos pressupostos da Leitura Popular é a necessidade de manter-se aberto a atualizações, a complementos, nunca devendo ser considerado totalmente pronto e acabado (CAVALCANTI, 2007, p.94). Deste modo, a perspectiva teórica das Teorias do Letramento, que assumem o intertexto e o diálogo como premissas, evidencia-se como possibilidade de enriquecimento ao método da Leitura Popular, em vista da obtenção do Letramento Bíblico.

Assim, o próximo capítulo consistirá na exposição dos fundamentos das Teorias do Letramento e nas possibilidades que esta ferramenta conceitual e prática pode oferecer de contribuição para a formação de um leitor competente, sem prescindir de uma análise dos quatro elementos que articulam a leitura (autor, texto, contexto e leitor), tendo por foco o intertexto como realidade mediadora (objeto).

Se a Bíblia exprime a Palavra de Deus em palavras humanas (VD 15), é importante a utilização de ferramentas de estudo que voltem seu olhar para esta dimensão humana, a linguagem, como incentiva o Vaticano II e o Papa Bento XVI. Em resposta a isto, evidenciaremos como a interpretação por meio de uma prática de letramento poderá levar o leitor a ampliar sua compreensão do Texto Bíblico, por meio das ferramentas linguísticas (os gêneros, o léxico e os intertextos), e, por elas, reconhecer os apelos históricos de Deus sem complicar o que é fácil (EG 175.194). Deste modo, quanto maior for a compreensão do leitor sobre o texto, maior será sua compreensão sobre si, sua fé e o mundo no qual está inserido. Somente uma leitura assim articulada será capaz de levar o leitor a reconhecer e a compreender a mensagem contida na Revelação, aquela que dá unidade ao texto e faz a mensagem sempre atual.

### 3. PRELIMINARES À COMPREENSÃO DAS TEORIAS DO LETRAMENTO

“Representar uma linguagem significa representar uma forma de vida!”  
(Wittgenstein).

O termo ‘letramento’ surge no Brasil nos anos 80<sup>96</sup> em discursos de especialistas da área de Educação e Ciências da Linguagem, como Mary Kato, na obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de 1986. Mesmo Kato, à época, não deixava claro aquilo que compreendia por ‘letramento’. Foi com Angela Kleiman, em seu livro *Os significados do letramento*, que o termo foi se definindo e ganhando contornos únicos em nosso país, uma vez que embora não compusesse o léxico das ciências no Brasil, vários estudiosos, como o caso de Paulo Freire, já o vinham desenvolvendo conceitualmente – Bill Cope e Mary Kalantzis destacam esse papel de Paulo Freire em uma configuração diferenciada dos estudos sobre letramento no Brasil (2015, p.186-189).

De acordo com as Teorias do Letramento, o indivíduo letrado é aquele que atua de modo competente no uso social da língua, compreendendo e produzindo textos nas mais variadas modalidades, dos mais diversos gêneros e temas. Letrado é aquele capaz de ler (interpretar) o texto em suas entrelinhas, selecionar os recursos linguísticos apropriados a seus objetivos e à circunstância na qual o discurso será realizado. Distintamente, alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, que domina o código linguístico.

Compreendemos o letramento como um processo pedagógico iniciado muito antes de o indivíduo saber ler, saber decodificar os signos linguísticos, pois está ligado **à compreensão do lugar ocupado por este indivíduo no mundo e o modo como ele se apropria da própria cultura e linguagem** (das relações mantidas por ele com seu contexto vital e imediato). É nesta mesma linha que, décadas antes<sup>97</sup>, Paulo Freire destacava a ligação entre linguagem e seu contexto como inseparáveis:

---

<sup>96</sup> A partir desta data e da afirmação da importância da disciplina de Linguística Aplicada diversos são os estudos que vêm sendo realizados em importantes Universidades do país, como: Unicamp (Universidade Estadual de Campinas); USP (Universidade de São Paulo); UFMG (Universidade Federal de Minas), PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); UFSM (Universidade Federal Santa Maria – RS) e UCS (Universidade de Caxias do Sul - RS).

<sup>97</sup> Bill Cope e Mary Kalantzis falam em três gerações de estudos acerca do Letramento. A primeira geração seria aquela vinda diretamente de Paulo Freire, por volta dos anos 60; já a segunda geração seria a desenvolvida a partir dos estudos Brian Street, nos anos 80; enquanto a terceira geração seria decorrente dos estudos de multiletramentos, por volta dos anos 2000 (COPE; KALANTZIS, 2015,

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (1985, p.11-12).

Oportunizar o letramento, desta maneira, não seria propriamente ensinar, mas propiciar ao indivíduo a capacidade de transpor todo seu conhecimento prévio para o mundo das o texto. Em consequência disto seria promovida uma leitura do texto de modo contextual e intertextual, e seria gerado um enriquecimento por parte do leitor, do texto e do contexto (da fé e da cultura).

Segundo Magda Soares (2009), o conceito 'letramento' tem sua origem no termo em inglês '*literacy*', que nesta língua significa a "condição de ser letrado", sendo compreendido lá como sinônimo de 'alfabetização'. Pode-se dizer que as dificuldades quanto à conceituação de 'letramento' se devem ao fato de ele cobrir "uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais" (SOARES, 2009, p. 65). Quando, então, utilizamos este conceito, temos em mente um fenômeno mais amplo que aquele dos domínios da escola<sup>98</sup> e da língua escrita<sup>99</sup>, o definindo como "uma prática social, não simplesmente uma habilidade técnica e neutra, e que está sempre embutido em princípios epistemológicos socialmente construídos" (STREET; MAY, 2017, p.5, tradução nossa)<sup>100</sup>, envolvendo uma "relação de ensino-aprendizado que cria o potencial para a construção de condições de aprendizagem que conduzam a uma participação social plena e equitativa" (CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG *et al*, 1996, p.60, tradução nossa)<sup>101</sup> - Desta maneira, seria considerado 'letrado' o indivíduo ou grupo social que utiliza das habilidades linguísticas para atuar na sociedade por meio da linguagem, transformando a si, a sociedade e a própria linguagem.

---

p.187-188). É salientada, pelos autores, a relação profícua entre as teorias da segunda e terceira gerações com as teorias de Freire.

<sup>98</sup> Pois como as práticas sociais se dão nas mais variadas esferas culturais, "existem diferentes letramentos associados a diferentes domínios da vida" (BARTON; HAMILTON, 2000, p.10, tradução nossa)

<sup>99</sup> Uma vez que "os atos de ler e escrever não são os únicos modos de significar e compreender textos" (BARTON; HAMILTON, 2000, p.12, tradução nossa), abarcando a oralidade e demais modalidades de semiotização.

<sup>100</sup> "A social practice, not simply a technical and neutral skill, and that it is always embedded in socially constructed epistemological principles" (STREET; MAY, 2017, p.5,).

<sup>101</sup> "A teaching and learning relationship that creates the potential for building learning conditions leading to full and equitable social participation" (CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG *et al*, 1996, p.60).

Mikhail Bakhtin e seu círculo<sup>102</sup>, contribuíram teoricamente para o desenvolvimento da concepção de letramento. Este teórico apresenta uma perspectiva do uso da língua que valoriza o enunciatário e os conhecimentos que este traz consigo no momento da interação com o enunciado. Nessa esteira, Kleiman afirma que o fenômeno do letramento “extrapola o mundo da escrita” (2008, p.18). Com efeito, o letramento envolve um conjunto de eventos particularmente organizados, com objetivos e em contextos específicos, estando para além da mera decodificação de informações (BARTON; HAMILTON, 1998, p.7; STREET, 1995, p.12), esse fenômeno requer uso de **múltiplas fontes de conhecimento**, articuladas intertextualmente, para que possa haver efetiva compreensão e frutuoso diálogo com o enunciado (STREET, 1995, p.12.136; BARTON; HAMILTON, 2000, p.10-11; (CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG *et al*, 1996, p.61). Por sua vez, os eventos de letramento e demais atividades exercidas em sociedade estruturam um conjunto que pode ser denominado de prática de letramento, formando a identidade dos indivíduos e cooperando para as relações interpessoais dentro do grupo (BARTON; HAMILTON, 1998, p.6-7).

### 3.1 O PROCESSO DE LEITURA E SUAS QUATRO CONCEPÇÕES

Tendo claros os princípios orientadores das Teorias do Letramento, passaremos aos conceitos envolvidos no processo de leitura: autor, texto e leitor. Tanto o conceito ‘autor’ quanto ‘leitor’ destacam-se por serem historicamente e ideologicamente localizados, isso quer dizer que ambos são marcados pela situacionalidade<sup>103</sup> na qual estão inseridos - entretanto, quer autor, quer leitor, atuam subjetivamente dentro de seus condicionamentos, não se limitando a eles (PINSKY, 2011, p.19).

---

<sup>102</sup> Referimo-nos ao círculo bakhtiniano. Além do próprio Mikhail Bakhtin (1895-1975), integravam o círculo outros tantos intelectuais, dentre os quais se destacam Valentin Nikoláievitch Volóchinov (1895-1936) e Pável Nikoláievitch Medviédev (1891-1938) (BRAIT, 2009, p.17).

<sup>103</sup> Segundo SCHILLEBEECKX (1995, p.71, tradução nossa): “(A situação, a situação, refere-se), em sentido geral, ao contexto sociocultural e existencial dos homens aos quais o evangelho é anunciado aqui e agora; a situação concreta em que a tradição da fé é transmitida pelos cristãos às novas gerações - aos contemporâneos, que vivem uma cultura moderna, com seus bens e males, seus novos conhecimentos e sua sensibilidade própria; mas também com seus pontos cegos, suas parcialidades e seus preconceitos [...]. De modo que a situação é um todo complexo de contingências parcialmente analisáveis, mas nunca totalmente inteligíveis. Logo, nenhuma teoria pode abarcar a situação em sua totalidade”.

Ao falar sobre **o autor**, Bakhtin afirma que este “está por inteiro no produto criado”, mas “apenas nela (na obra) é que devemos procurá-lo” (1997, p.28), pois “vemos o criador apenas em sua criação, jamais fora desta criação” (1997, p.403). Daí surge uma distinção entre o “autor-criador” e o “homem-autor”. O “homem-autor” é o indivíduo biográfico, que existiu histórica e geograficamente localizado; por sua vez, o “autor-criador” é o sujeito do discurso, o posicionamento discursivo assumido pelo indivíduo biográfico, inserido numa determinada formação discursiva. O primeiro é componente da vida, o segundo componente da obra (BAKHTIN, 1997, p.32), e é com o segundo que o leitor entra em contato.

A aproximação entre autor e leitor se dá por meio **do texto** (da obra), caracterizado como produto da atividade da linguagem em permanente funcionamento na sociedade (BRONCKART, 1999, p.137). Como produto da atividade da linguagem, o texto pode ser compreendido sob duas perspectivas:

**a)** Ligado à escrita e a representação gráfica das palavras. Esta é a perspectiva mais tradicional e vê o texto em sentido *stricto*.

**b)** Abarcando toda a maneira de configurar signos, seja de forma verbal ou não verbal. Esta é uma perspectiva do texto em sentido *lato*.

A perspectiva mais ampla é a que possibilita ver como textos também as pinturas, as esculturas, as músicas, as danças e os gestos. Entretanto, por mais diversas que possam ser as plataformas de produção e divulgação de um texto, e por mais numerosos que possam ser os gêneros discursivos, existem apenas dois tipos de discursos capazes de manifestar todos os processos de semiotização dessa atividade da linguagem. Conforme Bronckart (1999, p.153), esses discursos são chamados de “arquétipos psicológicos”, sendo eles:

- Os discursos da ordem do narrar= Um tipo representação que faz referência a fatos passados e confirmados, além de poder fazer referência a fatos futuros, supondo ou esquematizando sua realização.

- Os discursos da ordem do comentar (*expor*)= Neste caso, o mundo discursivo se situa “em outro lugar”. Organiza-se em referência mais ou menos direta ao mundo da ação da linguagem, sendo interpretado à luz dos critérios de validade do “mundo ordinário”.

Sob o ponto de vista da hermenêutica moderna, embora mantenha certo vínculo com seu autor, ao ser concluído, o texto é dotado de autonomia discursiva e semiótica, a ponto de não se fazer necessário o prévio conhecimento do homem-autor

para que o leitor possa compreendê-lo – é o que afirma Roland Barthes: “o texto é, doravante, feito e lido de tal forma que nele, em todos os níveis, ausenta-se o autor” (2004, p.61), e Valério Mannucci: “um texto, uma vez escrito, adquire o seu valor ‘autônomo, isto é, não está mais ligado de maneira exclusiva ao tempo e aos interesses em que se moviam seu autor e seus destinatários imediatos” (1986, p.390).

Marcado por seus condicionamentos ideológicos, proveniente dos múltiplos textos<sup>104</sup> com os quais teve contato, mesmo que dessa influência não se dê conta, **o leitor** é uma entidade em contínuo processo de crescimento, formando-se e transformando-se “no decorrer de sua existência, em suas experiências de interação com o universo natural, cultural e social em que vive” (ORLANDI, 1987, p.210). Enquanto sujeito interpretante, frente ao texto (quer na modalidade escrita quer na modalidade oral) o leitor age de modo responsivo-ativo, concordando ou discordando (total ou parcialmente) do texto, o completando e/ou adaptando, em um constante processo de colaboração com o autor (BAKHTIN, 1997, p.291). – A enunciação, o resultado do processo da leitura, surge desta interação entre o leitor e o texto, podendo ser distinta para distintos leitores.

Tanto leitor quanto autor e texto são entidades históricas e geográficas. Portanto, estão inseridos em um contexto. **O contexto**, segundo as professoras Lesley Rex<sup>105</sup>, Judith Green e Carol Dixon<sup>106</sup>, é uma entidade tão complexa quanto o leitor, o autor e o texto, não devendo ser reduzido a meros dados históricos ou geográficos. Ele pode ser agrupado em três dimensões (REX; GREEN; DIXON, 1998, p.414):

**1ª)** O contexto “com-o-texto”, que é aquele contexto da formação discursiva do texto, das características do evento de letramento no qual ele se insere, e que devem ser processadas pelo leitor. Nesta perspectiva, o contexto tanto garante **a coerência e a coesão textual**, quanto pode ser compreendido como **o momento de confecção do texto**. Enquanto garantidor da coerência e da coesão, faz com que cada parte possa ter sentido dialogando com a totalidade do texto; por sua vez, a ligação com o momento da confecção localiza histórica e geograficamente quer o texto quer o homem-autor, momento com o qual dialogam reproduzindo-o ou confrontando-

---

<sup>104</sup> Texto é aqui entendido a partir de sua compreensão *lato sensu*, abarcando construções multimodais: escritas, orais, sonoras, visuais, táteis.

<sup>105</sup> Professora da *University of Michigan*.

<sup>106</sup> Ambas, professoras da *University of California* em Santa Barbara.

o por meio da escolha do gênero discursivo, da seleção lexical, dos modalizadores e etc.. No caso do Livro do Apocalipse, na Bíblia, este contexto é aquele da perseguição empreendida pelo Império Romano, que obrigava os fiéis a se esconderem e a se comunicarem por códigos e/ou figuras de linguagem.

**2ª)** O contexto “ao-redor-do-texto” refere-se aos elementos exteriores ao texto, mas que influenciam diretamente na elaboração do sentido deste. Neste caso, o contexto abarca as esferas sociais e culturais mais imediatos nas quais o texto, o autor e o leitor se inserem. Concernente à Bíblia, o contexto “ao-redor-do-texto” são **os elementos da fé cristã, no qual o Texto Sagrado está inserido, dando contornos únicos aos vários livros** que o compõe e que foram escritos por autores diversos em momentos históricos diversos, sem a pretensão de que esses seus escritos fossem vistos como Textos Sagrados.

**3ª)** O contexto “além-do-texto” engloba as dimensões mais amplas da sociedade, da cultura e da história, atuando indiretamente sobre o texto e o leitor. Este contexto tem contornos mais fluidos, **se fazendo presente nos conflitos dos quais o leitor participa direta ou indiretamente e em sua própria história de vida.** É na abertura do texto para o contexto “além-do-texto” que reside seu caráter humanizador<sup>107</sup>, o fazendo sempre atual/novo. É este contexto que faz ser possível, hoje, identificar as personagens bíblicas Judite e Ester como personagens que incorporam valores defendidos por movimentos em defesa do empoderamento feminino.

Não menos importante é **o intertexto**. Este, diz respeito às relações textuais de diálogo e polifonia presentes nos discursos contidos nos textos. O reconhecimento da presença dos intertextos possibilita a ampliação do potencial discursivo de um dado texto. Trata-se, pois, de um elemento fundamentalmente reflexivo no ato da leitura. Há uma tríplice articulação nos núcleos de sentido presentes no intertexto (COSSON<sup>108</sup>, 2014, p.61):

---

<sup>107</sup> Antônio Cândido entende como ‘função humanizadora’ da literatura a capacidade que esta tem de exprimir o homem e contribuir para que o leitor se forme enquanto ser humano (CÂNDIDO, 1999, p.82).

<sup>108</sup> Rildo José Cosson Mota é Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, autor de várias obras sobre Leitura e Letramento. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e pesquisador do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG.

- O primeiro diz respeito ao fato de que todo texto está ancorado numa formação discursiva específica, anterior e maior (mais abrangente) que o próprio texto e do qual este se nutre, tal como a estrutura do gênero utilizado.
- O segundo núcleo é o da trama interna do texto, associado ao modo como este é coerentemente e coesamente construído.
- O terceiro se encontra na relação entre leitor e texto, alimentado a partir de outros textos que o leitor traz presente no ato da leitura e à finalidade com a qual ele, leitor, se aproxima de um dado texto.

Estes importantes conceitos fazem parte dos elementos articuladores da leitura. Chama atenção o fato de que o processo de leitura, conforme a ênfase facultada por determinadas teorias à figura do autor, do texto, do leitor ou do contexto, faz possível a identificação de quatro perspectivas distintas de leitura (COSSON, 2014, p.37-41): **1ª)** Centrada no ‘autor’; **2ª)** Centrada no ‘texto’; **3ª)** Centrada no ‘leitor’; e **4ª)** Centrada no ‘contexto’. Mas, independentemente do destaque que se dê, o ato de ler (a leitura) será sempre **um processo que abarcará todas as esferas**.

### 3.1.1 A concepção centrada no autor (tradicional)

A perspectiva centrada no ‘autor’ é aquela chamada de ‘tradicional’. Segundo essa perspectiva, ler é o ato de emprestar nossa atenção ao autor e ouvir o que este tem ou quis nos dizer. Ler se torna o ato de buscar o sentido da intenção do autor, e seu objetivo seria revelar qual o elemento faz com que as partes se integrem ao todo do texto – elemento este, posto lá, pela genialidade criadora do autor. Compreende a existência de um **sentido unitário** para o ato da leitura. Segundo esta perspectiva, ler e interpretar residem no penetrar “tanto quanto possível na inteira disposição do escritor, [...], para fins de compreensão correta e completa no sentido elevado da palavra” (SCHLEIERMACHER, 2000, p.36.38).

### 3.1.2 A perspectiva centrada no texto

A perspectiva centrada no ‘texto’ assume que o limite para a ação da leitura situa-se no texto, e somente aquilo que objetivamente pode ser observado no texto é digno de atenção. Ler torna-se o ato de decifrar o texto e decodificar as informações nas várias camadas das quais ele é composto (estilística, retórica e etc.). De tal modo,

por meio da estrutura profunda do texto, busca-se o elemento capaz de fornecer seu sentido original. Compreende-se, assim, a existência de um **sentido imanente** ao texto.

A autêntica atitude de ler (de interpretar um texto), desta forma, ao mesmo tempo em que se constitui como um “empreendimento audacioso que busca ser recompensado por uma confirmação do próprio objeto” (GADAMER, 2003, p.61), também é uma atividade marcada pela postura de conceder ao texto desvelar-se “em sua diferença e de manifestar a sua verdade própria” (GADAMER, 2003, p.64).

### 3.1.3 A perspectiva centrada no leitor

A perspectiva centrada no ‘leitor’ tem seu foco na interação entre o leitor e o texto, sendo que o sentido do texto é construído no momento em que se efetiva essa interação. A ação da leitura é vista como ato de construir sentidos, pois, o texto sem o leitor é apenas um reservatório de palavras/signos.

Com destaque para o novo trazido pelo leitor, adota-se a visão de que embora haja um nível de sentido perceptível a todos (presente no nível textual e semântico), cada nova leitura pode ser portadora de um suplemento de sentidos, graças a participação ativa do leitor. Afastada a compreensão do texto como portador de sentido definitivo, este passa a ser visto como **emergindo de um encontro entre o texto e o leitor**.

Embora o mundo material exista e seja compreendido a partir de determinadas formas, ele se mantém aberto à investigação, e mesmo as realidades formais “não são fixas e eternas, [...] mudam, ainda que geralmente de modo muito lento” (DEWEY, 1980, p.56), em decorrência das transformações de ordem individual e coletiva, a partir de uma “situação de contato ativo com as coisas” (DEWEY, 1998, p.137, tradução nossa), respondendo a problemas autênticos, a situações concretas da existência dos indivíduos.

### 3.1.4 A perspectiva centrada no contexto

A perspectiva centrada no ‘contexto’ vem ganhando espaço nas últimas décadas. A leitura, segundo essa perspectiva, é sempre leitura **de** algo, **com** alguém e **para** alguém, pois a comunidade, a sociedade, a cultura e a linguagem, agem

sempre como instâncias reguladoras da leitura. Deste modo, **ler torna-se sempre uma atividade social de uma comunidade discursiva**, pois dada em um grupo social específico, com uma linguagem específica<sup>109</sup>.

Como atividade eminentemente humana e coletiva, a linguagem não pode ser compreendida como um mero acordo sobre opiniões entre os indivíduos de uma sociedade, mas integra um modo peculiar de perceber o mundo, com estrutura, ordem e valores determinados e que agem como critério para essa percepção (WITTGENSTEIN, 1979, p.18.94). Dessa forma, interpretar (ler) um texto ou mesmo produzi-lo implica abrir-se a uma realidade maior que o próprio texto, seu autor e seu leitor intérprete; abarca o contexto no qual cada um destes está inserido e que formam seu “quadro de referências” (WITTGENSTEIN, 1969, p.35), seu ‘espaço hermenêutico’, fundamentando, nutrindo e limitando o jogo de linguagem no qual eles se inserem. **Em nossa tese é esta compreensão de leitura que traremos presente.**

### 3.2 OS TRÊS OBJETOS (REALIDADES) MEDIADORES DA LEITURA

Tendo apresentado as esferas, os componentes envolvidos no processo de leitura (autor, leitor, texto e contexto), o foco, agora, recairá sobre o objeto desse processo. Rildo Cosson (2014, p.72-80) salienta que no ato de ler há a mediação de três objetos (realidades): o ‘texto’ em si, o ‘contexto’ do texto e os ‘intertextos’ do texto.

A ênfase atribuída a cada um dos modos de aproximação de uma dessas realidades, por cada uma das quatro esferas da leitura já apresentadas, dará acesso a distintas dimensões, distintas leituras, sendo elas:

**1ª) Quando o objeto da leitura é o contexto:**

a) contexto-autor= Busca relacionar a obra com a vida do autor, fortemente ligada a dados biográficos e como este viveu sua cultura.

b) contexto-leitor= Traça paralelos entre a obra e o leitor, emocionando este ou reafirmando suas convicções.

c) contexto-texto= É aquela que procura no texto o que é dado no contexto, quer dizer, como o texto manifesta seu próprio contexto de produção.

---

<sup>109</sup> Por este motivo Wittgenstein afirmará que “os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo” (2008, p.245), os limites para como o construo e o interpreto.

d) contexto-intertexto= A obra se torna um meio para discutir questões da sociedade ou de um saber específico.

**2ª) Quando o objeto da leitura é o texto:**

a) texto-autor= Voltada para o estilo do autor e suas marcas identitárias de escrita, mostrando suas singularidades redacionais ou sua evolução.

b) texto-leitor= Centrada na trama, no mundo virtual do texto e nas imagens sensoriais e efeitos deste sobre o leitor.

c) texto-contexto= Analisa a materialidade da obra, o modo como foi produzida (o paratexto), a forma de veiculação, e a maneira que isso afeta o sentido da obra.

d) texto-intertexto= Voltada para a linguagem empregada na obra, os recursos estilísticos e demais detalhes de sua elaboração, bem como da relação do texto com outros textos afins.

**3ª) Quando o objeto da leitura é o intertexto:**

a) intertexto-autor= Demonstra como o autor dialoga com outro conjunto de textos por meio de sua obra, reforçando ideias ou as questionando.

b) intertexto-texto= Voltada à percepção, em um texto específico, das referências a outros textos no momento de sua tessitura, como é típico na: paródia, paráfrase, estilização, pastiche, alusão, citação, écfrase e ilustração; ampliando ou revendo os sentidos da obra.

c) intertexto-leitor= Aproximação centrada na relação entre o texto em questão e outros textos também lidos por seu leitor. Promove o diálogo de obras aparentemente distantes.

d) intertexto-contexto= Identifica como os arranjos dos gêneros e/ou estilos (as marcas abstratas) se fazem presentes em uma obra específica (produção concreta), criando um diálogo entre o gênero, o estilo e o sentido na obra.

Observa-se que para cada realidade mediadora que envolve a leitura (cada objeto da leitura: texto, contexto, intertexto) é possível promover a aproximação sob cada uma das quatro esferas da leitura, gerando uma ampla possibilidade de práticas pedagógicas capazes de concretizarem o processo de letramento. Todavia, parece se coadunar mais às pretensões e estratégias por nós encampadas nesta tese, aquela aproximação que mantém o foco da atividade de leitura no intertexto, tomando-o como objeto da leitura.

Esta nossa opção se justifica no fato de que em tal foco abre-se espaço para uma atualização do que se lê, possibilitando ao leitor oferecer um significado

novo/complementar ao texto, capaz de levá-lo a mudanças em sua prática e em sua compreensão de mundo e de si mesmo, fazendo deste leitor um leitor mais competente. **Ler** estaria para além da extração de significados postos no texto pelo autor, muito menos seria um processo de coleta de informações contidas no texto, quer superficialmente quer soturnamente, mas **seria uma construção de efeitos de sentido, um processo de interação mais amplo envolvendo subjetividades** (presentes no texto e no leitor) **e exterioridades** (relativas ao autor, ao texto e ao leitor) (INDURSKY, 2010, p.168-169).

### 3.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO LETRAMENTO NO BRASIL

Doravante, serão apresentadas as contribuições ofertadas, ontem e hoje, pelo educador brasileiro Paulo Freire e pelo psicólogo Lev Semenovitch Vygotsky à estruturação das Teorias do Letramento desenvolvidas e praticadas no Brasil, **servindo de base para o nosso estudo**. A partir de uma explanação do que dizem esses teóricos, demonstraremos os pontos de contato e enriquecimentos proporcionados por eles às Teorias do Letramento, tal como a recebemos. Paulo Freire, com uma visão de alfabetização capaz de fazer o indivíduo consciente de si, do mundo e do seu lugar nesse mundo, proporcionará o terreno fértil para um modo inovador de conceber a educação. Vygotsky, superando o mecanicismo e o biologismo, focará no modo como o sujeito, gradativamente, vai significando a si mesmo e ao mundo através de um processo de interação com seu meio.

#### 3.3.1 O papel conscientizador do Letramento

Denominado um dos maiores educadores do Brasil, Paulo Freire nasceu em 1921, na cidade de Recife – Pernambuco, e faleceu na cidade de São Paulo, no ano de 1997. Sua contribuição, na esteira de outros grandes nomes, foi a de estruturar uma perspectiva educacional como “prática libertadora” e de “conscientização” (SOARES, 2017, p.179). Essa contribuição de Paulo Freire faz-nos compreender a educação como oportunidade de democratização da cultura. Educar deixa de ser algo externo ao indivíduo humano, passando a identificar-se com um movimento iniciado a partir do sujeito, de seu lugar no mundo, ampliando tanto o sentido que este mundo

tem para o sujeito, quanto o modo como o próprio sujeito dá, também como contribuição, sentido a este mundo (FREIRE, 1967, p.142).

Magda Soares destaca como renovadora a transformação suscitada por Paulo Freire, no 'material' da alfabetização, ao substituir o abstrato pelo concreto (SOARES, 2017, p.181). Doravante, a prática educacional passou a respaldar-se naquilo que já faz sentido para o sujeito (destinatário e agente) da educação. Outra transformação foi a ocorrida no 'objetivo' da alfabetização (SOARES, 2017, p.181), pois o que se passa a intentar deixa de ser a simples aquisição de conhecimento, mas **a elevação da consciência ingênua até a estatura da consciência crítica**, a passagem da leitura superficial (parafrástica) para uma mais profunda (polissêmica) (FREIRE, 1967, p.104).

Se o comportamento natural do ser humano é o estar 'com o mundo' e não apenas 'no mundo' (FREIRE, 1967, p.104), não basta que lhe seja disponibilizado informação/conteúdo, é necessário que o dado fornecido venha interposto de sua realidade e tenha significado em sua existência empírica. Quando há a aproximação do conteúdo novo com o mundo no qual o sujeito se insere, ocorre uma valorização do leitor e das contribuições possivelmente dadas por ele à significação do texto, facilitando com que este não apenas compreenda o texto, mas o agregue, ampliando suas habilidades de interpretar o mundo (os contextos), a si mesmo e outros textos.

Para o educador brasileiro, a "leitura não se esgota na decodificação pura da palavra escrita" (FREIRE, 1985, p.11), ela se antecipa e se alonga na inteligência do mundo, gerando sujeitos autônomos, na transformação do conhecimento e da sociedade<sup>110</sup>. Para ele, uma educação geradora de sujeitos autônomos é aquela que não nega o processo de ensino-aprendizagem como sendo um processo de caráter dialógico, de valorização do sujeito envolvido e de sua realidade. E caso essa valorização não venha a ocorrer, cairíamos facilmente em uma posição autoritária, com verdades que simplesmente devem ser assimiladas e que nada dizem sobre e para o sujeito (FREIRE, 1985, p.33-34). Esta postura contrária à conscientização e autonomia também pode ocorrer quando não há um respeito para com a inocência (ingenuidade, simplicidade) do educando, pois "impor a eles a nossa compreensão em nome da sua liberdade é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade" (FREIRE, 1985, p.31), matando a individualidade dos sujeitos. Colocado

---

<sup>110</sup> Esta reflexão concorre para um aprofundamento do que chamamos de 'leitura polissêmica'.

em diálogo consigo e com o outro, esse sujeito passa a ser visto como inquieto, perturbador e até mesmo rebelde, pois já não mais submetido às disposições alheias (FREIRE, 1967, p.90-91).

A educação acrítica é aquela chamada de “educação bancária” por Paulo Freire, ela não estimula o leitor a desafiar-se, superar sua ingenuidade e tornar-se criativo. Seria justamente este o motivo pelo qual muitos fogem da leitura, pois lhes fora ensinado apenas a mecanicamente tomar os textos, memorizá-los e mitigar sua própria imaginação (FREIRE, 1981, p.8; 1967, p.86). A superação de uma visão equivocada de leitura requer: i) proporcionar ao leitor a autocompreensão de sua posição de sujeito no ato da leitura; ii) que esta seja encarada como atitude frente ao mundo, uma oportunidade de indagar e buscar respostas; iii) que se adote uma postura dialogal em face da leitura; iv) e, acima de tudo, que se assumam um posicionamento de humildade, cômico de que ler requer insistência e paciência, já que este “não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las” (FREIRE, 1981, p.10).

É possível observar serem diversos os pressupostos assumidos pela Teoria de Freire que vêm ao encontro daquilo que as Teorias do Letramento defendem, possibilitando uma profícua relação entre ambas e **fazendo das Teorias do Letramento desenvolvidas no Brasil diferentes daquelas da Europa e dos Estados Unidos**<sup>111</sup>. Além do que, como destacam David Barton e Brian Street, a abordagem do educador brasileiro Paulo Freire tem precedência de mais de quarenta anos com relação às inovações trazidas pelas Teorias do Letramento (BARTON, 1994, p.50), empreendendo importantes reflexões quanto ao caráter ideológico e transformador do processo de letramento, chamado de “o mais influente defensor do letramento radical” (STREET, 1995, p.28, tradução nossa)<sup>112</sup>, integrante da primeira das três gerações de teóricos do letramento (COPE; KALANTZIS, 2015, p.187-188).

---

<sup>111</sup> Embora ainda devedora, conceitualmente, dos trabalhos desenvolvidos por vários autores como Brian Street; David Barton; Mary Hamilton; Courtney Cazden; Bill Cope; Norman Fairclough, dentre outros.

<sup>112</sup> “The most influential radical literacy campaigner” (STREET, 1995, p.28).

### 3.3.2 A organicidade do processo de Letramento

Vygotsky é considerado um dos mais importantes psicólogos do século XX. Seus escritos datam da década de 30 do século passado, entretanto apenas na década de 50 passou a ser lido e estudado por seus conterrâneos russos, após o fim da perseguição empreendida pelo regime de Stalin. No Brasil, sua teoria aporta no início da década de 80, entrando em contato com as Teorias do Letramento, também recém-chegada ao país, e com a teoria de Paulo Freire (NOGUEIRA, 2018, p.152-153).

O trabalho psicológico era entendido por Vygotsky como direcionado à organização e criação de um novo indivíduo humano. Este indivíduo era apontado por ele não mais como produto do meio (como faziam as teorias mecanicistas), mas historicamente constituído e em interação com a sociedade<sup>113</sup>, uma entidade caracterizada pela soma de distintas capacidades, articuladas de modo único e em constante relação (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.168-173).

O elemento dialético apresenta-se na teoria vygotkyana como princípio determinante no desenvolvimento do indivíduo. À medida que vai se dando o confronto do indivíduo com a realidade externa, conforme o novo vai sendo articulado, é que se dá a superação das contradições e ambiguidades, formando uma subjetividade; o antigo, embora seja parâmetro para o confronto com o novo, é sempre por este expandido e transformado. Neste processo, a linguagem vai se estruturando como a ferramenta mediadora mais importante, em virtude da qual o ser humano se relaciona socialmente, e é capaz de ordenar e dar sentido ao mundo em seu redor, engendrando o próprio pensamento (VYGOTSKY, 2002, p.12-13; VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.114).

O modo como o ser humano desenvolve sua capacidade cerebral é o que, para Vygotsky, o diferenciaria dos demais animais, gerando nele uma nova natureza para além da natureza biológica, agora alicerçada, toda ela, pela linguagem, pelos signos linguísticos (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.115). Enquanto elemento mediador entre o indivíduo humano e o mundo externo, a linguagem não apenas intervém na interação, ela produz elos, tornando mais complexas as relações 'organismo e meio'. Essas relações complexas dão origem àquilo que Vygotsky

---

<sup>113</sup> NOGUEIRA, 2018, p.150-151.

chama de ‘funções psicológicas superiores’ ou ‘processos mentais superiores’. A capacidade psicológica de pensar o ausente, imaginar o não vivido e planejar as ações, é um tipo de atividade psicológica chamada “superior”; mas, o mais importante desse tipo de atividade é seu caráter consciente, voluntário, intencional e livre. Distintamente dessas atividades superiores existem aquelas mais elementares, tais como ações reflexivas, reações automatizadas, processos de associações simples entre eventos (OLIVEIRA, 1997, p.26-27).

Mesmo as funções psicológicas mais sofisticadas sofreriam alterações, pois o processo mediador é contínuo e construído ao longo do desenvolvimento. Tão logo suceda uma internalização, os signos se transformam em processos internos, desenvolvendo estruturas e articulações cada vez mais complexas (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.63.146.188-189). A interação social face a face desempenha papel fundamental nesse processo, uma vez que “[...] a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, (é aquela que) fornece a matéria-prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo” (OLIVEIRA, 1997, p.38), e assim como a sociedade (cultura) não é estática, os signos linguísticos também não serão.

Um processo educacional que tenha no centro o sujeito com sua individualidade, deve levar em conta o meio no qual o indivíduo se encontra, criando ‘zonas de desenvolvimento proximal’ a partir das quais serão desenvolvidas capacidades particulares (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.18.108.112-115). Essas zonas de desenvolvimento proximal requerem um movimento de mão-dupla no processo educacional, de modo que cada atividade se torna um momento único enriquecido pela individualidade dos sujeitos envolvidos, seus conflitos, percepções e experiências.

Quando esta via se torna uma via de mão-única, sem reciprocidade e/ou colaboração de uma das partes envolvidas, dá-se um processo de simples reprodução e imitação. Neste contexto, não ocorreria efetiva aprendizagem, já que não seriam desenvolvidos os atributos psicológicos específicos dessa atividade, novos processos de significação não seriam estruturados, nem haveria confronto entre o sujeito e o mundo externo (o diferente, o outro) (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.148-149). Somente quando se verifica o envolvimento do sujeito é que se faz possível atingir um processo educacional verdadeiramente eficaz e relevante.

Ademais, se não há nível zero de aprendizagem, seria por demais reducionista assumir uma posição de não valorização dos processos anteriores dos indivíduos para levá-los a ativarem novos processos. Aliado a isto, deve-se lembrar ser papel do educador aproximar o educando do conteúdo de aprendizado e não o contrário, reconhecendo que este sujeito ocupa sempre uma posição ativa (VYGOTSKY, 2002, p.150; VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV 2010, p.103-115).

Essas características do pensamento vygotskyano, focadas na valorização do sujeito do conhecimento e de sua historicidade; na dialética entre o antigo e o novo, entre o indivíduo e o mundo e a coletividade; na linguagem como ferramenta mediadora e mesmo transformadora, independente de sua modalidade, dialogam perfeitamente com a teorias bakhtiniana e do Letramento, e no Brasil vem auxiliando na elaboração de práticas pedagógicas e metodológicas que ganham contornos diferenciados, enriquecendo as discussões sobre o letramento – e cremos também poderem contribuir para a Teologia e o Letramento Bíblico

### 3.4 A PRÁTICA DAS TEORIAS DO LETRAMENTO

A elaboração didática de um conhecimento que leve em conta o conceito de 'letramento' e seus princípios, estrutura-se a partir de quatro eixos:

1º) **Dinamicidade**= O currículo/conteúdo deve ser dinâmico e dialogar com os vários conhecimentos trazidos consigo pelo sujeito. É vista como insuficiente e pouco transformadora uma educação focada na pura transmissão de estruturas textuais e linguísticas, ou quando o estudante é tratado como sujeito-passivo, mero receptáculo de informações.

2º) **Utilidade**= O currículo/conteúdo deve partir da realidade local, fazendo as atividades úteis ao sujeito. O estudante, assim, passa a ser reconhecido como sujeito-ativo do processo de ensino, dando-lhe voz ativa, e os próprios conteúdos passam a ser selecionados tendo em vista os reais interesses desses sujeitos, respondendo a seus legítimos anseios.

3º) **Praticidade**= A prática social e não o currículo/conteúdo é o foco principal, pois o mais importante é que o sujeito seja capaz de dialogar com tais conhecimentos e por meio deles (re)significar sua vida cotidiana. Quando a prática social, a vida do sujeito, passa a ser valorizada e lhe é dado a possibilidade de confrontar criticamente

a si, sua realidade e ao próprio currículo/conteúdo, este sujeito que está sendo instruído assume uma identidade própria, se torna senhor de si, capaz de dar sentido a sua história.

4º) **Gradatividade**= O currículo/conteúdo, de modo gradativo, tem a função de orientar todo o processo, uma vez que o objetivo é contribuir a que o sujeito seja capaz de estabelecer conexões (interações) entre seus conhecimentos. Aqui se tem por pressuposto o fato de que nada acontece do dia para a noite, o crescimento do sujeito e a conseqüente transformação/ampliação de sua realidade é um percurso lento. E se o foco não está mais no currículo/conteúdo, o lema do 'quanto mais melhor' perde sentido, o importante será a qualidade e a relevância daquilo que está sendo ensinado para o sujeito, de modo que 'quanto menos melhor'.

Tais eixos **compreendem o sujeito e seu contexto como em íntima e intensa relação de autossignificação**, sendo impossível separá-los ou valorizar um sem valorizar o outro. São, então, dimensões básicas desses quatro eixos e a partir das quais devem ser articulados: a **Dimensão Individual**, buscando levar o indivíduo à autonomia e ao pleno uso de suas habilidades linguísticas; e a **Dimensão Social**, focada em promover a transformação das realidades à medida que amplia a compreensão dos indivíduos.

### 3.4.1 A distinção entre Alfabetização e Letramento

Para a concepção de Letramento, as atividades (os vários eventos de letramento) devem ser tratadas como entretidas nas atividades diárias das pessoas, envolvem quer os usos da linguagem oral quer da linguagem escrita - atividades essas que se articulam em uma dimensão tanto **individual** quanto **social** (OTTONI; LIMA, 2014, p.176). Isto porque, o sujeito passa a ser visto como integrante de um ambiente discursivo, ambiente este que lhe fornece os parâmetros para que possa interpretar e construir textos.

Estes textos, por sua vez, são manifestos e enriquecidos através das mais diversas estratégias linguísticas (os gêneros discursivos, por exemplo), sujeitas a alterações geográficas, históricas e contextuais. E quando o objeto da leitura se torna o intertexto, a aptidão para articular e relacionar os componentes do ambiente discursivo será estritamente necessária.

Tal perspectiva dá um passo além daquele presente no conceito de Alfabetização. Tratada sob dois paradigmas básicos (SENNA, 2012, p.204-212), o mecanicista e o linguístico, a Alfabetização ora se restringe a promover uma apropriação das convenções linguísticas, do sistema de escrita (como defendido pelo paradigma mecanicista), ora limita-se ao trato isolado do texto, de seus tipos, regras e estilos (como ocorre no paradigma linguístico). Haveria, ainda, um terceiro paradigmas, o semiótico, propondo uma prática que leve em conta o processo psicossocial de desenvolvimento do sujeito, porém, este paradigma restringe-se às dimensões biológicas do sujeito, não o tratando com a individualidade que a perspectiva do Letramento o faz.

Será o uso frequente, contextualizado e eficiente das habilidades linguísticas o responsável por distinguir um indivíduo letrado de um apenas alfabetizado. Mesmo não havendo estágio zero de letramento, há distintos níveis deste processo, variações segundo os conhecimentos, práticas e nível de inserção social de cada um (BAKHTIN, 1997, p.292; VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.109), sendo possível identificar um déficit no letramento quando não é proporcionado ao indivíduo fazer uso de todo o seu potencial. O leitor que se torna capaz de

- Decodificar rapidamente os mais diversos textos;
- Utilizar seu conhecimento prévio como ponto de partida para situar o texto e elaborar conhecimentos novos;
- Corrigir seus possíveis erros em uma postura de autoanálise;
- Empregar pensamentos analíticos e sintéticos;
- Organizar e reorganizar as informações do texto, interagindo com ele;
- Gerar perguntas sobre o que lê;
- Realizar inferências e ser capaz de projetar conclusões.

Este pode ser designado como um leitor competente, aquele que interpreta o texto de modo polissêmico (não prarafrástico), pois terá alcançado controle do próprio processo de leitura, apresentando características bem delimitadas e evidenciando sua postura responsiva-ativa (RODRÍGUEZ, 2004, p.38-39).

### 3.4.2 O emprego dos Gêneros Discursivos

Formalmente, um gênero é uma “decodificação de propriedades discursivas” (TODOROV, 2018, p.67) por meio da qual e sem a qual não há interação social (BAKHTIN, 1997). Como instrumento de intercâmbio entre os indivíduos, os gêneros trazem consigo marcas históricas, sociais e geográficas regidas por normas relativamente estáveis e que podem ser transgredidas, invertidas, deslocadas, combinadas ou enriquecidas pelos indivíduos, dando origem a novos gêneros<sup>114</sup>.

Existem duas classes de gêneros, os primários (simples) e os secundários (complexos). Os gêneros primários são aqueles apreendidos naturalmente e que estão na esfera do cotidiano, tendo vínculo imediato de interação com a realidade, são responsáveis por instrumentalizar o indivíduo para a vida em sociedade por meio da linguagem, permitindo uma atuação<sup>115</sup> efetiva nos mais diversos contextos. Os gêneros secundários dizem respeito àqueles gêneros que necessitam ser aprendidos academicamente, por meio da educação formal, surgindo de uma condição de interação sociocultural mais complexa, porém, mantendo estreita relação com os gêneros mais simples<sup>116</sup>.

Alguns exemplos de gêneros primários e secundários mais comumente destacados<sup>117</sup> podem ser listados: **Gêneros primários**= Diálogo; relato familiar; carta; piada; adivinhação; versinho; protesto; justificativa; declaração; diário; bilhete; comandos diversos e etc.. **Gêneros secundários**= Conto de fadas; fábula; lenda; narrativa de aventura ou ficção científica; biografia; romance; novela; crônica; notícia; crônica policial ou esportiva; autobiografia; *curriculum vitae*; ata; poema; artigo de opinião; carta ao leitor; carta de solicitação e/ou reclamação; editorial; ensaio; tese; aula; conferência; seminário; entrevista; verbete; resenha; relatório; receita; regulamento e etc..

Uma prática de letramento a partir dos gêneros discursivos ostenta a perspectiva de valorização do sujeito e dos mais diversos gêneros primários com os quais ele já teve contato e, portanto, tem pleno domínio, para daí criar uma zona de

<sup>114</sup> TODOROV, 2018, p.63-64; BAKHTIN, 1997, p.280. 284.302-303.

<sup>115</sup> Atuar, aqui, recebe o sentido de uma prática contextualizada, com objetivo e fim bem definidos, tendo os interesses e propósitos do indivíduo como seu motor.

<sup>116</sup> BAKHTIN, 1997, p.263-264.305; SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.25-31.

<sup>117</sup> Uma lista com mais detalhamentos pode ser encontrada em Schneuwly e Dolz (2011, p.51-52).

desenvolvimento proximal<sup>118</sup> (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010), favorecendo a aquisição e domínio dos gêneros das mais diversas esferas de atuação social.

A integração do gênero primário e sua aplicação em um novo contexto de produção inicia um processo de mudança de panorama linguístico ao revestir o gênero anterior de novas significações, produzindo “uma revolução nas operações de linguagem” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.31), além de promover o desenvolvimento de caráter psicológico e cognitivo neste sujeito, passando de abstrações e capacidades primitivas a outras mais acuradas (VYGOTSKY, 2002, p.83).

O trabalho com gêneros visa "discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina" (FREIRE, 1996, p.15), e faz com que o indivíduo assuma uma postura dialógica e crítica. Qualquer postura diferente não seria capaz de promover um verdadeiro e eficaz ensino, mas apenas mera imposição daquele que ensina, um estéril e oco verbalismo, pois totalmente alijado do contexto do sujeito e de suas necessidades (VYGOTSKY, 2002, p.84). Somente quando não se perde de vista a relação entre **o conteúdo a ser ensinado, o sujeito agente do processo e seu contexto**, é que o trabalho com gêneros não corre o risco de tornar-se pretexto para a manutenção de práticas ultrapassadas de uma educação unicamente depositária de informação, que em vez de dar voz ao sujeito, rouba-lhe; em vez de ser libertadora, aprisiona-o; em vez de humanizar, desumaniza-o (FREIRE, 1995, p.33-39).

Deve-se, também, fugir da compartimentalização e do foco apenas na estrutura dos gêneros, pois corre-se o risco de um ensino descontextualizado. Longe disto, uma prática de letramento por meio de gêneros deve construir uma progressão didática articulada em três grandes momentos – 1º) explicitação dos objetivos e do tema; 2º) as etapas temáticas, visando desenvolver e aprofundar o tema; 3º) a produção final –, nos quais as várias etapas envolvem, de modo diferente e com ênfases distintas, o autor, o texto, o contexto, o leitor e o intertexto.

Todavia, diferentemente de cada etapa (cada evento de letramento), que tem objetivos distintos uma da outra, e que tem começo meio e fim bem limitados, a progressão didática busca articular as várias etapas do processo em um todo coerente e organizado, tendo uma duração mais alongada no tempo e com um objetivo mais

---

<sup>118</sup> Este conceito define o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial; os limites entre os conhecimentos que um indivíduo já consolidou e aqueles que ele pode vir a desenvolver, podendo aqueles servirem como facilitadores e fomento para estes.

amplo que aquele das etapas. E, embora as Teorias do Letramento tenham especial interesse pelo contexto e pelo intertexto, **não existirá momento no qual se tenha apenas o autor, o texto, o contexto, o leitor ou o intertexto como foco exclusivo, mas, em alguma medida, para que se possa ter uma análise mais abrangente sobre o gênero, seu estudo recorrerá a um olhar no qual estes pontos todos estarão inter-relacionados.**

### 3.5 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO

Neste capítulo empreendemos uma revisão da literatura acerca das Teorias do Letramento, seus pressupostos e os principais conceitos a ela relacionados, com o objetivo de explicitar com clareza a importância e a novidade oferecida por esta teoria às áreas de educação e ensino. Para além da problemática conceitual envolvendo as noções de alfabetização e letramento, especialmente fora do Brasil, demonstramos como essa discussão ganha contornos únicos em nosso país graças à contribuição teoria de Paulo Freire e aos estudos de Mary Kato, Magda Soares, Ângela Kleiman e Rildo Cosson.

Em estreita relação com alguns fundamentos bakhtinianos e vygotskianos, as Teorias do Letramento reconhecem a íntima relação que existe entre o sujeito e a sociedade na elaboração e estruturação da linguagem. Deste modo, propõem uma prática pedagógica que está focada na dimensão individual e social, ao mesmo tempo em que se articula sobre os eixos: do diálogo para com a realidade dos sujeitos; do incentivo à transformação do contexto; da resignificação dos conhecimentos; e do respeito ao tempo de cada sujeito no processo. Tudo isto tendo os gêneros discursivos como manifestação dessa realidade dialógica e instrumento de interação entre os indivíduos.

Apresentamos a leitura como constituída de quatro elementos: autor, leitor, texto e contexto. A ênfase dada a cada um desses elementos nos mais diversos momentos da história, produziu práticas de leitura com diferentes perspectivas. As Teorias do Letramento, tal como a recebemos, são inscritas como dedicando interesse especial ao contexto, já que é por meio dele que o leitor se mune de ferramentas para promover a interpretação dos textos. Por sua vez foram apresentados três objetos próprios da leitura: contexto, texto e intertexto. O intertexto

é o que assume papel preponderante, pois, em **nível micro**, contribui para a coerência e coesão textual, e, em **nível macro**, explicita a polifonia e a dialogicidade dos textos.

No próximo capítulo proporemos um diálogo entre as Teorias do Letramento, assim como apresentamos até agora, e o contexto Teológico, buscando evidenciar o profundo e profícuo diálogo existente entre alguns dos pressupostos metodológicos e decorrentes práticas pedagógicas de ambas. Para isto será realizada uma explanação acerca da relação entre os gêneros discursivos e a revelação cristã, o como Deus valeu-se dos elementos linguísticos para se fazer conhecido por cada ser humano. Consideraremos, mais detalhadamente, a prática pedagógica de Jesus, de Paulo e de um Padre da Igreja, demonstrando que para eles o contexto já havia sido eleito como elemento primordial para leitura/ensino e os intertextos como seu objeto.

#### 4. FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA UM LETRAMENTO BÍBLICO

“As palavras de Deus, com efeito, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana” (DV 13).

Neste terceiro capítulo, sob o ponto de vista teológico, buscaremos demonstrar a existência de elementos em comum entre a pedagogia bíblica utilizada nos primeiros séculos do cristianismo e as Teorias do Letramento. Nessa aproximação, ponderaremos sobre o processo de ‘*kenosis*’<sup>119</sup> do próprio Deus e de sua Palavra, **um processo contextualizado e intertextualizado** que adota uma pedagogia dialógica a partir de baixo, da realidade dos fiéis, dos ouvintes, e se materializa na história humana também por meio de gêneros discursivos. Além disto, volveremos nosso olhar para Jesus e sua pedagogia, nosso percurso passará pela Igreja dos primeiros séculos, com destaque para Paulo e em um importante Padre da Igreja, Ambrósio de Milão.

Procuraremos evidenciar aquilo que o Concílio Vaticano II reafirmou acerca da indissolúvel união entre os elementos divinos e humanos no Verbo<sup>120</sup>, fazendo dos elementos da natureza humana “instrumento vivo de salvação” (LG 8), e demonstrando que a linguagem humana também se inscreve nesse rol de mediadores da graça, de coisas feitas novas por Ele (Ap 21,5; 2Cor 5,17), embora ainda mantendo suas características limitadas, já que esta foi assumida, não aniquilada (CIC 470) – a exceção do pecado (Fl 2,6-9; Hb 4,15).

Para tanto, em um primeiro momento, refletiremos sobre o que são os gêneros discursivos e quais seriam os gêneros discursivos mais presentes na Bíblia. Por este estudo, sublinharemos como o processo kenótico do próprio Deus engloba, inclusive, o modo como a mensagem da Revelação é transmitida<sup>121</sup>. A partir das perspectivas de autores que estão na base das Teorias do Letramento, serão salientadas as características contextuais dos gêneros e as origens de gêneros discursivos mais

---

<sup>119</sup> O conceito *kenosis*, próprio dos Tratados da Cristologia e da Trindade, é utilizado pela correspondência entre O Cristo e o Lógos (A Palavra de Deus) que “se fez carne e... livro” (BOFF, 1999, p.207). De modo que o processo pelo qual o Deus invisível assumiu a realidade humana, a historicidade humana, fazendo-se homem (histórico), sob a perspectiva hermenêutica, se dá toda vez que ocorre a atualização da mensagem das Escrituras a novos contextos, toda vez que essa Palavra significa ou ressignifica a história (EGGER, 1994, p.209).

<sup>120</sup> Na esteira do que já havia sido proclamado nos Concílios de Éfeso (431) e Calcedônia (451).

<sup>121</sup> Nessa ótica do ‘rebaixamento’ de Deus, o Concílio Vaticano II afirma que “nos livros sagrados, o Pai que está nos céus vem amorosamente ao encontro de Seus filhos, a conversar com eles” (DV 21).

complexos em modelos de gêneros mais primários, elementos que não devem ser ignorados para que haja sua compreensão plena.

O conceito de **leitor** que apresentaremos figura como **sujeito interpretante**, aquele que age de modo responsivo-ativo frente ao **texto** quer na modalidade escrita quer na modalidade oral<sup>122</sup>, daí, mesmo o **ouvinte**, quando atua como intérprete do texto oral, é por nós referido como **leitor**. Esta concepção é reforçada, também, pelo caráter Teológico de nossa tese, e pela relação de equivalência que pode ser percebida entre os conceitos leitor e ouvinte da Palavra de Deus – tal qual referido em Dt 6,4: “ouve, Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor”<sup>123</sup>.

Ponderando acerca da pedagogia utilizada por Jesus em seu processo de anúncio do Reino de Deus, evidenciaremos os princípios norteadores da prática adotada por ele, e como estes se relacionam aos princípios das Teorias do Letramento e a compreensão desta sobre os gêneros discursivos. Demonstraremos que ao transmitir os conhecimentos acerca do Reino, Jesus se preocupava em construir eventos de letramento a partir de uma prática dialógica apoiada naquilo que já era sabido por seus ouvintes, ajudando-os a ressignificar suas realidades, fazendo este ensinamento mais simples e eficaz, tal como prescrevem hoje as Teorias do Letramento. A mesma prática e as mesmas preocupações de Jesus apresentaremos como passíveis de serem vislumbradas na prática de Paulo, com destaque para um dos relatos de sua atividade pastoral presente nos Atos dos Apóstolos.

Em seguida, nossa análise recairá sobre a atuação evangelizadora de Ambrósio de Milão. No processo *kenótico* de condescendência de Deus, a Bíblia foi ganhando um status de ‘suporte de divulgação’ de Sua Palavra e dos Gêneros Discursivos correspondentes, sendo **a presença de Deus por meio das Escrituras**. Nesse contexto, os Padres da Igreja foram desempenhando papel de destaque, pois, nos vários eventos de suas práticas de letramento (a saber, as pregações e catequeses), eles mantinham sempre atual aquela *kenosis*, evitando que ‘A Palavra

<sup>122</sup> “É indiscutível que boa parte do Antigo Testamento existiu e foi transmitido por tradição oral, antes de ser escrito. No Novo Testamento, existe uma tradição oral que precede a escrita dos sinópticos” (SCHÖKEL, 1986, p.228, tradução nossa).

<sup>123</sup> Nesta perícopes o conceito **ouvinte** é mais do que em referência àquele que usa o órgão auditivo para captar o som das palavras, é aquele que entra em contato com o enunciado, compreende a enunciação e se posiciona diante dela (BERLEJUNG; FREVEL, 2011, p.334), traz o convite a que o indivíduo pertença e adira à palavra e, conseqüente, à Deus (ZUURMOND, 1998, p.48); o que, de modo algum, exclui do chamamento divino aqueles que entram em contato com Sua Palavra pela **leitura** dos Textos Sagrados. Também, em decorrência dessa compreensão, falar com Deus abarcará o conceito de ler/ leitura, não requerendo uma necessária sonorização audível.

do Deus Vivo' fosse aprisionada em uma construção histórica<sup>124</sup>. Para isso, as homilias e as catequeses desses padres eram marcadas por uma linguagem simples e acessível aos mais humildes do povo, em perfeita sintonia com a prática bíblica e com aquilo que se chama hoje de Teorias do Letramento.

Por fim, vislumbraremos o documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, da Pontifícia Comissão Bíblica<sup>125</sup>. Este documento, ao mesmo tempo em que atualiza a mensagem da *Dei Verbum*, promove uma análise sobre das várias ferramentas pedagógicas que visam a interpretação da Bíblia até então disponíveis para a Igreja, e aponta alguns pressupostos importantes para a viabilização de um Letramento Bíblico.

#### 4.1 A PALAVRA ENCARNADA NOS GÊNEROS DISCURSIVOS

Apresentaremos, neste momento, uma reflexão quanto a importância do estudo dos gêneros discursivos, não apenas para uma maior compreensão do potencial enunciativo dos Textos Bíblicos, mas em vista de esclarecermos que a mensagem do Deus Invisível pôde se fazer presente e visível, graças aos gêneros discursivos. Deste modo, compreender os gêneros discursivos escolhidos pelos autores sagrados se faz extremamente relevante para a compreensão do texto em si, de sua enunciação, e de seu posterior ensino (DV 2; DAS 20).

Embora o estudo da Bíblia sobre a perspectiva dos gêneros discursivos seja o ponto de partida de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, este não se configura em uma tarefa fácil. Distintamente de outras grandes produções da antiguidade, a Bíblia não é um texto uniforme, mas uma coletânea de livros e de gêneros discursivos distintos (RICOEUR, 2006, p.256), uma proclamação polifônica de uma mesma fé (PARMENTIER, 2009, p.33). Essa característica da Bíblia, ainda hoje, é negligenciada

---

<sup>124</sup> O que se buscará evidenciar é que as Escrituras, embora carreguem em si a Palavra de Deus, não a restringem, esta é inexaurível, indo além do sentido histórico imediato (SIMIAN-YOFRE, 2015a, p.25; BOFF, 1999, p.207), nas palavras do Papa Bento XVI: “Embora o Verbo de Deus preceda e exceda a Sagrada Escritura, todavia, enquanto inspirada por Deus, esta contém a Palavra divina” (VD 17). Reduzir a Palavra Divina a uma composição histórica seria restringir a própria mensagem divina a uma cultura e língua, mas é o contrário que ocorre, pois ela é capaz de penetrar, exprimir e transfigurar os limites das culturas e línguas (VD 116). Como disse Hilário de Poitiers: “a linguagem humana sucumbe, as palavras não o explicam (Deus) tal como é” (2005, p.58).

<sup>125</sup> Documento este de 1993, remontando ao pontificado de João Paulo II.

por muitos dos que entram em contato com ela, especialmente daqueles que empreendem uma leitura fundamentalista<sup>126</sup>.

O distanciamento entre as Ciências da Linguagem e as Ciências Bíblicas, bem como a pouca valorização da riqueza estilística e do potencial enunciativa da Bíblia, segundo Robert Alter e Frank Kermode (1997, p.13-14), foi influenciado tanto pelo abandono do estudo da Bíblia por parte dos estudiosos de texto literários, quanto devido à adoção de métodos de análise bíblica preocupados com o contexto de produção desses textos. Quadro este que vem sendo alterado desde os fins do século XIX.

O processo de reaproximação entre Ciências da Linguagem e as Ciências Bíblicas teve na obra *Mimesis*<sup>127</sup>, de Erich Auerbach, um marco importante. Nessa sua obra, Auerbach faz uma análise comparativa entre o Antigo Testamento e os escritos Homéricos, além de uma meditação acerca da linguagem comum presente no “realismo linguístico” das figuras utilizadas nos Evangelhos<sup>128</sup>. Promoveu-se o reconhecimento do quanto a tradição literária europeia também descendia da estética judaico-cristã, pois, diferentemente da estética e da estilística grega clássica, as produções judaicas e cristãs

[...] criaram uma espécie totalmente nova do sublime, da qual nem o cotidiano nem humildade ficavam excluídos, mas faziam parte, de tal forma que no seu estilo, assim como no seu conteúdo realizou-se uma combinação imediata do mais baixo com o mais elevado (AUERBACH, 1971, p.131).

Neste percurso de aproximação, as Teorias do Letramento encontram-se como ponto de contato mais atual entre ambas, adotando uma abordagem que parte dos gêneros discursivos e dos elementos contextuais. Contato esse que se mostra bastante relevante, pois, sob a perspectiva teológica,

Deus usou muitas vozes e muitos gêneros literários para transmitir a seu povo quem ele é e deseja ser. [...]. (Assim) para que alcancem esse propósito, devemos deixá-lo atrair-nos para dentro de seu mundo, do mesmo modo que deixamos um bom romance, peça teatral ou poema se apossarem de nós (BARRY, 2005, p.23.24).

<sup>126</sup> Como salientam Benincá e Balbinot: “a diversidade de formas de registro compõem a própria riqueza da Bíblia” (2009, p.75); de modo que negligenciar este ponto implica em reduzi-la em seu potencial enunciativo.

<sup>127</sup> Esta obra foi publicada por Auerbach em 1946, escrita na Turquia, durante o período da Segunda Guerra.

<sup>128</sup> ALTER; KERMODE, 1997, p.14-15.

Igualmente, parafraseando os Padres Conciliares, no Vaticano II, podemos afirmar que as verdades bíblicas são expressas de modos diversos à medida que diversos são os gêneros discursivos utilizados pelos hagiógrafos (DV 12).

Por realizar-se de modo contínuo e sempre “num contexto humano e histórico” (RAHNER, 1969, p.109), a autocomunicação de Deus requer que sejam levados em conta os diversos gêneros discursivos de cada escrito bíblico, bem como, o reconhecimento de que “as proposições da Escritura foram escritas dentro de horizontes de compreensão histórica e culturalmente condicionados” (RAHNER, 1989, p.437). Tudo sem perder de vista que **a interpretação da história é feita a partir do ‘agora’, a interpretação do espaço é feita a partir do ‘aqui’, e a interpretação do outro é feita a partir do ‘eu’** (TODOROV, 2018, p.61), superando o mito de uma neutralidade do leitor (intérprete)<sup>129</sup>.

É de se destacar que o reconhecimento da importância e relevância dos gêneros discursivos não implica em restringir o acesso das Escrituras àqueles que desenvolvem estudos acerca do tempo e da cultura no qual foram utilizados pelos autores sagrados, ou mesmo das circunstâncias históricas e sociológicas em que isto ocorreu, pois **o contato com as Escritura partido dos gêneros discursivos leva em conta uma reflexão sobre como esses mesmos gêneros são recepcionados hoje por seus leitores**, quais relações textuais e discursivas podem ser observadas entre as estratégias linguísticas utilizadas pelo autor e aquelas utilizadas pelos leitores do tempo presente<sup>130</sup>.

Para uma real democratização da Bíblia junto aos fiéis, não basta apenas um entendimento relativo ao “passado” do gênero ou restringi-lo a isto, mas deve abarcar também a compreensão de seu “presente” – em termos bakhtinianos, não basta que sejam evidenciadas as características dos gêneros secundários, daqueles propriamente utilizados pelos autores sagrados (os autores biográficos), é necessário, antes, que este estudo se volte aos gêneros primários (aqueles dos quais os gêneros secundários derivam), e, em alguns casos, promova um paralelo entre os gêneros secundários bíblicos e outros gêneros secundários mais comuns naquele dado grupo

<sup>129</sup> BULTMANN, 2008, p.39; SCHNELLE, 2004, p.163.

Dentre outras coisas, é também em decorrência desta não neutralidade que assumir a fé como pressuposto para a interpretação não pode ser visto como empecilho, ou como dado que possa descredibilizar a interpretação dos Textos Bíblicos.

<sup>130</sup> É devido a isto que Bento XV afirma que nem sempre o que sabe mais é aquele que interpreta melhor a Bíblia (SP 16).

que lê o texto hoje. Exemplo de como isto pode ocorrer se dá com o gênero parábola: embora um leitor atual desconheça os dados históricos e todos os elementos linguísticos e discursivos próprios desse gênero (um gênero secundário), uma aproximação deste a partir do gênero conto, um dos gêneros da esfera do cotidiano mais conhecidos e difundidos, pode facilitar a compreensão e o acesso à enunciação contida no parábola, isto graças ao fato de o conto definir-se por ser uma história curta, com recorte temporal reduzido e um número limitado de personagens, características essas compartilhadas com o gênero parábola e que podem ser facilmente observadas na parábola do “Filho Pródigo” (Lc 15,11-32).

Mais recentemente, a aproximação entre a Teologia e as Ciências da Linguagem ganhou o patrocínio do Papa Bento XVI, que via na valorização do estudo dos gêneros discursivos presentes na Bíblia o reconhecimento do “valor histórico da tradição bíblica [...] sem ignorar, portanto, a mediação humana do texto inspirado” (VD 44).

Compreendendo gênero discursivo (oral ou escrito) como ‘instrumento’, com características ligeiramente estáveis<sup>131</sup>, o lugar privilegiado da comunicação e transformação dos indivíduos e das realidades, dado “numa situação definida por uma finalidade, um lugar social e destinatários (específicos)” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.20-21.143), podemos afirmar com segurança a não existência do gênero discursivo ‘bíblia’ ou de um ‘gênero bíblico’ único, nem mesmo um ‘estilo bíblico’ (GABEL; WHEELER, 2003, p.22.223). Isto é reafirmado pelo fato de não haver um único autor da Bíblia e de seus livros terem sido escritos durante vários séculos, em um processo de apropriação, por parte desses autores, de distintos instrumentos discursivos comuns à sua época e que melhor serviam a seus objetivos comunicativos (STADELMANN, 2000, p.15).

Cabe ao estudioso da Bíblia como produção literária<sup>132</sup> buscar compreender os elementos semântico-argumentativos, literários e estilísticos mais recorrentes nos vários gêneros discursivos bíblicos, bem como os efeitos enunciativos presentes nesses elementos e como concorrem para o processo enunciativo, seja para época em que foram utilizados, seja para o leitor atual – esta compreensão de leitura do Texto Bíblico como literatura está na linha de valorizar a leitura da Bíblia a partir da

---

<sup>131</sup> BAKHTIN, 1997, p.280.

<sup>132</sup> Literatura entendida em seu sentido amplo, abrangendo textos para além daqueles conhecidos como *belles lettres* (GABEL; WHEELER, 2003, p.18.25).

própria Bíblia (SCHOLZ, 2018, p.18; SKA, 2015b, p.31; 2015c, p.133), a percepção de que o elemento humano do Texto Sagrado não é um empecilho para sua compreensão, mas, pelo contrário, pode facilitar o contato entre o texto e seu leitor<sup>133</sup>, uma vez que “se Deus quis revelar sua pessoa aos homens, para tratamento pessoal, ele teve que assumir a linguagem humana como meio de comunicação em todas as suas funções (com todos os seus atributos e usos)” (SCHÖKEL, 1986, p.133, tradução nossa)<sup>134</sup>.

É possível, deste modo, propiciar que a Bíblia e/ou cada texto individualmente se tornem “inteligíveis aos homens e mulheres de hoje que, de outra maneira, seriam tentados ou a perder o interesse pela Bíblia, ou a interpretá-la de maneira simplista: literalista ou fantasiosa” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA<sup>135</sup>, 1993, p.131); uma vez que o fato de nos relacionarmos com a Bíblica como fenômeno literário (como literatura) pressupõe o reconhecimento de que a Revelação Cristã não se apresenta “sob a forma de dogmas claramente definidos ou de demonstração precisa” (SKA, 2015c, p.134), requerendo um esforço interpretativo ao mesmo tempo que mantem-se aberta a interpretações novas e sempre atuais, como é típico das produções literárias (MANNUCCI, 1986, p.390), empenhando a existência humana (SKA, 2015c, p.135-136), transpondo o mundo biológico a um mundo de representações, o despojando de sua contingência o fazendo significativo a uma coletividade mais ampla (SCHÖKEL, 1986, p.248) – o que Antônio Cândido chama de “função humanizadora”, pois capaz de exprimir o ser humano e contribuir a que o leitor se forme enquanto humano (1999, p.82)<sup>136</sup>.

Está aí a diferença entre aqueles que estudam a Bíblia como Literatura para aqueles que estudam a Literatura Bíblica; a diferença entre aqueles que fazem uma leitura superficial e parafrástica dos Textos Bíblicos, para os que se propõem à leitura abrangente e polissêmica das Sagradas Escrituras (GABEL; WHEELER, 2003, p.25-26; ORLANDI, 1987, p.200-202).

---

<sup>133</sup> É, também, uma referência à atual compreensão de que no processo de leitura do texto, o leitor não necessita de prévio conhecimento do autor biográfico (o homem-autor) ou do contexto de produção para que seja possível a compreensão, a enunciação (BARTHES, 2004).

<sup>134</sup> “*Si Dios quería revelar su persona a los hombres, para el trato personal, tenía que asumir como medio de comunicación el lenguaje humano en todas sus funciones (con todos sus atributos y usos)*” (SCHÖKEL, 1986, p.133).

<sup>135</sup> Documento “A Interpretação da Bíblia na Igreja”.

<sup>136</sup> Em carácter complementar a esta compreensão da função humanizadora da literatura, destacamos uma outra afirmação de Alonso Schökel (p.1987, p.90): “os grandes intérpretes da humanidade não são apenas chamados de Wundt ou Freud ou Jung, mas também e mais ainda Cervantes, Shakespeare e Tolstoi”.

A ‘Crítica da Forma’, de Hermann Gunkel, embora se caracterize como um estudo e uma prática distinta daquela das Teorias do Letramento, ambas compartilham vários pressupostos, como no caso do olhar diferenciado aos gêneros discursivos. Orientada à valorização da contribuição do estilo de cada autor e suas orientações teológicas, para a Crítica das Formas, os gêneros e demais elementos linguísticos encontram-se em estreita relação com o ambiente de origem (*Sitz in Lebem*), levando em conta o fato de que

Os gêneros bíblicos são equilibrados entre flexibilidade e conservadorismo, transformando-se em novos gêneros conforme as circunstâncias mudam. Consequentemente, o material textual deve ser estudado não de acordo com o contexto em que se encontra na Bíblia, ou seja, sua posição no texto, mas de forma independente e de acordo com suas características textuais e de gênero (FERRER, 2008, p.215, tradução nossa)<sup>137</sup>.

Essa perspectiva, com relação aos gêneros bíblicos, se harmoniza, em grande parte, àquela defendida pelas Teorias do Letramento, que vê os gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis” (BAKHTIN, 1997, p.280), regidos por normas e leis construídas socialmente, sendo ao mesmo tempo formas plásticas e marcadas pela variedade dos aspectos sociais e das personalidades individuais<sup>138</sup>.

Por estarem em constante transformação, fazendo com que um gênero existente num dado momento sócio-histórico possa deixar de existir ou passar a existir se esse contexto se alterar, é aceito a não existência de gêneros discursivos puros. O mesmo ocorre com os gêneros que compõem a Bíblia, alguns já não existem mais, outros existem exclusivamente no contexto bíblico, e outros, apesar de se manterem em nosso tempo, ganham na Bíblia traços únicos.

Como não existe um gênero bíblico, já que a Bíblia é uma coletânea de livros e gêneros discursivos com características distintas entre ambos (GABEL; WHEELER, 2003, p.22.27), sucede a questão: Quais são os gêneros discursivos presentes na Bíblia? E a resposta decorrente seria que, de modo abrangente, é possível identificar

---

<sup>137</sup> “Los géneros bíblicos presentan un balance entre flexibilidad y conservadurismo, y se transforman en nuevos géneros según cambian las circunstancias. En consecuencia, el material textual debe ser estudiado no según el contexto en que se halla en la Biblia, es decir, su posición en el texto, sino independientemente y según sus características textuales y de género” (FERRER, 2008, p.215).

<sup>138</sup> Esta é a clássica caracterização que Bakhtin (1997, p.302-303.284) faz dos gêneros discursivos.

cinco tipos discursivos<sup>139</sup> a partir dos quais os gêneros presentes na Bíblia podem ser agrupados<sup>140</sup>:

a) **Tipologia Narrativa**= Valendo-se da presença de um narrador e de personagens, envolvidos em um enredo real ou fictício, caracteriza-se pelo objetivo de descrever um fato, de justificar uma prática ou de propor um ensinamento. Fazem parte desse grupo de gêneros: Mito; Etiologia (Lenda e Saga); Legenda; Enigma; Conto; Anais; Crônica; Novela; Relato; Fábula; Sátira; Carta; Apotegma; Alegoria; Parábola e Evangelho.

b) **Tipologia Jurídica**= Também chamada de 'prosa oficial', esses tipos discursivos vêm marcados por uma linguagem imperativa, indicando o que se deve fazer e como se deve agir em determinadas situações; ou por uma linguagem negativa, apresentando práticas às quais se deve evitar. Correspondem a esse grupo: Lei casuística; Lei apodítica; Lei ritual; Símbolo de fé; Lista; Catálogo e Parênese.

c) **Tipologia Sapiencial**= São integrantes desse tipo de discurso aqueles que se objetivam apresentar uma verdade inquestionável e, em alguns casos, já sabida por todos, mesmo que negligenciada, sendo necessária para a vida cotidiana. Os gêneros aqui abarcados têm forte vínculo com a modalidade oral da linguagem. São participantes desses gêneros: Provérbio; Dito e Oração.

d) **Tipologia Profética**= Uma característica dos gêneros deste tipo discursivo é seu modo de ver o presente como portador de sentido para além de si mesmo, ou concretizando prenúncios passados, ou apontando para fatos vindouros, sejam esses fatos ou previsões de bom ou mau agouro. O rol de gêneros deste tipo mantém estreito vínculo com a modalidade oral da linguagem. Compõem o elenco de gêneros deste tipo: Sermão; Exortação; Bênção ou Maldição; Apocalíptica; Oráculo e Revelação.

e) **Tipologia Lírica**= Sejam de agradecimento, louvor, súplica, escárnio ou lamento, os gêneros deste tipo discursivo são caracterizados pelo uso da linguagem em vista da expressão de verdades, sentimentos e/ou sensações que estão para além da própria linguagem. A eles correspondem: Hino; Cântico; Sátira; Macarismo; Elegia; Poema e Salmo.

<sup>139</sup> Tratamos como 'tipos discursivo' o agrupamento, por sua natureza linguística, semiótica, sintática e mesmo pragmática dos discursos produzidos, atuando transversalmente com relação aos vários gêneros (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.32-33; SIGNORINI, 2012, p.42; TODOROV, 2018, p.68).

<sup>140</sup> Reforçamos a observação de que "apesar dos grandes avanços dos estudos, ainda não temos uma publicação que catalogue, analise e sistematize todos os Gêneros Literários, tanto do Antigo como do Novo Testamento" (SILVA, 2003, p.188). A lista que apresentamos tem por base aquela classificação apresenta por Valério Mannucci (1986, p.102-103).

Para o Letramento Bíblico, à luz de seus pressupostos, o reconhecimento dos elementos semântico-argumentativos e estilísticos presentes na língua e nos gêneros discursivos se torna passo importante para compreender os Textos Sagrados, já que nos é impossível acesso cognitivo direto à realidade do mundo físico e social. A linguagem e os diversos modelos culturais atuam na mediação. É através desses mediadores “e com eles que construímos nossas representações do mundo e damos sentido aos entes e eventos e a nós mesmos” (FARACO; ZILLES, 2017, p.41), eles são “‘horizonte de espera’ para os leitores e ‘modelos de escritura’ para os autores” (TODOROV, 2018, p.69)<sup>141</sup>.

E se “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 1997, p.282), por meio das quais a vida se torna linguagem e a linguagem ganha vida, considerar a Bíblia como Palavra de Deus “supõe que essa palavra não seja mera informação divina atemporal, oráculo pronunciado independentemente do caráter concreto do ‘receptor’ e de sua situação, mas processo articulado de comunicação, que não só propõe como também escuta” (SIMIAN-YOFRE, 2015b, p.170), modificando-se tanto quanto necessário para atingir seu propósito comunicativo – além do que, como é propósito de Deus que sua Palavra chegue a todos os povos (Mt 28,19), a multiplicidade de línguas impõe que a Palavra de Deus se expanda na mesma medida (SCHÖKEL, 1986, p.123).

Como salientou Parmentier (2009, p.36), a Palavra de Deus não atinge a humanidade em estado puro, mas sim mediada pela limitada linguagem humana, fato este testemunhado nas Escrituras pela dependência que existe entre a inteligibilidade da comunicação e a adoção/compartilhamento de uma mesma linguagem. É este o contraste que podemos perceber entre o momento no qual **Deus fala a seu povo**, primeiro no Antigo Testamento e depois (por duas vezes) no Novo Testamento – no Antigo Testamento (Ex 20,18-19.21), ao falar, Deus não é compreendido, a comunicação parece não ser efetiva, sendo necessário um intérprete humano, Moisés; já no Novo Testamento (Mc 1, 11; 9,7; Mt 3,17; 17,5; Lc 3,22; 9,35) os que estavam naquele momento compreendem perfeitamente, foi efetiva a comunicação, pois A Palavra de Deus havia assumido as feições humanas (Jo 1,14).

---

<sup>141</sup> Para um maior aprofundamento recomendamos o artigo *Language* (1929), de Edward Sapir, que muito contribuiu para as reflexões sobre as relações entre linguagem e sociedade.

Nessa esteira, a perspectiva paulina de que “não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos vós sois um só, em Cristo Jesus” (Gl 3,28), remete à dispersão dos povos, à confusão gerada em Babel pela diversidade de línguas (Gn 11,1-9), que agora já não existe, pois todos foram reagrupados em Cristo – imagens disso são a vinda dos reis magos para adorar o Menino Jesus, representando a re-união de todas as nações (Mt 2,1-11; Sl 72,11, e o discurso de Pedro após Pentecostes (At 2,1-11), representando a desambiguação da mensagem de Deus, agora em uníssono.

Por sua vez, quando se dirige a Timóteo, Paulo (1Tm 2,5) afirma haver apenas um único mediador entre Deus e a Raça Humana, Jesus Cristo, o Verbo, a Palavra de Deus dada a nós. Tendo por foco essa mesma carta - a Primeira Carta a Timóteo - São João Crisóstomo (2017, p.31)<sup>142</sup>, afirma que ter tanto a natureza divina quanto a natureza humana foram e são condições necessárias a que Cristo se constituísse mediador entre Deus e a Raça Humana, caso contrário não poderia mediar:

O mediador deve participar de ambas, às quais serve de mediador. É próprio do mediador ser partícipe de uma e outra, entre as quais é mediador. Se a uma adere, mas se separa da outra, já não é mediador. Se, portanto, não é consorte da natureza do Pai, não é mediador, mas está separado. Como, pois, está conjunto à natureza humana, porque veio para junto dos homens, assim da natureza divina é consorte porque veio da parte de Deus. Como é intermediário entre as duas naturezas, devia estar perto de ambas. Um lugar intermediário acha-se próximo de dois lugares; assim também o intermediário de duas naturezas, deve ser participante de ambas. Como se fez homem, assim também era Deus. Um homem não se teria feito mediador, porque devia dialogar com Deus. Deus também não teria sido mediador, porque não o receberiam aqueles dos quais teria sido mediador.

De modo adicional, Agostinho (2008, p.976-978) descreve esse Mediador como aquele responsável por aproximar e reconciliar os seres humanos e Deus, requerendo, por parte dele, tanto a união com Deus quanto com os homens. Já Orígenes (2018, p.74-76)<sup>143</sup>, retomando Hb 1,3 e Fl 2,6-7, o apresenta como responsável por suavizar, tornar suportável e acessível a nós a glória divina, a qual seríamos incapazes por nossa própria natureza<sup>144</sup>; e graças a essa mediação “(em Jesus) a divina natureza é designada com termos humanos, e a natureza humana é adornada com os títulos reservados a Deus” (ORÍGENES, 2018, p.163).

<sup>142</sup> Na *Sétima Homília*, §5.

<sup>143</sup> Na obra *Tratado sobre os Princípios*.

<sup>144</sup> A analogia fornecida por Orígenes é de uma estátua tão grande que pudesse ser maior que a própria Terra, deste modo, incapaz de ser vista por nós (os que estamos na Terra). Assim, para que pudéssemos conhecê-la e satisfazer-nos de comprovações de sua existência, nos seria concedido uma imagem perfeita (sem tirar nem pôr), mas em menor escala, aquela primeira. Exemplificando como o intangível e incognoscível é feito compreensível e próximos de nós por meio de Jesus.

Alguns passos à frente, ao expressar a distinção entre as realidades simples e as compostas, Tomás de Aquino identifica o que é simples como sendo mais nobre, mais elevado, com Deus, e por consequência, aquilo que é composto seria assemelhado aos demais seres, inclusive conosco. No percurso da busca pela compreensão de ambas, o Doutor Angélico afirma ser necessário começar por aquilo que “se apresente mais lógica e mais fácil de ser seguido” (1979a, p.6), como mediação àquilo que é simples e ainda nos permanece oculto. E, sendo as capacidades de conhecimento de um ser limitadas ao mesmo nível de sua substância,

a inteligência humana (se faz) incapaz, pelas suas próprias forças, de apreender a substância ou a essência íntima de Deus. Com efeito, o nosso conhecimento intelectual, conforme o modo próprio da vida presente, tem seu ponto de partida nos sentidos corporais, de tal modo que tudo o que não cai sob o domínio dos sentidos não pode ser apreendido pela inteligência humana, a não ser na medida em que os objetos sensíveis (acessíveis aos sentidos) permitem deduzir a existência de tais coisas.

[...]

As deficiências que experimentamos dia por dia no conhecimento das coisas nos transmitem o mesmo ensinamento. Ignoramos a maioria das propriedades das coisas sensíveis, e na maior parte dos casos somos incapazes de descobrir plenamente as razões dessas propriedades que os nossos sentidos percebem. Com muito maior razão, a inteligência do homem não chega a descobrir todas as realidades inteligíveis desta substância altíssima que é Deus (1979b, p.61.62).

É a isto que Paulo Apóstolo se refere ao dizer: “ninguém conhece o que é de Deus, a não ser o Espírito de Deus [...]. (Todavia), a nós, Deus revelou esse mistério por meio do Espírito” (1Cor 2,11.10), evidenciando não termos acesso direto àquilo que é mais íntimo de Deus, exceto se o próprio Deus resolver transmitir a nós do modo como nos seja mais facilmente compreensível, pela nossa linguagem, pela nossa cultura (Mt 11,27; Lc 10,22).

É importante ressaltar, como o Papa Paulo VI fizera a biblistas italianos, em 1970, que a pretensão de um estudo da Bíblia através de seus gêneros discursivos não se fecha no conhecimento linguístico em si, mas pretende tornar o texto e sua enunciação mais acessíveis ao leitor de hoje, de modo que “possa referir-se ao momento presente de salvação” (PAULO VI, [1970] 2018, n.p. tradução nossa)<sup>145</sup>, **caso contrário, esse estudo se tornaria alienante e desviante.**

Essa necessidade de acessibilidade e abertura também influi na compreensão que se tem daquilo que vem a ser a Revelação e de como se dá o processo salvífico empreendido por Deus, manifesto plenamente em Jesus Cristo (o Verbo). A

---

<sup>145</sup> “*Si possa riferire al presente momento salvifico*” (PAULO VI, [1970] 2018, n.p.).

Revelação passa a ser um evento comunicativo de Deus em diálogo conosco por amor, e convida-nos, continuamente, a entrar em comunhão com Ele (DV 6). Bento XVI destacou que isso acontece porque nossa fé não se fundamenta em crer numa palavra escrita e muda, nossa fé é aquela no Verbo Encarnado, vivo e atual (VD 7).

Entendida como encontro, a Palavra não só requer que Deus fale e o homem e a mulher o escute e responda (Dt 6,4; Jó 36,9-12), mas que Ela continue mantendo-se sempre presente/ viva/ eficaz, como nos prometeu o Senhor: “eis que estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo” Mt 28,20 (VD 51; Doc 97, n.24). É importante salientar que esse encontro é um caminho que leva não só a conhecer a Deus, mas também a compreender a si mesmo e ao mundo, sendo isto algo que se dá pela leitura, escuta e interpretação **na e com a** Comunidade (Doc 97, n.38-39).

Emigrando de si e passando a possuir uma história que Lhe seja própria no outro (RAHNER, 1989, p.266), a Revelação não se daria “abstratamente, mas assumindo linguagens, imagens e expressões ligadas (à cada ser humano e) às diversas culturas” (VD 109) e o próprio Verbo, ao encarnar-se, segundo Paulo VI:

(Assumindo por si mesmo) uma forma temporal em uma determinada época histórica, no âmbito de uma determinada cultura, é um fato que repercute em todas as culturas subsequentes, e o obriga a voltar-se continuamente, e com fidelidade, a este momento privilegiado e a deixá-lo operar, como princípio formativo insubstituível, dentro deles. Mas a fidelidade ao Verbo encarnado exige também, em virtude da dinâmica da Encarnação, que a mensagem se faça presente, na sua inteireza, não ao homem em geral, mas ao homem de hoje, a quem a mensagem agora é anunciada. Cristo tornou-se contemporâneo de alguns homens e falou em sua língua. A fidelidade a ele exige que esta contemporaneidade continue (PAULO VI, [1970] 2018, n.p., tradução nossa)<sup>146</sup>.

Com a Palavra de Deus passando a ser reconhecida como “a possibilidade de (Deus) expressar-se historicamente a si mesmo em si mesmo para nós” (RAHNER, 1989, p.257), assume-se a compreensão de que o processo de Revelação e de Encarnação de Deus, pelo Cristo, se dá continuamente, à medida que Deus quer se fazer presente em cada cultura, e deseja que sua mensagem seja salvadora e libertadora em todas as circunstâncias e alterações pelas quais a vida humana passa

---

<sup>146</sup> “(Assumere per te stesso) una forma temporale in una determinata epoca storica, nell’ambito di una determinata cultura, è un fatto che ha la sua ripercussione per tutte le culture susseguenti, e le obbliga a volgersi continuamente, e con fedeltà, a questo momento privilegiato e a lasciarlo operare, come principio formativo insostituibile, nel loro interno. Ma la fedeltà alla Parola incarnata, esige anche, in virtù della dinamica dell’Incarnazione, che il messaggio sia reso presente, nella sua interezza, non all’uomo in genere, ma all’uomo d’oggi, a quello a cui il messaggio è annunciato adesso. Cristo si è fatto contemporaneo di alcuni uomini e ha parlato nel loro linguaggio. La fedeltà a lui chiede che questa contemporaneità continui” (PAULO VI, [1970] 2018, n.p.).

e passará<sup>147</sup>. Conforme sublinharam Gregório de Nissa<sup>148</sup> e Dionísio (Pseudo Areopagita)<sup>149</sup>, só pode ser redimido, **só pode ser feito novo aquilo que foi assumido**.

O ser humano e a realidade humana não seriam, sob essa perspectiva, meros agentes passivos, puramente beneficiários da Revelação e da Encarnação, mas estariam no interior, intimamente unidos a esse processo, “a revelação não é de forma alguma uma 'coisa', ela existe apenas na experiência consciente, presente e contínua dos homens [...]” (MORAN, 1968, p.13, tradução nossa)<sup>150</sup>. Tal visão supera a compreensão dos hagiógrafos como simples secretários de Deus e a própria história passa a ser interpretada como história da salvação e da revelação progressiva de Deus<sup>151</sup>.

A Igreja, nesse percurso, como presença sacramental do Cristo, teria por missão continuar o processo místico de Encarnação do Verbo, levando-o aos confins do mundo (Mc 16,15), por meio da pregação e do testemunho (VD 56.109; EG 24.30.40.90.115). E é pela consciência desta sua missão que os Padres Conciliares encorajaram todos os cristãos a cultivarem “as ciências bíblicas para que continuem a realizar com todo o empenho, segundo o sentir da Igreja, a empresa<sup>152</sup> felizmente começada, renovando constantemente as suas forças” (DV 23).

#### 4.2 OS SINAIS DE UM LETRAMENTO BÍBLICO NA IGREJA PRIMITIVA

Como ressaltamos anteriormente, neste processo de *kenosis* por parte do Verbo, a realidade humana foi por Ele assumida não apenas no que diz respeito à adoção de um corpo humano, mas também no modo humano de comunicar o divino (DV 13; SCHÖKEL, 1986, p.115). Deus “não usou uma linguagem celestial, angelical - que não existe -, não criou uma linguagem exclusiva e obrigatória para todos”

<sup>147</sup> Para maiores reflexões: RAHNER, 1969, p.109-121.

<sup>148</sup> “Não é possível que o enfermo se cure, se não é a parte doente que recebe particularmente a cura” (GREGÓRIO DE NISSA, 2018, p.349).

<sup>149</sup> “Não é possível que o Raio divino nos ilumine se não estiver espiritualmente oculto na variedade de véus sagrados e a providência paterna de Deus o tenha acomodado em nossa forma natural e própria” (PSEUDO-DIONÍSIO, 2007, p.104, tradução nossa).

<sup>150</sup> “La Révélation n'est pas du tout une 'chose', elle n'existe que dans l'expérience consciente, présente et continue des hommes [...]” (MORAN, 1968, p.13).

<sup>151</sup> Perspectiva defendida na obra de Rahner (1989, p.146. 435-436) e presente no Concílio Vaticano II (DV 11-13).

<sup>152</sup> Empresa entendida como empreitada.

(SCHÖKEL, 1986, p.268, tradução nossa)<sup>153</sup>, Ele apropriou-se da linguagem humana e, sem limitar-se por ela<sup>154</sup>, mas valendo-se de sua potencialidade<sup>155</sup>, foi capaz de fazer-se compreensível a nós – o mistério de Deus expresso fora de Deus (RAHNER, 1964, p.153).

Os tópicos a seguir têm por objetivo apresentar como esse movimento linguístico da parte de Deus, adotado livremente por Ele, está em perfeita harmonia com todo o processo de condescendência divina, de abrir-se à humanidade (SCHÖKEL, 1986, p.45). Para isto, evidenciaremos a prática pedagógica adotada por Jesus e por Paulo, Apóstolo, nos primórdios da Igreja, bem como por Ambrósio de Milão<sup>156</sup>. Práticas pedagógicas que não apenas fizeram uso da linguagem por meio de gêneros específicos, mas que empregaram tais gêneros como verdadeiros instrumentos para fazerem claro o obscuro, para tornarem acessível o que era inacessível, dando fisionomia histórica e culturalmente concreta e sensível à Palavra de Deus.

As práticas que serão descritas e analisadas não apenas inscrevem-se como ‘produções de textos’ pautadas pelo caráter da valorização dos ‘leitores’, são também ‘leituras’ da enunciação divina que evidenciarão o estreito vínculo existente entre sua compreensão e o contexto mais amplo no qual os leitores encontram-se inseridos – prática que compartilha os mesmos princípios adotados pelas Teorias do Letramento. E ao evidenciarmos a importância que especialmente Jesus e Paulo deram ao modo como a linguagem (os gêneros discursivos) e o contexto dos leitores na elaboração de seus discursos eram por eles apropriados e valorizados, esperamos instar o reconhecimento que essa prática tem no movimento contrário ao de produção, o de leitura – ensejando um Letramento Bíblico.

---

<sup>153</sup> “No empleó una lengua celeste, angélica – que no existe –, no creó una lengua exclusiva y obligatoria para todos” (SCHÖKEL, 1986, p.268).

<sup>154</sup> GREGÓRIO DE NISSA, 2014, p.74.

<sup>155</sup> Todo enunciador, ao produzir um enunciado, vale-se de toda a riqueza de elementos presentes em uma dada língua aos quais tem acesso (FERRAREZI JUNIOR; BASSO, 2013, p.95).

<sup>156</sup> Salientamos o papel único de Jesus, Paulo e Ambrósio no que se refere à instrução acerca da mensagem evangélica, o Magistério Ordinário da Igreja (CIC 2030-2034.2037). Quando Jesus ensina, Ele o faz como o Verbo Divino (Jo 1,9.18; 1Jo 1,1), como Mestre (Mt 5,2; Mc 4,2; 6,6; Lc 4,15.32; Jo 7,14; 8,2), como Cabeça da Igreja (Cl 1,18); quando Paulo e Ambrósio ensinam, o fazem por mandamento do próprio Cristo, como membros do Colégio Apostólico e do Colégio Episcopal, respectivamente (LG 22.25; IRINEU DE LIÃO, 2009, p.249), o fazem em nome da Igreja Mãe e Mestra (DV 10). Distintamente ocorre com o testemunho de fé, com a partilha de experiências que é possível vivenciar entre os membros da comunidade, nas CEBs e GBRs, no contexto mais amplo e cotidiano da vida de fé.

#### 4.2.1 O Letramento do Reino na Pedagogia de Jesus

O objeto do nosso estudo, agora, são as quatro parábolas do Reino, presentes no capítulo 4 do Evangelho segundo Marcos – a saber: Parábola do Semeador (Mc 4,3-8; Mc 4,14-20); Parábola do Candeeiro (Mc 4,21-23); Parábola do Trabalhador do Campo (Mc 4,26-29) e Parábola da Semente de Mostarda (Mc 4,30-32)<sup>157</sup>. O olhar para estas parábolas de Jesus intenciona uma reflexão acerca da pedagogia e demais estratégias metodológicas utilizadas por Ele em seu ‘fazer teológico’, em sua ‘prática profissional’ na Galileia, sobre o que viria a ser o ‘Reino de Deus’.

Seja em sua função de promotora do ‘intercâmbio social’, seja na função de ‘ordenadora do real’ (VYGOTSKY, 2002, p.12-13), a linguagem figura como utilizada por Jesus em todo seu potencial, visando promover um amplo desenvolvimento em seus discípulos. E se é por meio da linguagem que o ser humano significa o mundo e estrutura o próprio pensamento (VYGOTSKY, 2002), nada mais plausível que em sua pedagógica Jesus tenha empregado um método (tenha se valido de uma prática pedagógica) que partisse do modo próprio como seus conterrâneos significavam o mundo para fazê-los apreender, compreender e disseminar sua mensagem.

Disto decorre a hipótese de que Jesus utilizava uma pedagogia e demais estratégias metodológicas que muito se aproximam das Teorias do Letramento, hoje. Seu método e os princípios por Jesus adotados, valendo-se do gênero parábola, demonstram uma prática que visava fazer com que seus ouvintes pudessem, de modo gradativo e bastante contextualizado<sup>158</sup>, passarem de uma compressão superficial e literal sobre o ‘Reino de Deus’, para uma compressão aprofundada e transformadora (de si e da própria realidade).

Nosso percurso desta análise, então, passará por uma explicitação das características linguísticas e discursivas presentes no gênero ‘parábola’, além da apresentação e comentários acerca dos textos conhecidos como ‘Parábolas do Reino’, aquelas do capítulo 4 de Marcos, segundo a tradução da Bíblia da CNBB. Na sequência, apresentaremos o contexto histórico e cultural no qual Jesus e seus ouvintes estavam inseridos e que influenciaram tanto na prática de Jesus quanto na

---

<sup>157</sup> A escolha dessas parábolas resume-se no fato de tratarem daquele que é o tema central do anúncio de Jesus, o “Reino”; não havendo nenhuma motivação específica para a escolha das parábolas de Marcos em detrimento daquelas de Mateus e Lucas, sobre o mesmo tema.

<sup>158</sup> MANNUCCI, 1986, p.296; HEATH, 2009, p.106.

apropriação do texto. Por último, demonstraremos como o próprio Jesus compreendia e utilizava sua pedagogia na prática de Letramento, auxiliar fundamental na promoção da passagem de uma leitura ‘parafrástica’<sup>159</sup> para uma ‘polissêmica’<sup>160</sup> acerca do conceito ‘Reino de Deus’.

#### 4.2.1.1 *Parábolas do Reino em Marcos*

A palavra parábola vem do grego *parabolé* (παραβολή – *para* = à margem, ao lado de + *ballein* = verbo arremessar, jogar) e significa “comparação” ou “uma história que conta outra história”. Em hebraico, a palavra utilizada para parábola é *mashal* (משל), referindo-se a um gênero discursivo utilizado pelos hebreus em ensinamentos que objetivavam tanto ‘a melhoria da conduta das pessoas’, quanto falar de trechos das Escrituras ‘aparentemente de significados mais obscuro’ (GIGLIO, 2012).

No contexto histórico em que Jesus vivia, as parábolas eram bastante utilizadas pelos rabinos, os mestres, no ensino do Talmud, e, mesmo tendo o caráter de ‘comparação’, eram entendidas como importantes ferramentas de questionamento, em virtude de comentarem e explicarem verdades de fé mais abstratas, mantendo o texto aberto a interpretações (GIGLIO, 2012). Esse caráter aberto da parábola foi fortemente aproveitado por Jesus em seus ensinamentos, o que transpareceria em algumas expressões suas: “se alguém tem ouvidos para ouvir, que ouça” (Mc 4,23); “desse modo, eles olham sem ver, escutam sem compreender” (Mc 4,12).

Paul Ricoeur fala um pouco sobre esse caráter não tão declarativo da ‘comparação’ em relação à ‘metáfora’, afirmando que, em geral, a metáfora diz o ‘ser’, já a comparação diz o ‘ser como’. A comparação “não se limita a dizer que isto é aquilo” e por esse motivo pode se dizer que “a comparação é uma metáfora desenvolvida” (RICOEUR, 2000, p.47.46).

Citando Aristóteles no Primeiro Livro de *A Retórica*, Paul Ricoeur apresenta uma dupla divisão da parábola, “que consiste na ilustração pelo exemplo” (2000, p.44), de modo que esse exemplo pode ser um exemplo histórico (efetivo) ou um exemplo fictício (como as fábulas de Esopo). No caso de Jesus, especificamente sobre as

<sup>159</sup> Parafrástica: Leitura “que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido dado pelo autor” (ORLANDI, 1987, p.200); é a leitura restrita àquilo que já vem dado no texto, assimilativa.

<sup>160</sup> Polissêmia: Leitura “que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto” (ORLANDI, 1987, p.200); é a leitura que promove alto grau de inferenciação, enriquecendo o texto com as várias experiências dos variados leitores.

parábolas do Reino, é possível dizer que elas se enquadrariam em exemplos históricos (efetivos), pois são construídas a partir de fatos percebidos como verossímeis por seus ouvintes, algo que o evangelista Marcos faz questão de frisar: “ele (Jesus) lhes anunciava a palavra, conforme eram capazes de compreender” (Mc 4,33).

Segundo Borges Arantes (2006, p.105-112), em linhas gerais, uma parábola, seja ela produzida e difundida oralmente ou graficamente, é organizada em quatro momentos: **Introdução**: que propõe um resumo ou anúncio do tema a ser tratado; **Cenário**, contexto: diz respeito à localização das personagens no tempo e no espaço; **Trama**: abarcando o desenvolvimento da história, sua complicação e posterior resolução; **Comentário**, **avaliação** ou **explicação** são elementos que podem aparecer posteriormente à resolução/conclusão da história. Tal estruturação corresponderia àquilo que Bronckart, apoiando-se em Jean-Michel Adam, chama de “Sequência Narrativa” (BRONCKART, 1999, p.219-222).

No que diz respeito à ‘atitude comunicativa’ na produção de uma parábola, ela pode mesclar o mundo discursivo do narrar (a ordem do narrar) e o do expor (a ordem do expor)<sup>161</sup>, porém, **com uma predominância para o mundo do narrar**. O mundo discursivo da ordem do narrar apresenta uma atitude comunicativa em ‘disjunção’ ao mundo ordinário da situação de produção; por sua vez, o mundo discursivo da ordem do expor é o que se coloca em ‘conjunção’ com o mundo ordinário da situação de produção (NASCIMENTO, 2018). Nas palavras de Bronckart, o mundo do narrar é “situado em ‘outro lugar’, mas esse outro lugar, entretanto, deve permanecer [...] como um mundo parecido, isto é, um mundo que deve poder ser avaliado ou interpretado pelos seres humanos que lerão o texto” (1999, p.153); já no mundo do expor “(o conteúdo temático é interpretado) sempre à luz dos critérios de validade do mundo

---

<sup>161</sup> Bronckart (1999, p.150-164.240-243) afirma que no processo de semiotização do mundo, o agente, em sua ‘atitude comunicativa’, pode recorrer a dois ‘arquétipos psicológicos’ que correspondem a dois mundos discursivos: o mundo do narrar e o mundo do expor. O mundo discursivo do narrar é aquele que se encontra em ‘disjunção’ ao mundo ordinário da situação de produção, abarcando gêneros discursivos como o romance, a fábula, o conto, a parábola dentre outros, requerendo do agente produtor a ancoragem espaço-temporal do discurso. O mundo discursivo do expor é aquele que se encontra em ‘conjunção’ com o mundo ordinário da situação de produção, motivo pelo qual o discurso não necessita de uma ancoragem espaço-temporal, abrangendo gêneros discursivos como o artigo científico, a resenha, o ensaio e etc.

Com relação ao ‘ato de produção’, à ‘situação de produção’, os mundos (as ordens) do narrar e do expor podem ser/estar em implicação ou em autonomia. O discurso é/está implicado quando é formado por recursos que marcam a interação, quando o agente produtor interage diretamente com seu destinatário. Contrariamente a isto, o discurso em autonomia ocorre quando não existem as marcas de interação entre o agente produtor e seu destinatário.

ordinário [...], podendo os elementos ficcionais expostos serem considerado, conforme o caso, como falsos, delirantes [...]” (BRONCKART, 1999, p.154).

Geza Vermes (1996, p.41-43) afirma que embora haja passagens bíblicas nas quais Jesus entra em confronto com ilustres fariseus, escribas e saduceus, não existem provas concretas que ele tenha recebido uma formação especializada. Todavia, é perceptível que os ensinamentos de Jesus, muito voltados à prática das Escrituras, valendo-se de parábolas, advertências proféticas e palavras sapienciais, o faziam um pregador com estilo diferente daqueles de sua época, que se preocupavam em investigações teóricas da doutrina. Associando Deus à realidade em que vivia, tal como faziam os profetas, os sábios e os rabinos, “Deus era concebido e exposto por Jesus, não em termos filosóficos ou teológicos, mas numa linguagem existencial” (VERMES, 1996, p.44).

O Reino é considerado o cerne dos ensinamentos de Jesus (VERMES, 1996, p.45), o fim teleológico de seus ensinamentos, de sua prática profissional. Neste momento, serão apresentadas e analisadas as quatro Parábolas do Reino, no Evangelho segundo Marcos, que compõem o objeto deste estudo:

1ª) Parábola do Semeador (Mc 4,3-9) retrata a atividade de um semeador e a relação entre as sementes que ele lança e os diferentes solos em que elas caem:

Ouvi: Saiu o semeador a semear. Enquanto lançava a semente, uma parte caiu à beira do caminho, e vieram as aves e a comeram. Outra parte caiu no pedregulho, onde não havia muita terra; o grão germinou logo, porque a terra não era profunda; mas, assim que o sol despontou, queimou-se e, como não tivesse raiz, secou. Outra parte caiu entre os espinhos; estes cresceram, sufocaram-na e o grão não deu fruto. Outra caiu em terra boa e deu fruto, cresceu e desenvolveu-se; um grão rendeu trinta, outro sessenta e outro cem. E dizia: Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!

2ª) Parábola do Candeeiro (Mc 4,21-25) fala sobre a relação de funcionalidade entre luz e escuridão:

Dizia-lhes ainda: Traz-se porventura a candeia para ser colocada debaixo do alqueire ou debaixo da cama? Não é para ser posta no candeeiro? Porque nada há oculto que não deva ser descoberto, nada secreto que não deva ser publicado. Se alguém tem ouvidos para ouvir, que ouça. Ele prosseguiu: Atendei ao que ouvis: com a medida com que medirdes, vos medirão a vós, e ainda se vos acrescentará. Pois, ao que tem, se lhe dará; e ao que não tem, se lhe tirará até o que tem.

3ª) Parábola do Trabalhador do Campo (Mc 4,26-29), trata da relação entre o trabalhador do campo, o próprio campo e os frutos de seu trabalho:

Dizia também: O Reino de Deus é como um homem que lança a semente à terra. Dorme, levanta-se, de noite e de dia, e a semente brota e cresce, sem ele o perceber. Pois a terra por si mesma produz, primeiro a planta, depois a

espiga e, por último, o grão abundante na espiga. Quando o fruto amadurece, ele mete-lhe a foice, porque é chegada a colheita.

4ª) Parábola da Semente de Mostarda (Mc 4,30-32) discorre sobre o vínculo paradoxal entre o pé de mostrada e sua semente:

Dizia ele: A quem compararemos o Reino de Deus? Ou com que parábola o representaremos? É como o grão de mostarda que, quando é semeado, é a menor de todas as sementes. Mas, depois de semeado, cresce, torna-se maior que todas as hortaliças e estende de tal modo os seus ramos, que as aves do céu podem abrigar-se à sua sombra.

As parábolas de Jesus sobre o Reino, no Evangelho segundo Marcos, evidenciam a dupla possibilidade de ‘atitude comunicativa’ na produção de uma parábola. Isto é identificável pelo fato de que para transmitir a mensagem pretendida a parábola do ‘Semeador’ e a do ‘Trabalhado do Campo’ são construídas num mundo ficcional à parte; por sua vez, a parábola do “Candeeiro” e da “Semente de Mostarda” se utilizam de critérios de verdade ou falsidade para propor a aceitação da mensagem exposta. Destaca-se o fato de que tanto as parábolas que apresentam o discurso da ordem do expor quanto da ordem do narrar estão em ‘autonomia’ com relação à situação de produção, pois não existem unidades linguísticas que façam referência ao agente produtor (Jesus) em nenhuma das quatro parábolas, estando elas em relação de independência para com esse agente.

Apesar da predominância da tipologia linguística de uma sequência narrativa<sup>162</sup> na estrutura do gênero parábola, e levando-se em conta que “embora o processo de empréstimo (dos gêneros discursivos ao intertexto) inspire-se, necessariamente, em modelos existentes, quase nunca acaba em uma cópia integral ou em reprodução exata de um exemplar desse modelo” (BRONCKART, 1999, p.102), considera-se que Jesus, ao produzir a parábola do ‘Semeador’ e a do ‘Trabalhado do Campo’, pertencentes à ordem de narrar, seguiu a tipologia linguística de uma sequência narrativa:

---

<sup>162</sup> Baseado no pensamento de Jean-Michel Adam, Bronckart (1999, p.218) afirma existirem modelos abstratos que produtores e receptores dispõem, os auxiliando na construção e compreensão dos textos. Estes modelos, protótipos, se materializam em seis tipos linguísticos: sequência narrativa; sequência descritiva; sequência argumentativa; sequência explicativa; sequência dialogal; sequência injuntiva (BRONCKART, 1999, p.219-238).

Composta por três unidades básicas (BRONCKART, 1999, p.220)	<b>Parábola do Semeador</b>	<b>Parábola do Trabalhador do Campo</b>
INÍCIO (situação inicial)	Saiu o semeador a semear.	O Reino de Deus é como um homem que lança a semente à terra.
MEIO (transformação)	Enquanto lançava a semente, uma parte caiu à beira do caminho, e vieram as aves e a comeram. Outra parte caiu no pedregulho, onde não havia muita terra; o grão germinou logo, porque a terra não era profunda; mas, assim que o sol despontou, queimou-se e, como não tivesse raiz, secou. Outra parte caiu entre os espinhos; estes cresceram, sufocaram-na e o grão não deu fruto. Outra caiu em terra boa e deu fruto, cresceu e desenvolveu-se; um grão rendeu trinta, outro sessenta e outro cem.	Dorme, levanta-se, de noite e de dia, e a semente brota e cresce, sem ele o perceber. Pois a terra por si mesma produz, primeiro a planta, depois a espiga e, por último, o grão abundante na espiga.
FIM (situação final)	Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!	Quando o fruto amadurece, ele mete-lhe a foice, porque é chegada a colheita.

Quadro 1

Já ao produzir a parábola do 'Candeeiro' e a da 'Semente de Mostarda', vinculadas à ordem do expor, seguiu a tipologia linguística básica de uma sequência explicativa:

Composta por quatro unidades básicas (BRONCKART, 1999, p.226-227)	<b>Parábola do Candeeiro</b>	<b>Parábola da Semente de Mostarda</b>
CONSTATAÇÃO (na qual se introduz uma ação, situação não contestável)	Traz-se porventura a candeeira para ser colocada debaixo do alqueire ou debaixo da cama?	A quem compararemos o Reino de Deus?
PROBLEMATIZAÇÃO (explicitações da ordem do porquê ou do como, relacionadas a contradições do enunciado)	Não é para ser posta no candeeiro?	Ou com que parábola o representaremos?
RESOLUÇÃO (introduz informações complementares, capaz de resolver as contradições)	Porque nada há oculto que não deva ser descoberto, nada secreto que não deva ser publicado.	É como o grão de mostarda que, quando é semeado, é a menor de todas as sementes.

CONCLUSÃO-AVALIAÇÃO (reformula e/ou completa a informação inicial)	Se alguém tem ouvidos para ouvir, que ouça. Ele prosseguiu: Atendei ao que ouvís: com a medida com que medirdes, vos medirão a vós, e ainda se vos acrescentará. Pois, ao que tem, se lhe dará; e ao que não tem, se lhe tirará até o que tem.	Mas, depois de semeado, cresce, torna-se maior que todas as hortaliças e estende de tal modo os seus ramos, que as aves do céu podem abrigar- se à sua sombra.
--	---	---

Quadro 2

Esta constatação evidencia o fato de que esse instrumento psicolinguístico que é o gênero discursivo parábola, na medida da interação concreta do indivíduo (Jesus) com o meio (o povo da Galileia), não apenas se apropria do instrumento mediador elaborado pelas gerações anteriores (as parábolas usadas pelos rabinos no ensino do Talmud e das Escrituras), mas ele o altera segundo sua situação de uso (o ensino sobre o Reino), tal como fazem todos os usuários da língua (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.23).

#### 4.2.1.2 *Os contextos histórico – cultural – situacional das parábolas*

Anteriormente às quatro parábolas do Reino, em Mc 3,7<sup>163</sup> e Mc 4,1<sup>164</sup>, Jesus é localizado geograficamente junto ao Mar da Galileia ensinando uma grande multidão. Esta região é emblemática, já que Jesus passou boa parte de sua infância em Nazaré, que fica ao sul da Província da Galileia, na região dos vales; e sua vida adulta em Cafarnaum, localizada ao norte do Mar da Galileia, a região das montanhas. O Mar da Galileia, ainda que assim seja chamado, na verdade é um grande lago alimentado pelo Rio Jordão, com 24 Km de comprimento, 14 de largura e 50 m de profundidade. Está a 45 Km do Mar Mediterrâneo e a 100 Km de Jerusalém, cercado por importantes cidades, dentre as quais: Genesaré, Betsaida, Tiberíades, Cafarnaum, Corazin e Mágdala; banhando uma fértil planície que, a época de Jesus, agrupava uma população estimada em 150 mil pessoas (FREYNE, 2018; THEISSEN; MERZ, 2004, p.185-190).

O distanciamento de Jerusalém fez da região da Galileia um lugar fértil para o surgimento de movimentos messiânicos, opositoristas ao rei e com pretensões

<sup>163</sup> “Jesus retirou-se com os seus discípulos para o mar, e seguia-o uma grande multidão, vinda da Galileia” (Mc 3,7).

<sup>164</sup> “Jesus pôs-se novamente a ensinar, à beira do mar, e aglomerou-se junto dele tão grande multidão, que ele teve de entrar numa barca, no mar, e toda a multidão ficou em terra na praia” (Mc 4,1).

libertadoras, como foi o caso dos zelotes (ASLAN, 2018; THEISSEN; MERZ, 2004, p.195), e, posteriormente, do próprio Jesus. Em tal contexto cultural, discursos acerca das profecias referentes ao Messias, o sucessor do Rei Davi, e a conseqüente reinstauração de seu Reino, eram familiares (VERMES, 1996, p.45-47). Todavia, diferentemente do discurso belicoso e militarizado ao qual os galileus já estavam acostumados, a novidade trazida por Jesus foi a de um Messias e de um Reino com conotações proféticas, sociais e terapêuticas (físicas e espirituais), porém, em nada menos revolucionário (VERMES, 1996, p.47-49; FREYNE, 1996, p.51-54.61-65; THEISSEN; MERZ, 2004, p.195-199.202-203).

Economicamente, a Galileia destacava-se pelas atividades agrícolas, pastoris e pesqueiras, Jerusalém e algumas cidades mais ao sul, na Província da Judeia, eram fortemente urbanizadas (PIPOLLO, 1991, p.40-41). Mas não apenas o modo de vida mais rural, com relação a outras regiões do povo de Israel, faziam deles um povo “diferente”, provavelmente devido a seu contato mais aberto com relação a outros povos<sup>165</sup>, também sua dicção era diferente daquela dos de Jerusalém, falando um dialeto do aramaico<sup>166</sup> – Reforçando essa ideia, Theissen e Merz (2004, p.190) citam um texto do Talmud que faz referência à dificuldade que os habitantes daquela região tinham em falar sons mais guturais, fazendo com que houvesse a confusão na compreensão de quatro palavras em aramaico: *hamâr*= jumento; *hamar*= vinho; *amar*= lâ; e *immar*= cordeiro<sup>167</sup>.

Essa situação de “marginalizados”, por parte dos galileus, além de reforçar suas expectativas por uma transformação social, que encontravam no discurso e nas práticas de Jesus, também atraía outros grupos sociais que também se reconheciam em situação de exclusão e/ou esquecimento social, como é o caso das mulheres (viúvas ou prostitutas) e cobradores de impostos (Mt 9,10-13; Mc 2,15; Lc 13,1-3; Lc 15,1; PIPOLLO, 1991, p.41-42).

---

<sup>165</sup> THEISSEN; MERZ, 2004, p.184.190

<sup>166</sup> É, ainda, admissível que alguns habitantes daquela região falassem a língua grega, inclusive Jesus, já que era uma língua bastante utilizada em transações comerciais (ZUURMOND, 1998, p.53-54).

<sup>167</sup> Também o Evangelho segundo Mateus faz menção a isso, quando uma pessoa na casa do Sumo Sacerdote (Mc 26,57) reconhece Simão Pedro como Galileu apenas por seu modo de falar: “os que ali estavam aproximaram-se de Pedro e disseram: Sim, tu és daqueles; teu modo de falar te dá a conhecer” (Mt 26,73).

#### 4.2.1.3 A pedagogia de Jesus

Ao conceber um Reino que não deveria ser instaurado belicamente e no qual não haveria tronos, cortesãs, carros, espadas ou lanças, Jesus o apresentava figurativamente por meio das visões da paisagem, dos habitantes do campo, de sua vida à beira mar e de seus instrumentos de trabalho (VERMES, 1996, p.49). A relevância e alcance da prática de Jesus, dentre tantos autores, pode ser intuída na história e explicitada na teoria pedagógica de Paulo Freire, afirmando que

a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (1992, p.11-12).

A adoção de tal pedagogia e decorrentes estratégias metodológicas, como o próprio Jesus sugere (Mc 4,9-12), tinha em vista mostrar que o Reino por ele proposto não se identificava com nada que existisse ‘concretamente’ neste mundo, apenas ‘alegoricamente’, ‘metaforicamente’, ‘comparativamente’. Resguardada a mensagem aos membros do grupo, preservava o tom de mistério e curiosidade sobre o tema aos que ainda não faziam parte do grupo, e aos iniciados, motivava o desejo de fazer real a proposta apresentada por meio das parábolas.

Assim, ao mesmo tempo em que aos de fora pareciam ensinamentos bobos, sem sentido e inofensivos: “desse modo, eles olham sem ver, escutam sem compreender, sem que se convertam e lhes seja perdoado” (Mc 4,12); eram especialmente adaptados às capacidades simbólicas e cognitivas de seus conterrâneos: “era por meio de numerosas parábolas desse gênero que ele lhes anunciava a palavra, conforme eram capazes de compreender. E não lhes falava, a não ser em parábolas” (Mc 4,33-34), criando uma zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.18.112-115) – por meio do cotidiano, Jesus faz transparecer uma realidade da qual seus interlocutores não se haviam percebido, mostrando, assim, o verdadeiro fundamento das coisas e colocando os discípulos a caminho para a pela realização dessas realidade (RATZINGER, 2007, p.171-172).

Encaixando a prática do ensino dessas parábolas, aquelas sobre o Reino, às demais ações de Jesus, sob a ótica das Teorias do Letramento, podemos dizer que os objetivos pretendidos eram dois: dimensão individual e dimensão social. A **dimensão individual** está atrelada a levar o indivíduo à autonomia e ao pleno uso de

suas habilidades linguísticas (a compreensão sobre o Reino e as Escrituras). Por sua vez, a **dimensão social** está voltada a promover a transformação das realidades à medida que amplia a compreensão dos indivíduos sobre si e sobre o mundo que o cerca (promover a instauração do Reino e uma tomada de decisão coerente, por parte de seus seguidores).

Vale aqui um adendo acerca do ouvir, do sentido teológico da audição, para a cultura judaica. Como destaca Rochus Zuurmond (1998, p.47.48):

a 'audição' da narração é, pois, o complemento necessário (o 'efeito') de uma história. [...] Os que 'escutam' acabam pertencendo ao que é narrado (dabar), recebem um nome, isto é, identidade, vocação, missão. São integrados num conjunto, numa aliança, recebem uma incumbência.

Isto faz com que para um judeu, o ato de não ouvir signifique não apenas um ato de desobediência<sup>168</sup>, mas um não fazer parte do grupo, não ser atingido pela história. Esta afirmação faz perceber que a transmissão oral da parábola não era apenas o meio de divulgação do gênero, mas parte integrante da mensagem, carregada de um sentido teológico que é frisado pelo próprio Jesus como conclusão da parábola do Semeador: “quem tem ouvidos para ouvir, ouça!” (Mc 4,9); e ao falar sobre os que não faziam parte do grupo e não aderiam às parábolas, diz: “eles olham sem ver, ouvem sem compreender, sem que se convertam” (Mc 4,12).

Na prática de leitura proposta por Jesus, na dinâmica de sua vida e ensinamento, o gênero discursivo parábola aparece como “núcleo essencial” (RATZINGER, 2007, p.165). Sua concepção de leitura, dentre as quatro apresentadas por Rildo Cosson (2014, p.37-41), tinha por ênfase o 'contexto' – nela, a comunidade, o coletivo, a sociedade, a cultura, agem sempre como instâncias reguladoras da leitura; ler se torna sempre uma atividade social de uma comunidade discursiva. No caso específico das parábolas, que foram veiculadas na modalidade oral, a leitura (o ato de interpretação) era mediada e regulada pela cultura do povo Galileu<sup>169</sup>. Um exemplo concreto desse papel da comunidade (da cultura do grupo) como instância reguladora é destacado por Luise Schottroff (2007, p.92-93), que, baseada em descobertas arqueológicas, afirma que até o século I d.C. persistia a técnica de semear a terra apenas lançando as sementes sobre o solo, seja devido ao fato do

<sup>168</sup> Recordamos, aqui, o preceito deuteronomico do *Shemá*, dado por Deus ao povo judeu após a entrega das Tábuas da Lei: “ouve Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor” (Dt 6,4), convite a que sua mensagem seja acolhida, compreendida (interpretada) e posta em prática.

<sup>169</sup> É neste sentido que Joseph Ratzinger diz que, nas parábolas, “por meio do cotidiano, Ele (Jesus) quer nos mostrar o autêntico fundamento de todas as coisas [...]. (Assim, as parábolas são) um conhecimento que se identifica com a vida” (2007, p.172.173).

pequeno tamanho das propriedades, seja devido à grande presença de rochas, tornando verossímil e compreensível a Parábola do Semeador (Mc 4,3-9).

Reconhece-se a parábola como instrumento de sua prática pedagógica. Assume-se uma compreensão de leitura que enfatiza o contexto do texto (da parábola). Quanto ao objeto da leitura, por parte de Jesus, identificamos que esse não foi 'o texto' (o elemento linguístico materializado), nem mesmo 'o contexto' (a recepção do texto e os possíveis efeitos nos leitores), mas sim 'o intertexto'<sup>170</sup>: o vínculo cultural e afetivo entre autor e leitores, demonstrando o interesse exclusivamente na transmissão da mensagem do modo mais simples e compreensível possível; o modo como o autor se apropria do gênero criando um estilo próprio; como seu estilo próprio se relacionava com sua prática e sua mensagem como um todo; as diversas relações que aquele texto fazia com outros textos já conhecidos por todos, promovendo uma releitura e ampliação de sentido desses outros textos.

Complementado pelo caráter adaptável e aberto dos gêneros discursivos, no nosso caso, a parábola (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.23), e pela cultural compreensão de envolvimento existencial promovido pela audição do texto oral (ZUURMOND, 1998, p.47), a adoção do 'intertexto' como objeto da interpretação coaduna-se perfeitamente em uma prática de leitura que visa ir além do tradicional. Não havendo "discurso fechado em si [...]" (ORLANDI, 2009, p.62), nem mesmo "um 'sentido em si'" (BAKHTIN, 1997, p.387), a leitura do 'intertexto' como objeto assume a perspectiva de que "cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados" (BAKHTIN, 1997, p.292), abrindo espaço para uma postura responsavativa do leitor, modificando, acrescentando, enriquecendo a si, ao próprio enunciado e a realidade na qual estes estão inseridos (BAKHTIN, 1997, p.295.298).

Neste contexto, o conteúdo temático (o que é dito), devido à linguagem conotativa e aos demais recursos analógicos inerentes ao gênero parábola e próprios do estilo do autor, ganharia dimensões que seriam proporcionais às capacidades cognitivas dos ouvintes, extrapolando o sentido imediato e parafrástico do texto, assumindo características polissêmicas, abertas a atualizações. Essa expansão do sentido daquilo que é/está sendo dito seria o objetivo pragmático (imediato) da prática pedagógica de Jesus, de sua "aula"; cada parábola comporia um "ato" nesta ação; o

---

<sup>170</sup> Rildo Cosson apresenta texto, contexto e intertexto como os três objetos da leitura que podem ser aproveitados pelo professor em sua prática de ensino (2014, p.72-80).

modo como cada parábola é estruturada e as reflexões promovidas seriam “etapas” desta ação<sup>171</sup>.

Exemplos para as parábolas construídas num mundo ficcional à parte (mundo do narrar):

1º) A ‘Parábola do Semeador’, que tem por conteúdo temático as relações do semeador com a terra e os frutos de seu trabalho, apresentaria várias interpretações: a) Tomando o Reino de Deus como a semente e a si próprio como o semeador, promoveria o questionamento do ouvinte sobre sua atuação em vista da concretização do Reino, se sua prática estaria ou não sendo produtiva; b) Assumindo a figura do solo no qual a semente é plantada, havia um questionamento sobre como esse ouvinte estaria recepcionando a mensagem apresentada por Jesus; c) Reconhecendo a si mesmo como a semente, o ouvinte poderia se questionar sobre como estaria sua vivência da mensagem do Reino.

2º) Na ‘Parábola do Trabalhador do Campo’, que tematiza a atuação do trabalhador no desenvolvimento da planta, ao focalizar a própria atividade do trabalhador, o ouvinte poderia se questionar sobre a postura de humildade que se deve assumir na atividade de anúncio do Reino; sobre a atuação misericordiosa e autônoma de Deus que, independentemente dos agentes, é quem faz as sementes darem frutos. Mas se o foco se voltasse ao processo como um todo, poderia motivar a percepção de que nada acontece por acaso, nem mesmo a ação divina se dá toda de uma única vez.

Exemplos para as parábolas que se utilizam de critérios de verdade ou falsidade (mundo do expor):

1º) A ‘Parábola do Candeeiro’, que tem por conteúdo temático a funcionalidade da luz, promove um questionamento acerca das atitudes individuais daqueles que se propõem fazer parte do Reino, fazendo com que cada um reflita sobre quais são suas luzes e quais são suas trevas, não colocando a si nem a os outros acima ou abaixo daquilo que realmente são.

2º) Para a ‘Parábola da Semente de Mostarda’, que traz o paradoxo entre a semente da mostarda e a planta já formada, caso focalizasse o papel da semente na história, levaria o ouvinte a uma reflexão sobre o potencial transformador das próprias

---

<sup>171</sup> Para maiores reflexões acerca da relação entre linguagem e trabalho educacional: MACHADO, A. R. *et al.* **Relações entre linguagem e trabalho educacional: novas perspectivas e métodos no quadro do interacionismo sociodiscursivo**. In: **Calidoscópico**. v.2, n.2, jul/dez 2004.

ações e a sua responsabilidade por elas, por menores que sejam; em sendo o foco a planta já formada, o questionamento poderia recair sobre quem pode ou não fazer parte do Reino ou, ainda, se esse Reino está a serviço de suas lideranças ou se a atividade das lideranças é que deve estar a serviço.

#### 4.2.2 Paulo Apóstolo e sua Pedagogia junto aos Atenienses

Saulo de Tarso, ou Paulo Apóstolo, como ficou conhecido nas fileiras do cristianismo, foi um judeu praticante (Gl 1,13-14); descendente da tribo de Benjamin (Fl 3,5); filho de comerciantes, com cidadania romana; fabricante de tendas, por profissão (At 18,3). Quando jovem, recebeu formação como fariseu, em Jerusalém, junto ao Rabino Gamaliel (At 22,3), bem como, obteve uma instrução filosófica derivada de seu contato com filósofos estoicos e epicureus (FABRIS, 2008, p.60-61).

Não apenas o mundo judaico e a língua aramaica lhe eram familiares, Paulo também se movia no mundo greco-helenístico como seu habitat natural, o que facilitou sua proposta de adaptação da mensagem cristã à realidade de grupos das regiões urbanas do Mediterrâneo Central e Oriental<sup>172</sup>. Tal influência fica evidente seja através do uso de elementos da retórica clássica em seus discursos e escritos (epístolas), seja nas metáforas e nas citações de clássicos do mundo antigo. O discurso de Paulo junto aos atenienses, chamado de “Sermão aos gentios”, é um exemplo de sua erudição, motivo pelo qual **se torna peça de instrução sobre como ensinavam os primeiros evangelizadores** (DUPONT, 1974, p.160; DIBELIUS, 1951, p.68; LÀCONI, 1999, p.525)<sup>173</sup>.

Destaca-se a habilidade que Paulo tinha em unir o ensino tradicional judaico com a filosofia clássica grega e a mensagem evangélica, formando um todo coerente e organizado. Esta sua prática era capaz de contextualizar seus ensinamentos, tornando-os atraentes a seus ouvintes, colocando o Apóstolo na esteira do próprio Jesus<sup>174</sup>. Isso chama atenção, pois faz com que se perceba elementos comuns entre a pedagogia paulina e aquela das Teorias do Letramento. O “Sermão aos gentios”

<sup>172</sup> FABRIS, 2008, p.58; SCHLAEPFER; OROFINO; MAZZAROLO, 2019, p.134.

<sup>173</sup> Nisto reside a justificativa para, independentemente do “fracasso” de Paulo, assumirmos o discurso do Apóstolo como objeto de nossa análise.

<sup>174</sup> O nível de instrução dos ouvintes também não será objeto de nossa análise, uma vez que o que se pretende enfatizar é a capacidade da prática pedagógica de Paulo, assim como fora a de Jesus, em fazer o contexto de seus ouvintes parte importante de seu processo de produção discursiva, seja qual for este público e este contexto.

será analisado em vista de explicitar as relações entre essas duas perspectivas de ensino.

A análise que iremos empreender deste discurso paulino visará demonstrar concretamente como, tal qual Jesus, para fazer-se compreendido, o Apóstolo se valeu de um gênero discursivo específico para criar zonas de desenvolvimento proximal com seus interlocutores<sup>175</sup>.

#### 4.2.2.1 *Os elementos situacionais envolvendo o discurso em Atenas*

Apesar de a cultura grega ter se espalhado por todo o oriente médio e influenciado muitos povos e muitas culturas, no século I d.C., a Atenas que Paulo conheceu não desfrutava da mesma grandeza de outrora (FABRIS, 2008, p.334). Naquela época, Roma havia se tornado a capital política e econômica do mundo antigo, e Alexandria, no Egito, despontava como sua capital intelectual. Entretanto, o valor simbólico de Atenas ainda se mantinha, fazendo dela o lugar perfeito do encontro entre a fé cristã e a cultura profana (CASALEGNO, 2005, p.312).

Vindo da Macedônia pelo mar da Tessália, Paulo chega a Atenas pelo porto de Falero (FABRIS, 2008, p.333). No tempo em que aguardava juntar-se a Silas e Timóteo (At 17,15), Paulo pôs-se a visitar a cidade, é nesse momento que ele se depara com as grandes construções gregas e com seus diversos templos (At 17,16). As discussões e debates foram as principais atividades do Apóstolo, seja junto aos judeus, nas Sinagogas, seja na Ágora, principal praça da cidade (At 17,17). É na Ágora que Paulo encontra os filósofos epicureus e estoicos, que, por não gostarem da ‘tagarelice’ do Apóstolo, o levam ao Areópago – segundo alguns estudiosos, essa era a “Assembleia do Conselho Supremo”, destinada às causas criminais (FABRIS, 1991, p.327).

Como ocorrera com Sócrates, é no Areópago que Paulo se vê acusado de atormentar a todos<sup>176</sup> e de apresentar um novo deus, introduzindo um novo culto na

---

<sup>175</sup> Para tanto, a versão do Texto Bíblico por nós utilizado será aquela da tradução da CNBB.

<sup>176</sup> “Ó atenienses, eu vos amo, mas obedecerei primeiro aos deuses do que a vós, e enquanto tiver ânimo, e enquanto for capaz, não pararei de filosofar, não pararei de estimular-vos e censurar-vos; e a quem quer que eu encontrasse de vós, em qualquer ocasião [...]” (PLATÃO, 2004, p.81).

cidade<sup>177</sup> (MARSHALL, 1982, p.267). E, assim como Sócrates, mesmo com toda sua eloquência, Paulo não logra êxito em seu discurso.

Incapaz de convencer os atenienses, nenhuma comunidade cristã é formada por lá – é isto que se pode depreender da afirmação do Apóstolo ao tratar a comunidade de Corinto como “o primeiro fruto da Acaia<sup>178</sup>” (1Cor 16,15). Entretanto, após o discurso no Areópago, destaca-se a adesão de Dionísio e de Dâmaris (FABRIS, 2008, p.345) – segundo o historiador Eusébio de Cesareia<sup>179</sup>, esse Dionísio, mais tarde, haveria de se tornar o primeiro Bispo de Atenas, ficando conhecido como Dionísio, o Areopagita.

#### 4.2.2.2 A pedagogia paulina

O discurso realizado por Paulo em Atenas, segundo Rinaldo Fabris (1991, p.330), seguia a estruturação de um gênero discursivo típico e tradicionalmente usado na pregação cristã diante dos pagãos. A composição desse gênero discursivo observava a seguinte formatação:

- 1º) Introdução e exórdio (At 17,21-23).
- 2º) Apresentação do Deus único, criador do universo (At 17,24-26).
- 3º) A busca de Deus e sua relação com os seres humanos (At 17,27-29).
- 4º) O anúncio cristão e o convite à conversão (At 17,30-31)
- 5º) Despedida (At 17,32-33).

O autor dos Atos dos Apóstolos dá um destaque especial ao exórdio realizado por Paulo. Isto ocorre devido ao fato de que essa parte introdutória do discurso tinha por objetivo criar laços de proximidade entre o pregador e seus ouvintes, mas, ao mesmo tempo, apresentar-lhes a possibilidade de encontro “entre as melhores aspirações religiosas da cultura grega e a experiência cristã” (FABRIS, 1991, p.330).

A demonstração explícita da pretensão de Paulo em empreender um diálogo em pé de igualdade com seu ouvinte faz-se evidente na utilização inicial de uma

---

<sup>177</sup> “Dizem as coisas que comumente são ditas contra todos os filósofos, além de afirmar que ele especula sobre as coisas que se encontra no céu e as que ficam embaixo da terra, e que também ensina a não acreditar nos deuses (crime de impiedade), e apresenta como melhores as coisas piores” (PLATÃO, 2004, p.74).

<sup>178</sup> A Acaia era o nome dado pelos romanos à Província do Peloponeso, na qual encontra-se Atenas.

<sup>179</sup> “Acrescenta-se que acerca do areopagita, de nome Dionísio, do qual afirma Lucas nos Atos que, em seguida ao discurso de Paulo aos atenienses no Areópago, foi o primeiro a crer (At 17,34), outro Dionísio, um ancião, pastor da Igreja de Corinto, assevera que ele se tornou o primeiro bispo da Igreja de Atenas (EUSÉBIO DE CESAREIA, 2008, p.117).

expressão da peça *Édipo em Colono*<sup>180</sup>, de Sófocles, sobre os atenienses e a cidade de Atenas, que assim se expressa: “dizem ser Atenas a mais reverente aos deuses” (SÓFOCLES, 2011, p.117; At 17,22). A mesma pretensão pode ser vislumbrada com a posterior referência à inscrição votiva “ao deus desconhecido” (At 17,23), evidenciando sua habilidade retórica, pois ao mesmo tempo em que lhe garante uma defesa contra a acusação de introduzir uma divindade estrangeira, promove a ocasião de anúncio do Deus cristão – **esta é a prática de olhar para o contexto tendo por foco o intertexto.**

Sob o ponto de vista das Teorias do Letramento, é justamente esse o procedimento que deve ser adotado por aquele que busca ensinar. Ao olhar para seu contexto, e a partir do conhecimento e valorização das capacidades que o ‘aprendiz’ já traz consigo, aquele que ensina cria uma “zona de desenvolvimento proximal” (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.18.112-115), apoiado naquilo que empreenderá a aproximação entre o ‘conteúdo’ e o ‘aprendiz’, possibilitando que este veja a realidade sob outra perspectiva, ampliando-a. Essa estratégia metodológica tem sempre o ‘aprendiz’ e essas suas capacidades como centro do processo, pois é o próprio ‘aprendiz’ quem se aproxima do ‘conteúdo’, cabendo a quem ensina o papel de mediador do processo.

A segunda parte do discurso é aquela na qual Paulo expõe sua novidade. É apresentado o Deus escondido como aquele que é o criador do universo, e como um Deus que não habita templos feitos pelos seres humanos, nem é servido por mãos humanas, como se necessitasse de algo (At 17,24). Também neste modo peculiar de apresentar Deus é realizado um diálogo intertextual e intercultural entre Paulo e seus ouvintes, pois já Platão (na obra *Timeu*<sup>181</sup>), fala de Deus como possuindo a bem-aventurada capacidade de “conviver consigo mesmo e sem depender de nenhuma outra coisa, pois conhece-se e estima-se a si mesmo o suficiente” (2011, p.104).

O momento no qual há a perfeita aproximação entre a cultura grega, a Filosofia, os ensinamentos do Antigo Testamento e a mensagem evangélica, é o terceiro momento do discurso. Ao referir-se a crença grega num deus ainda

---

<sup>180</sup> Esta obra compreende uma das sete produções de Sófocles que chegaram até nós, e faz parte do conjunto de tragédias intitulado *Trilogia Tebana* (abarcando as obras *Édipo Rei*, *Édipo em Colono* e *Antígona*), tendo sido concluída em 406 a.C. e apresentada pela primeira vez, postumamente, em 401 a.C., por seu neto.

<sup>181</sup> Obra escrita por volta de 360 a.C.. Nesta obra, Platão faz uma síntese de sua teoria cosmo-ontológica, expressando com mais clareza e de modo mais maduro seu discurso de harmonia entre o uno e o múltiplo. (REALE, 1997, p.38.81.133).

desconhecido por eles, o “Deus escondido” (At 17,27), é feita uma ponte com o ensinamento do profeta Isaías<sup>182</sup>, que apresenta o Deus salvador como aquele que está escondido e ao mesmo tempo esperando ser encontrado, conexão que cria o ensejo para abordar a perspectiva filosófica de ‘busca da verdade’ e de saída do estado de ignorância.

Ao construir um discurso que assumia informações consideradas relevantes aos ouvintes, esse discurso era inscrito como fazendo parte do “jogo de linguagem” daquele grupo. Esta estratégia metodológica tinha por objetivo aproximar a mensagem evangélica aos gentios<sup>183</sup>, criando o ambiente fértil para o acolhimento da novidade cristã. Assim, no quarto momento já seria possível o convite de adesão, convite que Paulo configura a partir da retomada daquelas características do divino, as quais Xenofonte trazia em sua obra *Memoráveis*<sup>184</sup>, a de Deus como um ser “que se preocupa ao mesmo tempo com todos nós” (2009, p.101), e que “pelo ministério de um homem” (At 17,31) deu a garantia da justiça e da vida eterna, ressuscitando-o de entre os mortos. É, então, pedido aos atenienses o reconhecimento de que aquele Deus que era considerado desconhecido já lhes fora revelado, requerendo uma adesão irrestrita a Ele (At 17,30-31).

A conclusão do discurso e os efeitos pretendidos não foram alcançados. Faltava aos atenienses, ainda, instrumentos culturais e filosóficos para fazê-los compreender e aderir à ideia da possibilidade da ressurreição, o que fez com que Paulo se tornasse motivo de zombaria entre eles (At 17,32). Entretanto, **a estrutura discursiva por ele utilizada**, que era toda construída em conjunção com o ambiente ordinário da produção, **manteve-se como modelo a ser seguido por todos os evangelizadores**, e, de modo notável, no Período Patrístico.

---

<sup>182</sup> Assim diz o profeta Isaías: “de fato, tu és o Deus escondido, o Deus de Israel, o salvador” (Is 45,15).

<sup>183</sup> É este o mesmo percurso metodológico que Tomás de Aquino, no capítulo 9 da *Súmula contra os gentios* assume como sendo o ideal para aproximar a mensagem evangélica aqueles que dela desconhecem totalmente, dizendo assim: “tentaremos manifestar esta verdade que a fé cristã professa, e que a razão humana descobre, aduzindo argumentos demonstrativos e também argumentos de mera probabilidade, sendo que alguns desses argumentos nos são fornecidos pelas obras dos filósofos e dos santos, os quais servirão para confirmar a verdade e convencer os adversários. Passando a seguir do que é mais claro para o que é menos claro” (1979b, p.68).

<sup>184</sup> Publicada, possivelmente, em 370 a.C., seu título completo, tal como chegou até nós, é *Ditos e feitos memoráveis de Sócrates*, mas desde o século XVI a obra é conhecida apenas pela expressão latina *Memorabilia*. Embora se pretenda uma obra de caráter filosófico, apresentando a filosofia de Sócrates, ela é mais valorizada por seu caráter historiográfico (REALE; ANTISERI, 1990, p.85-86.94). Alguns autores salientam a originalidade do gênero discursivo utilizado por Xenofonte e identificam semelhanças com o gênero utilizado, posteriormente, nos *Evangelhos* e nos *Atos dos Apóstolos* (PINHEIRO, 2009, p.45-47).

### 4.2.3 O Letramento na Mistagogia Patrística

Neste momento empreenderemos uma análise acerca das práticas pedagógicas utilizadas por Ambrósio de Milão em vista da interpretação da Bíblia e do ensino da doutrina cristã, supondo uma aproximação entre essa prática e aquela que subjaz das Teorias do Letramento. O objeto de análise consistirá na pedagogia de linguagem alegórica, materializada na prática (na catequética) de Ambrósio.

Para tanto, à princípio, apresentaremos os elementos que compõem, em perspectiva ampla, o momento histórico e eclesial no qual Ambrósio estava inserido, o período Patrístico. Na sequência explicitaremos os pressupostos culturais e filosóficos deste período histórico, com destaque para as influências recebidas pelo autor. Por fim, realizaremos propriamente a análise da prática pedagógica de Ambrósio de Milão na obra *Sobre os Sacramentos*, demonstrando sua relação com os pressupostos aceitos e defendidos pelas Teorias do Letramento.

A hipótese que levantamos é de que assim como Jesus se utilizava de uma compreensão de linguagem e de ensino que leva em conta as capacidades linguísticas e cognitivas para a promoção do desenvolvimento dos indivíduos, também os primeiros líderes formados a partir dos ensinamentos dos Apóstolos, os Padres da Igreja, a seu modo, se valeram desses princípios e constituíram uma prática pedagógica muito próxima daquela proposta hoje pelas Teorias do Letramento, que, no contexto do ensino, tem seu foco nos estudantes, em suas capacidades comunicativas, e no potencial enunciativo presente no texto e no gênero pelo qual ele se apresenta. Enfatizamos a coerência de tal aproximação pelo testemunho de Clemente de Alexandria (1988, p.118.43-44), que, referindo-se a Jesus, o chama de “o Pedagogo”, aquele que por alegorias nos ensina sobre as coisas do alto, concedendo-nos, gradativamente, acesso à salvação.

#### 4.2.3.1 Situação de produção no Período Patrístico

O movimento das primeiras comunidades em ultrapassarem o isolamento e a exclusividade da Judeia, dirigindo-se para as regiões circunvizinhas, unificadas pela língua e cultura grega, iniciou um processo de inculturação da fé cristã que exigiu empenho das lideranças das novas comunidades, encontrando na filosofia uma aliada perfeita – pois, para eles, “a religião cristã (era) a expressão íntegra e definitiva da

verdade que a filosofia grega atingira imperfeita e parcialmente” (ABBAGNANO, 2007, p.746).

Nesse contato, “todo um mundo de conceitos, categorias de pensamento, metáforas (foram) herdadas, e conotações sutis entram no pensamento cristão” (JAEGER, 2014, p.13). Para além de uma passagem de movimento rural para um movimento citadino, essa transformação requereu uma alteração no modo de transmissão da mensagem de Jesus, da modalidade oral para escrita<sup>185</sup>, mas que também exigiu uma adaptação conceitual da doutrina. Usando a linguagem e suas ferramentas, os primeiros líderes das comunidades cristãs não buscavam promover um relacionamento com as Escrituras tomando-as em seu significado “objetivo”, mas no sentido que o texto possuía para “o hoje” histórico, teológico e/ou espiritual no qual era lido (GARGANO, 2015, p.184).

O período pós apostólico, que tem início no século I da era cristã, tendo a *Didaqué* como um de seus marcos (esta datada do ano 90 d.C.), é chamado de Período Patrístico ou simplesmente Patrística. Geograficamente, é possível encontrar representantes da Patrística e sua influência por toda a extensão daquilo que foi o Império Romano, desde os países do oriente médio, passando pelo norte da África, até a Península Ibérica. Frente à sua realidade sociocultural, os representantes deste período assumiram uma postura dialógica, “capaz de assimilar o pensamento e as formas expressivas dos adversários para apresentá-los, transformados no espírito, como seus” (SIMONETTI; PRINZIVALLI, 2011, p.15, tradução nossa)<sup>186</sup>, possibilitando uma troca entre a religião e outras áreas do conhecimento, enriquecendo o discurso religioso e atualizando as temáticas religiosas às necessidades de seus ouvintes.

A Patrística abarca pensadores, na sua grande maioria clérigos, do oriente (Cirilo de Jerusalém, Orígenes, João Crisóstomo etc.) e do ocidente (Ambrósio, Agostinho, Irineu de Lyon, Tertuliano etc.), caracterizados pela plena comunhão com a Igreja, pela defesa e propagação da ortodoxia da fé, e pelo reconhecimento de uma vida de fé exemplar, da parte dos fiéis (DROBNER, 1999, p.18-19). Para a igreja primitiva, eles também foram responsáveis por fornecer os primeiros e principais instrumentos

---

<sup>185</sup> O que não implica a desvalorização da oralidade em detrimento da escrita, mas a ampliação da mensagem evangélica de um ambiente de circulação predominantemente popular para ambientes eruditos, requerendo adaptações na linguagem.

<sup>186</sup> “*Capace di assimilare pensiero e forme espressive degli avversari per ripresentarli, mutati nello spirito, come propri*” (SIMONETTI; PRINZIVALLI, 2011, p.15).

hermenêuticos para o cristianismo (dentre os quais está a compilação dos textos que compõem a Bíblia).

Não atuando como meros repetidores dos Apóstolos e da Tradição, mas desenvolvendo uma “refinada técnica” (GARGANO, 2015, p.181), a influência e importância desses personagens é tamanha que a doutrina católica afirma não ser possível interpretar as Escrituras “contra o consenso unânime dos Padres (da Igreja)”<sup>187</sup>. Por este motivo, essas figuras emblemáticas são chamadas, por cristãos católicos, protestantes e/ou evangélicos, de “Santos Padres” ou “Pais/Padres da Igreja”<sup>188</sup> – de onde deriva o termo Patrística.

Há uma divisão dos Padres da Igreja quanto à língua que utilizaram para seus escritos. Aqueles que escreveram em grego, copta ou siríaco são conhecidos como “Padres Gregos”, com destaque para: Irineu de Lyon; Clemente de Alexandria; Atanásio de Alexandria; João Crisóstomo; Cirilo de Alexandria e Máximo, o Confessor – e dentre os Padres Gregos há um grupo conhecido como “Padres Capadócijs”: Basílio de Cesareia, Gregório Nazianzeno, Pedro de Sebaste e Gregório de Níssa. O grupo daqueles que escreveram em latim são denominados “Padre Latinos”, dos quais se destacam: Tertuliano, Leão Magno, Gregório Magno, Agostinho, Ambrósio de Milão e Jerônimo (ORLANDIS, 2014, p.54).

Por abranger um período de aproximadamente sete séculos, vários foram os contextos políticos e sócio-históricos nos quais os Padres da Igreja se viram inseridos, passando desde a perseguição dos cristãos pelos imperadores romanos, especialmente Diocleciano no século III; pela liberação do culto cristão, pelo Édito de Milão, de Constantino, em 313; pela proclamação do cristianismo como religião oficial do Império Romano por Teodósio, em 380, pelo Édito de Tessalônica; como a queda do Império Romano do Ocidente, em 476; e até o auge do Império Bizantino, com Justiniano, no século VI.

Os séculos IV e V são considerados o período áureo da Patrística, tanto no oriente quanto no ocidente. Sendo dada aos cristãos a liberdade de culto e, posteriormente, tendo alcançado o status de religião oficial, estruturas mais complexas começam a ser organizadas e implementadas, e a unidade nos princípios

---

<sup>187</sup> CONCÍLIO VATICANO I, Constituição Dogmática *Dei Filius*, cap. 2.

<sup>188</sup> Reale e Antisere assim explicam o conceito “Padres da Igreja”: “[...] são todos aqueles homens que contribuíram de modo determinante para construir o edifício doutrinário do cristianismo, que a Igreja acolheu e sancionou” (1990, p.400).

da fé e na liturgia começaram a ganhar relevância política para a manutenção da “*pax romana*”. Assim, estes séculos são os séculos nos quais ocorrem os Concílios de Niceia I (325), Constantinopla I (381) e Éfeso (431), que tiveram a função de dirimir conflitos teológicos e doutrinários, delimitando o credo e fechando o cânone da Bíblia. Neste cenário, os Padres da Igreja tiveram papel decisivo (COMBY, 2001, p.107-115).

O encerramento do período Patrístico varia no oriente e no ocidente. No oriente assume-se o fim da Patrística com a morte de João Damasceno, no século VIII. Já no ocidente, são as mortes de Gregório Magno e Isidoro de Sevilha, no século VII, o seu marco final.

#### 4.2.3.2 *A formação discursiva de Ambrósio de Milão e do Método Alegórico*<sup>189</sup>

Dentre os Santos Padres, Ambrósio, embora seja um Padre Latino, mantém estreitos vínculos com a formação discursiva de alguns Padres Gregos e Capadóciolos, com destaque para Basílio de Cesareia e Orígenes (além de Filon de Alexandria) – autores que cooperaram para enriquecer seu raso conhecimento da literatura cristã no período em que foi eleito Bispo de Milão, aos 35 anos (SIMONETTI; PRINZIVALLI, 2011, p.453).

O método alegórico desenvolvido por Ambrósio é herdeiro do proceder exegético-hermenêutico da Escola de Alexandria (especialmente de Orígenes), utilizando a simbologia e a riqueza espiritual dessa escola para desenvolver seus ensinamentos<sup>190</sup> – o método alexandrino aplicou à interpretação das Sagradas Escrituras técnicas gregas utilizadas na interpretação dos textos de Homero e Hesíodo; o resultado foi a sistematização de uma técnica hermenêutica bastante próxima daquela desenvolvida por Paulo Apóstolo (haja vista suas influências estoicas), capaz de ir além do sentido literal, acessando um sentido espiritual, dito ‘mais profundo’ (QUASTEN, 1978, p.216.318).

Embora judeu, Filon de Alexandria forneceu relevante contribuição para a estruturação do Método Alegórico. Em seus escritos, reconheceu a existência de dois sentidos para a leitura: a) o **sentido literal**; b) o **sentido oculto** ou **alegórico**.

<sup>189</sup> O mesmo que ‘prática pedagógica’ que emprega a linguagem alegórica.

<sup>190</sup> FIGUEIREDO, 1991, p.257-258.362.

Para o filósofo alexandrino, o ‘sentido literal’ é aquele de caráter superficial e imediato, apenas símbolo, enquanto o ‘sentido alegórico’ é compreendido como mais claro, profundo, conseguido apenas com muito esmero. Entretanto, não obstante esta apresentação de certa inferioridade por parte do ‘sentido literal’, Fílon o reconhece como integrante do percurso que deve ser feito até que se possa atingir o ‘sentido alegórico’, e salienta que assim agindo seriam evitadas resistências à leitura alegórica: “se for dado o cuidado devido à forma literal, mais clara será a compreensão do significado oculto, do qual aquela forma é símbolo, e inclusive se evitarão as reprovações e censuras da maioria das pessoas” (FILÓN DE ALEXANDRIA, 1976, p.452, tradução nossa)<sup>191</sup>. O ‘sentido literal’ funcionaria apenas como invólucro exterior do ‘sentido alegórico’ (aquele seria como o ‘corpo’, enquanto este como a ‘alma’), requerendo do leitor um trabalho hermenêutico e uma particular disposição de espírito para acessar os múltiplos significados ocultos por detrás das palavras (FILÓN DE ALEXANDRIA, 1976, p.452.1519)<sup>192</sup>.

Orígenes, partindo das Escrituras, reconhece o ser humano como formado por “corpo, alma e espírito” (1Ts 5,23), e, atrelado a esta compreensão, falará em três sentidos possíveis ao Texto Bíblico: o **sentido literal** como aquele que está na semântica imediata das palavras e conceitos (no nível do corpo); o **sentido moral** é aquele que toma as passagens bíblicas compreendo-as em relação com os mandamentos e com o comportamento concreto do cristão (no nível da alma, psíquico); o **sentido místico**, por seu caráter universal e coletivo, é o que possibilita entrar em contato com o Texto Sagrado lendo-o sob um ponto de vista escatológico, viabiliza a leitura do Antigo Testamento como em referência profética a Cristo (tipologia), ou propicia ler o conjunto dos Textos Bíblicos como paradigma das verdades de fé, apontando para o Cristo e para os sacramentos da Igreja (é o nível do espiritual)<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> “*Si se presta a la forma literal el cuidado debido, más clara será la comprensión del sentido oculto, del que aquella forma es símbolo, y además se evitarán los reproches y censuras de la mayoría de la gente*” (FILÓN DE ALEXANDRIA, 1976, p.452).

<sup>192</sup> REALE; ANTISERE, 1990, p.402; GUNNEWEG, 2003, p.23.

<sup>193</sup> DROBNER, 1999, p.158-160; QUASTEN, 1978, p.403.

Salientamos que embora uma das características do sentido alegórico seja de que ele “é sempre novo e estruturante na vida do cristão” (FIGUEIREDO, 1991, p. 207, tradução nossa), há, porém, críticas ao modo como Orígenes, por vezes, o empregou. Em algumas ocasiões nas quais o sentido literal do texto foi totalmente negado, Orígenes acabou por empreender interpretações fantásticas e exageradas de trechos das Escrituras, degenerando em um misticismo, motivo pelo qual o método mistagógico foi posto em questionamento e deixado de lado por um bom tempo, sendo mais recentemente retomado (QUASTEN, 1978, p.403.405).

Pelo fato de “o que está na letra é figura de certos mistérios, e imagem das realidades divinas” (ORÍGENES, 2017, p.28)<sup>194</sup>, para que se possa atingir “as realidades divinas”, segundo Orígenes, seria necessário, antes, passar pela compreensão das coisas que nos são mais evidentes, apesar de superficiais; pelo entendimento do texto, com suas marcas características e com as escolhas lexicais e semânticas feitas pelo autor sagrado – sendo estas realidades temporais apenas sombras daquelas divinas<sup>195</sup>.

Devido a essas características do Método Alegórico, a leitura e interpretação das Escrituras é vista por Ambrósio como uma referência para a fé vivida no cotidiano, uma ferramenta capaz de iluminar os critérios das escolhas e julgar segundo a verdade – “É preciso que na leitura da Escritura nasça para nós o sol, que antes não existia” (AMBRÓSIO, 2010a, p.131) –, fazendo o homem e a mulher “imitadores” das ações de Deus, configurados à Jesus. Mas, para isto, demanda que a leitura ultrapasse os limites da letra do texto e acesse sentidos mais profundos (segundo o Espírito). Tal prática estaria ao alcance de todos, contanto que orientada pela fé verdadeira<sup>196</sup>.

Devido a esta orientação e a seu desejo de levar as Escrituras ao maior número possível de pessoas, boa parte das obras do Bispo de Milão estão relacionadas ao contexto litúrgico-sacramental. Não se fechando ao mistério<sup>197</sup>, mas, ao mesmo tempo, apresentando as Escrituras e a fé de um modo simples (BENTO XVI, 2010, p.69), o Método Alegórico procura levar o iniciante cristão (catecúmeno), gradativamente, a abrir os olhos ao mistério da fé, tudo por meio de explicações e ensinamentos capazes de integrar a vida (em todas as suas dimensões: intelectual, afetiva, comunitária) ao espiritual (BOROBIO, 1996, p.43-44). No percurso engendrado por este método não é possível dizer que haja uma perda ou um déficit entre a interpretação realizada por um iniciante ou por alguém já iniciado e/ou experiente, pois, segundo seus pressupostos, a interpretação deve levar em conta as capacidades do intérprete, expandindo-se e aperfeiçoando-se na mesma medida e intensidade do desenvolvimento do leitor (SIMONETTI; PRINZIVALLI, 2011, p.153) – e, segundo Basílio de Cesareia, “os participantes da graça do Espírito dela usufruem

---

<sup>194</sup> Da obra *Tratado sobre os Princípios*, Prefácio, §8.

<sup>195</sup> FIGUEIREDO, 1991, p.220.

<sup>196</sup> FIGUEIREDO, 1991, p.272-374.

<sup>197</sup> BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008; PADOVESE, 2004.

quanto é possível a sua natureza, não, porém, à medida que ele pode transmiti-la” (2012, p.115).

Completando o panorama da formação discursiva de Ambrósio de Milão, é importante ressaltar que para além da forte oposição que exerceu contra o arianismo, o sabelianismo, o docetismo e o apolinarismo, escrevendo várias obras e proferindo várias homilias objetando essas doutrinas, contribuindo para a difusão da fé de Niceia, o Bispo de Milão também engajou-se na resolução de problemas de ordem social e política, dentre os quais destacamos a prestação de serviço aos mais pobres e a busca pelo reconhecimento do cristianismo como religião oficial do império e de uma separação de competências entre Igreja e Estado – exercendo forte influência sobre os imperadores Teodósio e Graciano<sup>198</sup>. A atuação de Ambrósio deixou marcas na produção filosófica e teológica não apenas no ocidente cristão, mas é reconhecido como um dos poucos Padres da Igreja que repercutiram também no oriente, tendo suas obras traduzidas para o grego<sup>199</sup>.

#### 4.2.3.3 *Análise da prática ambrosiana e sua relação com as Teorias do Letramento*

Integrando a filosofia como parte importante de sua fé, adotando a “alegoria” como “verdadeiro método de leitura da Bíblia” (REALE; ANTISERE, 1990, p.400-401) e importante recurso didático, e assumindo a mistagogia como percurso pedagógico que conduz e introduz ao mistério (TABORDA, 2001, p.107), o Método Alegórico de Ambrósio de Milão não apenas se mantém como modelo de ensino para os cristãos, mas também se aproxima de uma perspectiva bastante moderna sobre a atuação do “educador” e a estruturação dos conteúdos e sequências didáticas – Diferentemente de algumas teorias de interpretação textual encontradas hoje, que buscam o “sentido original” e o “sentido mais antigo” como sendo os mais verdadeiros, o Método Alegórico tem na “atualidade” a fonte de relevância e veracidade do texto, e no que diz respeito à interpretação da Bíblia, a máxima assumida é de que “se a Escritura

---

<sup>198</sup> QUASTEN, 1981, p.169-171.76-177.209-211; DROBNER, 1999, p.337-340; AGOSTINHO, 2009, p.146-147.

<sup>199</sup> DROBNER, 1999, p.334.

tem autoridade, então ela também precisa ter um significado para a atualidade. E a interpretação deve trazê-la à luz” (GUNNEWEG, 2003, p.31)<sup>200</sup>.

Nossa compreensão é que as teorias de Bakhtin e Vygotsky (em estreito vínculo com as Teorias do Letramento), mesmo sem saber, retomam os princípios por detrás do Método Alegórico quando reiteram não haver “discurso fechado em si [...]” (ORLANDI, 2005, p.62) ou “um ‘sentido em si’” (BAKHTIN, 1997, p. 387), e quando destacam que a linguagem e os significados dos signos linguísticos não são imutáveis, devendo passar por constante e contínuo processo de atualização<sup>201</sup>.

Agostinho, falando sobre a pedagógica que fundamenta o Método Alegórico e sua aparente falta de objetividade, afirma que “se aprende mais espontaneamente qualquer coisa com a ajuda de comparações” (2011, p.91) e “se descobre com maior prazer as coisas que se procuram com certa dificuldade” (2011, p.91). O apego à literalidade dos textos, especialmente das Escrituras, é tratado por ele como “a morte da alma” (2011, p.159), pois limita a inteligência do ser humano, não a abrindo para as múltiplas possibilidades interpretativas que podem estar escondidas no texto. Assumindo que somente Deus é capaz da compreensão perfeita e imediata (2011, p.102) e aceitando conviver com a obscuridade da própria condição, apenas assim a humanidade se manteria no importante estado de busca constante, não adotando uma postura soberba, letárgica ou de fastio.

Reflexão complementar a essa Vygotsky sistematizou séculos mais tarde. Levando em conta o nível de desenvolvimento efetivo (o que já é dado), Vygotsky afirma que o processo de aprendizagem, para que possa ser aproveitado pelo indivíduo, requer um trabalho com o desenvolvimento potencial (com o vir a ser), o desafiando a ir além, ativando novos processos<sup>202</sup>.

Gregório Magno, em sua obra *Regra Pastoral*, salienta que “a palavra dos mestres deve ter presente a condição de seus ouvintes, de modo que se adapte às necessidades de cada um [...]. Porque, com frequência, o que é útil a alguns prejudica a outros” (2010, p.107), demonstrando uma clara compreensão da existência de diferentes processos de aquisição do conhecimento, os quais podem variar segundo

---

<sup>200</sup> Na atualidade, alguns estudiosos denominam a técnica que não busca o sentido literal, tal como a adotada pelos Padres da Igreja, como voltada para o sentido “mais-que-literal”, que seria um sentido mais complexo que o literal, múltiplo em significados, de linguagem figurativa, simbólica, mística e/ou espiritual, em suma, um sentido de caráter superior (GABEL; WHEELER, 2003, p.229-231).

<sup>201</sup> VYGOTSKY, 2019, p. 150.

<sup>202</sup> VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p. 103-115.

a idade, a condição social e econômica, ou a situação emocional e o sexo, e que devem ser levados em conta na prática pedagógica.

Ao apresentarem suas reflexões sobre a relação que o indivíduo tem para com seu contexto, tanto Vygotsky<sup>203</sup> quanto Bakhtin<sup>204</sup> reconhecem não haver nível zero no processo de aprendizagem, pois todos os nossos discursos são elaborados a partir dos discursos de outros que nos antecederam, e que acabam funcionando como limite, fronteiras para o nosso pensamento. Negar essas influências implicaria em não tornar significativa, e não fazer efetiva qualquer tentativa de superá-las.

Nesta tentativa de fazer acessível as Escrituras aos mais variados públicos, nos mais diversos contextos, os escritos dos Padres da Igreja utilizaram uma rica variedade de gêneros discursivos (alguns deles comuns dentre os mestres gregos<sup>205</sup>), dentre as quais temos: cartas; homilias; sermões; ensaios; diálogos filosóficos; parábolas; resenhas; resumos dentre outros. Para nossa análise e exemplificação das potencialidades de aproximação entre o Método Alegórico e as Teorias do Letramento foi escolhido um texto do gênero homilia, presente na obra *Sobre os Sacramentos*, de Ambrósio de Milão<sup>206</sup>.

O gênero “homilia”, segundo dicionários, manuais e instruções próprias, distingue-se do gênero “sermão”, uma distinção que vai além da origem etimológica de cada um<sup>207</sup>. A homilia é a que tem caráter familiar e informal,<sup>208</sup> devendo ter como conteúdo motivador ao menos um dos três excertos bíblicos que são lidos na celebração (momento chamado Liturgia da Palavra). – Em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco assim se refere à homilia:

A homilia é um retomar este diálogo que já está estabelecido entre o Senhor e o seu povo (na Liturgia da Palavra). Aquele que prega deve conhecer o coração da sua comunidade para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus e também onde é que este diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto (EG 137).

<sup>203</sup> VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p. 109.

<sup>204</sup> BAKHTIN, 1997, p. 292.

<sup>205</sup> JAEGER, 2014, p. 16.

<sup>206</sup> O rol de homilias que compõem a obra *Sobre os Sacramentos* caracteriza-se como de procedência claramente estenográfica, mantendo seu estreito vínculo com o âmbito da oralidade, diferenciando-se de outras obras homiléticas de Ambrósio, que passaram por revisões, complementos e edições feitas por ele próprio (DROBNER, 1999, p.344.342).

Não há referências na literatura especializada sobre o nível de instrução dos ouvintes das homilias de Ambrósio, o que para nosso objetivo também não causa nenhum prejuízo, uma vez que aquilo que pretendemos é demonstrar o potencial de valorização do contexto comum dos ouvintes, empregado pelo Bispo de Milão, fazendo seu discurso mais acessível e mais facilmente compreensível.

<sup>207</sup> Sermão vem da palavra latina *sermo*, e significa fala, palavra, conversa (SCHÜLER, 2002, p. 423). Homilia é derivada da palavra grega *omilein*, significando trato, conversa (SCHÜLER, 2002, p. 236).

<sup>208</sup> ROQUETTE; FONSECA, 1863, p. 372.

Por sua vez, um sermão distingue-se por ser um pronunciamento formal, realizado de uma cátedra<sup>209</sup>, partindo de um tema, de uma comemoração, ou de um personagem ao qual se queira dar destaque, como seu conteúdo motivador.

Embora não se apresente uma estrutura definida para o gênero homilia, é possível identificar nesse gênero elementos que o caracterizariam como fazendo parte do rol das **sequências argumentativas**. A sequência argumentativa apresenta uma estrutura de 4 fases: 1ª) **PREMISSAS** (constatação inicial); 2ª) **ARGUMENTOS** (elementos que orientam a uma conclusão provável); 3ª) **CONTRA-ARGUMENTOS** (promovem uma restrição da orientação argumentativa); 4ª) **CONCLUSÃO** (integra os efeitos dos argumentos e contra-argumentos)<sup>210</sup>. **Entretanto, o gênero homilia pode adotar ou incorporar a estrutura de outras sequências a depender do tema e do autor**<sup>211</sup>. Um dado que se mantém constante, independentemente do tipo de estrutura prototípica adotada pelo autor, é aquele da atitude comunicativa nas homilias, colocando-se em uma posição de **conjunção** ao mundo ordinário da situação de produção, com um discurso comumente pertencente **à ordem do expor**<sup>212</sup>.

A homilia a ser analisada, encontrara-se no contexto da Liturgia Eucarística do tempo quaresmal, que, no período Patrístico, era a última etapa em preparação ao batismo para aqueles que pretendiam ingressar na comunidade cristã, isto depois de um longo período de estudo do querigma cristão (o anúncio da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus). Mesmo passados mais de quinze séculos, é possível reconhecer e identificar esses textos como sendo homilias, no entanto seu diferencial está na utilização do Método Alegórico para a transmissão da mensagem pretendida.

A quarta homilia de Ambrósio sobre “Os Sacramentos” tem por tema motivador uma perícopes da Carta aos Hebreus (Hb 9,2-7), relativa a um comentário acerca da vara de Aarão e sua eleição como sacerdote, o primeiro sacerdote do povo judeu, da

<sup>209</sup> ROQUETTE; FONSECA, 1863, p. 372.

<sup>210</sup> BRONCKART, 1999, p.225-228. Apresentamos as fases que estruturam a sequência argumentativa por considerarmos ser esta a sequência mais recorrente junto ao gênero homilia, não excluindo que outras sequências também possam ser identificadas ou compor esse gênero

<sup>211</sup> Por exemplo: as características de uma sequência injuntiva se fazem predominantes em uma homilia de cunho moralizante ou que pretenda a adoção de uma postura ou rejeição de outra; uma homilia com marcas catequéticas pode assumir a estrutura da sequência explicativa; a sequência narrativa pode surgir no contexto da homilia quando há pretensão de se dar exemplos e ou testemunhos a serem observados e/ou copiados pelos ouvintes.

<sup>212</sup> Recordamos que o processo de semiotização do mundo, por parte do enunciador, em sua ‘atitude comunicativa’, pode recorrer a dois ‘arquétipos psicológicos’ que correspondem a dois mundos discursivos: o mundo do narrar, que se encontra em ‘disjunção’ ao mundo ordinário da situação de produção; ou o mundo do expor, encontrando-se em ‘conjunção’ com o mundo ordinário da situação de produção (BRONCKART, 1999, p.150-164.240-243).

antiga aliança. Localizada no contexto da liturgia quaresmal, a homilia se insere na preparação dos catecúmenos para a recepção dos sacramentos da iniciação cristã, especialmente a eucaristia, e para reafirmar a veracidade dos mistérios cristãos (a presença real de Jesus no pão e no vinho) em face da fé dos judeus. Para isto, utiliza-se dos conhecimentos adquiridos previamente pelos ouvintes, do conhecimento de diversas passagens bíblicas que lhes foram ensinadas durante um ano todo. A utilização desses conhecimentos prévios criaria uma “zona de desenvolvimento proximal” que, partindo de verdades já aceitas, facilitaria a aceitação de verdades ainda obscuras (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.18.112-115).

Devido a compreender o trabalho exegético e de interpretação das Escrituras como não podendo resumir-se à compreensão de um conjunto de fatos, quer a nível histórico, quer a nível literário, mas tendo como verdadeiro objetivo sua atuação de guia para nossas ações, fornecendo algo mais do que aquilo que, num primeiro momento, os sentidos seriam capazes de captar<sup>213</sup>, é justamente isso que se percebe na homilia de Ambrósio.

Composta por vinte e nove parágrafos, a homilia de Ambrósio de Milão coloca-se em ‘conjunção’ a sua situação de produção, manifesta um discurso da ordem do expor. Esse discurso, no que diz respeito ao ‘ato de produção’, apresenta-se em implicação, havendo diversos momentos nos quais o autor se dirige diretamente aos ouvintes, o que fica evidente pela expressão “**escuta**”<sup>214</sup>, repetida oito vezes durante toda a homilia, bem como alguns dêiticos pessoais, espaciais e temporais: “mas **te** digo que depois da consagração já é corpo de Cristo” (AMBRÓSIO, 2010b, p.57); “**Vês**, portanto, como é eficaz a palavra de Cristo” (AMBRÓSIO, 2010b, p.57); “**Volta comigo agora ao meu assunto**” (AMBRÓSIO, 2010b, p.59) dentre outros.

A sequência que predomina nesta homilia é a **sequência explicativa**. A fase da CONSTATAÇÃO, que é a fase na qual se introduz uma ação, situação incontestável, se faz evidente no primeiro parágrafo. Neste momento são apresentados fatos do Antigo Testamento e uma citação do Novo Testamento, informações sobre as quais será construída toda a argumentação precedente:

---

<sup>213</sup> FIGUEIREDO, 1990, p.126-127.

<sup>214</sup> Analisada a homilia como um todo e pela recorrência de outros verbos no presente do indicativo, empregando tom de intimidade e familiaridade com o ouvinte (CUNHA; CINTRA, 2001, p.450), é possível identificar que embora este verbo esteja conjugado no modo imperativo ele assume carga semântica de conselho e/ou convite a ser observado pelo ouvinte, muito mais do que uma ordem (CUNHA; CINTRA, 2001, p.477- 478).

No Antigo Testamento, os sacerdotes costumavam entrar frequentemente na primeira tenda; na segunda tenda, porém, o sumo sacerdote entrava uma só vez por ano. É isso evidentemente que o apóstolo Paulo explica aos hebreus, acolhendo textos do Antigo Testamento. Na segunda tenda, havia o maná, e aí também havia a vara de Aarão, que tinha secado e depois novamente brotado, e o altar do incenso (Hb 9,2-7) (AMBRÓSIO, 2010b, p.53).

As fases da PROBLEMATIZAÇÃO (fase de explicitações da ordem do porquê ou do como, relacionadas a contradições do enunciado) e da RESOLUÇÃO (fase na qual são introduzidas informações complementares, capaz de resolver as contradições), aparecem sincronizadas, o que fica evidente pelas várias perguntas retóricas feitas no decorrer da homilia. Na grande maioria das vezes, cada parágrafo é iniciado pela apresentação de um questionamento, de uma “problematização” relativa à afirmação anterior ou à consequência resultante dela. A “resolução” ao problema levantado vem logo na sequência, e para isso, são utilizados os conhecimentos previamente repassados aos fiéis, encontrados em textos do Antigo e do Novo Testamento.

Exemplos de como a sincronia dessas duas fases ocorre na homilia de Ambrósio são os parágrafos 9 a 11, nos quais, em consequência da reflexão apresentada até o momento, o ouvinte poderia se questionar sobre a grandiosidade dos “sacramentos dos judeus”; Ambrósio, porém, se propõem mostrar como isso não pode ser verdadeiro:

Alguém poderá perguntar: “Deus concedeu tão grande graça aos judeus, fazendo-lhes chover o maná do céu” (Ex 16,13-15). O que mais ele deu aos seus fiéis? O que mais ele deu àqueles aos quais mais prometeu?

Recebe o que digo: os mistérios dos cristãos são mais antigos do que os dos judeus e os sacramentos dos cristãos são mais divinos do que os dos judeus. De que modo? Escuta. Quando os judeus começaram a existir? Certamente desde Judá, bisneto de Abraão, ou, se queres assim entender, desde a Lei, isto é, desde que mereceram receber o direito de Deus. É, portanto, por causa do bisneto de Abraão, que foram chamados judeus no tempo do santo Moisés. Deus, então fez chover do céu o maná para os judeus que murmuravam. Mas para ti, a figura desses sacramentos veio antes, no tempo de Abraão, quando ele reuniu trezentos e dezoito servos, perseguiu os inimigos e arrancou seu neto do cativeiro. Então voltou vitorioso, e o sacerdote Melquisedec veio ao seu encontro e ofereceu pão e vinho (Gn 14,14-18). Quem tinha o pão e o vinho? Abraão não tinha. Quem os tinha? Melquisedec. É ele, portanto, o autor dos sacramentos. Quem é Melquisedec, que significa rei de justiça, rei de paz? (Hb 7,2). Quem é esse rei de justiça? É possível que algum homem possa ser rei de justiça? Quem é, portanto, rei de justiça, senão a justiça de Deus? Quem é a paz de Deus, a sabedoria de Deus? (1Cor 1,30). Aquele que pode dizer: “Dou-vos a minha paz, deixo-vos a minha paz” (Jo 14,27).

Portanto, de início, compreende que esses sacramentos que recebes são mais antigos do que os sacramentos que os judeus dizem ter, e que o povo cristão começou antes que o povo dos judeus começasse, nós por predestinação, eles por nome (AMBRÓSIO, 2010b, p.55-56).

A fase da CONCLUSÃO-AVALIAÇÃO se encontra a partir do parágrafo 27 e vai até o 29. Este é o momento no qual as afirmações iniciais são retomadas e ressignificadas. Pela força da argumentação apresentada na resolução dos questionamentos levantados, o fiel é levado a assumir a verdade apresentada inicialmente como carente de sentido, ao mesmo tempo em que uma nova afirmação incontestável vai sendo elaborada. Como, porém, a pedagógica adotada por Ambrósio é a de sempre se manter o texto e a leitura abertos ao mistério e de que as verdades da fé devem servir para a vida cotidiana dos fiéis, os parágrafos de conclusão apontam para a utilidade dos sacramentos dos cristãos:

Portanto, todas as vezes que o recebes, o que é que o apóstolo te diz? Todas as vezes que o recebemos, anunciamos a morte do Senhor (1Cor 11,26). Se (anunciamos) a morte, anunciamos a remissão dos pecados. Se, todas as vezes que o sangue é derramado, é derramado para a remissão dos pecados, devo recebê-lo sempre, para que perdoe sempre os meus pecados. Eu que peço sempre, devo sempre ter um remédio.

[...]

Que o Senhor nosso Deus vos conserve a graça que vos deu e que ele se digne iluminar mais plenamente os vossos olhos que ele abriu, por seu Filho unigênito, rei e salvador, Senhor nosso Deus, pelo qual e com o qual, ele tem o louvor, a honra, a glória, a majestade, o poder, com o Espírito Santo, desde os séculos, agora e sempre, e pelos séculos dos séculos. Amém (AMBRÓSIO, 2010b, p.60).

Dos elementos estilísticos mais recorrentes e que evidenciam o Método Alegórico de Ambrósio, estão:

**a)** A linguagem informal e a tentativa de diálogo com o ouvinte, expressas pelo uso da segunda pessoa do singular e pelos verbos conjugados no imperativo afirmativo, com caráter de sugestão e/ou orientação.

**b)** A leitura dos textos do Antigo Testamento sempre à luz do Novo Testamento e do mistério do Cristo, no intuito de promover uma ampliação da compreensão das Escrituras, levando a uma experiência epifânica diante de fatos e narrativas que se considerava já conhecidas: “[...] na segunda tenda havia o altar do incenso. O altar do incenso é aquele que costuma espalhar bom odor. Portanto, também vós sois o bom odor de Cristo, pois em vós já não existe nenhum tipo de faltas [...]” (AMBRÓSIO, 2010b, p.53-54).

**c)** A tentativa de inscrever o fiel como participante ativo da História da Salvação, à medida que se torna membro da comunidade cristã e tem acesso a seus mistérios: “queres saber mediante quais palavras celestes se consagra? Escuta quais são as palavras (distas pelo sacerdote). [...] Repara também nos pormenores” (AMBRÓSIO, 2010b, p.58).

Elementos estes que mantêm Ambrósio na esteira da mesma prática pedagógica culturalmente sensível que já faz parte do agir da Igreja, desde Jesus e dos Apóstolos, e que desejamos revitalizar e enriquecer com os aportes teóricos das Teorias do Letramento.

#### 4.3 A INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA NA IGREJA, CONSOLIDANDO AVANÇOS E APONTANDO CAMINHOS

Capitaneado pelo então Cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), no pontificado de João Paulo II, no ano de 1993, a Pontifícia Comissão Bíblica publica o documento *Interpretação da Bíblia na Igreja*. Este documento se propôs “indicar os caminhos que convém tomar para chegar a uma interpretação da Bíblia que seja tão fiel quanto possível a seu caráter ao mesmo tempo humano e divino” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.35-36), e assim, oferecer à Igreja “um novo impulso, para o bem do mundo inteiro, a fim de fazer resplandecer a verdade e exaltar a caridade, nas proximidades do Terceiro Milênio” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.23), tal como fizeram as encíclicas *Providentissimus Deus*, de Leão XIII, e *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII, as quais, naquela data, comemoravam aniversário de cem e cinquenta anos de publicação, respectivamente.

Colocando-se em consonância com os preceitos do Concílio Vaticano II, o documento reconhece a profícua interação entre os elementos divinos e humanos nas Escrituras, por meio da atuação dos hagiógrafos e da inspiração do Espírito Santo, ambos verdadeiros autores dos textos (DV 11). E em vista de valorizar as riquezas espirituais contidas nos textos, Palavra de Deus consignada em linguagem humana, a Pontifícia Comissão Bíblica promoveu uma breve análise de alguns métodos hermenêuticos que podem auxiliar a Igreja neste empreendimento, fazendo-a, cada dia mais, alimento e fortaleza para a fé do povo, luz para a humanidade (DV 21).

É salientada a importante contribuição dada nos últimos tempos pelo método histórico-crítico, que muito enriqueceu a exegese católica ao aproximar-se do Texto Bíblico sob o ponto de vista da diacronia. Aliado a este método também é valorizada a contribuição de ciências como a História, a Arqueologia, a Linguística dentre outras, que possibilitaram um olhar diferenciado para as fontes bíblicas, sua história, a história da redação e composição dos textos, das intenções e da mensagem pretendida por

seus autores e/ou redatores (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.37-45). É apontado como crítica ao método histórico-crítico a menor atenção dada ao texto em sua versão final e à possível ocorrência de perda da mensagem atual do texto, que ocorreria devido a **seu propósito de decompor o todo para melhor compreender as partes.**

Alguns métodos como o da Análise Retórica, da Análise Narrativa e da Análise Semiótica são reunidos em um grupo intitulado 'novos métodos de análise literária'. O documento dá a entender que estes métodos começaram a ser utilizados na exegese bíblica como resposta à temas, perspectivas de análise, pouco desenvolvidos ou não abordados pelo método histórico-crítico. Dentre outros tantos, o documento salienta que os três métodos destacados seriam aqueles métodos de análise literária mais recorrentes (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.46).

A Análise Retórica, que tem suas bases na Retórica Clássica, desenvolvida pelos filósofos gregos antigos, ressurgiu valendo-se de aportes vindos das Ciências da Linguagem, da Antropologia e da Sociologia. No âmbito bíblico, por meio de uma aproximação do texto que dá ênfase ao autor (orador), ao texto (discurso), e ao destinatário (auditório), deseja "penetrar no coração da linguagem da revelação enquanto linguagem religiosa persuasiva e medir seu impacto no contexto social da comunicação" (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.49). A crítica feita a este método se dá quando a análise se resume apenas à descrição dos elementos estilísticos e de seus efeitos discursivos.

A Análise Narrativa é valorizada em sua habilidade de realçar as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas na construção do texto, tomado como relato e testemunho de algum fato ou personagem; no caso da aproximação com o Texto Bíblico permitiria a inserção do leitor no mundo do relato, bem como a elaboração de uma teologia de caráter prático e pastoral. Para isto faz distinções quanto ao enredo da história, ao 'autor real' e o 'autor implícito', entre o 'leitor real' e o 'leitor implícito', permitindo não apenas um olhar para o momento histórico-contextual de produção do texto, mas abriria espaço para investigações acerca de sua recepção em outros contextos e épocas. A crítica feita a este método diz respeito à possibilidade de exclusão das elaborações doutrinárias dos dados contidos nos Textos Bíblicos, haja vista que seu ponto de partida não está em teses teológicas, mas na subjetividade existencial do texto (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.50-53).

A Análise Semiótica, valendo-se do Estruturalismo do linguista Ferdinand Saussure, segundo o documento, pode contribuir para oferecer aos cristãos, mesmo sem um aprofundado conhecimento da Teologia e dos Estudos Bíblicos, um acesso às riquezas de sentidos e significados presentes em uma análise dos Textos Bíblicos enquanto compondo um sistema autônomo coerente. A crítica feita ao método refere-se à facilidade deste procedimento de análise em preterir a história, em focar-se nas dimensões formais do texto e não deixar emergir sua mensagem (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.54-57).

Posteriormente, o documento faz uma distinção de três conjuntos distintos de abordagens das Escrituras, um focado na Tradição, outro nas relações com as Ciências Humanas e outro em temáticas contextualizadas. A abordagem focada na Tradição parte do pressuposto de que embora distintos, os diversos textos que compõem a Bíblia são unidos entre si à medida que constituem relatos de uma mesma e rica tradição. Esta abordagem desdobra-se em várias outras perspectivas, tal como a aproximação da Bíblia enquanto 'norma da fé', inserida no contexto mais amplo da História da Salvação, visando atualizá-la e inseri-la no contexto atual; ou naquela que se propõe um mergulho na cultura judaica em vista de uma melhor compreensão das figuras de linguagem e sentido dos gêneros discursivos utilizados pelos redatores dos textos e para os quais estes foram seus primeiros destinatários (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.57-66).

A abordagem interessada nas relações das Escrituras com as Ciências Humanas, com destaque para a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia, se propõe compreender diferentes aspectos do Texto Bíblico conforme se debruça na investigação dos condicionamentos daqueles personagens envolvidos nos relatos e na elaboração desses textos. A Antropologia, por exemplo, aliada à Sociologia, tem o condão de oferecer uma abordagem mais criteriosa acerca dos elementos etnográficos (arte, vestuário, mitos e lendas, danças, papéis sociais e etc.) que marcaram a vida dos personagens bíblicos e o contexto no qual se inseriam, ajudando-nos a compreender o elemento humano envolvido na mensagem bíblica. O documento salienta haver várias outras ciências da área das humanidades que também podem dar sua contribuição (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.66-74).

Ao tratar da abordagem contextual, o documento sublinha que a leitura é sempre uma ação dependente da mentalidade e preocupações dos leitores, e, por

isto, as preocupações e temáticas recorrentes em uma determinada época e/ou contexto sociocultural podem emergir como preocupação ou ferramenta de aproximação das Escrituras (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.74-82). Iniciada na América Latina, a abordagem da libertação busca uma conciliação entre fé e vida, e, por isto, orienta a leitura das Escrituras e da própria fé em consonância às necessidades de transformação política e social dos fiéis, fazendo da “Palavra de Deus a luz e o alimento do povo de Deus em meio a suas lutas e suas esperanças. Assim é sublinhada a plena atualidade do texto inspirado” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.76). As críticas a esta abordagem estão ligadas ao risco de unilateralidade desta modalidade de leitura e uma tendência de forte engajamento social e político do exegeta, em detrimento da fé.

É reservado um tópico do documento para a Leitura Fundamentalista, um estilo de leitura iniciada no período da Reforma e que, por professar a inerrância das Escrituras, defende uma interpretação literal sua, mesmo nos detalhes. Esta modalidade de leitura opõe-se à utilização do auxílio de qualquer ciência na interpretação do Texto Bíblico e fecha-se à possibilidade de desenvolvimento histórico de sua mensagem. Essa perspectiva interpretativa nega o caráter histórico da Revelação e a possibilidade de cooperação entre o divino e o humano no processo de formulação dos Textos Bíblico, tratando-os como ‘ditados’ pelo próprio Deus. Outra marca sua é o forte acento na interpretação privada, negligenciando a Tradição, a Comunidade de fé e sua anterioridade ao Novo Testamento, motivo pelo qual é descrito pelo documento como uma interpretação anti-eclesial (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.82-86).

O documento é dividido em outros três grandes capítulos, um dedicado a temas relativos à hermenêutica filosófica e à hermenêutica bíblica<sup>215</sup>; outro sobre as características da interpretação católica, com destaque para a Tradição, a colaboração dos Santos Padres e de algumas disciplinas teológicas<sup>216</sup>; e outro capítulo focando a relação da interpretação das Escrituras e a vida da Igreja<sup>217</sup> –. Embora não nos detenhamos em uma análise pormenorizada sobre estes capítulos, destacaremos aqueles pontos que consideramos indicarem e/ou enriquecerem a perspectiva de diálogo com outras áreas do conhecimento patrocinada pelo Concílio

---

<sup>215</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.87-102.

<sup>216</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.103-138.

<sup>217</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.139-158.

Vaticano II, em alguma medida já explanados no capítulo anterior, e que se aproximam e/ou enriquecerão uma Pedagogia de Letramento Bíblico.

Ao referir-se à hermenêutica filosófica, o documento evidencia haver na contemporaneidade um movimento de contraposição e resposta a um positivismo histórico e sua tentativa de restringir a interpretação das Escrituras aos pressupostos utilizados nas Ciências Naturais<sup>218</sup>. Neste movimento de resposta, autores como Rudolf Bultmann, Hans Georg Gadamer e Paul Ricoeur, ressaltam: a distância histórica entre texto e leitor atual; a subjetividade na construção do conhecimento (conhecimento este que quanto mais amplo for na compreensão do texto maior será na compreensão do indivíduo sobre si); a existência de pré-compreensões (vindas da própria história do indivíduo ou de um diálogo com a Tradição) que influem na leitura; bem como, o reconhecimento da autonomia do texto em relação a seu autor, e a construção de sentido como resultante de uma dialética de atualização do texto<sup>219</sup>.

Decorre desta nova postura hermenêutica a **defesa da polissemia dos textos**, inclusive dos Textos Bíblicos, pondo em xeque a perspectiva de busca e salvaguarda daquele que seria “o” sentido dos textos (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.93). Na tentativa de apontar para a complexidade desta temática, demonstrando não serem de hoje os conflitos na busca e/ou defesa de um ou mais sentidos para os Textos Bíblicos, é recordada a distinção entre sentido literal; sentido espiritual e sentido pleno, desenvolvida já há vários séculos pelos Padres da Igreja e Teólogos.

Distintamente do sentido literalista (defendido pela leitura Fundamentalista)<sup>220</sup>, **o sentido literal** é descrito como legítimo e indispensável, à medida que valoriza o texto tal como seu autor o compôs na sua totalidade, já que fruto da inspiração divina e não derivado da simples compreensão denotativa e isolada das palavras do texto. O que também não quer dizer que exista apenas um único sentido literal, haja vista as peculiaridades dos diversos gêneros discursivos empregados pelos autores sagrados, assim como as peculiaridades da língua, como as figuras de linguagem e a duplicidade de sentidos, que podem ter sido

<sup>218</sup> Esta perspectiva preocupa-se em apenas descrever, distinguir, classificar, reconhecer formas, fontes, gêneros e/ou estilos (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.125-126).

<sup>219</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.87-92.

<sup>220</sup> O sentido literalista é entendido como aquele da leitura primária, simplista, incapaz de diferenciar as metáforas, os simbolismos e alegorias presentes nas Escrituras, assim como, não reconhece o desenvolvimento histórico dos conceitos e não promove uma leitura desses conceitos em relação ao conjunto da obra.

conscientemente utilizadas pelos autores – neste sentido o Evangelho de João é apresentado como exemplo<sup>221</sup>.

O **sentido espiritual** seria aquele que parte do pressuposto dos Textos Bíblicos como devendo ser lidos em referência à pessoa do Cristo, seu mistério, e à vida nova n'Ele. É salientado pelo documento que este tipo de leitura foi aquela realizada pelos primeiros cristãos, inclusive os Apóstolos (e os autores do Novo Testamento), ao lerem o Antigo Testamento. Todavia, o sentido espiritual não abarcaria qualquer tipo de interpretação das Escrituras, especialmente aquelas ditas heterodoxas e/ou subjetivistas (fundadas na imaginação e/ou não compatíveis com o conjunto dos textos), motivo pelo qual o sentido espiritual não é alheio ao sentido literal. A leitura atrelada ao sentido espiritual busca relacionar três níveis de realidades – o Texto Bíblico; o Mistério Pascal do Cristo; e as circunstâncias da vida – e a partir dessa relação fazê-la atual, dinâmica e em continuidade com a fé<sup>222</sup>.

Muito próximo do sentido espiritual, o **sentido pleno** estaria baseado na compreensão de que como o Espírito Santo é autor divino das Escrituras, há sentidos dados por este autor que não são plenamente conhecidos pelos autores humanos, permanecendo obscuros e apenas mais tarde verdadeiramente acessados. Neste caso, é a Tradição Bíblica e Doutrinal quem ofereceria este sentido pleno, enriquecendo o sentido literal – como no caso da doutrina sobre a Trindade e sobre o pecado original<sup>223</sup>.

Embora haja o reconhecimento da valiosa contribuição de alguns métodos à interpretação das Escrituras, o documento destaca ser orientação da Igreja que nenhum método seja assumido como exclusivo, “todos os métodos pertinentes de interpretação dos textos são habilitados a dar sua contribuição” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.125). E insta a nunca se perder de vista o fato de que o texto que se está interpretando é a Palavra de Deus, e que tal interpretação, em auxílio aos pastores da Igreja, **tem por objetivo aproximar as pessoas do Texto Sagrado e responder às necessidades dos leitores atuais**<sup>224</sup>.

O documento assevera que a interpretação católica da Bíblia se difere justamente por inscrever-se como partícipe e em continuidade com a Tradição viva da

---

<sup>221</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.94-97.

<sup>222</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.97-100.

<sup>223</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.100-102.

<sup>224</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.124-127.

Igreja (composta das várias tradições das primeiras comunidades e dos primeiros intérpretes das Escrituras)<sup>225</sup>. Embora devedora da Tradição, aceita sua profícua relação com os métodos científicos da modernidade<sup>226</sup>, mas, para tanto, considera como condição de necessidade, que o intérprete mantenha “afinidade vital” com o objeto interpretado e com a fé da comunidade (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.104.112). Esta relação de necessidade é dada pela própria construção do cânon bíblico, formado **pela** comunidade (através da seleção de palavras, passagens, textos considerados fomentos para a fé e guias para a vida), **na** comunidade (contendo o testemunho autêntico dos Apóstolos e demais membros, acerca das verdades reveladas por Deus para a salvação da humanidade), **para a** comunidade (pois “espelho no qual a Igreja pode constantemente redescobrir sua identidade e verificar, século após século, a maneira com a qual ela responde sem cessar ao Evangelho e se dispõe ela mesma a ser o meio de transmissão dele” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.115))<sup>227</sup>.

Por esta conexão vital **com a comunidade de fé e com o objeto da interpretação**, a interpretação das Escrituras realizada pelos Padres da Igreja é posta em destaque pelo documento. Mas, para além deste vínculo, também é apontada a habilidade e engenhosidade desses primeiros intérpretes em **conciliarem** as Escrituras, a necessidade Pastoral da Igreja e os conhecimentos vindos de outras tradições (como a grega e a judaica), desenvolvendo interpretações que reconheçam o Texto Bíblico como peça única, tendo Deus por seu autor, e valorizando a analogia da fé, por meio de alegorias<sup>228</sup> – já aqui estão presentes reflexões e embates acerca dos sentidos literal, espiritual e do sentido pleno, referidos anteriormente –. Desta frutuosa interação formou-se a base do patrimônio doutrinário da Igreja e seu rico ensinamento Teológico, Pastoral e Litúrgico, ambos como instrução e alimento espiritual dos fiéis (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.116).

Alcançando seu auge na tradição monástica, o Método da *Lectio Divina*<sup>229</sup>, quer praticado comunitariamente quer individualmente, segundo o documento, propõe um caminho de contato e intimidade com o Texto Bíblico indo da leitura à contemplação, conciliando o intelectual e o espiritual, a meditação e a oração. Este

---

<sup>225</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.103-104.

<sup>226</sup> Colocando os intérpretes católicos e suas pesquisas em pé de igualdade com os demais.

<sup>227</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.119-120.

<sup>228</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.116-118.

<sup>229</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.150-151.

método, por compreender as Escrituras como verdadeiro alimento na vida do que crê, foi amplamente difundido e aceito na Igreja, e reafirmado e proposto pelo Concílio Vaticano II (DV 25).

O Apostolado Bíblico<sup>230</sup>, reconhecendo a Bíblia como Palavra de Deus, construtora e fortaleza da comunidade, desejando que ela chegue ao maior número de pessoas, motivou o surgimento de grupos bíblicos, semanas e conferências bíblicas em diversas localidades, e, segundo o documento, atingiu numerosos frutos junto às CEBs. O destaque deste método de interpretação seria fazer as Escrituras acessíveis aos mais humildes, aproximá-la de suas realidades, por meio de uma interpretação de cunho mais espiritual e existencial.

Retomando alguns dos pressupostos apresentados anteriormente, há um destaque no documento **apontando alguns parâmetros** envolvidos no processo de aplicação dos novos métodos hermenêuticos, de atualização das Escrituras e resposta às novas necessidades de seus leitores (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.140-144):

- Deve sempre, antecedendo à interpretação, haver uma criteriosa análise do sentido literal do texto, e quando isto não for possível, ao menos uma fundamentada orientação acerca deste.
- O texto deve sempre ser posto em relação com o Mistério do Cristo e da Igreja.
- O leitor deve colocar-se sempre em postura de escuta da Palavra, discernindo o presente à luz do que as Escrituras iluminam e retirando do conjunto dos textos os elementos que contribuirão para avaliar a situação presente.
- Devem ser evitadas leituras tendenciosas ou baseadas em princípios teóricos em desacordo às Escrituras, à Justiça, à Caridade, ou que defendam a segregação por motivo de raça, gênero ou etnia.
- Deve-se reconhecer que tanto as Escrituras quanto os sistemas de valores e as normas sociais estão susceptíveis a alterações, as quais se dão graças ao dinamismo da fé, sob a guia do Espírito Santo.
- E que, como enfatiza o Concílio Vaticano II (DV 10), em última instância, compete ao Magistério vivo da Igreja, enquanto revestido da autoridade do Cristo, garantir a autenticidade de uma interpretação das Escrituras, **qualquer que seja ela**.

---

<sup>230</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.154-155.

Há ênfase ao fato de que o processo de atualização seja reconhecido como intimamente unido ao esforço de inculturação da mensagem bíblica, esforço para que ela se propague “em outras culturas, de maneira a atingir todas as pessoas humanas no contexto cultural onde elas vivem [...], (atingindo) as maneiras de sentir, de pensar, de viver e de se exprimir próprias à cultura local” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.145-146). Necessitando ser retomado constantemente, pois também as culturas estão em contínuo desenvolvimento e evolução.

Deste modo, o documento é concluído destacando que “o verdadeiro respeito pela Escritura inspirada exige que sejam realizados todos os esforços necessários para que se possa compreender bem seu sentido” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.159-160). E como tal esforço não pode ser realizada com o mesmo grau de empenho por todos os cristãos, é ressaltada a importância e a responsabilidades daqueles que se dedicam à interpretação das Escrituras. Todavia, também é salientada a necessidade de que esta tarefa interpretativa não se restrinja ao campo da especulação e nem acabe por se afastar de sua função vital, que é a transmissão autêntica das Escritura a todas as pessoas, nas mais distintas culturas, renovando a Teologia e a Atividade Pastoral<sup>231</sup>.

#### 4.4 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO

Explicitamos, neste capítulo, como os pressupostos das Teorias do Letramento dialogam perfeitamente com aqueles da Teologia para a interpretação dos Textos Sagrados, uma vez que podem ser vislumbrados já nas Escrituras, na prática de Jesus e dos Apóstolos, e na tradição interpretativa dos Padres da Igreja. Ademais, o testemunho dos linguistas, das Escrituras e dos Santos Padres e Teólogos permite-nos afirmar não apenas ser coerente teológica e hermeneuticamente, mas necessário, que, no intuito de manter-se Palavra Viva de Deus e fazer-se eficaz e frutuosa hoje e em qualquer época, o Texto Bíblico deve continuamente ‘encarnar’-se neste povo, em sua cultura, em sua linguagem – necessidade esta que reside na debilidade, na limitação da condição humana, não na incompletude ou insuficiência da mensagem.

---

<sup>231</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.162.

Evidenciamos como o conceito de Revelação demanda a necessidade de compreender o discurso bíblico a partir dos gêneros discursivos, e mais, de que graças e esse caráter ligeiramente estável e aberto, por parte dos gêneros e da própria linguagem humana, é possível que a Palavra Divina se mantenha sempre nova e respondendo a cada membro da família humana de toda e qualquer das épocas.

De que modo Deus e os seres humanos dialogariam se não compartilhassem os instrumentos linguísticos necessários para tal mediação? De que forma seria revelado às nações os mistérios que Deus manteve escondido por inúmeras gerações<sup>232</sup> se esta não fosse sendo adaptada às capacidades de seus ouvintes? Não obstante, como Deus sempre toma a iniciativa<sup>233</sup>, o Verbo aniquila-se a si mesmo e assume a condição de semelhante a nós<sup>234</sup>, permanecendo conosco (Mt 28,20) transfigurando as distintas feições da humanidade.

Como aquela prática pedagógica assumida por Jesus – promovendo um intercâmbio entre o enunciado e o contexto do leitor (do intérprete), para a construção da enunciação (RATZINGER, 2007, p.171-172) –, as Teorias do Letramento veem como essencial a valorização dos sujeitos destinatários da mensagem, no nosso caso, os participantes dos GBRs. É a partir desses sujeitos, em seu contexto, que se deve iniciar o percurso pedagógico, pois é por meio da ferramenta da língua, que este sujeito traz consigo, com seus intertextos, que será possível a compreensão e interpretação da mensagem.

Não estranho aos pressupostos de Jesus e das Teorias do Letramento, foi possível notar como também Paulo promoveu uma *kenosis* da Palavra para que esta pudesse se fazer acessível e compreensível a seus ouvintes. Ao olhar para seu contexto, promovendo diálogos intertextuais com vários autores gregos, ao mesmo tempo em que os valorizava e a seus ouvintes, Paulo suscitava uma ressignificação desses textos e ampliava a capacidade interpretativa de seus ouvintes, que, por sua vez, eram convidados a ver o mundo, agora, sobre outra ótica.

Exímio pedagogo, Ambrósio de Milão, um padre do ocidente com fortes relações com o oriente, também nos mostrou como aquele que fala, que ensina sobre as Escrituras, deve ler os textos não buscando sua interpretação em um sentido localizado estaticamente no passado e, neste, aprisionado, mas em frutuoso e

---

<sup>232</sup> Em referência à Cl 1,26.

<sup>233</sup> Em referência à 1Jo 4,19.

<sup>234</sup> Em referência à Fl 2,6-7.

existencial contato a partir do contexto no qual os leitores se encontram inseridos. Tal contexto é apresentado como a chave de leitura mais valiosa, pois faz com que o sujeito se sinta parte constituinte do texto, daquela história da qual ele não é mero espectador, mas agente atuante e transformador.

Foi-nos possível uma breve revisita a algumas práticas de interpretação das Escritas que foram e/ou ainda são utilizados na Igreja, apontando para uma abertura a incrementos, enriquecimentos e ampliações a partir de caminhos ainda não trilhados, do vislumbre do antigo sob novo ângulo, ou mesmo da mescla de elementos de um e outros métodos. Neste sentido, uma prática pedagógica advinda das Teorias do Letramento foi se evidenciando como não de todo alheia à história e aos anseios da Igreja.

O próximo capítulo terá por objetivo explicitar a aplicação das Teorias do Letramento à esfera do 'ensino' das Escrituras nos GBRs. Serão explicitados todos aqueles que figuram como sujeitos do Letramento Bíblico; o *sensus fidelium* e os gêneros discursivos serão apresentados como instrumentos do processo; em vista de uma interpretação fundamentada na fé e na vida serão apontados os espaços para consolidação deste letramento; todos eles cooperando a que os intertextos sejam o objeto próprio dessa leitura (interpretação), que se propõe empreender a passagem da interpretação 'parafrástica'<sup>235</sup> para a 'polissêmica'<sup>236</sup> das Escrituras, ampliando a compreensão desses sujeitos acerca de si e das próprias Escrituras.

---

<sup>235</sup> Interpretação de tendência literalista e fechada a incrementos extratexto, por parte do leitor (ORLANDI, 1987, p.202).

<sup>236</sup> Interpretação de perspectiva plural e aberta aos incrementos extratexto, por parte do leitor (ORLANDI, 1987, p.202).

## 5. O TRABALHO NOS GBRs A PARTIR DAS TEORIAS DO LETRAMENTO

“Vida e Bíblia se misturam”  
(Carlos Mesters)

Dentre as diversas práticas pedagógicas para a interpretação das Escrituras é sabido não haver um que seja designado como oficial, na Igreja<sup>237</sup>; nem mesmo um que não necessite aprimoramento ou suplementação de outras áreas, motivo pelo qual pastores, teólogos e fiéis, em matéria de interpretação das Escrituras, devem manter-se suscetíveis às inovações, implementos ou ao surgimento de novas ferramentas hermenêuticas que possam advir com o passar do tempo<sup>238</sup>.

Não obstante, a *Dei Verbum* apresenta alguns preceitos básicos que devem nortear e delimitar o uso das várias práticas pedagógicas, preceitos esses que, embora presentes desde o período Patrístico, vinham recebendo pouco ou nenhum destaque na prática da Igreja – sendo eles (DV 12): i) o reconhecimento da **relação entre o Texto Bíblico e os elementos linguísticos** utilizados pelos autores sagrados; ii) a imprescindibilidade de que as Escrituras **sejam lidas no mesmo espírito de sua confecção**; iii) a necessidade de que cada texto **seja lido em unidade e coerência com os demais textos**; iv) **a salvaguarda da relação vital que há entre as Escrituras e a Tradição e da unidade entre Revelação e a fé** da Igreja. É tomando por pressuposto esses preceitos que cremos estarem as Teorias do Letramento em perfeitamente harmonia com aquilo que a Igreja espera e busca, podendo constituir-se em um Letramento Bíblico.

O letramento, ser letrado ou contribuir para que alguém se torne letrado, “extrapola o mundo da escrita” (KLEIMAN, 2008, p.18). Esta prática requer procedimentos para além da literalidade, pede uma abertura à “vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais” (SOARES, 2009, p. 65) subjacentes à linguagem, envolvidos tanto na confecção do texto (independente de sua modalidade discursiva) quanto presentes no momento da leitura (interpretação).

---

<sup>237</sup> Referimo-nos à Igreja reafirmando o caráter de contributo eclesial que nossa tese se propõe, como solicitação da Igreja, em especial, após o Concílio Vaticano II (GS 58.62; AG 22).

<sup>238</sup> FITZMYER, 1997, p.37; PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.103.125.

Por abarcar um diálogo com múltiplas fontes<sup>239</sup>, as Teorias do Letramento reconhecem como implicados na leitura não apenas o texto e o leitor, mas também o autor e o contexto<sup>240</sup>. E, particularmente, dá destaque para o contexto e a relação deste com os demais elementos, tendo o intertexto como realidade mediadora, objeto da leitura (COSSON, 2014, p.41.72-80).

Como próprio das Teorias do Letramento, o Letramento Bíblico é por nós concebido como **o resultado de um percurso de leituras<sup>241</sup>, construído didaticamente, capaz de levar distintos leitores a variadas interpretações sobre um e diferentes Textos Bíblicos, enriquecendo e mesmo desafiando suas leituras anteriores e sua compreensão de si e de seu lugar perante o mundo e a Comunidade Eclesial<sup>242</sup>**. Enquanto uma prática dinâmica e contextual, responde às necessidades dos indivíduos atuais, articulando-se a partir de uma **dimensão individual** e uma **dimensão social**. Faz parte dessa **dimensão individual** o propósito de levar o indivíduo à autonomia e ao pleno uso de suas habilidades em vista de uma interação dialógica com o Texto Bíblico e, por meio dele, com a Palavra de Deus. Por sua vez, corresponde à sua **dimensão social** a promoção de uma transformação das realidades enquanto amplia a compreensão dos indivíduos acerca de si, de seu contexto, do contexto de produção e difusão dos textos e do próprio Texto Bíblico como um todo e em pleno diálogo com o hoje desse indivíduo.

A Hermenêutica Bíblica, enquanto prática inserida no seio da Igreja, tem por papel “fazer compreender aos homens de hoje a Bíblia enquanto Palavra de Deus, (e por este motivo) deverá percorrer também outros caminhos além da interpretação de caráter teórico” (EGGER, 1994, p.206). Uma Teoria de Letramento Bíblico, integrada a este campo, **assume postulados que visam contribuir na relação entre o contexto (em sentido amplo), o leitor, o texto e o autor**. Tal relação deverá promover tanto o enriquecimento e aprofundamento do repertório do leitor, quanto a dilatação do texto para outros contextos. Concomitante a isto, almeja levar à percepção da coerência e unidade de sentido dada pelo autor aos textos em seu

---

<sup>239</sup> KLEIMAN, 2008, p.151.

<sup>240</sup> Este, entendido em sentido lato, abrangendo desde o momento da confecção até o da leitura.

<sup>241</sup> Salientamos que esta leitura pode tanto se dar de modo silencioso e/ou individualmente, como pode ocorrer por meio da audição do texto ao ser lido por outro membro do grupo; uma vez que o letramento não se reduz ao domínio da escrita e não pressupõem a decodificação alfabética (CORRÊA, 2012, p.137; SIGNORINI, 2012, p.9).

<sup>242</sup> Orlandi (1987, p.215) pode enriquecer essa reflexão, à medida que comenta os resultados do processo de leitura polissêmica para o leitor e seu grupo social.

conjunto, tudo sem perder de vista os intertextos. – Tais postulados serão objeto de aprofundamento neste capítulo, assim como seus encaminhamentos teóricos e práticos.

Neste caminho de aprofundamento, com o olhar voltado para a aplicação de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, é bom esclarecer que uma postura crítica frente a qualquer processo de ensino-aprendizagem, de aquisição e/ou desenvolvimento de habilidades cognitivas e intelectuais, requer, dos que pensam e atuam como mediadores desse processo, uma reflexão sobre<sup>243</sup>:

a) Quais os objetivos imediatos e teleológicos da aquisição e ou desenvolvimento de determinadas habilidades e conhecimentos? - **Para que ensinar?**

b) Quais conteúdos são verdadeiramente úteis e relevantes aos destinatários-agentes, a fim de que atinjam os objetivos pretendidos nesse processo? - **O que ensinar?**

c) Qual a melhor estratégia metodológica<sup>244</sup> deve ser empregada pelo mediador em vista de que os conteúdos trabalhados promovam os objetivos pretendidos? - **Como ensinar?**

A resposta dada a cada questão delimita e orienta a reflexão e a resposta a ser dada na questão seguinte. Vale um destaque para a primeira questão. Na primeira questão são postas outras duas questões, de modo que uma condiciona a outra: qual o objetivo imediato e qual o objetivo teleológico da prática pedagógica. Sendo que o objetivo imediato deve conduzir ao objetivo teleológico, e o objetivo teleológico deve guiar o objetivo imediato.

Em nosso caso específico, no contexto da formação bíblica permanente dos fiéis cristãos católicos, junto aos Grupos Bíblicos de Reflexão, ofertada pela Igreja Mãe e Mestra, esses questionamentos motivadores assim se configurariam:

---

<sup>243</sup> No contexto da pedagogia e do trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais as pesquisadoras Judith LeBlanc, com a obra *El Currículum Funcional em la educación de la persona com retardo mental*, e Maryse Suplino, com a obra *Currículo Funcional Natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental*, contribuem para a reflexão acerca de como um currículo deve ser estruturado a fim de que de modo funcional e natural, contribua para a formação dos indivíduos e, assim, atinja seus objetivos.

<sup>244</sup> Compreendemos 'estratégia metodológica' como sendo o conjunto de 'práticas e ferramentas pedagógicas', fundamentadas em determinada teoria pedagógica (pressupostos metodológicos).

a) Qual o objetivo imediato e qual o objetivo teleológico deve ser assumido pela Igreja (pela Comunidade) na formação bíblica do cristão católico? – **Para que ensinar a Bíblia?**

b) Quais textos, quais passagens bíblicas ou quais livros da Bíblia devem ser postos em destaque pela Igreja para que a formação bíblica dos fiéis atinja seus objetivos? – **O que ensinar da Bíblia?**

c) Qual metodologia, para o contexto atual da comunidade cristã, deve ser assumida pela Igreja no estudo dos Textos Bíblicos, a fim de que essa mesma formação atinja seus objetivos? – **Como ensinar a Bíblia?**

Isto posto, podemos dizer que as respostas para a questão sobre “Para que ensinar a Bíblia?” nos são dadas por Jesus e por sua ação de evangelização. Ele, segundo suas palavras nos Evangelhos, veio para fazer com que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10), libertando “a quantos jazem entre as trevas e na sombra da morte estão sentados, e para dirigir os nossos passos, guiando-os no caminho da paz” (Lc 1,79) – de sorte que promover a libertação da vida humana era **o objetivo teleológico** de sua missão de cumprimento da vontade do Pai (Jo 4,34).

Para alcançar este seu objetivo teleológico (de libertação e vida plena), Jesus se pôs a ensinar o Evangelho de um modo compreensível a todos do povo (Mc 4,33); a curar as enfermidades do corpo e da alma (Mt 9,35); em transformar as relações interpessoais (Lc 4,18-21) com palavras e ações, por milagres e pelo dom da própria vida, sempre recomendando que seus discípulos o imitassem (Jo 13,15). Por logo, **o objetivo imediato** da missão de Jesus foi propor o Reino de Deus, um Reino de “justiça e paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17), do amor como critério absoluto, um amor de todos para com todos, tal como ele amou (Jo 13,34).

Compreendendo esta relação de causa e efeito entre o objetivo imediato e o objetivo teleológico fica evidente o motivo pelo qual Jesus propõe a busca, por primeiro, do Reino de Deus, e o restante viria por acréscimo, por consequência (Mt 6,33). Também por esta relação causal, Paulo afirma que seguindo o exemplo de Jesus, assumindo suas ações, os fiéis progrediriam na caridade (Ef 5,2), atingiriam o estado de homem perfeito, a estatura de Cristo (Ef 4,13).

A Igreja, “entendida como permanência escatológica irreversível de Jesus Cristo na história” (RAHNER, 1989, p.432), assume as vezes de Jesus, dando continuidade à missão que Ele havia recebido (Jo 20,21), em sua prática de ensinar o Evangelho (Mt 16,15) adotando, assim, os mesmos objetivos imediatos e teleológicos

de Jesus. Todavia, como os objetivos imediatos são objetivos intimamente unidos à realidade sócio-histórica na qual se está inserido, os objetivos imediatos do ensino da Bíblia hoje exibem contornos específicos da realidade da Igreja no momento presente e de cada Igreja particular, segundo suas necessidades mais urgentes<sup>245</sup>.

Percebe-se que a maior necessidade da comunidade cristã atual, contribuindo a que a humanidade conheça a Deus e seja liberta, está atrelada ao ensino da Bíblia, de modo que seja capaz de ler para além das linhas do texto e assim acesse a enunciação – em outras palavras, a necessidade de promover que os fiéis, ao lerem a Bíblia, sejam capazes de acessar a Palavra de Deus, sejam letrados biblicamente. Neste sentido, uma prática de Letramento Bíblico irá preocupar-se em propiciar a que todos os participantes dos Grupos Bíblicos de Reflexão, bem como os demais envolvidos na preparação dos subsídios, se vejam e ajam como sujeitos do processo.

A resposta, por parte da Igreja, para o questionamento sobre “O que ensinar da Bíblia?” advém da continuação das ações de Jesus, e, especialmente, do objetivo teleológico de sua prática pedagógica<sup>246</sup>. Para proporcionar **a liberdade e a vida plena**, hoje, a Igreja deve assumir **a passagem de uma leitura parafrástica para uma leitura polissêmica da Bíblia como seu objetivo imediato**, pois, abrindo o coração, os olhos e os ouvidos, se conhecerá e entenderá a Verdade e ela tornará a todos livres e mais próximos de Deus (Mt 13,13-16; Jo 5,24; 8,32; 1Jo 5,20; Ef 3,12).

A compreensão das características linguísticas e discursivas dos gêneros bíblicos surge como o instrumento mais apropriado e mais eficaz para que esses objetivos sejam atingidos e que possa se dizer haver um verdadeiro Letramento Bíblico. Para este fim, o Texto Bíblico utilizado será aquele traduzido para a língua vernácula dos fiéis, com tradução oficialmente reconhecida pela Igreja, assumindo a centralidade do contexto no qual a comunidade de fé figura como espaço privilegiado para este encontro – diálogo com Deus por meio da linguagem assumida nas Escrituras.

Decorre daí o questionamento acerca do “Como promover esse letramento bíblico?”, como viabilizar um contato com a Bíblia, por seus gêneros, capaz de gerar

---

<sup>245</sup> Nas palavras do documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, da Pontifícia Comissão Bíblica: “para manifestar o alcance que eles têm para os homens e as mulheres de hoje, é necessário aplicar a mensagem desses textos às circunstâncias presentes e exprimi-la em uma linguagem adaptada à época atual. Isso pressupõe um esforço hermenêutico que visa discernir através do condicionamento histórico os pontos essenciais da mensagem” (1993, p.140).

<sup>246</sup> Por este motivo a Pontifícia Comissão Bíblica afirma serem a fé da Igreja, e a promoção da justiça e da caridade os critérios para uma interpretação válida dos Textos Bíblicos (1993, p.132.144).

um relacionamento entre o fiel e o Texto Sagrado que vá para além de sua literalidade, e lhe seja espiritualmente, eclesialmente e socialmente eficaz. A resposta a esta questão está no trabalho de leitura dos intertextos. – Recordamos que a leitura envolve quatro elementos: autor, texto, contexto e leitor; já o objeto da leitura pode ser: o texto, o contexto ou o intertexto. Uma prática de Letramento Bíblico que assume o intertexto como objeto da leitura se propõe uma aproximação do Texto Bíblico que:

a) Permita uma reflexão sobre como o autor dialoga, através de seu texto, com outras partes desse mesmo texto ou com outro conjunto de textos, reforçando sua ideia. Esta é a relação INTERTEXTO – AUTOR, e no caso do Texto Sagrado, este é o tipo de reflexão feita quando se identifica a repetição de algumas estruturas, como no caso do Evangelho de Marcos, no qual, por diversas vezes são utilizadas expressões do Antigo Testamento, visando demonstrar as características divinas de Jesus e de sua mensagem – dentre tantas expressões, destacamos aquela observada em Mc 6, 48.49, referindo-se a Jesus que ‘caminha sobre as águas’, privilégio que Jó 9,8 assegura como pertencendo unicamente a Deus<sup>247</sup>.

b) Busque perceber como o texto traz, em si, referências a outros textos, citando-os, reescrevendo-os ou reinterpretando-os. Esta é a relação INTERTEXTO – TEXTO, e nas Escrituras tal reflexão pode se dar no esforço por compreender as relações existentes entre a Carta aos Hebreus e o Salmo 110 e o Gênesis.

c) Identifique como determinado texto se apropriou de características do gênero discursivo do qual ele faz parte; a forma com a qual os elementos estilísticos foram utilizados naquela produção concreta, para reforçar determinado sentido; como o ambiente de produção e de divulgação agiram e agem sobre o texto. – Esta é a relação INTERTEXTO – CONTEXTO, e nas Escrituras um exemplo bem nítido disto é percebido no estudo do Apocalipse e de como o gênero profético é utilizado e marcado pelo contexto de produção.

d) Promova um diálogo de aproximação entre o texto lido e outros textos que fazem parte do repertório do leitor, ampliando os sentidos do próprio texto, e promovendo a apropriação do texto por parte do leitor. Esta é a relação INTERTEXTO – LEITOR, e no caso das Sagradas Escrituras esta reflexão pode ser observada no como os apóstolos e primeiros cristãos liam os textos do Antigo Testamento, agora

---

<sup>247</sup> MATEOS; CAMACHO, 1994, p.141-142; 2007, p.184.

sob a ótica de Jesus como sendo o Cristo, ampliando e enriquecendo aqueles textos<sup>248</sup>.

Assumir o intertexto como objeto do Letramento Bíblico promove uma postura de abertura típica do diálogo, e no caso das Escrituras, um diálogo entre o divino e o humano, entre o dado e o escondido, entre o já e o ainda não. E para que não se caia no relativismo e para que a pluralidade decorrente da polissemia (que emerge do diálogo) não seja um empecilho, o Letramento Bíblico contará com a cooperação do crivo da fé comunitária, auxiliando os sujeitos envolvidos no processo.

### 5.1 SUJEITOS<sup>249</sup> DO LETRAMENTO BÍBLICO

A Igreja, nos últimos século, mais especialmente após o pontificado do Papa Leão XIII, deu início a um processo de aproximação da Bíblia para com os fiéis. Processo este que vem promovendo mudanças não apenas na compreensão acerca de Deus, mas também de como o fiel deve agir, relacionar-se com esse Deus, com os demais seres humanos e com a criação.

No período pós Vaticano II, depois de dadas as balizas para uma sólida Pastoral Bíblica, uma renovação Teológica e uma aproximação para com as Ciências e suas contribuições, a Igreja assumiu: ser possível a cada ser humano, com o auxílio da luz da razão, chegar ao conhecimento de Deus (DV 6); ser missão da Igreja e dever de seus ministros, promover em todos os tempos e lugares, por atos e palavras, uma maior compreensão das Escrituras (DV 8.23-25); o papel de favorecer o diálogo íntimo entre cada indivíduo e Deus, diálogo este manifesto na condescendência divina ao assumir nossa linguagem para comunicar-se conosco, sendo vigor e sustentáculo da Igreja (DV 12-13.22). A adoção dessa nova postura e do resgate de posicionamentos do período patrístico e outros, vem resultando em uma rica apropriação dos Textos Sagrados e uma frutuosa renovação espiritual de toda a Igreja (DV 26; AI 2).

No Brasil e na América Latina, essa compreensão ganha força com o florescimento das CEBs e dos GBRs, concebidos não apenas como 'Igreja-Base' ou

---

<sup>248</sup> DROBNER, 1999, p.27-28.

<sup>249</sup> O conceito de sujeito aqui presente refere-se a uma entidade singular, inserida historicamente, atuante no mundo, e a partir deste mundo e das relações nele e com ele empreendidas, o compreende e transforma a ele e a si. Ser sujeito equivale a ser "fato irreduzível, novo, evento histórico" (RAHNER, 1969, p.24).

expressão eclesial da comunhão trinitária (CNBB, 2011, p.12), mas como sacramento da unidade entre o humano e o divino (LG 1), e fermento de transformação da Igreja e da sociedade (LG 32). De sorte que as Escrituras e a Eucaristia sobressaiam como centro e alimento de todo o povo cristão (Doc 100, n.230; Doc 25, n.32). Através desses grupos, fez-se possível visualizar e vivenciar o processo de aproximação de Deus a cada nova realidade humana (Mt 12,28; Lc 11,20; APARECIDA 172-174).

Assim, ao lado da Eucaristia, as Escrituras ganham a centralidade merecida, incentivando-se os fiéis a não deixarem de nutrir-se das duas mesas que alimentam a fé (DV 21-22.25; SC 11). Não à toa, negligenciar os Textos Sagrados é negligenciar ao próprio Deus (DV 25), pois ao reconhecer-se como “Casa da Palavra”, a Comunidade Eclesial, a Igreja, se reconhece como ambiente singular donde Deus fala e seu povo escuta e lhe responde (VD 52).

Nessa esteira, a Catequese Permanente passa a ganhar contornos específicos. Como salientou a Conferência de Aparecida, é necessário um contato com as Escrituras que seja simples, que fale de modo claro e distinto às pessoas a partir de suas realidades, que não esvazie o Texto Sagrado do mistério e que valorize o encontro pessoal com Deus sem perder de vista o próximo (APARECIDA 295-298.179-180). Outrossim, a Comunidade de Base é lugar privilegiado para a evangelização e formação cristã, ainda mais para a Igreja do terceiro milênio (PUEBLA 364; APARECIDA 170-172)<sup>250</sup>.

Para isso, os sujeitos de uma prática de Letramento Bíblico (sejam eles leigos, leigas ou clérigos) passam a assumir relevância ainda maior. O objetivo do contato com as Escrituras deixa de ser focado unicamente em saber o que Deus disse e fez a seu povo no passado, ou mesmo, em compreender os ensinamentos para cumprilos corretamente e evitar a condenação eterna, ou, ainda, da busca por respostas a problemas teológicos e morais (KONINGS, 2014, p.78) – perspectivas passivas do leitor. Ler os Textos Sagrados readquire o propósito de dialogar com Deus, e, assim, atualizar a fé pessoal e eclesial, mantendo a vitalidade da mensagem bíblica (EG 143),

---

<sup>250</sup> Enriquecemos tal compreensão de formação cristã com as explanações trazidas pelo Papa Francisco quando da instituição do Ministério de Catequista. Segundo o Santo Padre, a formação cristã, a catequese nas suas mais diferentes etapas (AM 6), deve “transmitir, de forma mais orgânica, permanente e associada com as várias circunstâncias da vida, o ensinamento dos apóstolos e dos evangelistas” (AM 2), valendo-se (especialmente junto aos jovens) de “metodologias e instrumentos criativos que tornem o anúncio do Evangelho coerente com a transformação missionária que a Igreja abraçou” (AM 5).

distribuindo a todos e por meio de todos os tesouros da fé (Rm 51-52; EN 64; ChL 26.61) e a salvação que vem pelo Cristo (PD 2).

Podem ser elencados como sujeitos de um Letramento Bíblico: os Animadores de GBRs; os Participantes dos GBRs; a Comunidade; os Organizadores dos Subsídios para os GBRs e o Espírito Santo. Cada qual contribui de modo único nesse processo de atualização da fé pessoal (dimensão individual) e eclesial (dimensão social) e subsequente manutenção da vitalidade bíblica.

### 5.1.1 Animadores de GBRs

A atuação dos animadores, de modo algum deve aproximar-se daquela de alguém que está lá (no grupo) para ensinar o que os demais participantes desconhecem – o animador não é um professor<sup>251</sup>. Ao agir deste modo corre-se alguns riscos: os encontros dos GBRs transformam-se em aulas sobre as Escrituras ou sobre a história de sua redação; a Bíblia passa a ser assunto restrito a uma casta seleta; os membros do grupo bíblico passam a assumir posição meramente passiva, de recebedores de informações – práticas e posturas alheias, inclusive, ao propósito dos textos (Jo 20,30-31; Cl 3,11; Rm 10,10).

Espera-se que o animador, como todos os demais membros, seja aquele que leu o texto e a partir de sua vivência (religiosa, pessoal, social e familiar) percebe como Deus está dialogando com ele e com a realidade em que está vivendo. Será o primeiro a partilhar suas experiências, motivando todos os demais membros a também partilharem aquilo que lhes foi dito por Deus na intimidade de seu coração – pois “a fé cristã é mais testemunhada (como fato) do que ensinada (como doutrina)” (BOFF, 1999, p.115). Os GBRs devem evidenciar o diálogo através das Escrituras, unindo Deus e seu povo, e estes entre si (Al 4-5).

Assumir essa postura promove o desaparecimento de uma visão clericalista da Igreja e de seus membros, pois se reconhece que embora Deus fale de modo

---

<sup>251</sup> Enquanto inseridos na ‘catequese permanente’, os Grupos Bíblicos de Reflexão vêm marcados por um percurso de ensino-aprendizagem que é oferecido pela Igreja (pela Comunidade Eclesial) como continuação da missão de Cristo (GHIRLANDA, 2007, p.452), sendo o *munus* de ensinar parte integrante de sua natureza, além de constituir-se direito de cada membro do corpo eclesial ter acesso a tal formação (CDC, cân.229 §1; 777,5<sup>o</sup>). Todavia, a dinâmica dos GBRs não comporta a função de um professor, nem é conferido ao coordenador do grupo uma missão canônica a ser exercida em assistência ao *munus* de ensinar da Igreja (aquelas das quais faz referência AA 24), o que se pede do coordenador é o mesmo compromisso de testemunho, pela própria vida, da prática da fé, esperança e caridade, que é solicitado de cada membro da comunidade cristã (LG 31).

diferente a diferentes pessoas, Ele fala com todos indistintamente<sup>252</sup>, e todos podem aprender e enriquecer-se com as experiências de cada um. Quando todos compartilham a mesma dignidade e o testemunho de um enriquece e fortalece a experiência de outros, instaura-se a lógica da igualdade e da ‘comunhão dos santos’.

Esta mesma lógica pode ser observada como uma prática da Igreja Primitiva na ocasião em que os membros da comunidade são instados a atuarem como suporte uns dos outros, a instruírem-se e aconselharem-se mutuamente para o crescimento (Cl 3,11-16); ou quando em 2Cor 8,1-8 a vivência cristã dos macedônios é apresentada como motivação aos coríntios; também em 1Pd 5,1-4, quando o presbítero é exortado a guiar pelo exemplo (agindo ele por primeiro), ou mesmo em Lc 22,27-30, quando Jesus manifesta sentir-se confortado e fortalecido com a companhia dos apóstolos, que permaneceram com Ele nos momentos de provação.

Outro contributo será a percepção de que todos e qualquer um pode ser animador de um GBR, pois requer apenas uma experiência significativa e significativa com Deus através das Escrituras, visto que o grupo não depende do animador, mas do Texto Bíblico proclamado, ouvido e refletido na vida, a partir da fé (KONINGS, 2014, p.69.74-75.96)<sup>253</sup>. Este é o conhecimento de Deus ao qual Ezequiel se referiu e que emergiria de um contato profundo e existencial com Deus (Ez 37,14; 39,29); e que segundo outros profetas não apenas estaria acessível a todos, residindo no mais íntimo de cada um, mas brotaria como um desejo tão intenso quanto aquele do sedento pela água (Is 59,21; 44,3-4; 55,1; Jo 2,28-29; Zc 12,10).

### 5.1.2 Participantes dos GBRs

Os participantes dos GBRs não devem assumir a postura de sujeitos desprovidos de conhecimentos ou privados de experiências religiosas e bíblicas significativas, nem mesmo serem vistos ou tratados como inaptos ou incapazes de tais conhecimentos e experiências. Tal postura vem embasada nas afirmativas de Alonso Schökel e de Paulo, Apóstolo, pois “todo homem é capaz de interpretar o

<sup>252</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.121-123.

<sup>253</sup> “A Palavra é a norma da Fé” (BOFF, 1999, p.111). Diz-se isto, também, na mesma linha do que afirmou a Conferência de Aparecida, “reconhecendo que ‘não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva’ (DCE 1)” (APARECIDA 12).

mundo e a si mesmo” (SCHÖKEL, 1987, p.87, tradução nossa)<sup>254</sup>, e em Cristo todos se veem dotados dos mais ricos e copiosos dons (Rm 10,12; 12,5-6; 2Cor 1,22), já que agora todos são um em Cristo e Cristo é tudo em todos (Cl 3,9-11; Gl 3,28). Não é possível que se diga haver ‘estágio zero’ no relacionamento com Deus “por causa da semente do Verbo, que se encontra ingênita em todo o gênero humano” (JUSTINO DE ROMA, 2010, p.98), ‘sementes’ essas responsáveis pela natural inclinação dos seres humanos ao Divino e Transcendente, à Verdade e ao Bem (Rm 28)<sup>255</sup>.

Quando o centro aglutinador do grupo deixa de ser o animador e suas habilidades intelectuais e discursivas, e o diálogo com Deus por meio do Texto Sagrado assume essa função, os encontros deixam de ser espaço de apenas se escutar um ensinamento **sobre** a Bíblia, ou **como foi** a experiência de seus personagens com Deus, e ganham a característica de momento de partilha, de auto e de mútuo enriquecimento (1Cor 11,23; Cl 3,16), tempo propício e oportuno da salvação, acontecendo aqui e agora<sup>256</sup>.

A perspectiva hermenêutica contemporânea, e que também dá base para as Teorias do Letramento e para o Letramento Bíblico, vê como irreal e até mesmo ingênua a busca por uma objetividade absoluta no momento da leitura, visão esta que acaba por anular o leitor<sup>257</sup> no contato com o texto, pois “não destruímos nossa personalidade, nossas crenças, para compreender” (SCHÖKEL, 1987, p.93, tradução nossa)<sup>258</sup>. E como o leitor não pode renunciar a si (aos elementos contextuais e situacionais em que se vê inserido e que o constituem como indivíduo), e não pode agir passivamente no momento do contato com o texto, ele posiciona-se como quem “concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., (estando em um constante processo de elaboração)” (BAKHTIN, 1997, p.291)<sup>259</sup>.

<sup>254</sup> “*Todo hombre es capaz de interpretar el mundo y a sí mismo*” (SCHÖKEL, 1987, p.87).

<sup>255</sup> Algo que como o próprio Justino salienta não substitui a graça e o empenho pessoal para conhecer o Verbo total (o Cristo) e imitá-lo (2010, p.104-105).

<sup>256</sup> O confronto dialógico entre o ‘eu’ e um ‘tu’ sempre produz marcas (positivas ou negativas) no ‘eu’, de modo que não se pode continuar a ser o mesmo que se era antes de tal evento (SESBOUE, 2000, p.548), muito mais quando este ‘tu’ refere-se à Deus (CONGAR, 2003, p.73-75).

<sup>257</sup> Reforçamos a compreensão que mantemos acerca do conceito de leitor como o de ‘sujeito interpretante’, abarcado quer aquele que decodifica graficamente o texto quer aquele que o escuta (o ouvinte).

<sup>258</sup> “*No destruimos nuestra personalidad, nuestras creencias, para comprender*” (SCHÖKEL, 1987, p.93).

<sup>259</sup> Neste sentido, a perspectiva de um Letramento Bíblica não vê como problemático o papel da fé eclesial (ou da doutrina da Igreja) no processo de **diálogo** com o Texto Bíblico – e, assim, de diálogo com o próprio Deus – uma vez que sua atuação se fez presente na seleção dos Textos; na manutenção

Por este motivo, cada membro no GBR, cada leitor da Bíblia, a partir de si e de suas experiências, de seu contexto, é reconhecido como habilitado a contribuir para a atualização e ampliação da compreensão acerca do Texto Sagrado, demonstrando a vitalidade e versatilidade da mensagem contida em suas palavras. Na verdade, só há verdadeira interpretação e compreensão se houver essa interação dialógica de mão dupla entre o texto e o leitor, por meio da qual tanto leitor quanto o próprio texto se veem enriquecidos (BAKHTIN, 1997, p.297.353).

### 5.1.3 A Comunidade

Quer a Comunidade entendida como o Grupo Bíblico, quer compreendida em perspectiva mais ampla (abrangendo a Paróquia<sup>260</sup>, o Decanato<sup>261</sup>, a Diocese<sup>262</sup>), esta deve ser vista como assumindo imprescindível papel, uma vez que é ela quem **doa a matéria-prima da leitura ao leitor**<sup>263</sup>. A comunidade é também o **contexto imediato de elaboração de sentido para as reflexões que irão emergir dos encontros**, sendo ela tanto doadora de sentido para o texto e para os conceitos, quanto lugar no qual os conhecimentos e as experiências são vivenciadas pelos sujeitos participantes dos GBRs (KONINGS, 2014, p.74-75; GEFFRÉ, 1984, p.33).

Embora a sociedade (bairro, cidade, estado, país) e as esferas sociais (família, trabalho, escola, política etc.) integrem o contexto imediato dos leitores do Texto Bíblico e da comunidade, **não são eles que contribuem para dar sentido ao texto e sim a Comunidade de Fé**. Como nos recorda Mannucci (1986, p.366-368), é “*sub lumine fidei*” que os textos são interpretados, constituindo-se o *a priori* do

---

destes até a atualidade; nas motivações do leitor para seu diálogo com o Texto Sagrado (com Deus); e como balizas para que a interpretação das Escrituras não a contradigam e a seus objetivos (aqueles mesmos que motivaram sua composição canônica). Complementando tal reflexão nos reportamos às afirmações de Clodovis Boff: “portanto, todo texto deve ser posto dentro da tradição viva em que nasceu e se desenvolveu. Essa é sua atmosfera vital, fora da qual o texto corre o risco de se reduzir à sua mera forma elementar, como o carvalho à semente. [...] Pois, quando se lê um texto bíblico, não se pode deixar de lado a elaboração doutrinária, quer dogmática, quer teológica, que se desenvolveu a partir do mesmo texto” (1999, p.221).

Sem contar o fato de que a proposição de um Letramento Bíblico no contexto dos Grupos Bíblicos de Reflexão implica, por necessidade, uma perspectiva pastoral de tal prática; perspectiva essa que pretende não se perder na pura reprodução moralista dos dogmas ou em uma aplicação fundamentalista, na medida que se propõem uma aproximação sistemática dos Textos Sagrados, marcada, **também**, pela mediação das ferramentas da linguagem (os gêneros discursivos) e pelo contexto existencial de cada leitor particular.

<sup>260</sup> CDC, cân. 515 - 516.

<sup>261</sup> O mesmo que Região Pastora, Vigararia ou Arciprestado CDC, cân. 374§2.553.555.

<sup>262</sup> CDC, cân. 369. 372§1.

<sup>263</sup> Matéria-prima está compreendida como sendo o Texto Bíblico e a Fé Comum.

processo e não apenas uma etapa sua – até porque a Bíblia é testemunho e testamento de uma fé específica, da Igreja recebida e sinceramente professada por seus membros (DV 7.9; VD 18; CNBB, 2008, p.67). A sociedade, com suas esferas, assume o papel de questionadora para uma resposta da fé, por meio das Escrituras, aos mais diversos conflitos nela presentes, na verdade, é esta sua capacidade de “aplicabilidade a circunstâncias históricas outras que não as de sua origem” (ALTER; KERMODE, 1997, p. 649) que as manteve vivas e atuais.

Se “o divino e o humano na Bíblia não podem ser separados, [...] estão entrelaçados, entretecidos, e é ótimo que seja assim” (BEZERRA, 2019, p.24), é condição necessária reconhecer os elementos contextuais como imprescindíveis para sua leitura. Deste modo, negar o papel e a influência da sociedade, com seus conflitos, pode levar a leituras repetitivas, empobrecidas, fundamentalistas e/ou moralizantes dos Textos Sagrados. O extremo oposto também é problemático, pois pode reduzir a relação com a Bíblia a um contato com algo estático, cristalizado em um momento histórico passado, com seus conflitos; ou à tomada de uma postura meramente sociológica, como se a leitura dos textos objetivasse a percepção das origens dos conflitos do passado para uma resposta aos conflitos do presente, e se resumisse na transformação histórica.

No equilíbrio e conciliação entre o humano e o divino dos Textos Sagrados, a adoção da perspectiva de Letramento Bíblico visa responder aos conflitos sociais fazendo com que tanto a sociedade quanto a própria fé e as Escrituras ganhem novo e mais abrangente sentido. É a ampliação do sentido das Escrituras que possibilitará aos fiéis (aos participantes dos GBRs) assumirem posição renovada e transformadora na Igreja e nas realidades sociais, pois “a Palavra divina ilumina a existência humana e leva as consciências a reverem em profundidade a própria vida [...] (impelindo) o homem para relações animadas pela retidão e pela justiça” (VD 99.100).

#### **5.1.4 Organizadores dos subsídios para os GBRs**

Também os que organizam e dão suporte na elaboração e execução dos GBRs devem ser valorizados e ter consciência de seu papel como cooperadores a que a Bíblia (palavra humana, escrita de modo humano, e que foi assumida e transformada por Deus em Sua Palavra), possa exercer sua função de salvação e libertação a todos e em todas as circunstâncias da vida humana (DV 12; AI 10).

No percurso a ser empreendido por cada membro participante dos grupos, os organizadores dos subsídios são os responsáveis por vislumbrar os objetivos imediato e teleológico dos encontros e os meios para alcançá-los (o como articular os ‘lugares’ do Letramento Bíblico e seus ‘instrumentos’). Cientes da centralidade da Escrituras nos GBRs (a Palavra de Deus materializada em gêneros discursivos), do necessário diálogo orante com os Textos Sagrados, e da importância do contexto imediato dos leitores, cabe, então, aos organizadores dos subsídios a elaboração de um itinerário que favoreça a passagem da leitura parafrástica para a leitura polissêmica (um verdadeiro Letramento Bíblico), encaminhando cada leitor a uma maior compreensão de si, dos outros, da sociedade, da própria fé, das Escrituras e de Deus (DV 24-25; VD 73; Doc 97, n.39).

O contato com a Bíblia, quando supera a distância histórica entre autor sagrado e leitor atual, faz-se “fonte de vida espiritual” (DV 21), e as Escrituras deixam de ser percebidas como difíceis ou obsoletas, favorecendo o diálogo (MESTERS, 2003, p.18-19). Cabe aos organizadores dos subsídios contribuir com o oferecimento das melhores ferramentas para que a letra e o espírito, a realidade e o mistério, o **já** e o **ainda não**, no decurso do ano, não sejam apresentados um como obstáculo para o outro.

A contribuição para a dinâmica dos encontros através da elaboração de **perguntas norteadoras** não deve visar a memorização de personagens, fatos, ditos ou feitos (embora o contato permanente e a familiaridade com os textos levem gradativamente a isto). Essas questões também não devem requerer uma ‘resposta certa’ a ser encontrada no texto, tais práticas não contribuem para a formação de uma leitura polissêmica, mas mantem-se na perspectiva da leitura parafrástica. Na verdade, a contribuição das perguntas está na promoção do diálogo, daquele diálogo capaz de fazer que o ainda não dito pelas Escrituras possa assim se dar, e tanto a Palavra de Deus quanto a fé possam confrontar-se com as situações cotidianas e serem atualizadas para o hoje<sup>264</sup>.

É visando este movimento de atualização e expansão a razão pela qual os organizadores dos subsídios não devem evitar o diálogo, mas motivá-lo. Atuando

---

<sup>264</sup> SCHILLEBEECKX, 1995, p.78.

como Eli junto a Samuel (1Sm 3,1-10)<sup>265</sup>, não devem encaminhar para respostas prontas, pois uma leitura crítica e atualizante das Escrituras requer perguntas críticas ao texto, à realidade (contexto) e ao leitor – Só haverá interpretação e atualização do Texto Bíblico se houver verdadeira interpelação (MANNUCCI, 1986, p.307), pois “atualizar **não significa procurar um conteúdo do texto bíblico**, mas efetivar um encontro entre a Bíblia e o leitor de hoje” (EGGER, 1994, p.214, grifo nosso).

A promoção de um verdadeiro diálogo entre leitores e o texto deve levar a frutuosos embates com a Palavra, a encontrar nela respostas nunca antes dadas, ao mesmo tempo em que dão novo sentido e vigor à fé pessoal, desinstalam os indivíduos, a exemplo do ocorrido com Abraão (Gn 12,1-5; 18,1-33), Moisés (Ex 3,1 – 4,18; Dt 9,11-39), Ezequiel (Ez 3,1-12), Paulo (At 9,1-20) e outros tantos personagens que testemunham essa mesma fé. Como sugere o Papa Francisco, essas perguntas podem, inclusive, ser do tipo: “que é que me dá fastio neste texto? Por que é que isto não me interessa?” (EG 153) – por que tenho dificuldade de falar ou aceitar isto? –, pois o objetivo (da leitura e das perguntas) é criar um relacionamento com Deus, demandando do leitor (dialogante) abertura da vida e sinceridade consigo e com seu parceiro de diálogo (Deus), gerando comunhão.

A diversidade de interpretações que irão emergir deste embate não deve ser vista como um empecilho ou um risco ao grupo e à fé, pois a riqueza potencial de sentidos advindos das Escrituras repousa nos mesmos atributos conferidos ao próprio Deus. Assim, se dizemos que os Textos Sagrados comportam uma variedade de interpretações, capaz de fertilizar a todos, em qualquer época, e lugar, sem, com isto, alterar-se em sua identidade, é porque tal como Sua Palavra, Deus configura-se como a fonte, origem e fundamento absoluto, sendo aquele ao qual nada é estranho e para o qual o máximo de nossa compressão faz-se diminuta perante tudo que Ele é (RAHNER, 2008, p.19).

Mas para que a diversidade não se transforme em oposição, faz-se necessário aos organizadores dos subsídios não perderem de vista o *sensus fidelium* e o elemento linguístico (os gêneros discursivos) como instrumentos que possibilitarão, neste processo, o acesso a um sentido rico (polissêmico) sem perder o elemento objetivo (literal) do Texto Bíblico.

---

<sup>265</sup> Eli atuou não como aquele que forneceu respostas às perguntas de Samuel, mas o guiou, a partir de sua experiência, a que o próprio jovem encontrasse suas respostas e ouvisse a Deus por seus próprios ouvidos.

### 5.1.5 O Espírito Santo

Como as Escrituras Sagradas são o perfeito entrelaçamento da palavra de Deus nas palavras humanas (nos gêneros discursivos), tendo os hagiógrafos e o próprio Deus como verdadeiros autores (DV 11), não apenas os elementos concernentes aos aspectos humanos devem ser levados em conta na interpretação dos Textos Bíblicos, mas também o papel ativo de Deus, do Espírito Santo, aquele quem deu o primeiro passo na busca pelo diálogo com a humanidade e através do qual o texto continua, ainda hoje, a dialogar conosco (EGGER, 1994, p.208).

Para além do caráter prescritivo que uma pedagógica e sua estratégia metodológica possa trazer aos que assumem o papel de sujeitos ativos, o ato de reconhecer o Espírito Santo como sujeito do Letramento Bíblico não implica em estabelecer ou orientar sua atuação, mas em deixar claro que o contato dialógico com as Escrituras requer uma abertura ao transcendente como **elemento primordial**. Uma vez que é com Ele e com a assistência d'Ele que se dá o diálogo (DV 9-10; VD 15), que o homem e a mulher são alçados à condição de 'interlocutores' de Deus (RAHNER, 1970, p.57-58) – nas palavras de Basílio de Cesaréia: o Espírito Santo é quem “aperfeiçoa os outros, enquanto ele mesmo de nada carece. Não é um ser vivo que precise se refazer; ao contrário é provedor de vida” (2012, p.115); e, dando a cada um tal qual a sua necessidade e capacidade, é aquela luz que “ilumina a toda faculdade racional, a fim de que descubra a verdade. Inacessível por natureza, faz-se, contudo, inteligível, por bondade” (2012, p.115).

É o Espírito Santo quem planta as sementes do Verbo, e movendo a todos em direção a Deus (AGOSTINHO, 2010, p.90-91)<sup>266</sup>, pela graça batismal e pelo contato, pelo diálogo constante e orante com as Escrituras (AG 15; RMI 28), faz germinar essas sementes. A Teologia tratará este movimento como uma “abertura existencial (do ser humano) para Deus, pelo mesmo ato criativo e pelo chamado do Deus Trino à comunhão de amor com ele” (LIBANIO, 2014, p.167).

Torna-se impossível, então, falar de Deus sem falar do ser humano, expressão máxima de seu amor e propósito de sua autocomunicação; bem como falar do ser humano sem referir-se a Deus, seu complemento absoluto (RAHNER, 1969,

---

<sup>266</sup> Outro testemunho desta verdade de fé foi transmitido pelo autor da Carta a Diogneto: "o Deus invisível, ele próprio fez descer do céu, para o meio dos homens, a verdade, a palavra santa e incompreensível, e a colocou em seus corações" (CARTA A DIOGNETO, 2010, p.24).

p.14-15.27)<sup>267</sup>. Por meio deste fascinante intercâmbio, tal como a raça humana é elevada a partir do abaixamento da divindade<sup>268</sup>, Deus faz-se presente em novos contextos à medida que a humanidade recebe “dos costumes e das tradições dos seus povos, da sabedoria e da doutrina, das artes e das disciplinas, tudo aquilo que pode contribuir para confessar a glória do criador, ilustrar a graça do Salvador, e ordenar, como convém, a vida cristã” (AG 22). Faz-se, por este motivo, impraticável ler as Escrituras sem que isto leve a uma maior e mais profunda compreensão, não apenas de Deus e de como Ele se nos dá a conhecer, mas também do próprio indivíduo, de sua existência pessoal (BULTMANN, 2008, p.56-61), compreensão esta capaz de produzir uma transformação existencial e, por consequência, no modo como cada membro da família humana vê a si, aos outros e em como experiencia o mundo ao seu redor<sup>269</sup>.

Será também o Espírito Santo sujeito fundamental a que o diálogo com o Texto Sagrado não se converta em uma reflexão puramente existencialista e/ou psicológica por parte do leitor, perdendo-se em um ‘ensimesmamento’ na construção de uma fé subjetivista, pois “o Espírito Santo é essa presença ativa do Absoluto em nós que aprofunda a nossa interioridade, tornando-a viva e calorosa, e que nos põe em relação com os demais: é uma exigência e um meio de comunhão” (CONGAR, 2003, p.72, tradução nossa)<sup>270</sup>, levando o leitor a transbordar a si mesmo na direção do próximo.

Entretanto, **apenas o crente**, aquele que cultivou a presença ativa das “semente do Verbo” e a faz dar abundantes frutos (Mt 25,14-30; Lc 19,12-26), é também capaz de desvelar o véu da misteriosa ação de Deus atrelada à história, empreendendo, com a assistência do Espírito Santo, uma anamnese dos textos e da própria vida, tendo o âmbito litúrgico como espaço privilegiado para isto (GEFFRÉ, 1984, p.93; PARMENTIER, 2009, p.263) – Um exemplo deste processo anamnético é o relato bíblico da oração de Ester (Est 4,17a-17kk), no qual a personagem empreende um frutuoso diálogo entre as Escrituras e a vida, e, em resposta à Dt 5,1.3, afirma por

<sup>267</sup> Irineu de Lião apresenta este axioma com as seguintes palavras: “(a) Glória de Deus é o homem que vive e a vida do homem consiste na visão de Deus (2009, p.433).

<sup>268</sup> “O abaixamento não repugna, porque a majestade não foi diminuída. [...]. O abaixamento da divindade é, pois, nossa elevação” (LEÃO MAGNO, 2012, p.137-138).

<sup>269</sup> “Ao compreender-me a mim mesmo, compreendo aos demais e, ao mesmo tempo, o mundo inteiro recobra um caráter novo” (BULTMANN, 2008, p.60).

<sup>270</sup> “*El Espíritu santo es esa presencia activa del Absoluto en nosotros que profundiza en nuestra interioridad haciéndola viva y cálida, y que nos pone en relación con los otros: es exigencia y medio de comunión*” (CONGAR, 2003, p.72).

várias vezes ter “ouvido do livro” de seus ancestrais o como Deus agiu em favor de seu povo: Noé (Est 4,17s); Abraão (Est 4,17t); Jonas (Est 4,17u); Ananias e seus amigos (Est 4,17v); Daniel (Est 4,17x); o rei Ezequias (Est 4,17y); e Ana, a mãe de Samuel (Est 4,17z); e, por isso, pede que, assim como fora feito no passado, Deus continue agindo, mas agora em seu favor e de seus súditos (Est 4,17bb.17ff-17kk).

## 5.2 LUGARES DO LETRAMENTO BÍBLICO

Quando nos referirmos ao ‘lugar’ da leitura e da interpretação do Texto Bíblico, este deve ser compreendido como **o contexto no qual tanto o texto, quanto o autor e o leitor estão inseridos e sem o qual não há Letramento Bíblico.**

O ‘lugar’ do Letramento Bíblico abarca um contexto mais amplo do que o contexto puramente histórico e sociocultural no qual as Escrituras, os Autores Sagrados e o Leitor se inscrevem e recebem influências, os pressupostos necessários para acessar a enunciação, os sentidos contidos no texto – é o que Schökel (1986, p.116) chama de ‘contexto religioso’ e ao que Bakhtin (1997, p.327) se refere ao afirmar ocorrer perda de sentido quando um enunciado é separado de sua ‘cadeia de comunicação’. O ‘lugar’ é o ‘espaço hermenêutico’, o ambiente vital no qual os signos linguísticos ganham um sentido além do sentido literal e são compreendidos inequivocamente<sup>271</sup>, somente sendo compartilhado entre aqueles que ali se encontram, que dele fazem parte. Por este motivo, a pergunta acerca do “lugar” do Letramento Bíblico faz-se uma pergunta eminentemente teológica (SCHNELLE, 2004, p.88), sendo lugares do letramento: o Texto Sagrado; a Linguagem e a Comunidade.

Estes lugares (o Texto Sagrado; a Linguagem e a Comunidade) são também **o “ponto de encontro” entre Deus, que fala, e o ser humano, que escuta e responde.** E, devido a isto, para o Letramento Bíblico o conceito de lugar transcende a noção de localização geográfica, conciliando elementos particulares e universais, aquilo que é marca de um grupo específico e é compartilhado entre todos. Afastar a Bíblia de seu ‘espaço hermenêutico’ é deslocá-la do ambiente e da linguagem na qual ela foi concebida como Palavra de Deus<sup>272</sup>, como Testamento da fé no Cristo. Em

---

<sup>271</sup> EGGER, 1994, p.107.

<sup>272</sup> Ao referirmo-nos à relação entre os conceitos Bíblia e Palavra de Deus, observe-se o destaque ao adjetivo “concebida”, que se difere do adjetivo “confeccionada”; parte-se da compreensão de que os

alguma medida, segundo Lima Vaz (1986, p.178.182), este movimento de afastamento compreenderia parte do processo de desescatologização das Escrituras, e se a humanidade tal como configurada hoje não puder ser dita pela Palavra, esta não poderá salvá-la.

### 5.2.1 O Texto Sagrado

O Texto Sagrado aparece como o primeiro dos lugares do Letramento Bíblico pois parte-se do pressuposto de que, enquanto autocomunicação divina, é Deus quem dá o primeiro passo, é Ele e Dele que se inicia o diálogo com a humanidade. É, inclusive, a plena compreensão desta autocomunicação o que Jesus apresenta como sendo o objetivo de sua vinda: “eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância [...]. Esta é a vida eterna: que conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que enviaste (Jo 10,10.17,3).

No Texto Sagrado, encontra-se consignado o *depositum fidei*, as verdades reveladas por Deus para a nossa salvação, às quais a Igreja é chamada a compreender, guardar, pregar e atualizar fielmente, sendo, por este motivo, imperativo absoluto do processo de diálogo com Deus (MANNUCCI, 1986, p.191. 302-302). Assim, assumir o Texto Bíblico como lugar do Letramento Bíblico implica em reconhecer o elemento transcendente desse processo, não se restringindo em uma investigação puramente teórica de uma produção literária qualquer, pois ‘o’ ambiente de diálogo entre Deus e a Humanidade (individual ou coletivamente). Prescindir deste elemento, segundo o Cardeal Ratzinger (1988), seria abrir mão do caráter Teológico desta leitura.

Assumir que Deus nos fala pelas Escrituras, que por ela é possível dialogar com Deus, segundo Mesters (1984, p.29), requer o silêncio, pede uma postura de acolhida, por parte do leitor, mas é possível dizer mais, exige uma atitude dialogante, responsiva ativa, quer seja ela de aceitação e anuência, quer de questionamento e desacordo – **isto é ser leitor** (BAKHTIN, 1997, 291-292) e apenas a partir da adoção de uma postura tal será possível emergir uma resposta verdadeiramente consciente,

---

autores sagrados ao elaborarem seus textos não intencionaram redigir a Bíblia ou que estes textos fossem identificados como Palavra de Deus, tal designação viria a ser dada posteriormente pela Igreja dos primeiros séculos e pelos Padres da Igreja. É o vínculo com este contexto, com este ‘espaço hermenêutico’ que o leitor não deve perder ou negligenciar no momento da interpretação dos textos.

significativa, uma verdadeira oração (DV 25; SC 7; DD 15; MANNUCCI, 1986, p.410-411), exercício pleno do sacerdócio batismal (1Tm 2,1-6; 1Pd 2, 4-10; LG 10; DD 51).

Não é no contexto de produção do texto ou no contexto do leitor, ambos com suas peculiaridades históricas, **que se dá** o encontro, o diálogo, **mas no contexto da fé eclesial, do qual o Texto Bíblico é objetivação consciente, manifestação e testemunho do vínculo entre Deus e seu Povo**, entre Jesus e a Igreja (RAHNER, 1989, p.432.439).

### 5.2.2 A Linguagem

Como peça-chave da comunicação, a linguagem é outro lugar importantíssimo para o Letramento Bíblico. É na linguagem (seja ela verbal ou não) que um 'eu' externaliza sua individualidade e se dá a conhecer a um outro 'eu', cenário que no campo da Teologia Bíblica se apresenta como a abertura de Deus à nossa humanidade, **uma vez que é em linguagem humana que Ele se nos comunica** (SCHÖKEL, 1986, p.45). Esta adoção da linguagem humana faz-se de extrema importância, pois, devido ao fato de o ser humano caracterizar-se como um ser de linguagem e estruturado pela linguagem (VYGOTSKY, 2002, p.12-13), **fora da linguagem** esta abertura de Deus, sua autocomunicação, **não teria significação humana**, "seria, rigorosamente, sem sentido para o homem" (LIMA VAZ, 1986, p.165).

É, então, **na linguagem e através dos** gêneros discursivos escolhidos pelos autores sagrados que **ocorre o encontro** entre o Divino e o Humano, que o Verbo Divino assume, encarna-se na palavra humana (DV 13; VD 18; SCHÖKEL, 1986, p.160-161) e que a história humana se torna história da salvação (LG 8; RH 1). É também por este motivo que, juntamente com a própria humanidade, o Verbo amplia-se, cresce e é enriquecido (MANNUCCI, 1986, p. 297).

Embora os Textos Bíblicos sejam uma produção humana, de autores humanos, localizados histórica e geograficamente, destaca-se que esses textos são autocomunicação de Deus para a Comunidade – "a palavra de Deus que ouvistes de nós, vós a recebestes não como palavra humana, mas como o que ela de fato é: palavra de Deus, que age em vós que acreditais" (1Ts 2,13) –. Destarte, esses condicionamentos espaciais e temporais não recebem um valor absoluto no que se refere à enunciação transmitida, sendo susceptível "de ser interpretada e atualizada, isto é, de ser separada, pelo menos parcialmente, de seu condicionamento histórico

passado para ser transplantada no condicionamento histórico presente” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.134). Este valor não absoluto da literalidade do Texto Bíblico repousa na própria realidade dos gêneros discursivos, que, como tais, pedem uma interpretação à medida da complexidade da linguagem e da formação discursiva de autores e leitores (BAKHTIN, 1997, p.280).

A linguagem como lugar do encontro, do Letramento Bíblico, pode ser observada no como se dá a recepção dos Salmos pelos mais diversos leitores. Embora haja um desconhecimento acerca das peculiaridades do gênero sálmico por parte da grande maioria dos leitores (inclusive no âmbito litúrgico), ao entrar em contato com o Salmo 22(21) e ler o versículo 2: “meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”; qualquer leitor é capaz de identificá-lo como participando do gênero primário “lamentação” (GABEL; WHEELER, 2003, p.28). E, assim, identificando a intensidade das expressões, a urgência do pedido e a confiança na escuta por parte de Deus, o leitor tanto participa da angustia do ‘eu lírico’, quanto sente seus próprios sofrimentos expressados verbalmente pelo autor sagrado, encarnados nas Escrituras (STADELMANN, 1983, p.97; SCHÖKEL, 1996, p.360-361), fazendo delas verdadeiramente ‘livro da humanidade’, no qual todos se sentem representados, em casa (MESTERS, 1984, p.11.17-18.35-36).

### 5.2.3 A Comunidade

A Comunidade entendida como lugar do Letramento Bíblico diz respeito **ao ambiente no qual surgem os questionamentos que irão interpelar o Texto Sagrado, e para o qual são direcionadas suas respostas**. A família; a paróquia; a Igreja; e a sociedade abarcarão a noção de Comunidade aqui presente. Esses quatro níveis distintos, mas intimamente unidos, serão o lugar no qual a vida, as experiências e angústias dialogarão com o Texto Bíblico e agirão sobre sua compreensão (EGGER, 1994, p.58)

**1) Família=** Reconhecida como “a primeira escola das virtudes sociais de que as sociedades têm necessidade” (FC 36), ela é constituída por um vínculo de amor, manifesto nos momentos de alegria e tristeza, que une os cônjuges e frutifica no dom da maternidade e da paternidade (FC 37). Ela é também “Igreja Doméstica”, espaço privilegiado no qual o indivíduo é iniciado na vida de fé da Igreja e compartilha experiências significativas (LG 11). Fundada pelo próprio Deus, tem a sagrada missão

não apenas de propagar a raça humana, mas de promover a dignidade de seus membros, e possibilitar uma sólida formação humana, em vista da paz e da fraternidade, a partir do respeito às diferenças e da confiança mútua (GS 48-52).

Por tudo isto, a família (quer biologicamente, quer afetivamente constituída) é **fonte primeira** de onde brotam nossos modelos, os valores e os critérios pelos quais julgamos a nós mesmos (a nossa história) e ao mundo<sup>273</sup>; é **ambiente** no qual cada um se reconhece como único, um dom de Deus, e no qual homem e mulher descobrem-se partícipes da criação e neste coletivo constroem projetos em comum<sup>274</sup>; é, ainda, **alicerce**, ponto de segurança e refúgio ao qual recorremos em nossos momentos de sombra<sup>275</sup>.

**2) Paróquia=** Além de ser ‘juridicamente’ compreendida como uma porção do povo de Deus (reunido quer por um critério espacial, quer linguístico, cultural ou ritual), sob a autoridade do Bispo, confiada a um Pároco (CDC, cân 515.518), ela é ainda “a Igreja que está onde as pessoas se encontram, independentemente dos vínculos de território, moradia ou pertença geográfica” (Doc 100, n.177), **é a Igreja localmente constituída e incrustada da realidade tangível com suas alegrias e mazelas.**

No Brasil, especialmente após a Conferência de Aparecida, vem ganhando força a compreensão da Paróquia como “Comunidade de comunidades”, em uma tentativa de conciliar as diversidades de carismas, atividades pastorais e realidades socioculturais dos ‘variados grupos’, com os elementos característicos da ‘grande comunidade’ (a sociedade). É pedido, deste modo, uma “conversão pastoral” (APARECIDA 379-386), capaz de levar todos à compreensão de que fazer parte da Paróquia, da vida em comunidade, “não está baseada em assumir cargos ou atuar em serviços [...], trata-se de ser autêntico discípulo de Jesus Cristo” (Doc 100, n.258); e, assim, dependendo menos dos ministros ordenados e valorizando cada vez mais os carismas e ministérios laicos, gerar verdadeira autonomia e maior comprometimento dos membros com uma fé viva e historicamente constituída.

**3) Sociedade=** É a ‘grande comunidade’ da qual o homem e a mulher fazem parte e que une os indivíduos por laços culturais, linguísticos, geográficos e históricos particulares, dando a eles uma identidade humana mais profunda (LE 10), “cada pessoa nascida num determinado contexto sabe que pertence a uma família maior,

---

<sup>273</sup> FT 114.

<sup>274</sup> FT 230.

<sup>275</sup> Carta às Família – *Gratissimam Sane*; Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*.

sem a qual não é possível ter uma compreensão plena de si mesma” (FT 149). O Papa Paulo VI e o Concílio Vaticano II reconheceram a autonomia da sociedade no que tange a assuntos de ordem temporal e aos princípios pelos quais ela se constitui, contanto que não se oponham à dignidade humana, à solidariedade universal e ao legítimo direito de liberdade religiosa de seus membros (LG 36; PP 17).

Conciliando direitos e deveres, liberdade e responsabilidade, subjetividade e coletividade, a comunidade que constitui a sociedade, na sua diversidade de formas e de organizações, assim como a família e a paróquia, **constitui-se como uma rede dinâmica de atuação e influência sobre cada indivíduo**, capaz de expressar e potencializar o que há de melhor ou de pior em cada um. É fruto da cultura, e como toda e qualquer manifestação cultural, tem suas limitações, cabendo à fé contribuir para a promoção dos melhores atributos seus e da superação de suas insuficiências e crises, levando-a ao verdadeiro e integral desenvolvimento humano<sup>276</sup>.

Mas a sociedade é também responsável por “fertilizar” a fé, dando à comunidade traços únicos, e fazendo concreta e frutuosa a experiência religiosa dos indivíduos (individual e coletivamente)<sup>277</sup>. Por este motivo, o Vaticano II afirmou que “a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história” (GS 1), não ignorando o “quanto recebeu da história e evolução do gênero humano” (GS 44), conhecendo melhor a si e ao mundo.

**4) Igreja=** Esta compreensão é apresentada com grande clareza pelo Papa Bento XVI ao afirmar que “o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja” (VD 29), fazendo da experiência de fé de cada um de seus membros significativa e significativa para todos os demais, pois expressão do contínuo e frutuoso diálogo entre Deus e seu povo<sup>278</sup>. Abandoná-la faria da leitura das Escrituras não um diálogo, mas sim um monólogo<sup>279</sup>.

Chamada de “o livro da Igreja”, a Bíblia traz em si a experiência de fé **da comunidade em seu Deus**, o como essa comunidade viu e vivenciou os mais

---

<sup>276</sup> Carta Encíclica *Centesimus Annus*; Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*; Carta Encíclica *Caritas in Veritate*.

<sup>277</sup> No Brasil as Campanhas da Fraternidade são exemplos desta frutífera relação, como vem sendo reconhecido desde 1970 por todos os Papas, que enviam uma mensagem de abertura para a Campanha. E como destacou o Papa João Paulo II na mensagem para a Campanha da Fraternidade de 2002 (ano de seu cinquentenário), tal empreendimento não apenas dá cor local à experiência pascal de Cristo, mas faz com que esta promova salvação em novos contextos, em novas realidades e situações concretas.

<sup>278</sup> Mt 6,25-33;10,29-33.

<sup>279</sup> RATZINGER, 2008, p.81.

diversos conflitos tendo Deus por interlocutor e guia. E embora até um leitor agnóstico possa entrar em contato com as Escrituras, tal intérprete “precisa perceber que não haveria nenhuma Bíblia para ele interpretar, se não fosse pelas comunidades de fé” (FITZMYER, 2011, p.103). Por estes pressupostos, podemos dizer que seriam incapazes de acessar toda a potencialidade da enunciação dos Textos Bíblicos os que não compartilham do ambiente eclesial, da fé testemunhada, os que são incapazes de *sentire cum Ecclesia*<sup>280</sup> – este era o entendimento defendido pelos Padres da Igreja (GARGANO, 2015, p.193.198-199).

Entendida em qualquer um dos quatro níveis, a Comunidade será sempre *conditio sine qua non* para que haja uma interpretação das Escrituras capaz de fazer contemporâneo o mistério (o sentido espiritual) contido nos textos (VD 4). A comunidade é aquela que fornece ao indivíduo a frutuosa tensão entre o antigo e o novo, entre a originalidade e a continuidade, tensão perceptível, segundo Queiruga (2008, p.120), no modo como Jesus apresenta a si e como apresenta a seus seguidores o *modus operandi* do autêntico relacionamento com Deus<sup>281</sup>.

É também **a comunidade** enquanto ‘lugar’ da interpretação das Escrituras, enquanto ‘espaço hermenêutico’, a garantidora de que esta interpretação não caia no subjetivismo ou no relativismo, na adoção de um sentido acomodado ou ingênuo do texto<sup>282</sup>. É ela quem **fornece a visibilidade da teia mais ampla de relações nas quais o Texto Bíblico se enriquece** intertextualmente de sentido<sup>283</sup> **e das quais o “eu” individual faz parte e se compreende a si** (FT 89).

O indivíduo crente, quando lê as Escrituras, se vê abarcado pelo ambiente da fé Eclesial (KONINGS, 1999, p. 75), uma vez que as Escrituras Sagradas são a “objetivação da consciência da fé” (RAHNER, 1989, p.439) e, como tal, impele cada ser humano em direção à Deus. Mas este indivíduo é também apreendido e incorporado pelos elementos sociais, culturais e linguísticos dos quais faz parte enquanto indivíduo histórico, de modo que tanto seus desejos e angústias, quanto a língua e os conceitos utilizados por ele para expressar sua individualidade, todos estes

---

<sup>280</sup> BOFF, 1999, p.220.

<sup>281</sup> Evidenciando esta profícua relação entre o antigo e novo, ao mesmo tempo que Jesus diz não ter vindo para abolir ou retirar nada da Lei e dos Profetas (Mt 5, 17a.18b), é reafirmado que Ele faz novas (renova) todas as coisas (Ap 21,5), levando-as à perfeição (Mt 5,17b).

<sup>282</sup> FITZMYER, 2011, p.102-103; PARMENTIER, 2009, p.254-255.

<sup>283</sup> Bakhtin (1997, p.317) refere-se a isto dizendo que “o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados [...]. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera”.

são ou se dão no âmbito da coletividade (SCHÖKEL, 1986, p.122; LE 10; BAKHTIN, 2006, p.79.92). Assim, mesmo individualmente o contato com as Escrituras e a enunciação que dela brota dá-se sempre na comunidade (PERKINS, 2018).

Neste contexto, o âmbito da assembleia litúrgico-sacramental surge como expressão máxima deste entendimento da Comunidade como lugar do Letramento Bíblico, pois espaço privilegiado do diálogo com Deus (de escuta e resposta à sua Palavra), abarcando todas as esferas da vida humana (VD 52), quer individualmente quer coletivamente, e no qual todas as ações individuais passam a ser evidenciadas como ações coletivas, comunitárias.

Reconhecer o **Texto Sagrado** e a **Comunidade** como ‘lugar’, como ‘espaço hermenêutico’ para um Letramento Bíblico, é assumir tais realidades como condição de possibilidade para que a **Linguagem** humana se torne canal para o diálogo entre Deus e cada ser humano. É através do contato com a Palavra Divina consignada em palavra humana que o texto percorre os espaços, e constrói neles níveis diversos de inteligibilidade (LIMA VAZ, 1986, p.171). É por intermédio da linguagem que a enunciação divina é compreendida e encarnada na vida humana. Graças a essa ferramenta, a pluralidade e as ambiguidades características da historicidade humana são agrupadas em um todo coerente no qual a polifonia e a heterogeneidade deixam de ser um problema ou um empecilho e tornam-se riqueza<sup>284</sup> – visto que Deus, no auge de sua comunicação com o ser humano, assume a condição humana, de modo que, “com exceção do pecado” (Hb 4,15), **nenhuma manifestação do humano torna-se alheia a Deus.**

### 5.3 INSTRUMENTO DO LETRAMENTO BÍBLICO

A ideia de ‘instrumento’ do Letramento Bíblico complementa a noção de ‘lugar’, pois ambos atuam como instâncias que possibilitam a realização de uma interpretação capaz de ir além da literalidade, do parafrástico, dando acesso ao sentido polissêmico (sentido rico, atual e atualizante). Porém, enquanto o ‘lugar’ é onde o indivíduo se vê munido dos ‘instrumentos’ para a interpretação e é o espaço no qual e para o qual se dá esse processo, ao falarmos dos ‘instrumentos’ nos

---

<sup>284</sup> PSEUDO-DIONÍSIO, 2007, p.104.

referimos às ferramentas apropriadas que deverão ser empregadas pelos que pretendem entrar em contato com o Texto Bíblico para alcançar o verdadeiro diálogo com Deus – desconhecer ou utilizar de modo inadequado o ‘instrumento’ pode inviabilizar ou mesmo falsear a interpretação<sup>285</sup>.

Tanto o ‘lugar’ do Letramento quanto os ‘instrumentos’ são realidades anteriores ao indivíduo leitor, todavia, o ‘lugar’ é dado ao indivíduo, já os ‘instrumentos’ são apropriados e requerem **aprendizado** e **exercício** por parte do indivíduo leitor em cooperação com os demais sujeitos envolvidos na leitura – no caso do Letramento Bíblico, requer-se a cooperação da Comunidade; dos organizadores dos subsídios, do animador do GBR e do Espírito Santo. Quer o elemento da comunidade de fé, quer o dado linguístico (os gêneros discursivos), estes operarão juntos e complementarmente em vista de assegurar que a interpretação não sucumba ao subjetivismo ou ao fundamentalismo (MANNUCCI, 1986, p.378-379).

### 5.3.1 A Comunidade de Fé

A Comunidade de fé, a Igreja, enquanto instrumento do Letramento Bíblico, para além de uma compreensão doutrinadora ou dogmática, diz respeito à noção da fé, do **sensus fidelium, como critério de veracidade para as interpretações** (as leituras) que emergirão do diálogo com a Escritura, sendo sua “unidade multiforme” (GEFFRÉ, 1984, p.91). Esse *sensus fidelium* é exercício da “capacidade ativa de discernimento espiritual, uma intuição formada pelo culto divino e pela vida em comunhão” (CIACR, 1999, p.32), e como enfatiza a Comissão Teológica Internacional,

não significa simplesmente a opinião da maioria em um determinado tempo ou cultura, nem é apenas uma afirmação secundária em relação com o que vem primeiro ensinado pelo Magistério. O *sensus fidelium* é o *sensus fidei* do povo de Deus na sua totalidade, obediente à Palavra de Deus e guiado nos caminhos da fé por seus pastores. Assim, o *sensus fidelium* é o sentido da fé que está profundamente enraizada no povo de Deus, que recebe, compreende e vive a Palavra de Deus na Igreja (TH 34).

Entendido tanto como graça/dom divino, quanto como testemunho comunicado e que deve ser conservado e mantido vivo<sup>286</sup>, o *sensus fidelium* é uma força motora do crente e dos cristãos em direção ao novo (SF 70), está ligado à virtude da fé como uma propriedade sua (SF 49). Justamente esta fé reconhece nas

<sup>285</sup> SCHÖKEL (1987, p.89) exemplifica isto dizendo que não utilizar adequadamente o instrumento é como um músico que confunde a clave e a tonalidade na partitura.

<sup>286</sup> “Eu lhes dei as palavras que tu me deste, e eles as acolheram” (Jo 17,8).

Escrituras o próprio Deus falando a seu povo, e a partir da vida eclesial faz emergir “a sua verdadeira hermenêutica” (VD 29).

Tomás de Aquino alerta acerca da potencial letalidade da letra do Texto Bíblico quando este se vê apartado da fé (intencionalmente ou não)<sup>287</sup>, reforçando a importância de se ler a Bíblia com o auxílio do instrumento mais adequado. A comunidade e sua fé não seriam elementos exteriores ao texto, pois este é precisamente a expressão da voz do Povo de Deus transmitida e guardada como testemunho para a própria comunidade, e o modo como se deu o relacionamento da comunidade com esses escritos, a Tradição, serviu e serve de baliza interpretativa. Inclusive, o Concílio Vaticano II reconheceu que as Escrituras e a Tradição estão “intimamente unidas e compenetradas entre si” (DV 9), pois o mesmo Espírito que **inspirou sua confecção também inspira sua interpretação e atualização**; e ao ler as Escrituras tomando a fé por pressuposto e instrumento, o leitor inscreve-se na esfera de influência do Espírito (MANNUCCI, 1986, p.367.307-308).

Ao ser eleito como componente canônico das Sagradas Escrituras, com a assistência do Espírito Santo, um dado texto, antes vinculado a um contexto específico<sup>288</sup>, ganha novo contexto vital e novos pressupostos interpretativos, agora fornecidos pela Comunidade Eclesial como um todo. Este elemento que dá canonicidade aos textos **não é “um invólucro opaco que tem que ser removido para se chegar aos conteúdos e vê-los como eles realmente eram (são)”** (ALTER; KERMODE, 1997, p.649, grifo nosso), mas sim é o motivo de sua existência e o responsável por fazer com que os fiéis acorram aos Textos Sagrados<sup>289</sup>. Embora não tenham sido escritos para esse contexto canônico, dado pela Comunidade, agora ele passa a fornecer marcas hermenêuticas únicas que já não podem ser negligenciadas por qualquer um que entre em contato com tais textos (GABEL; WHEELER, 2003, p.223.226; PARMENTIER, 2009, p.262), e como notabiliza Alonso Schökel: “uma transposição total de contexto pode ser um autêntico ato literário, criador de novo sentido” (1986, p.55, tradução nossa)<sup>290</sup>

<sup>287</sup> *Suma Teológica*, Ia-IIae, q.106, art.2 (2001, p.880).

<sup>288</sup> Seja este contexto anterior a Cristo ou adstrito a uma única comunidade ou um grupo de comunidades cristãs.

<sup>289</sup> Complementando, o Pontifícia Comissão Bíblica afirmará que “a Escritura inspirada é a Escritura tal como a Igreja a reconheceu como regra de sua fé. [...] Um texto torna-se bíblico apenas à luz do Cânon inteiro” (1993, p.60).

<sup>290</sup> “Una trasposición total de contexto puede ser un auténtico acto literario, creador de nuevo sentido” (SCHÖKEL, 1986, p.55).

Validando esta compreensão, a mesma adotada pelas atuais perspectivas hermenêuticas e linguísticas, a Pontifícia Comissão Bíblica afirma que:

Um texto escrito tem a capacidade de ser colocado em circunstâncias novas, que o iluminam de maneiras diferentes, acrescentando ao seu sentido novas determinações. Esta capacidade do texto escrito é especialmente efetiva no caso dos textos bíblicos, reconhecidos como Palavra de Deus. Efetivamente, o que levou a comunidade de fiéis a conservá-los foi a convicção que eles continuariam a ser portadores de luz e de vida para as gerações vindouras. O sentido literal é, desde o início, aberto a desenvolvimentos ulteriores, que se produzem graças a “releituras” em contextos novos (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.126).

Para qualquer interpretação que se propõe válida, é justamente esta característica que faz fundamental a pergunta sobre como um trecho específico se encaixa no todo das Escrituras (SCHOLZ, 2018, p.108), no conjunto dos textos **tal qual em sua redação final, conservados** pela Comunidade como “herança da fé”, e **inscritos em um novo ambiente vital (a fé da Igreja)**. Atrelados, agora, tanto ao vínculo com a comunidade (seu contexto vital), quanto à relação que cada um dos textos passa a manter com os demais textos selecionados pela comunidade, esta torna-se ferramenta essencial para compreendê-los em toda sua potencialidade (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.112.122.124).

Não estamos a propor uma leitura fideísta das Escrituras, que exclui a possibilidade de um diálogo crítico com os textos, degenerando nos mais diversos tipos de fundamentalismo – inclusive, o Papa João Paulo II já alertava para o quão perigoso pode ser essa postura (FR 55-56). Buscamos é destacar o quão nociva ou infrutífera pode ser uma leitura das Escrituras que não leva em conta o contexto vital no qual esses textos estão inseridos e que delineiam seu objetivo – o qual já era atestado pela Apóstolo Paulo: “tudo o que outrora foi escrito, foi escrito para nossa instrução, para que, pela constância e consolação que nos dão as Escrituras, sejamos firmes na esperança” (Rm 15,4), e pelo Evangelista João: “Jesus fez diante dos discípulos muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais a vida em seu nome” (Jo 20,30-31).

### 5.3.2 Os Gêneros Discursivos

Cooperando com o *sensus fidelium*, a linguagem, os gêneros discursivos assumidos como instrumento do Letramento Bíblico, possibilitam ao leitor acessar

uma leitura polissêmica sem cair no “achismo” ou no “fundamentalismo”, valorizando o elemento objetivo e ligeiramente estável da linguagem<sup>291</sup>. Nesta utilização colaborativa do elemento da fé e do elemento linguístico, segundo Schökel (1987, p.92-98), consistiria a exegese completa, e segundo nossa compreensão, esta prática seria um dos diferenciais da perspectiva do Letramento Bíblico para perspectivas como a Leitura Popular da Bíblia, de Carlos Mesters.

Para esclarecermos a importância teológica dos gêneros discursivos como instrumento, faz-se relevante destacarmos duas preliminares. Primeira, de caráter linguístico: os Textos Sagrados, como toda e qualquer realidade de ação semiótica<sup>292</sup>, foram escritos por seres humanos, que agiram na história valendo-se de ferramentas históricas, dentre as quais estão aquelas que abarcam os elementos linguísticos convencionais (GABEL; WHEELER, 2003, p.73-74; STADELMANN, 2000, p.15), de modo que, por mais ricos e diversos que sejam os gêneros é possível caracterizá-los e estudar seus componentes discursivos (MANNUCCI, 1986, p.100-101; SCHÖKEL, 1986, p.115.267). Segunda, de caráter teológico: a mesma relação de completude que o elemento humano (na pessoa de Jesus) passa a exercer no processo de encontro e compreensão de Deus, após a Encarnação do Verbo, também o elemento linguístico exercerá quando se compreende que **nas Escrituras o Verbo é feito Livro** (RAHNER, 1964, p.154), de modo que sem os instrumentos linguísticos adequados, torna-se impossível compreender a Deus.

Decorre dessas preliminares a necessidade do humilde reconhecimento que a finitude do humano passa a ser a finitude da infinitude de Deus, de sua Palavra (RAHNER, 1964, p.153). A heterogeneidade e polifonia da linguagem humana passam, por vontade livre e deliberada de Deus, a integrar também a enunciação de Sua Palavra, garantindo sua possibilidade de atualização em face da debilidade e mutabilidade humanas (SCHÖKEL, 1986, p.160-161). Por este motivo:

Se queremos entender o que significa que Deus fala conosco, comecemos com profunda humildade, tomando nossa linguagem humana como ela é; e estendamos o estudo à realidade plural desta linguagem humana, sem exclusões preconceituosas.

[...]

O texto literário (os gêneros discursivos) conserva-nos as palavras e as ações dos antigos, e essa realidade literária é para nós um instrumento para chegar a Deus, e é uma realidade clara para cada geração.

---

<sup>291</sup> É assim que Bakhtin (1997, p.280) caracteriza os gêneros do discurso.

<sup>292</sup> Schneuwly e Dolz (2011, p.20.142-143) caracterizam todo gênero discursivo como instrumento de ação semiótica empregado em momentos comunicativos particulares, visando um dado fim/intenção.

Consequentemente, se queremos compreender a natureza e a função desse instrumento que nos aproxima de Deus, parece razoável estudar a natureza dessa realidade da linguagem (SCHÖKEL, 1986, p.115.119, tradução nossa)<sup>293</sup>.

Em vista de sua eficácia e completude, tal aproximação deve ser feita utilizando os mesmos critérios empregados por Jesus, pelos Apóstolos e pelos Santos Padres, partindo do que é compreensível a todos objetivando chegar àquilo que era aparentemente desconhecido. Levando-se em conta os conhecimentos já adquiridos é possível criar pontos de contato entre o estágio atual e aquele que se quer que o indivíduo atinja (GREGÓRIO DE NISSA, 2018, p.286), é construída uma ‘zona de desenvolvimento proximal’ (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2010, p.18.112-115). Este processo não é um simples processo de vulgarização do Texto Sagrado<sup>294</sup>, mas um percurso capaz de levar à autonomia do indivíduo, à construção de uma individualidade, tendo as Escrituras como alicerce, e de uma intimidade com Deus, capaz de promover um encontro pessoal com Jesus Cristo.

Declarar a linguagem, os gêneros discursivos, como instrumento do Letramento Bíblico é a aceitação de que é através dos gêneros discursivos que a língua penetra na vida e que a vida penetra na língua (BAKHTIN, 1997, p.283) – é por meio dos gêneros discursivos que a Palavra de Deus assume feições humanas e que a linguagem humana é elevada à instrumento da Revelação Divina (MANNUCCI, 1986, p.307). Tal aceitação não implica em ver ou assumir os gêneros discursivos como realidades imutáveis ou como se existisse apenas um único sentido para os textos, mas evidencia o reconhecimento da realidade de uma comunicação entre o Divino e o Humano por meio da linguagem humana.

Se, como declara Gregório de Nissa: “o abaixamento de Deus até a debilidade do homem constitui uma superabundância da sua potência, [...] (deixando-se)

---

<sup>293</sup> “Si queremos entender lo que significa que Dios nos habla, comencemos con sencilla humildad, tomando nuestro humano lenguaje como es; y extendamos el estudio a la plural realidad de este lenguaje humano, sin exclusiones prejuzgadas.

[...]

*El texto literario (los géneros discursivos) nos conserva las palabras y acciones de los antiguos, y esta realidad literaria es para nosotros un instrumento para llegar a Dios, y es una realidad patente para cada generación.*

*En consecuencia, si queremos comprender la naturaleza y la función de ese instrumento que nos acerca a Dios, parece razonable estudiar la naturaleza de esa realidad del lenguaje”* (SCHÖKEL, 1986, p.115.119).

<sup>294</sup> SCHÖKEL, 1986, p.161.

Esta “vulgarização” é uma das críticas feitas a algumas traduções das Escrituras, como a denominada “Bíblia Freestyle”. Para maiores aprofundamentos indicamos a dissertação de Patrícia Medeiros da Silva Galvão, intitulada *Do sagrado ao profano: uma análise sociolinguística da Bíblia Freestyle*.

contemplar na fraqueza sem perder em nada de sua sublimidade” (2018, p.341-342), é possível dizer que a eleição de algumas línguas, com características específicas, não limita a enunciação divina. Na verdade, como bem destacará Alonso Schökel: “a linguagem concreta é o ponto de inserção da transcendência no tempo, da mensagem divina na linguagem humana” (1986, p.122, tradução nossa)<sup>295</sup> e, ao encarnar-se, A Palavra de Deus “rompe as limitações da dita língua e inunda todas as restantes pela tradução” (1986, p.124, tradução nossa)<sup>296</sup>. Por este motivo, restringir a potencialidade enunciativa das Escrituras a elementos geográficos e culturais localizados em um dado momento histórico, é privar de historicidade as Escrituras, é privá-las da capacidade de continuarem atuando na realidade, de continuarem a serem significativas e significantes em distintos contextos e para os mais diversos indivíduos – ou “há uma historicidade do pensamento, ou não há nenhum pensamento” (MESCHONIC, 2007, p.29, tradução nossa)<sup>297</sup>.

Todavia, como chama a atenção Egger (1994, p.147), um estudo apurado sobre os gêneros discursivos presentes na Bíblia requer uma preparação cultural especial, o que seria inviável de ocorrer em GBRs que comumente são formados por pessoas de baixa escolaridade, além de transformar o grupo bíblico em escola de teologia, o que não é seu objetivo. Como então promover um contato com os Textos Bíblicos tendo os gêneros por instrumento? A resposta está na diferenciação entre gêneros primários e gêneros secundários, tal como feita por Bakhtin.

Os gêneros encontrados na Bíblia podem ser classificados como gêneros secundários, sendo aqueles que “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica” (BAKHTIN, 1997, p.282); por sua vez, os gêneros primários são aqueles gêneros da esfera do cotidiano, adquiridos pelos indivíduos no próprio processo de socialização, e, por este motivo, estão comumente no âmbito da oralidade (BAKHTIN, 1997, p.282.326). Destaca-se, porém, que os gêneros secundários têm sempre por base os gêneros primários, assimilando-os, transformando-os e assumindo características particulares (BAKHTIN, 1997, p.282.286); assim, um ‘romance’ ou um ‘evangelho’ (ambos gêneros secundários),

<sup>295</sup> “*La lengua concreta es el punto de inserción de la transcendencia en el tiempo, del mensaje divino en el lenguaje humano*” (SCHÖKEL, 1986, p.122).

<sup>296</sup> “*Rompe las limitaciones de dicha lengua, e inunda por la traducción todas las restantes*” (SCHÖKEL, 1986, p.124).

<sup>297</sup> “*Hay una historicidad del pensamiento, o no hay ningún pensamiento*” (MESCHONIC, 2007, p.29).

são marcados por ‘diálogos’, ‘relatos’ e ‘descrições’ de coisas e fatos da esfera do familiar e do cotidiano (estes, gêneros primários).

À vista disso, o trabalho com os gêneros discursivos nos GBRs deve partir sua análise dos gêneros primários, que são conhecidos por todos e, a partir deles, gradativamente, ir iniciando e aproximando aquele que frequenta o grupo bíblico das características dos gêneros adotados na Bíblia (gêneros secundários), ampliando e aprofundando seu conhecimento sobre o texto e sua enunciação, sem, com isto, perder o elemento espiritual e mistagógico próprio dos encontros do GBRs – nisto consiste o Letramento Bíblico.

O entendimento por nós defendido é o de que, embora uma pessoa com baixíssima instrução possa não saber ou ter dificuldades para compreender a metalinguagem e demais caracterização teórica acerca de um ‘gênero exortativo com tom parenético’ (como observado em algumas cartas paulinas – integrante dos gêneros secundários), essa pessoa tem pleno conhecimento sobre o que é uma carta e um ‘conselho sobre assuntos da vida, baseado em experiências pessoais profundas’ e que visam a alteração de uma conduta (um gênero primário tipicamente utilizado pelos pais ou avós para com os mais jovens no contexto familiar) – pois, embora não seja necessário um prévio e ou aprofundado conhecimento das características dos gêneros discursivos para a leitura, esta sempre se dá a partir dos sistemas de gêneros previamente internalizados pelos sujeitos (TODOROV, 2018, p.69), uma vez que “saber falar, não importa em que língua, é dominar os gêneros que nela emergiram historicamente, dos mais simples aos mais complexos” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p.116).

Um exemplo de como esta relação entre gêneros secundários e primários pode ocorrer nos GBRs é o trecho de Rm 2,26-29, que corresponderia ao gênero exortativo:

Se, portanto, o incircunciso observar as prescrições da Lei, não será ele tido como circunciso? Mais ainda: o incircunciso que cumpre a Lei te condenará a ti, que transgredes a Lei, embora possuas as Escrituras e sejas circuncidado. Não é verdadeiro judeu o que parece tal apenas pelo exterior, nem é verdadeira circuncisão uma simples incisão na carne. Verdadeiro judeu é o que se distingue como judeu por seu interior, e verdadeira circuncisão é a do coração, segundo o espírito e não segundo a letra. Esta é que recebe o louvor, não dos homens, mas de Deus (Rm 2,26-29).

No processo de interpretação do texto, a organização do subsídio pode apresentá-lo como correspondendo àquela modalidade de orientação empregada em família, ressaltando o caráter paterno e pastoral do texto, aquele mesmo empregado

pelos pais e demais educadores em âmbito familiar. Enfatizando o jogo de contraposições presentes em cada frase – SE isto, ENTÃO aquilo; EMBORA isto, NA VERDADE é assim – ficará mais nítido que esta estrutura, de algum modo, corresponde a mesma construção utilizada na orientação de cunho familiar, tais como: “se o seu amigo pular da ponte você vai fazer o mesmo!?” , ou em: “não é porquê todos fazem algo que você também deverá fazer, não foi esta a educação que te dei!”. Certamente todos os leitores, desde os mais preparados até os menos instruídos conseguirão apropriar-se dos elementos linguísticos e literais das composições e, por meio deles, acessar o sentido polissêmico (e espiritual) do texto.

A habilidade com a linguagem, destacada por Jean-Louis Ska (2015a, p.21) como sendo dado inicial importantíssimo para uma adequada compreensão dos textos, segundo as Teorias do Letramento, não requer muito mais do que aquilo que cada indivíduo já traz consigo, pois **cada um, em maior ou menor grau, é conhecedor de sua própria língua materna e competente em seu uso** (BORTONI-RICARDO, 2005, p.132; BAGNO, 2008, p.149). O que se pretende é aproveitar esses conhecimentos, aprofundando-os, fazendo o leitor tanto poliglota de sua língua (BECHARA, 1989, p.14), quanto poliglota nas Escrituras (STRAWN, 2017, n.p.), ser cristão fluente na linguagem bíblica, na linguagem cristã, pois “a linguagem cristã é baseada na Bíblia e no cristianismo pós-bíblico. [...]. Ser cristão é conhecer, usar e ser moldado por essa linguagem – para viver a vida com Deus dentro da estrutura dessa linguagem” (BORG, 2018, tradução nossa)<sup>298</sup>.

#### 5.4 OS INTERTEXTOS COMO OBJETO DO LETRAMENTO BÍBLICO

A produção de todo e qualquer enunciado, como já nos recordara Bakhtin, está repleta dos ecos, alusões, citações e interações “de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado” (1997, p.314-315, grifo do autor) – os intertextos são esses discursos. Não há discurso fechado em si, mas “o que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’

---

<sup>298</sup> “*Christian language is grounded in the Bible and postbiblical Christianity. [...]. To be Christian is to know, use, and be shaped by this language - to live one's life with God within the framework of this language*” (BORG, 2018).

palavras” (ORLANDI, 2009, p.32), e enquanto esta potencialidade se mantém, o discurso também se mantém vivo e atual.

Porém, embora esteja lá no discurso, para que possam ser percebidos por quem entrar em contato com o enunciado, os intertextos requerem que o sujeito da leitura compartilhe informações com autor e enunciado. Informações essas que estão para além do nível literal, sejam elas de ordem linguística ou contextual, mas encontram-se no nível da enunciação e abarcam um **sistema convencional compreensível a todos os que compartilham de uma dada coletividade** (BAKHTIN, 1997, p.332). Também por este motivo, ler é sempre uma ação coletiva, pois além de ser um diálogo com o texto, é um diálogo com o contexto no qual o leitor e o texto estão inseridos (seu ambiente vital, seu lugar hermenêutico).

No caso dos Textos Bíblicos, este sistema coletivamente compartilhado refere-se àquele mesmo que elegeu alguns gêneros discursivos e deu origem aos textos, a saber: o *sensus fidelium*, entendido como graça e dom de Deus (Jo 17,8; VD 29). Por este motivo, como destacamos anteriormente, caso um leitor entre em contato com o Texto Bíblico, mas não compartilhe do espaço hermenêutico de sua produção e difusão, e não utilize a ferramenta adequada, será impossível acessar toda sua potencialidade enunciativa<sup>299</sup>.

Cada parte das Escrituras é parte constitutiva de um todo, parte esta que só em relação com o todo (os demais textos, e o contexto vital) fará verdadeiramente sentido (EG 148). O simples fato de os Textos Bíblicos estarem agrupados tal como estão no cânon os fazem interagirem reciprocamente, e “cada uma das unidades da Bíblia, grande ou pequena, recebe daí novos matizes e conotações” (PARMENTIER, 2009, p.74), que não haviam sido pretendidas por seus autores, mas que já não podem ser ignoradas pelos leitores atuais.

Esta relação, porém, não é estática, mas é múltipla, e à medida que novos e variados nexos são realizados (entre uma parte do texto e outra; entre uma parte do texto e seu contexto vital) mais rico acha-se o todo, expandindo-se<sup>300</sup>. Foi justamente isto que os autores do Novo Testamento fizeram ao relerem trechos do Antigo Testamento, ou que os Padres da Igreja fizeram ao interpretarem os Evangelhos em

---

<sup>299</sup> GARGANO, 2015, p.193.198-199.

<sup>300</sup> SCHÖKEL, 1986, p.160-161.285.

novas realidades (distintas quanto à sua língua e cultura, mas unidas pela mesma fé – manifestações diversas de mesma fé)<sup>301</sup>.

Explicitando essa capacidade dos autores do Novo Testamento em lerem de modo não convencional textos do Antigo Testamento, Gregory Beale (2014, p.41-49) destaca o modo como em Jo 19,36 interpreta a passagem de Ex 12,46. O texto do Êxodo, que depois é retomado em Nm 9,12, faz referência ao fato de nenhum osso do cordeiro pascal dever ser quebrado, e embora tal texto componha um gênero descritivo, um relato histórico, no contexto cristão, mais precisamente no relato da descida do corpo de Jesus da cruz, o Evangelho de João lê a passagem como se esta compusesse um gênero profético, cuja profecia se cumpria naquele momento.

Ainda em relação às possibilidades de ampliação do horizonte interpretativo em decorrência de um contexto vital mais amplo dos textos, Carlos Mesters (2005, p.25) enfatiza ser indiscutível que quando um cristão lê o Salmo 22, o título “Senhor”<sup>302</sup> deixa de referir-se à compreensão do Deus de Israel e passa a ser enriquecido pela consciência de Jesus como sendo Cristo e Senhor (Fl 2,11; 1Cor 8,6)<sup>303</sup>. Isto ocorre pelo simples fato de que para este leitor cristão a Bíblia como um todo tem o Cristo como paradigma, disto decorre a própria denominação “antigo” e “novo” testamentos.

Ler a Bíblia sem aceitar o intertexto dado pelo *sensus fidelium*, ou reduzindo o intertexto àquelas relações do momento da confecção de cada texto ou à meros elementos linguísticos (textuais), é reconhecer seus textos apenas como ‘palavra humana’, esquecendo ser também ela ‘Revelação’, apoiada em “uma experiência que vai além do repertório de vivências singulares do autor” (RATZINGER, 1988, tradução nossa)<sup>304</sup>. Ler as Escrituras deste modo, segundo Karl Rahner (1964, p.414-415), seria desescatologizar os textos. **Uma tal relação com os Textos Bíblicos tem por consequência negar a possibilidade de que Deus continue a dialogar com a humanidade hoje através dos textos, falando a nós hoje sobre os conflitos vividos em nosso tempo** (Jo 14,26), negar que Ele verdadeiramente seja e esteja conosco hoje e permaneça até o fim (Mt 1,23; 28,20), privando as Escrituras de seu caráter misterioso e profético, de dizer algo significativo e significante à posteridade e

<sup>301</sup> BEALE, 2014, p.55.58; PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.97-100.

<sup>302</sup> “O Senhor é meu Pastor e nada me faltará!” (Sl 22,1).

<sup>303</sup> “Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus pai!” (Fl 2,11); “Para nós também existe um só Senhor, Jesus Cristo” (1Cor 8,6).

<sup>304</sup> “Una experiencia que va más allá del repertorio de experiencias singulares del autor” (RATZINGER, 1988).

de conduzir seus leitores a um futuro (1Cor 2,14.16). Tal desescatologização, ainda segundo Rahner (1964, p.415), trairia a própria fé bíblica e impediria cada ser humano de autoconhecer-se, pois

o futuro, permanecendo como tal, não é algo pré-dito, senão um elemento seu e de seu presente atual em seu ser, o conhecimento do futuro - na medida em que ainda está por se realizar - 'é um elemento interno de autocompreensão do homem em seu presente - de dentro de si. [...] O homem tem que saber do seu futuro porque ele está em um movimento ao futuro. Mas precisamente de modo que esse conhecimento sobre o futuro seja um elemento de conhecimento sobre o seu presente (RAHNER, 1964, p.421, tradução nossa)<sup>305</sup>.

Erro semelhante a este cometem os que se deixam pautar pelo misticismo e/ou pelo fundamentalismo. Agostinho (2011, p.163) refere-se a estes como sendo aqueles que vivem como 'servos do sinal', podendo até venerar o simbólico, mas que seria apenas letra morta, desprovida de verdadeiro significado. Essas são as pessoas que "leem (as Escrituras) e não as aprofundam. Leem para reter de cor, mas não cuidam de as entender. Sem dúvida, de longe é preferível que retenham menos de memória as palavras, mas que com os olhos do coração, aprofundem o coração delas (das Escrituras)" (AGOSTINHO, 2011, p.163).

Aprofundar o coração das Escrituras é justamente beber dos elementos intertextuais descortinados ao leitor que se aproxima do texto no "lugar" adequado, utilizando os "instrumentos" apropriados; é vencer a leitura parafrástica e acessar a leitura polissêmica; é não deixar a dimensão humana do Texto Bíblico limitar (esconder) o mistério, mas cooperar a que o humano aponte e seja ponte para o Divino (AGOSTINHO, 2011, p.85-86.99), pois "quando não há dúvida sobre as palavras, pode ser entendido o seu sentido" (HILÁRIO DE POITIERS, 2005, p.161) – e como aconselhou Basílio de Cesareia aos futuros zelosos dedicados à busca por um verdadeiro diálogo com Deus: "se te parece incompleto (incompreensível), nada impede de te entregares com diligência à pesquisa, e aumentar teus conhecimentos apresentando novas perguntas [...]" (2012, p.187).

---

<sup>305</sup> "El futuro, permaneciendo como tal, no es algo pre-dicho, sino un elemento suyo y de su presente actual en su ser, el conocimiento del futuro – en la medida en que está todavía por realizar – 'es un elemento interno de la autointelección del hombre en su presente – desde dentro de él. [...] El hombre tiene que saber sobre su futuro porque es en devenir hacia lo futuro. Pero justamente de forma que ese saber sobre el futuro pueda ser un elemento del saber sobre su presente" (RAHNER, 1964, p.421).

## 5.5 DIRETRIZES DO LETRAMENTO BÍBLICO

As diretrizes têm por objetivo tornar mais claras as balizas teóricas do método (prática pedagógica), apontando, no caso de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, seu posicionamento distintivo frente a **Bíblia**, a **vida**, os **sujeitos** envolvidos, os **instrumentos empregados** e a **fé compartilhada**.

Em nível prático, essas diretrizes se articularão em alguns elementos peculiares quanto: a seus **fundamentos**, por uma comparação de seus pontos distintivos em relação a outras práticas de interpretação dos Textos Bíblicos; a seus **conteúdos estruturantes**, representando o eixo central do Letramento Bíblico; e alguns **encaminhamentos**, pistas e um norte para a transposição da teoria para a prática, visando esclarecer como os sujeitos do letramento, reconhecendo seu lugar hermenêutico, serão capazes de traçar um caminho que os levem a apropriar-se dos instrumentos adequados para o Letramento Bíblico, elaborar um percurso que melhor evidencie os fundamentos do método e que seja capaz de fazê-los concretizar seus conteúdos estruturantes.

### 5.5.1 Fundamentos do Letramento Bíblico

Com base naqueles pressupostos das Teorias do Letramento, das orientações e expectativas advindas do Magistério da Igreja para a Pastoral Bíblica, e do próprio testemunho pedagógico-metodológicos presente nas Escrituras e na Tradição de alguns Santos Padres – todos estes apresentados nos capítulos anteriores – a elaboração de uma Pedagogia de Letramento Bíblico deverá seguir algumas diretivas fundamentais distinguindo-a e/ou aproximando-a de outras abordagens teórico-metodológicas:

Embora dê voz ao leitor atual, para um Letramento Bíblico, o sentido do texto não se resume ao modo como este leitor o recebe (compreende), e, para isto, coloca o dado objetivo da linguagem como um parâmetro norteador. A ênfase exagerada no leitor traz o risco de degenerar a interpretação em um subjetivismo que esvaziaria o texto de sua objetividade, e mataria a possibilidade de diálogo – diálogo que implica confrontar o leitor e suas escolhas. Este seria um risco decorrente das abordagens fundamentalista e psicológica e daquelas focadas nos efeitos de sentido

do texto (FITZMYER, 1997, p.54-56.59-61.67), e é também uma das críticas feitas ao uso descuidado do método alegórico (QUASTEN, 1978, p.403.405).

A despeito de uma leitura realizada solitariamente, na intimidade do leitor consigo próprio, o Letramento Bíblico não compreende ser possível que esta leitura se dê individualmente ou subjetivamente, pois tanto o texto configura-se como o compilado de testemunhos de muitos (dado a um grupo), quanto o leitor, enquanto sujeito, é a manifestação e reelaboração única e singular da tradição de um dado grupo, com suas características identitárias, e tudo mais que o cerca – por implicar uma “troca de sentidos não só entre o escritor e o leitor, mas também com a sociedade onde ambos estão localizados, [...], o ato físico de ler pode até ser solitário, mas nunca deixa de ser solidário” (COSSON, 2021, p.27). A abordagem fundamentalista, em oposição a este posicionamento, corre o risco de uma leitura intimista e subjetivista (FITZMYER, 1997, p.68-69), pois dá pouco ou nenhum valor aos pressupostos que influenciam a leitura, tal como apontava Bultmann (2008).

Enquanto valoriza o elemento histórico e cultural, tanto do texto quanto do leitor, o Letramento Bíblico não restringe a compreensão do texto a uma descrição de como esses elementos foram empregados na confecção do texto, ao como eles são capazes de lhe doar sentido, ou, ainda, em como podem influenciar o leitor em seu contato com o texto. Uma posição contrária a esta traz o risco de apoucar, quando não, desdenhar, do contributo divino/espiritual que também faz parte do texto e do leitor, pois instrumento de leitura e seu lugar hermenêutico. As abordagens antropológica, sociológica e da libertação têm forte tendência a minimizarem a dimensão espiritual do texto (FITZMYER, 1997, p.58-59.63), é neste ponto que o Letramento Bíblico se afasta dessas abordagens.

A distância geográfica, cronológica e linguística entre o texto e o leitor atual não são vistas pelo Letramento Bíblico como impeditivo à compreensão, e nem a tentativa de aproximação com o leitor se daria pela pura compreensão desses elementos do texto. Para esta perspectiva pedagógica, o que aproxima texto e leitor e, assim, facilita a relação entre eles, é o fato de ambos compartilharem o mesmo ambiente vital, a fé e a assistência divina. Este elemento aproxima a abordagem do Letramento Bíblico daquela da Leitura Orante (*Lectio Divina*) e do sentido alegórico do texto (FITZMYER, 1997, p.106; PARMENTIER, 2009, p.44-45.47), e, em certo nível, da abordagem defendida por Bultmann (2008) e daquela de Mesters (1984;

2012), distanciando-se de perspectivas de leitura que dão maior ênfase ao autor e ao contexto de produção e difusão dos textos.

A aceitação do elemento divino/espiritual como integrando o texto, para o Letramento Bíblico, não o colocaria em um patamar de afastamento e isento de influências sócio-históricas e culturais. Os defensores de perspectiva contrária negam a possibilidade de verdadeiro diálogo entre Deus e a humanidade, recusando, inclusive, os efeitos salvíficos desta interação e mesmo de que esta ação condescendente da parte de Deus possa atingir e acessar cada ser humano desde seu interior (de sua cultura) em qualquer tempo e lugar. As abordagens fundamentalista, fideísta e dogmática correm este risco à medida de supervalorizam o elemento espiritual da leitura enquanto atuando no texto e no leitor, renunciando a um olhar crítico e mais criterioso (FITZMYER, 1997, p.66-67), e nisto divergem da perspectiva do Letramento Bíblico.

Assim como reconhece certo grau de autonomia e estabilidade por parte do texto, o Letramento Bíblico não o fecha, não o aprisiona em um esquema interpretativo e estrutural único, determinado uma vez por todas em um dado momento. Para esta perspectiva pedagógica, tanto os elementos linguísticos/literais quanto os leitores que se relacionam com o texto estão em constante processo de mudança e resignificação. A emergência de um novo ângulo de compreensão, de uma nova ênfase em um aspecto estrutural do texto, ou de um novo sentido para uma expressão ou passagem, enquanto não contraditórias com a fé e às interpretações já consagradas pela tradição, não desvaloriza ou enfraquece esse conhecimento, mas o enriquece e amplia. Esta postura aproxima o Letramento Bíblico da abordagem que leva em conta o sentido pleno das escrituras (FITZMYER, 2011, p.102.117-118), e mantém princípios comuns com a análise semiótica, especialmente na compreensão do texto como 'aberto' e o sentido como emergindo de um jogo de relações (PARMENTIER, 2009, p.135-143; MATEOS, 1982, p.16-18).

A adoção da fé como pressuposto primordial da leitura e da possibilidade de verdadeiro diálogo entre Deus e a humanidade, pelo texto, não implica a compreensão de que a literalidade dos elementos textuais seja identificada com a Palavra de Deus e/ou que toda e qualquer sentença do discurso seja individualmente e isoladamente dotada de sentido pleno, absoluto e dogmático. Na verdade, para o Letramento Bíblico, tal pressuposto da fé reconhece o dado contextual e intertextual como sendo chaves de leitura, pois o sentido do texto está em como cada parte interage com o

todo do texto e do ambiente vital (EG 148), e no modo como este último é revisitado e enriquecido com o passar do tempo. Este preceito aproxima o Letramento Bíblico da perspectiva adotada por Bultmann (2008) e da análise semiótica (FITZMYER, 1997, p.45-46) e o afasta da abordagem fundamentalista e literalista (FITZMYER, 1997, p.66.68-69).

Qualquer leitura (interação, diálogo verdadeiro) com o texto, em vista do Letramento Bíblico, não pode ter um fim em si mesmo, mas deve levar a uma nova e mais profunda compreensão do texto, do autor, do leitor, do ambiente vital no qual ambos se inserem, e da realidade imediata na qual o leitor se encontra. Mas o objetivo imediato da leitura não é a transformação da realidade, e sim a consolidação da relação entre o fiel e seu Deus, e o conhecimento mais aprofundado de quem é esse Deus e o que Ele deseja de cada um e de todos. Este ponto evidencia um certo afastamento entre o Letramento Bíblico e o método de Carlos Mesters (1984), na mesma medida que se afasta de algumas abordagens contextuais, como a da Libertação e Feminista, ao darem mais ênfase na mudança das condições sócio-históricas do leitor atual (FITZMYER, 1997, p.61-65).

Reforçando a multimodalidade da linguagem, como defendida pelas Teorias de Letramento<sup>306</sup>, podemos dizer, em linguagem imagética, que a perspectiva adotada pelo Letramento Bíblico pode ser assim apresentada:

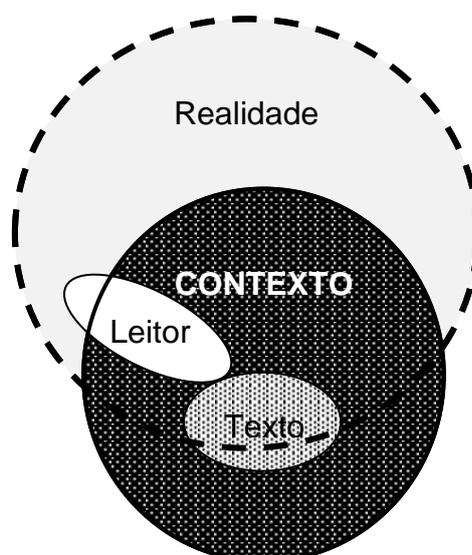


Figura 2

Embora reconheça o Texto Bíblico como participante da Realidade *Kronos* (temporal, sócio-histórica), ele também está vinculado àquilo que está para além (fora)

<sup>306</sup> CAZDEN; COPE; FAIRCLOUG *et al.*, 1996; BARTON; HAMILTON, 2000.

dessa realidade (a realidade *Kaíros*, da qual Deus participa). Enquanto participante da Realidade *Kronos*, o Texto se vê marcado pelas mesmas limitações as quais todas as demais ferramentas humanas estão sujeitas.

Tanto o Texto Bíblico quanto o Leitor compartilham de um Contexto específico, que os envolve, é o Contexto da Fé. É neste contexto, que por sua natureza participa da Realidade *Krono* e *Kairós*, que o Texto explicita seu real significado – por isto aparece em destaque, uma vez que é condição necessária da interpretação. A presença do Leitor tanto integrando quanto estando um pouco fora do Contexto da Fé é o canal pelo qual tanto o Contexto quanto o Texto se veem instados pela Realidade, atualizando-se, recebendo de fora questionamentos, dúvidas, avanços científicos, e pelos quais podem ser enriquecidos e ampliarem-se, enquanto ainda houver espaço na Realidade e para além.

Distanciando-se da perspectiva do Letramento Bíblico, outras perspectivas, como a Fundamentalista, a Literalista e a Dogmatista, no afã de valorizar o Texto Bíblico o desvinculam da Realidade *Kronos* e acabam por aprisionar o Leitor no Contexto da Fé – podendo ser, imagetivamente, assim representadas:

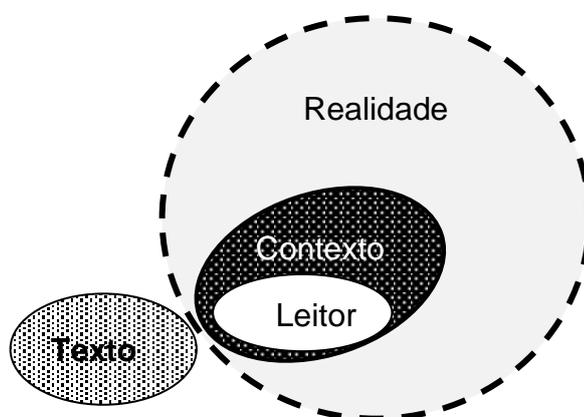


Figura 3

Também distanciando-se do Letramento Bíblico temas perspectivas como a Sociológica, que dá ênfase à Realidade *Kronos* e corre o risco de afastar o Contexto da Fé, o Leitor e o Texto Bíblico da Realidade *Kairós*, vendo-os apenas como fruto desta e das interações suas com a Realidade *Kronos* – podendo, imagetivamente, ser assim representada:

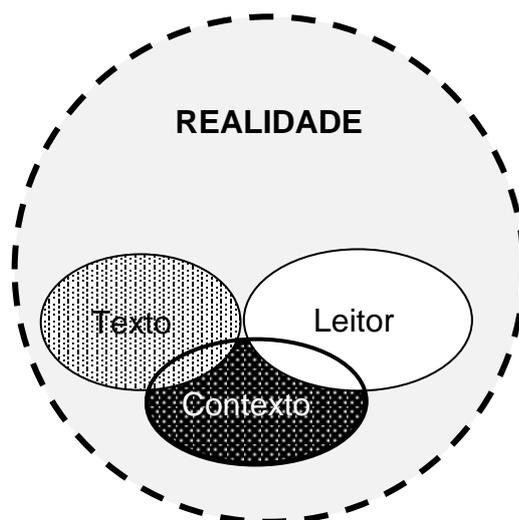


Figura 4

### 5.5.2 Conteúdos estruturantes

Os conteúdos estruturantes são elementos que cooperam para uma visão tanto teórica quanto prática a qualquer pedagogia que pretenda um estudo (um contato mais aprofundado e criterioso) de um dado texto, no nosso caso, das Escrituras. A seleção dos conteúdos feita aqui, dá organicidade ao percurso global do método à medida que guia a progressão de cada encontro particularmente estruturado.

Concatenando as dimensões individual e coletiva do Letramento Bíblico, e reconhecendo as Escrituras como A Palavra de Deus “encarnada”, consignada em palavras humanas, elencamos **Bíblia e Vida** como sendo conteúdos estruturantes. Embora distintos, os Textos Sagrados e a Vida não podem ser vistos como estanques, pois “a interpretação (a leitura) sempre pressupõe uma relação de vida com as coisas que direta ou indiretamente são tratadas no texto” (BULTMANN, 2001, p.294), e, ao dialogarem, com ambas estão presentes tanto o divino quanto o humano – nos encontros, porém, em alguns momentos ora será enfatizado um, ora o outro.

No que se refere propriamente às Escrituras, é possível estruturar uma abordagem sua a partir de dois prismas distintos, mas complementares: um é aquele que segue o percurso da Liturgia Dominical; o outro propõe a eleição de um texto ou de um conjunto de textos.

A Liturgia Dominical, como salienta o *Elenco das Leituras da Missa*<sup>307</sup>, a partir de uma seleção de textos previamente realizadas pela Igreja, concilia a fé nas Escrituras como Palavra de Deus com a estratégia adotada por Jesus para interpretá-la, partindo do 'hoje', do 'aqui', do 'agora' (ELM 3). A riqueza de tal seleção se dá quer pelo fato de a cada celebração dominical e solenidades serem utilizados quatro textos distintos<sup>308</sup>, quer devido à subdivisão dos textos em um ciclo de três anos (A, B e C)<sup>309</sup>, todos eles possibilitando "aos cristãos o conhecimento de toda a Palavra de Deus" (ELM 60). Caso os encontros dos GBRs façam a opção por um dos quatro textos propostos para aquele ano litúrgico específico, isto possibilitará o percurso de aproximadamente doze anos sem que haja repetição nos textos.

A opção pelo trabalho com um ou mais livros específicos possibilitaria o olhar para alguns livros que são pouco ou nunca lidos no ciclo trienal da liturgia dominical, propiciando o enriquecer do percurso da liturgia dominical pela diversificação dos textos. Psicologicamente, o contato prolongado e sistemático com um mesmo texto ou grupo de textos pode levar a uma percepção mais imediata do Letramento Bíblico, à medida que o participante do grupo vai reconhecendo ser possível a ele ler com um olhar ampliado tanto para o texto quanto à sua fé e à sua vida.

Para os momentos nos quais o foco recaia sobre a vida, esta dirá respeito aos elementos eclesiais e seculares que a compõe e que são o ambiente no qual surgem os questionamentos e para o qual se direcionam suas respostas<sup>310</sup>. Por este motivo, e para que de fato se dê um Letramento Bíblico, esses questionamentos, as perguntas que cooperarão para compreender o Texto Bíblico, devem ser direcionadas a levar os participantes do grupo bíblico a dialogarem com Deus, trazendo sua própria vida, fazendo suas próprias perguntas e elaborando as respostas que enriquecerão a todos, não havendo resposta certa.

Perguntas elaboradas sob uma perspectiva temática pré-definida, pressupondo os conflitos e os questionamentos que inquietam os participantes do grupo bíblico, podem acarretar enviesamento dos encontros, afastando os participantes de um diálogo significativo com o Texto Bíblico, inviabilizando que Deus

---

<sup>307</sup> É também conhecido como *Introdução ao Lecionário Romano*.

<sup>308</sup> Estes textos são um do Antigo Testamento, um Salmo ou um Cântico do Novo Testamento, um texto dos Apóstolos e um Evangelho.

<sup>309</sup> Correspondendo aos evangelhos sinóticos, respectivamente, o Evangelho de Mateus, Marcos e Lucas. O Evangelho de João é utilizando complementarmente durante o ano, especialmente na Páscoa e Solenidades.

<sup>310</sup> PARMENTIER, 2009, p.264-266.

confronte e seja confrontado com suas próprias vidas, levando a uma baixa interação responsiva-ativa desses participantes, comprometendo o Letramento Bíblico. Todavia, é de se salientar que o direcionamento temático pode cooperar, de modo propedêutico, junto a participantes com baixa experiência de uma leitura espiritual e dialogantes com as Escrituras, evitando, nesse caso, encontros repetitivos ou o silêncio imobilizador, porém, nesses casos tal estratégia deve ser gradativamente deixada de lado, em favor de uma prática orientada ao Letramento Bíblico.

Ter a Bíblia e a vida como conteúdos estruturantes visa levar os participantes dos GBRs a superarem a distância geográfica e temporal entre eles e o Texto Sagrado<sup>311</sup>, fazendo com que mais explicitamente a vida seja e se veja alimentada pelas Escrituras e as Escrituras sejam enriquecidas pelas experiências daqueles que as leem. E como “a palavra de Deus é viva, eficaz” (Hb 4,12), só haverá verdadeira comunicação divina se esta se vir inculturada na história, na língua, na prática de um povo (GEFFRÉ, 1990, p.15), e para atingir toda sua plenitude, a leitura da Bíblia deve estar vinculada à vida secular e de fé dos leitores (PARMENTIER, 2019, p.262).

### 5.5.3 Encaminhamentos Metodológicos

É importante diferenciar o encontro propriamente dito e o percurso global dos encontros, o qual é programado para durar bem mais tempo e que dá unidade e amplitude aos encontros. A progressão didática dos encontros articula-se em três grandes momentos – 1º) explicitação dos objetivos e do tema; 2º) as etapas temáticas, visando desenvolver e aprofundar o tema; 3º) a produção final<sup>312</sup>.

O primeiro momento é aquele no qual os objetivos imediatos e teleológicos dos encontros, como um todo, são apresentados aos participantes. É neste ponto que os organizadores do subsídio explicitam **o tema** central dos encontros e o percurso que será trilhado, **o motivo** pelo qual foi realizada aquela seleção dos textos que serão lidos e **o que se espera** de cada participante ao final do processo. – Este momento pode se dar reunindo, em uma assembleia, todos os membros que participarão dos encontros naquele ano, logo no início das atividades dos grupos.

---

<sup>311</sup> Como destacam Schlaepfer, Orofino e Mazzarolo: “o conhecimento do momento histórico passado é importante, mas não basta. É preciso que haja uma inter-relação entre este passado do texto e o presente do leitor” (2019, p.101).

<sup>312</sup> Para maiores e melhores especificações, na prática, seguem dois modelos exemplificando progressões didáticas dos encontros, como ANEXO A e B.

O segundo momento abarca cada um dos encontros a serem desenvolvidos no decorrer daquele ano. Analisados sob o ponto de vista do todo, esses encontros, cada um a seu modo, cooperarão para o aprofundamento do tema, observando a seguinte organização e os seguintes descritores<sup>313</sup>:

### **1º) FASE DE PROVOCAÇÃO**

- Esclarecer os motivos do encontro, da relação com o texto – o porquê e o para quê.
- Assumir postura aberta, crítica de si e do texto, tendo por foco o diálogo.

### **2º) FASE PRÉ-LEITURA**

- Aceitar como complementares as dimensões divina e humana das Escrituras.
- Reconhecer a fé comunitária como elemento norteador e o Espírito Santo com sujeito ativo no processo de diálogo com Deus pelas Escrituras.
- Olhar para o texto em questão como Palavra de Deus encarnada em um gênero discursivo, cujas características linguísticas peculiares cooperam para a compreensão da enunciação.

### **3º) FASE DO DIÁLOGO COM O TEXTO**

- Não perder de vista a relação que há entre o texto selecionado e o conjunto das Escrituras, podendo se dar de modo explícito e/ou implícito.
- Observar que quanto mais aberto e profundo for o diálogo pessoal com Deus mais significativos serão os textos, pois maior será a compreensão desses e de como a história da salvação é escrita na própria vida do leitor.
- Assumir que um verdadeiro diálogo implica na consolidação de uma relação com o texto; que este questiona o leitor e que também o leitor pode e deve questionar o texto – esta é a marca de uma leitura polissêmica, mas não se restringe a decodificar ou armazenar informações sobre o texto.
- Não prescindir do silêncio como peça-chave do diálogo.

---

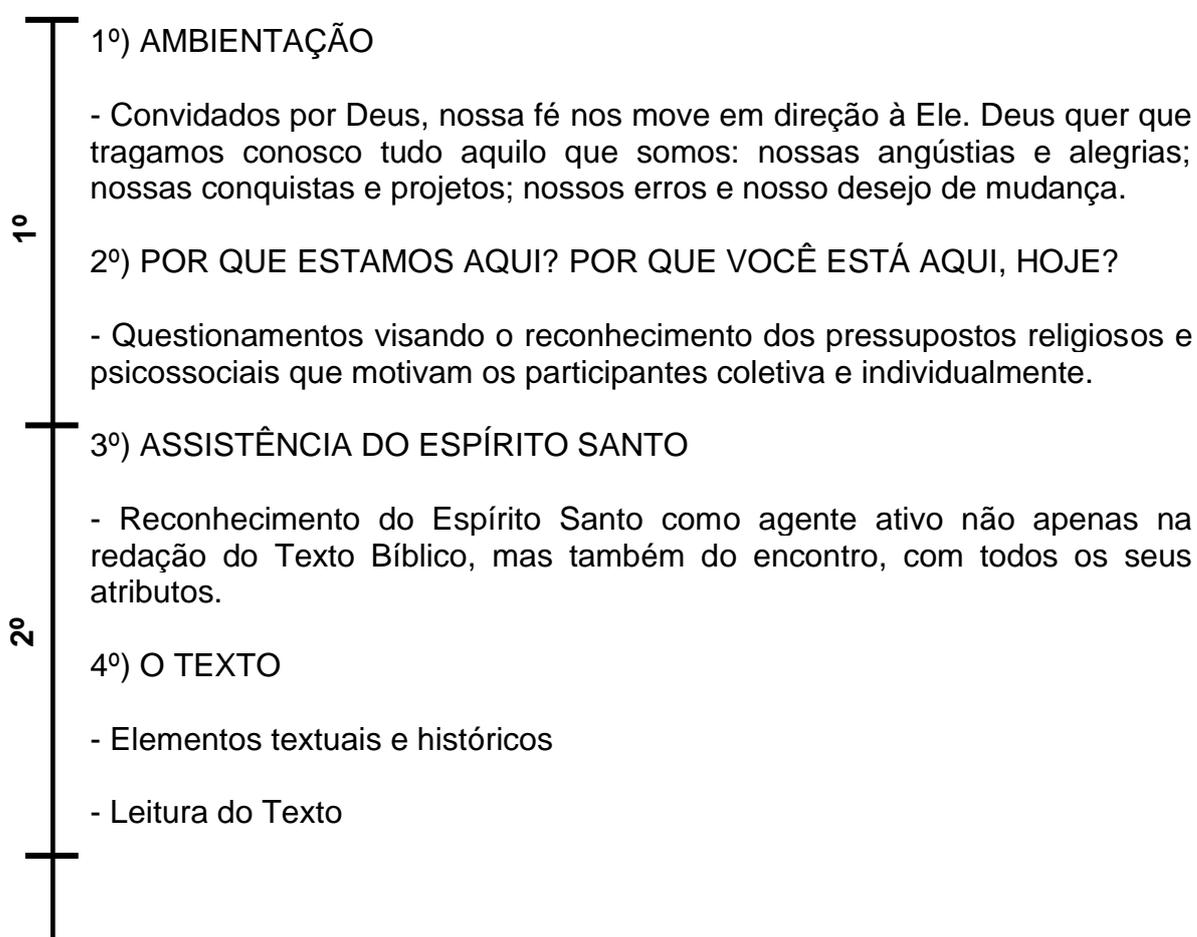
<sup>313</sup> Os descritores são elementos responsáveis por definir e/ou descrever habilidades, competências que servem de norte para o bom e adequado desenvolvimento do processo que se pretende empreender.

#### 4º) FASE PÓS-LEITURA

- Voltar a atenção para a vida cotidiana e verbalizar o que, como e onde se deu e se dará a transformação da vida pessoal e comunitária (eclesial e secular) motivada pelo diálogo com Deus.
- Novamente, o silêncio aparece como momento de fecundação do diálogo empreendido, a partir do qual emergirá a atualização da fé e a ampliação do texto e da compreensão de si.

É em cada encontro particularmente organizado que será lançado mão dos instrumentos para o Letramento Bíblico (a Comunidade de Fé e os Gêneros Discursivos), em vista de uma compreensão dos intertextos e de como estes dialogam com o texto, o autor, o leitor e o contexto. Isto não significa que em todos os encontros será dado destaque a como o intertexto relaciona-se com texto, autor, leitor e contexto, mas cada um destes poderá ser elencado como foco de um ou de outro encontro.

#### ESQUEMA PARA O ENCONTRO:



3º	<p>5º) MOMENTO DO DIÁLOGO COM O TEXTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diálogo é momento de confronto construtivo, tendo como pano de fundo a relação entre fé e vida, o que o indivíduo tem a dizer a Deus e vice-versa, sendo sempre Deus quem dá o primeiro passo.</li> <li>- O silêncio, como essencial para a escuta e posteriores perguntas à Deus.</li> <li>- O que o Texto diz, nos agradando ou não?</li> <li>- O que podemos perguntar ao Texto?</li> <li>- O que o Texto nos responde, consolando ou nos provocando?</li> <li>- O que o Texto nos pergunta?</li> <li>- O que respondemos ao Texto?</li> </ul>
4º	<p>6º) ENCERRAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Materialização (verbalmente ou por escrito) dos frutos do diálogo e como isto ressoará no cotidiano de cada um e/ou coletivamente.</li> <li>- O silêncio, agora como momento de elaboração das respostas incitadas pelo diálogo com Deus.</li> </ul>

Ao final de um grupo específico de encontros poderá ser organizado um encontro com o objetivo de promover uma síntese dos temas e reflexões feitas até aquele momento, possibilitando aos participantes perceber e consolidar o caminho já percorrido, os progressos já realizados, o quanto ampliou-se a compreensão que eles têm das Escrituras, de si, de sua fé e do mundo que os rodeia.

A “produção final” a que se refere o último momento da progressão didática é o momento no qual os objetivos apresentados no momento inicial são retomados e no qual o grupo ou a assembleia da comunidade faz uma autoavaliação de seu percurso anual de diálogo com Deus e no qual pontos específicos trabalhados/aprofundados durante o processo podem ser retomados e ressignificados – por exemplo:

a) Se o objetivo do ano foi um conhecimento mais apurado sobre uma carta paulina e de como Paulo valeu-se do gênero carta exortativa para fazer o Evangelho encarnar-se e ressoar na realidade daquele povo e na nossa, hoje; neste caso, poderia ser sugerido que os vários grupos de uma mesma paróquia ou de um mesmo decanato realizassem trocas de cartas com a mesma estrutura e objetivo empregados por Paulo.

**b)** Caso o objetivo tenha sido conhecer os Salmos da liturgia dominical daquele ano, da variedade estilística e enunciativa presentes neste gênero específico, ao final dos encontros, aquelas várias orações individuais que, em cada encontro, brotaram deste diálogo com o texto e foram guardadas por escrito, poderão ser agrupadas, compiladas e tornar-se um livro de orações, um saltério ou devocionário da própria comunidade (grupo ou paróquia).

**c)** As atividades relativas ao Advento e a Novena de Natal podem, também, configurar-se em uma estratégia de síntese final dos encontros, revisitando o percurso trilhado no decorrer do ano, apontando os crescimentos que deverão florescer e gerar frutos.

## 5.6 EXAME CONCLUSIVO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apontando, agora, para dimensões mais práticas de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, foram explicitados quais personagens podem e devem ser compreendidos como atores, como sujeitos de sua prática pedagógica e que, agindo de modo responsivo-ativo, cooperam a que suas características dialógicas e mistagógicas sejam explicitadas.

Houve, também, esclarecimentos quanto aos espaços hermenêuticos do Letramento Bíblico, ambientes, eminentemente teológicos, nos quais texto, autor e leitor estão inseridos, nos quais são munidos dos signos e das ferramentas adequadas para uma interpretação polissêmica dos Textos Bíblicos, sendo, deste modo, ponto de encontro (de confronto, embate e aprendizado) entre Deus e cada ser humano.

Comunidade e linguagem são evidenciadas como os instrumentos adequados para o Letramento Bíblico. Agindo de modo complementar e não concorrente, esses instrumentos conciliam o elemento divino e humano presentes nas Escrituras, evitam que a letra se torne vazia e cooperam para que a Palavra de Deus seja encarnada em todas as realidades, circunstâncias e momentos da história humana, conservando espaço para estabilidade e para atualização.

Sendo o intertexto o objeto da leitura e interpretação do Letramento Bíblico, ressaltamos sua importância quando se pretende uma leitura polissêmica e não parafrástica e literalista dos Textos Bíblicos. Salientamos ser o *sensus fidelium* o grande intertexto que dá tectura aos vários textos da Bíblia, pois elemento do qual os

autores sagrados se valerem para construir os textos, componente esse compartilhado entre autor, texto e leitor (de qualquer época e lugar) e que faz ver naquelas palavras a Palavra de Deus, aquele sem o qual as Escrituras se tornariam mais uma produção literária, mais uma produção do fantástico intelecto humano.

Dentre as diretrizes que encaminham à vivência prática de uma Pedagogia de Letramento Bíblico, explicitamos alguns de seus fundamentos, agora em comparação com outras estratégias de interpretação dos Textos Bíblicos, evidenciando aquilo que o Letramento Bíblico traz de diferencial em relação e essas estratégias hermenêuticas e em quais pontos pode compartilhar princípios – conforme, sinteticamente, apresentamos no quadro a seguir:

	<b>Letramento Bíblico</b>	
	Aproximam-se	Afastam-se
<b>Leitura Fundamentalista</b>		<p>Valoriza os pressupostos do leitor e do texto, entendendo-se em relação um com o outro.</p> <p>A leitura é sempre um ato coletivo, nunca individual e individualizado.</p> <p>O sentido do texto não se resume à compreensão (recepção) do leitor.</p> <p>Equilibra os papéis de autor, texto, contexto e leitor no ato da leitura, evitando o subjetivismo.</p> <p>Embora Palavra de Deus, o Texto Bíblico não é lido literalmente e as sentenças não são pinçadas de modo não contextual (relação entre a parte e o todo do texto e/ou de seu contexto vital – a fé).</p>
<b>Leitura Literalista</b>		<p>Embora Palavra de Deus, o Texto Bíblico não é lido literalmente e as sentenças não são pinçadas de modo não contextual (relação entre a parte e o todo do texto e/ou de seu contexto vital – a fé).</p>

<b>Abordagem Fideísta</b>		Embora Palavra de Deus, o Texto Bíblico não é lido literalmente e as sentenças não são pinçadas de modo não contextual (relação entre a parte e o todo do texto e/ou de seu contexto vital – a fé).
<b>Abordagem Dogmatizante</b>		Embora Palavra de Deus, o Texto Bíblico não é lido literalmente e as sentenças não são pinçadas de modo não contextual (relação entre a parte e o todo do texto e/ou de seu contexto vital – a fé).
<b>Leitura Sociológica</b>		Valoriza o elemento histórico e sociocultural (de autor, texto e leitor), mas vai além, envolvendo também a contribuição espiritual.
<b>Leitura Feminista</b>		O objetivo da leitura está em ampliar a compreensão do leitor sobre si, sobre a fé, sobre o texto, e sobre como esses conhecimentos podem ajudar a fecundar seu contexto sociocultural, e não apenas a este último.
<b>Leitura Libertação</b>		Valoriza o elemento histórico e sociocultural (de autor, texto e leitor), mas vai além, envolvendo também a contribuição espiritual. O objetivo da leitura está em ampliar a compreensão do leitor sobre si, sobre a fé, sobre o texto, e sobre como esses conhecimentos podem ajudar a fecundar seu contexto sociocultural, e não apenas neste último.

<b>Leitura Antropológico</b>		Valoriza o elemento histórico e sociocultural (de autor, texto e leitor), mas vai além, envolvendo também a contribuição espiritual.
<b>Leitura Psicológica</b>		O sentido do texto não se resume à compreensão (recepção) do leitor. Equilibra os papéis de autor, texto, contexto e leitor no ato da leitura, evitando o subjetivismo.
<b>Ênfase no autor</b>		A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão. O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente fundamental para a compreensão dos textos.
<b>Ênfase no contexto de produção</b>		A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão. O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente fundamental para a compreensão dos textos.
<b>Análise Semiótica</b>	O texto tem certa autonomia. Novos ângulos de interpretação, quando não contrários à fé e à Tradição, podem ser aceitos. Linguagem e elementos linguísticos podem ajudar em uma visão mais abrangente e completa do texto. O contexto e os intertextos são chaves de sentido, pois este está na interação da parte com o	

	todo, e com o ambiente vital (a fé).	
<b>Leitura Popular</b>	<p>A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão.</p> <p>O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente fundamental para a compreensão dos textos.</p>	<p>O objetivo da leitura está em ampliar a compreensão do leitor sobre si, sobre a fé, sobre o texto, e sobre como esses conhecimentos podem ajudar a fecundar seu contexto sociocultural, e não apenas a este último.</p>
<b>Bultmann</b>	<p>A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão.</p> <p>O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente fundamental para a compreensão dos textos.</p> <p>O contexto e os intertextos são chaves de sentido, pois este está na interação da parte com o todo, e com o ambiente vital (a fé).</p>	
<b>Sentido Pleno</b>	<p>O texto tem certa autonomia.</p> <p>Novos ângulos de interpretação, quando não contrários à fé e à Tradição, podem ser aceitos.</p> <p>Linguagem e elementos linguísticos podem ajudar em uma visão mais abrangente e completa do texto.</p>	
<b>Método Alegórico</b>	<p>A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão.</p> <p>O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente</p>	<p>O sentido do texto não se resume à compreensão (recepção) do leitor.</p> <p>Equilibra os papéis de autor, texto, contexto e leitor no ato da leitura, evitando o subjetivismo.</p>

	fundamental para a compreensão dos textos.	
<b>Leitura Orante</b>	<p>A distância temporal, geográfica e linguística não é empecilho à compreensão.</p> <p>O contexto vital do qual texto e leitor compartilham (a fé) é o que é verdadeiramente fundamental para a compreensão dos textos.</p>	

Quadro 3

Demonstramos que a valorização da riqueza e diversidade de interpretações possíveis das Escrituras, aquela resultante de uma leitura polissêmica, do Letramento Bíblico, é o reconhecimento do diálogo mistagógico entre cada leitor com a fonte inesgotável dos Textos Sagrados (palavra humana consignando a Palavra Divina, formulada e perpetuada até nós pela fé da Igreja); diálogo capaz de vivificar e renovar a realidade porque **antes transformou o leitor, atualizou a fé (individual e eclesial), e ampliou os limites das Escrituras para um novo contexto.**

Aceitar este atributo dialógico e polifônico do Letramento Bíblico em nada diminui ou ameaça a Palavra Divina e sua enunciação, pelo contrário, como afirma Santo Efrém: “as perspectivas de sua palavra são muitas, assim como as de quem a estuda. [...]. (O Senhor) escondeu na sua palavra todos os tesouros para que cada um de nós encontrasse riqueza naquilo que medita” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.52.53, tradução nossa)<sup>314</sup>; e além de tudo, configura-se como um ato de humildade, pois o leitor ‘letrado biblicamente’, diante do manancial da Palavra, “fica feliz em beber, mas não se entristece por não poder consumir a fonte” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.53, tradução nossa)<sup>315</sup>, e “não acredita que haja na Palavra de Deus apenas o que nela encontra; em vez disso, ele percebe que só foi capaz de descobrir uma coisa entre muitas outras” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.53, tradução nossa).<sup>316</sup>

<sup>314</sup> “*Les perspectives de ta parole sont nombreuses, comme sont nombreuses les perspectives de ceux qui l'étudient. [...]. (Le Seigneur) il a caché dans sa parole tous les trésors pour que chacun de nous trouve une richesse dans ce qu'il médite*” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.52.53).

<sup>315</sup> “*Se réjouit de boire, mais il ne s'attriste pas de son impuissance à épuiser la source*” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.53).

<sup>316</sup> “*N'aïlle pas croire qu'il n'y a dans la Parole de Dieu que ce qu'il y trouve; qu'il se rende compte plutôt qu'il n'a été capable d'y découvrir qu'une seule chose parmi bien d'autres*” (ÉPHREM DE NISIBE, 1966, p.53).

## 6. CONCLUSÃO

O percurso trilhado nesta tese promoveu tanto um movimento para trás quanto para frente, à medida que olhou para as próprias Escrituras e a Tradição da Igreja e, à luz da ambas, buscou estratégias metodológicas atuais que pudessem responder de modo eficaz às problemáticas da Igreja de hoje. Movimento teológico em um diálogo profícuo com as atuais teorias sobre: i) leitura; ii) interpretação de textos; e de iii) trabalho a partir dos gêneros discursivos, instrumentos pelos quais a língua se manifesta na realidade (BAKHTIN, 1997, p.283). Ao enfatizarmos essa aproximação teórica entre Teologia, Estudos Bíblicos e Ciências da Linguagem, fomos, também, explicitando nossos próprios pressupostos e motivações – explicitações que, aliás, são outro diferencial das atuais correntes hermenêuticas<sup>317</sup>.

Embora ainda de modo limitado, cremos ter atingido nosso objetivo de apresentar critérios claros e distintos, advindos das Teorias do Letramento, constituídos em uma Pedagogia de Letramento Bíblico, capazes de subsidiarem o trabalho dos Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs), e de promoverem que os fiéis passem de uma leitura ‘parafrástica’ para uma leitura ‘polissêmica’ da Bíblia<sup>318</sup>.

A despeito de o Letramento Bíblico, tal como por nós apresentado, esteja exclusivamente voltado ao trabalho junto aos GBRs, é possível, com as devidas adaptações conceituais e procedimentais, que ele seja utilizado em âmbito acadêmico (cursos e/ou escolas teológicas), na formação continuada de agentes de pastoral, seminaristas, clero, ou mesmo empregado em um percurso homilético a ser desenvolvido nas celebrações dominicais.

Em nosso primeiro capítulo respondemos afirmativamente à questão sobre a relevância de nossa tese, se seria possível empreender uma aproximação entre os Estudos Bíblicos, a Teológicos e os Estudos da Linguagem. Tal resposta afirmativa teve por base o fato de que esta aproximação é algo que a própria Igreja reconhece

---

<sup>317</sup> Uma vez que “(o) pensamento pouco a pouco toma forma, apoiando-se no sistema ideológico, pois ele próprio foi engendrado pelos signos ideológicos que assimilei anteriormente” (BAKHTIN, 2006, p.57), fazendo com que o conhecimento e reconhecimento dos pressupostos, ideologias do enunciador, e das influências sócio-históricas em seu enunciado, contribuam a que o enunciatário não incorra em interpretações falsas e/ou inadequadas na construção da enunciação (KOCH, 2004, p.46).

<sup>318</sup> Enquanto a leitura polissêmica detém alto grau de atividade de reflexão e interação entre os conhecimentos prévios do leitor e o texto, caracterizando-se como criativa, a leitura parafrástica é designada como assimilativa e com baixo grau de inferenciação, assumindo postura apenas de reprodução das informações (ORLANDI, 1987, p.201; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p.40).

como sendo válida e possivelmente<sup>319</sup> frutuosa acerca de uma maior compreensão dos Textos Bíblicos e de uma maior e melhor atualização de sua mensagem. Pois, inscreve-se em um percurso mais amplo de compreensão das Escrituras e dos métodos que podem ser empregados, tendo no Papa Leão XIII e no Movimento Bíblico momentos paradigmáticos.

Partindo do pressuposto da abertura do Magistério da Igreja a que essa aproximação ocorra, no segundo capítulo, nos propusemos algumas perguntas analíticas acerca do que vinha a ser esta pedagógica – aquela proveniente das Teorias do Letramento; quais suas bases filosóficas e linguísticas; como ela se estrutura e como se diferencia de outras práticas. Da resposta a estas questões evidenciou-se o destaque que as Teorias do Letramento dão à leitura como um processo dialógico no qual estão envolvidos: autor, texto, contexto e leitor; cujos objetos/realidades de leitura podem ser: o contexto, o texto ou o intertexto, dando ênfase ao intertexto e a potencialidade da linguagem trazida por ele enquanto em relação com autor, texto, contexto e leitor. Ela, articulada em uma dimensão individual e coletiva, se apresenta como alicerçada sobre os eixos da: dinamicidade, utilidade, praticidade, gradatividade; os quais, voltados à valorização do sujeito leitor e de sua realidade.

Tendo por claras as características das Teorias do Letramento, empreendemos, no terceiro capítulo, uma aproximação sua para com a prática da Igreja, presente nas próprias Escrituras e na Tradição dos Primeiros Pais da Fé, em vista da percepção do como essa pedagógica e suas estratégias metodológicas poderiam contribuir para a fé. Disto, resultou o reconhecimento de que os pressupostos adotados pelas Teorias do Letramento estão em perfeita harmonia com a prática pedagógica adotada nas Escrituras por Jesus e Paulo, e por Padres tanto do Oriente quanto do Ocidente (no nosso caso, apresentamos a abordagem de Ambrósio de Milão, um Padre da Igreja que respira teologia de ambos os pulmões da Igreja<sup>320</sup>), que, partindo do contexto de seus interlocutores, promoviam uma aproximação com as Escrituras (a Mensagem Evangélica) capaz de valorizar e ampliar os

---

<sup>319</sup> Dizemos ‘possivelmente’, pois o auxílio de outras ciências à Teologia e aos Estudos Bíblicos deve estar voltado ao crescimento na e da fé, e não podem ter pressupostos contrários a esta mesma fé, a justiça e a caridade (PD 35-43; DV 26; PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.104.112.125.143-144).

<sup>320</sup> Esta é uma expressão bastante cara a João Paulo II, que, tendo por base o Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio* (UR 14.18-19), busca valorizar as riquezas espirituais, litúrgicas e teológicas das Tradições Oriental e Ocidental como sendo complementares (RMa 34; UUS 54; NMI 48).

conhecimentos que estes já traziam consigo, fazendo desta mensagem sempre viva e atual.

Cristo teve por objetivo fazer a humanidade ser mais e melhor aquilo que ela já traz consigo, em seu potencial (tanto no que se refere à relação da humanidade com Deus<sup>321</sup>, quanto no que diz respeito à relação da humanidade entre si<sup>322</sup>). A inculturação da fé permite que esse movimento se mantenha e que Cristo continue a fazer novas todas as coisas (Ap 21,5) – e nisto, segundo o Papa Francisco, está um dos elementos que constitui a catolicidade da Igreja (FT 278). Negar este movimento de constante renovação seria empobrecer-nos e empobrecer a própria fé<sup>323</sup>, entretanto, como destaca o Papa Francisco,

a solução não é uma abertura que renuncie ao próprio tesouro. [...] Não me encontro com o outro, se não possuo um substrato onde estou firme e enraizado, pois é a partir dele que posso acolher o dom do outro e oferecer-lhe algo de autêntico. Só posso acolher quem é diferente e perceber a sua contribuição original, se estiver firmemente ancorado ao meu povo com a sua cultura (FT 143).

Em nosso caso, nossa âncora, nossas balizes se dão pela fé eclesial.

O quarto capítulo foi o momento mais específico de olhar para o como a Pedagogia de Letramento Bíblico poderia ser estruturada e posta em prática nas Comunidades Eclesiais de Base, em seus Grupos Bíblicos de Reflexão, levando em conta os sujeitos envolvidos, o lugar hermenêutico próprio, e os instrumentos adequados, com diretrizes e um roteiro metodológico focados nos intertextos. Na ciência de que, “sem a leitura da Palavra não é possível o encanto por Jesus Cristo e o encontro com Ele” (Est 144, n.21), como mais recentemente salientou o este estudo da CNBB.

Reiterando a máxima de Ambrósio de Milão – que diz: “falamos com Cristo quando fazemos orações, e o ouvimos quando lemos as Sagradas Escrituras” (1500, p.35, tradução nossa) –, parece-nos indubitável que o Letramento Bíblico pode oferecer à Igreja o reconhecimento e a atitude da leitura como um ato de conhecer à Deus porque **com Ele** se dialoga e não porque **a Ele** se estuda<sup>324</sup>, na medida que

<sup>321</sup> “Senhor, ensina-nos a rezar” (Lc 11,1); “Senhor, mostra-nos o Pai” (Jo 14,8).

<sup>322</sup> “Quem é o meu próximo?” (Lc 10,29); “Quantas vezes devo perdoar?” (Mt 18,21).

<sup>323</sup> FT 137.

<sup>324</sup> Uma superação do intelectualismo bíblico ao qual a Igreja no Brasil se refere e que pode acabar tirando a centralidade do Cristo, dissociando fé e vida, e as dimensões pessoal, eclesial, societária e cósmica (Est 114, n.76), e para a qual as próprias Escrituras nos chamam atenção nas figuras de Maria e Marta (Lc 10,38-42).

empreende uma alteração da leitura parafrástica (aberta e criativa) para a leitura polissêmica (assimilativa e imitativa).

É, também, estratégia do Letramento Bíblico – como buscamos explicar e exemplificar – poder ser organizado em uma prática de letramento cujo percurso temporal é longo e aberto ao diálogo com cada novo contexto e leitor com que entre em contato, constituindo-se em um gradativo processo que tanto “revela” o texto (e a própria fé) ao leitor, quanto “revela” o leitor a si mesmo (em sua realidade histórica). E seguindo a mesma intuição da Igreja no Brasil, defende que a interpretação do Texto Bíblico

não pode estar somente nas mãos de especialistas. Deve estar nas mãos de todo o povo. Brota, então, a necessidade de uma linguagem popular, afetiva e espiritual, utilizando muitos exemplos e comparações para a compreensão. [...]. Ela deve permear as realidades do mundo, impregnar a cultura e a comunicação, a economia e a política. Deve tornar-se fonte de santificação da vida cotidiana.

[...]

(A Bíblia) deve ser lida e interpretada sob o olhar desse mesmo Espírito, que dá a unidade entre o ontem e o hoje (Est 144, n.41.59).

O “vazio pastoral” ao qual o Papa Bento XVI se refere em sua Exortação Apostólica (VD 73), residiria, justamente, na incapacidade da Igreja em proporcionar um tal conhecimento de Deus a todos os fiéis, de modo que este seja um verdadeiro e sincero confronto, diálogo, com Ele, no ambiente hermenêutico e com os instrumentos adequados. Daí, no Letramento Bíblico, o papel daquele que organiza o subsídio decorre desta necessidade de motivar, estimular o encontro e não de levar à respostas (apontar o caminho daquilo que deve ser dito pelo leitor em resposta àquilo que Deus lhe fala, daquilo que será “revelado” ao leitor). O que se quer é que o leitor, ao final do percurso, seja capaz de dizer, assim como Jó: “eu te conhecia só por ouvir dizer, mas, agora, vejo-te com meus próprios olhos” (Jó 42,5).

“[...] o novo só é autêntico se conserva o velho, e o velho só permanece vivo se é  
vivido de forma nova”  
(Karl Rahner).

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

AGOSTINHO (Santo). **II Sermão sobre o Salmo 90**. In: Patrística: Santo Agostinho - Comentário aos Salmos. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2008, v.9/2.

AGOSTINHO (Santo). **A Doutrina Cristã**. In: **Patrística: Santo Agostinho**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2011, v.17.

AGOSTINHO (Santo). **A Graça (I)**. In: **Patrística: Santo Agostinho**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2010, v.12.

AGOSTINHO (Santo). **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2009, v.10.

ALTER, Robert; KERMODE, Frank. **Guia literário da Bíblia**. São Paulo: Unesp, 1997.

AMBRÓSIO (Santo). **De Officiis Ministrorum**. BNP: Lisboa, 1500.

AMBRÓSIO (Santo). **Examerão**. São Paulo: Paulus, 2010a, v.26.

AMBRÓSIO (Santo). **Sobre os Sacramentos**. In: **Patrística: Santo Ambrósio de Milão**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2010b, v.5.

ARANTES, Marilza Borges. **A argumentação nos gêneros fábula, parábola e apólogo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ASLAN, Reza. **Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré**. São Paulo: Zahar. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=Xa3vAQAQBAJ&pg=PT90&dq=mar+da+galiléia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiBv\\_-4narcAhWCrVkkKHd21Dyw4FBD0AQhXMAk#v=onepage&q=galileia&f=false](https://books.google.com.br/books?id=Xa3vAQAQBAJ&pg=PT90&dq=mar+da+galiléia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiBv_-4narcAhWCrVkkKHd21Dyw4FBD0AQhXMAk#v=onepage&q=galileia&f=false)>. Acesso em: 20 de jul. de 2018.

AUERBACH, Eric. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é e como se faz**. 50.ed. São Paulo, Loyola, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

BARGHILIONI, Mariella; BARGHILIONI, Egidio; MEDDI, Luciano. **Adulti nella comunità Cristiana: Guida alla preparazione di itinerari per l'evangelizzazione, la crescita nella fede e la mistagogia della vita Cristiana**. Paoline: Milano, 2008.

BARRY, William A..**Deus e você: A oração como relacionamento pessoal**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTON, David. **Literacy: An Introduction to the Ecology of Written Language**. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1994.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. **Local Literacies**, Reading and writing in one community. London: Routledge, 1998.

BARTON, David; HAMILTON, Mary (orgs.). **Situated Literacies, reading and writing in context**. London: Routledge, 2000.

BASÍLIO DE CESAREIA (São). **Tratado sobre o Espírito Santo**. In: **Patrística: Basílio de Cesareia**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2012, v.12.

BEALE, Gregory K.. **O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento e suas implicações hermenêuticas**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción la lingüística del texto**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Ensino de gramática**. Opressão? Liberdade?. 4.ed. São Paulo: Ática, 1989.

BENINCÁ, Elli; BALBINOT, Rodinei. **Metodologia Pastoral**, mística do discipulado. São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO XV (Papa). **Spiritus Paraclitus**. In: BENTO XV; PIO X. **Documento de Pio X e Bento XV (1903-1922)**. São Paulo: Paulus, 2002.

BENTO XVI (Papa). **Carta Encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO XVI (Papa). **Exortação Apostólica Verbum Domini**. São Paulo: Paulinas, 2010.

BENTO XVI (Papa). **Os Padres da Igreja: de Clemente de Roma a Santo Agostinho**. São Paulo: Cultrix, 2010.

BERLEJUNG, Angelika; FREVEL, Christian (orgs.). **Dicionário de termos teológicos fundamentais do Antigo e do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus; São Paulo: Loyola, 2011.

BEZERRA, Benedito Gomez. **A Palavra de Deus na palavra humana**. São Paulo: Pá de Palavra, 2019.

BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOGAZ, Antônio S.; COUTO, Márcio A.; HANSEN, João H. **Patrística, caminhos da tradição cristã**. São Paulo: Paulus, 2008.

BORG, Marcus J. **“Speaking Christian”: A Word of Introduction**. Disponível em: <<  
[http://day1.org/2896-dr\\_marcus\\_j\\_borg\\_speaking\\_christian\\_a\\_word\\_of\\_introduction](http://day1.org/2896-dr_marcus_j_borg_speaking_christian_a_word_of_introduction)>>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

BOROBIO, Dionísio. **Pastoral de los sacramentos**. Salamanca: Secretariado Trinitário, 1996.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegamos na escola e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin e o círculo**. São Paulo: Contexto, 2009.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: Educ, 1999.

BULTMANN, Rudolf Karl. **Crer e Compreender: ensaios selecionados**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

BULTMANN, Rudolf Karl. **Jesus Cristo e Mitologia**. 4.ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. In: Remate de Males. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, Número especial Antonio Candido Campinas, 1999, p.81-90.

**CARTA A DIOGNETO**. In: **Patrística: Padres Apologistas**. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2010, v.2.

CASALEGNO, Alberto. **Ler os Atos dos Apóstolos: Estudo da teologia lucana da missão**. São Paulo: Loyola, 2005.

**CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**. 19.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

CAZDEN, Courtney; COPE, Bill; FAIRCLOUG, Norman *et al.* **A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures**. *Harvard Educational Review*, Spring, 1996, p.60-92.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**. 12.ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

- CELAM. **Documento de Aparecida**. 7.ed. Brasília: Edições CNBB, 2008.
- CLEMENTE DE ALEJANDRÍA (San). **El Pedagogo**. Madrid: Editorial Gredos, 1988.
- CNBB. **BÍBLIA SAGRADA**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- CNBB. **Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia (Doc 100)**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- CNBB. **Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil (Doc 25)**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 1999.
- CNBB. **Discípulos e Servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja (Doc 97)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- CNBB. **Animação Bíblica da Pastoral a partir das Comunidades Eclesiais Missionárias (Est. 114)**. Brasília: Edições CNBB, 2021.
- CNBB. **Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base (Doc. 92)**. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CNBB. **Ritual do Batismo de Crianças**. São Paulo: Paulus, 2008.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja I**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA. **Declaração O Dom da Autoridade**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Teologia Hoje**, perspectivas, princípios e critérios. São Paulo: Paulinas, 2013.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Sensus Fidei na vida da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II**. São Paulo: Vozes, 2002.
- CONCÍLIO VATICANO I. Constituição Dogmática *Dei Filius*. IN: DENZINGER. Henrici. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja católica**. São Paulo: Paulinas, 2006, p.643-652.
- CONGAR, Yves. **Sobre el Espíritu Santo**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2003.
- COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Orgs.). **A Pedagogy of Multiliteracies, Learning by Design**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Letramento e heterogeneidade na escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as Teorias do Letramento**. 2.ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012, p.135-166.

COSSON, Rildo. **Círculo de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CUNHA, Carolina. **Teoria da Terra Plana está cada vez mais popular**. Disponível em: << <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciencia---teoria-da-terra-plana-esta-cada-vez-mais-popular.htm>>>. Acesso em: 01 de dez. de 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DEWEY, John. **Democracia y Educacción: una introducción a la filosofía de la educación**. 3.ed. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

DEWEY, John. **Lógica – A Teoria da Investigação**. In: DEWEY, John. **Pensadores**, São Paulo: Abril, 1980, p.53-106.

DIBELIUS, Martin. **Paulus**. Berlim: Walter de Gruyter, 1951.

DROBNER, Hubertus R. **Manual de Patrología**. 2.ed. Barcelona: Herder, 1999.

DUNN, James D. G.. **A Teologia de Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUPONT, Jacques. **Estudos sobre os Atos dos Apóstolos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1974.

ÉPHREM DE NISIBE. **Commentaire de L’Evangile Concordant ou Diatessaron**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1966, v.121.

EGGER, Wilhelm. **Metodologia do Novo Testamento**. São Paulo, 1994

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. In: **Patrística: Eusébio de Cesareia**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2008, v.15.

FABRIS, Rinaldo. **Os Atos dos apóstolos**. São Paulo: Loyola, 1991.

FABRIS, Rinaldo. **Paulo: Apóstolo dos gentios**. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para Conhecer: Norma Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERRER, Juan José Prat. **Bajo el árbol del paraíso: historia de los estudios sobre el folclore y sus paradigmas**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

FIGUEIREDO, Dom Fernando Antônio. **Curso de Teologia Patrística**. Petrópolis: Vozes, 1990, v.3.

FIGUEIREDO, Dom Fernando Antônio. **La Vita de la Iglesia Primitiva – Curso de Teología Patrística**. Bogotá: CELAM, 1991.

FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo. **Dicionário de Espiritualidade**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2005.

FILÓN DE ALEJANDRÍA. **Sobre la migración de Abraham**. In: FILÓN DE ALEJANDRÍA. **Obras Completas**. Buenos Aires: Acervo Cultural, 1976, tomo II., 206-243.

FILÓN DE ALEJANDRÍA. **Sobre las habituales intrigas de lo peor contra lo mejor**. In: FILÓN DE ALEJANDRÍA. **Obras Completas**. Buenos Aires: Acervo Cultural, 1976, tomo I, p.203-231.

FITZMYER, Joseph Augustine. **A Bíblia na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1997.

FITZMYER, Joseph Augustine. **A interpretação da Escritura**. São Paulo: Loyola, 2011.

FRANCISCO (Papa). **Carta Apostólica ‘A experiência histórica ensina’**. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/it/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20191022\\_archivio-apostolico-vaticano.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/it/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20191022_archivio-apostolico-vaticano.html). Acesso em: 31 de out. de 2019.

FRANCISCO (Papa). **Carta Apostólica *Aperuit Illis***. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190930\\_aperuit-illis.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190930_aperuit-illis.html). Acesso em: 31 de out. de 2019.

FRANCISCO (Papa). **Carta Apostólica *Antiquum Ministerium***. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210510\\_antiquum-ministerium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210510_antiquum-ministerium.html). Acesso em: 11 de maio. de 2021.

FRANCISCO (Papa). **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20201003\\_enciclica-fratelli-tutti.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html). Acesso em: 05 de out. de 2020.

FRANCISCO (Papa). **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***. São Paulo: Paulinas, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYNE, Sean. **A Galiléia, Jesus e os Evangelhos**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYNE, Sean. **Jesus, um judeu da Galiléia**: Nova leitura da história de Jesus. São Paulo: Paulus. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=n\\_25DAAAQBAJ&pg=PT55&dq=galiléia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiP9LGJnqrcAhXGpFkKHwC7AXAQ6AEIMzAC#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=n_25DAAAQBAJ&pg=PT55&dq=galiléia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiP9LGJnqrcAhXGpFkKHwC7AXAQ6AEIMzAC#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 19 de jul. de 2018.

GABEL, John B.; WHEELER, Charles B.. **A Bíblia como Literatura**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GARGANO, Innocenzo. A Metodologia Exegética dos Padres. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (org.). **Metodologia do Antigo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

GEFFRÉ, Claude. ***El Cristianismo ante el riesgo de la interpretación***. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1984.

GEFFRÉ, Claude. *Révélation et expérience historique des hommes*. **Laval théologique et philosophique**, Quebec, v.46, n.1, p.3-16, fevereiro 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos e pesquisas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREGÓRIO DE NISSA (São). **A grande catequese**. In: Patrística: Gregório de Nissa. São Paulo: Paulus, 2018, v.29.

GREGÓGIO MAGNO (São). **Regra Pastoral**. São Paulo: Paulus, 2010.

GIGLIO, Auro Del. **Iniciação ao Talmud**. Disponível em: <<[https://books.google.com.br/books?id=tQNDDwAAQBAJ&pg=PT84&lpg=PT84&dq="agadá"+rabino&source=bl&ots=uPE1y2jNn1&sig=BSRX4RE1k-3bhPpL3wONAH1-T6g&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=tQNDDwAAQBAJ&pg=PT84&lpg=PT84&dq=)>>

[BR&sa=X&ved=2ahUKEwj6\\_5WFz6bcAhVRx1kKHb8bBusQ6AEwAXoECAMQAQ#v=onepage&q&f=false>>](#). Acesso em: 17 de jul. de 2018.

GUNNEWEG, Antonius H. J.. **Hermenêutica do Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

HEATH, Shirley Brice. **Ways with Words**, Language, life, and work in communities and classrooms. 18.ed. London: Cambridge, 2009.

HILÁRIO DE POITIERS (Santo). **Tratado sobre a Santíssima Trindade**. In: **Patrística: Santo Hilário de Poitiers**. São Paulo: Paulus, 2005.

INDURSKY, Freda. **Estudos da linguagem: a leitura sob diferentes olhares teóricos**. In: Founi, Leda Verdiani (org.). **Letramento, escrita e leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 163-178.

IRINEU DE LIÃO (Santo). **Contra as Heresias**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2009.

JAEGER, Werner. **Cristianismo Primitivo e Paideia Grega**. Santo André: Academia Cristã, 2014.

JOÃO CRISÓSTOMO (São). **Homilias sobre a Primeira Carta a Timóteo**. In: **Patrística: São João Crisóstomo - Comentário às Cartas de São Paulo/3**. São Paulo: Paulus, 2017, v.27/3.

JOÃO PAULO II. **Carta às Famílias - Gratissimam Sane**. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Apostólica *Dies Domini***. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_letters/1998/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_05071998\\_dies-domini.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1998/documents/hf_jp-ii_apl_05071998_dies-domini.html). Acesso em: 18 de out de 2020.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte***. 11.ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Centesimus Annus***. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Fides et Ratio***. 9.ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Laborem Exercens***. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Redemptor Hominis***. 7.ed. São Paulo: Paulinas, 1998.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Redemptoris Mater***. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Redemptoris Missio***. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

JOÃO PAULO II (Papa). **Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis***. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

JOÃO PAULO II (Papa). **Exortação Apostólica *Christifideles Laici***. 11.ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

JOÃO PAULO II (Papa). **Exortação Apostólica *Familiaris Consortio***. 17.ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

JUSTINO DE ROMA (São). **Diálogo com Trifão**. In: **Patrística: Justino de Roma**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2010.

KLEIMAN, Ângela Bezerra. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KONINGS, Johan. **A Palavra se fez Livro**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2014.

KONINGS, Johan. As traduções da Bíblia no Brasil. In: GABEL, John B.; WHEELER, Charles B.. **A Bíblia como Literatura**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.253-255.

LÀCONI, Mauro (org.). **Vangeli Sinottici e Atti degli Apostoli**. Torino: Editrice Elledici, 1999.

LEÃO MAGNO (São). **Sermões**. In: **Patrística: Leão Magno**. São Paulo: Paulus, 2012.

LEÃO XIII (Papa). **Providentissimus Deus**. In: **Documentos da Igreja: Documentos de Leão XIII (1878-1903)**. São Paulo: Paulus, 2005, v.12.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à Teologia Fundamental**. São Paulo: Paulus, 2014.

LIMA VAZ, Henrique Claudio de. **Escritos de Filosofia: problemas de fronteira**. São Paulo: Loyola, 1986.

MAIMONE, Dom José Maria. **Construindo uma Igreja Viva: Escritos Pastorais**. Umuarama: Coordenação da Ação Evangelizadora, 1998.

MANJALY, Thomas. *Le périple de Dei Verbum. Impacts et défis*. **Bulletin Dei Verbum**, n.98, 2014, p.34-49.

MANNUCCI, Valério. **Bíblia, Palavra de Deus**: curso de introdução à Sagrada Escritura. São Paulo: Paulinas, 1986.

MARSHALL, I. Howard. **Atos: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1982.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto (org.). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2012.

MASELLI, Domenico. **L'alfabetizzazione della Bibbia**. Disponível em:<<  
<http://bes.biblia.org/riflessioni/lalfabetizzazione-della-bibbia.html?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

MATEOS, Juan. **Análisis Semiótico de los Textos: introducción, teoría, práctica**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1982.

MATEOS, Juan; CAMACHO, Fernando. **Evangelios, figuras y símbolos**. 4.ed. Córdoba: Ediciones el Almendro, 2007.

MATEOS, Juan; CAMACHO, Fernando. **Marcos: texto y comentario**. Córdoba: Ediciones el Almendro, 1994.

MESCHONIC, Henri. **La poética como crítica del sentido**. Buenos Aires: Marmol Izquierdo, 2007.

MESTERS, Carlos. **Deus onde estás?** Uma introdução prática à Bíblia. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MESTERS, Carlos. **Flor sem defesa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MESTERS, Carlos. **Jesus e a cultura do seu povo**. In: **Estudos Bíblicos: A Bíblia na mutação cultural**. Petrópolis: Vozes, v.61, 1999, p.13-22.

MESTERS, Carlos. **O que me vai no coração: sobre a fonte e o rumo da interpretação da Bíblia**. In: RICHTER REIMER, Ivoni; SCHWANTES, Milton (org.). **Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana**. Petrópolis: Vozes, v.1, n.50, jan. 2005, p.25-29.

MESTERS, Carlos. **Pablo Apóstol: Un trabajador que anuncia el Evangelio**. Madrid: San Pablo, 1993.

MESTERS, Carlos. **Palavra de Deus na história dos homens**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1971a.

MESTERS, Carlos. **Paraíso terrestre, saudades ou esperança?** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1971b.

MESTERS, Carlos. **Por trás das Palavras**: Um estudo sobre a porta de entrada no mundo da Bíblia. Petrópolis: Vozes, 2012.

MESTERS, Carlos. **Rezar os Salmos hoje**. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. **Sobre a leitura popular da Bíblia no Brasil**. Disponível em:<< <https://cebi.org.br/2007/10/14/sobre-leitura-popular-da-biblia-parte-i/>>>. Acesso em: 01 de set. de 2018.

MORAES, Padre Vagner João Pacheco de (coord.). **Querigma e Mistagogia**, caminhos à Iniciação Cristã. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

MORAN, Gabriel. **Catéchèse Biblique? Proposition critique d'une pédagogie de la foi pour notre temps**. Paris: Ligel, 1968.

NASCIMENTO, Elvira Lopes. **Notas de aula da Disciplina Gêneros Textuais do PPGEL**. Londrina: UEL, 15/03/2018 à 12/07/2018.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. **Teorias da Aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico**. 3.ed. Curitiba: InterSaberes, 2018.

NOGUEIRA, Patrícia Lima (org.). **Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I**. São Paulo: Pearson, 2016.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **A mediação simbólica**. In:\_\_\_\_\_. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997, p.25-40.

ORÍGENES. **Tratado sobre os Princípios**. In: Patrística: Orígenes. São Paulo: Paulus, 2018, v.30.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso**. 8.ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ORLANDIS, José. **Historia de la Iglesia**. 8.ed. Madrid: Ediciones Rialp, 2014.

OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Célia de (orgs). **Discursos, Identidades e Letramento: abordagens da Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.

PADOVESE, Luigi. **Introdução à Teologia Patrística**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

PARMENTIER, Elisabeth. **A Escritura Viva**: interpretação cristã da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2009.

PAULO VI (Papa). **Carta Encíclica *Populorum Progressio***. 12.ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

PAULO VI (Papa). **DISCORSO DEL SANTO PADRE PAOLO VI AI PARTECIPANTI ALLA XXI SETTIMANA BIBLICA ITALIANA**. Disponível em:<< [https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1970/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19700925\\_settimana-biblica.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19700925_settimana-biblica.html)>>. Acesso em: 08 de set. de 2018.

PAULO VI (Papa). **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***. 17.ed. Paulinas: São Paulo, 2004.

PERKINS. Larry. ***What is “Biblical Literacy” and Why is it Important?***. Disponível em:<< <http://biblicalliteracy.nbseminary.ca/what-is-biblical-literacy-and-why-is-it-important/>>>. Acesso em: 09 de jun. de 2018.

PIO XI (Papa). **Encíclica *Studiorum Ducem***. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/la/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19230629\\_studiorum-ducem.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/la/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19230629_studiorum-ducem.html). Acesso em: nov. de 2021.

PIO XII (Papa). ***Divino Afflante Spiritu***. In: **Documentos da Igreja: Documentos de Pio XII (1939-1958)**. São Paulo: Paulus, 1999, v.5.

PIPOLLO, Miguel. **A Bíblia e o trabalhador**. São Paulo: Loyola, 1991.

PINHEIRO, Ana Elias. Introdução. In: XENOFONTE, **Memoráveis**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009, p.7-55.

PINSKY, Jaime. **As Primeiras Civilizações**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. In: **Pensadores: Platão**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATÃO. **Timeu**. In: **Timeu-Críticas**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1993.

PSEUDO-DIONÍSIO. **Obras Completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.

QUASTEN, Johannes. **Patrología – Hasta el concilio de Nicea**. 3.ed. Madrid: BAC, 1978, v.1.

QUASTEN, Johannes. **Patrología – La edad de oro de la literatura patrística latina**. 3.ed. Madrid: BAC, 1981, v.3.

QUEIRUGA, Andres Torres. ***Repensar la Revelación: La revelación divina en la realización humana***. Madrid: Editorial Trotta, 2008.

- RAHNER, Karl. **Curso Fundamental da fé**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- RAHNER, Karl. **Dios, amor que desciende**. Santander: Editorial Sal Terrae, 2008.
- RAHNER, Karl. **Escritos de Teologia**. Madrid: Taurus Ediciones, 1964, v.4.
- RAHNER, Karl. **O Homem e a Graça**. São Paulo: Paulinas, 1970.
- RAHNER, Karl. **Teologia e Antropologia**. São Paulo: Paulinas, 1969.
- RAHNER, Karl; THUSING, Wilhelm. **Cristología, estudio teológico y exegetico**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1972.
- RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- RATZINGER, Joseph. **La interpretación bíblica en conflicto: Sobre el problema de los fundamentos y la orientación de la exégesis hoy**. In: Conferência em Nova York, 27 jan. 1988.
- RATZINGER, Joseph. **Natureza e Missão da Teologia**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. São Paulo: Loyola, 1997, v.2.
- REALE, Giovanni; ANTISERE, Dario. **História da Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1990, v.1.
- REGAN, David. **Experiência Cristã das Comunidades de Base: Mistagogia**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- REX, Lesley; GREEN, Judith; DIXON, Carol. **Critical Issues: What Counts When Context Counts?: The Uncommon "Common" Language of Literacy Research**. n.30, v.3, 1998, p.405-433.
- RICOEUR, Paul. **A Hermenêutica Bíblica**. São Paulo: Loyola, 2006.
- RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.
- RODRÍGUEZ. Virginia Jiménez. **Metacognición y Comprensión de la Lectura: Evaluación de los componentes estratégicos (procesos y variables) mediante la elaboración de una escala de conciencia lectora (escuela)**. Tese (Tese Doutoral em Psicologia) – Facultad de Psicología, Universidad Complutense de Madrid, p.270, 2004.
- ROQUETTE, José Ignácio; FONSECA, José. **Diccionario dos synonymos poeticos e de epithetos da lingua portugueza**. Pariz: Aillaud, Guillard e Cia, 1863.
- SANTOS, Susana (org.). **Introdução à Pedagogia**. São Paulo: Pearson, 2017.

SCHÉRER, Merline. **Quels sont les devoirs d'un ministre de l'Éducation?**. Disponível em:<< <http://parletion.com/article/quels-sont-les-devoirs-d-un-ministre-de-l-education>>>. Acesso em: 06 de jun. de 2018.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Los Hombres, relato de Dios**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1995.

SCHLAEPFER, Carlos Frederico; OROFINO, Francisco Rodrigues; MAZZAROLO, Isidoro. **A Bíblia, elementos historiográficos e literários**. Petrópolis: Vozes, 2019.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E.. **Hermenêutica: a arte e técnica da interpretação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHÖKEL, L. Alonso. **Hermeneutica de la Palabra: hermeneutica bíblica**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1987, v.1.

SCHÖKEL, L. Alonso. **La Palavra Inspirada: Lá Bíblia a la luz de la ciencia del lenguaje**. 3.ed. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1986.

SCHÖKEL, L. Alonso. **Salmos**: Salmos 1-72. São Paulo: Paulus, 1992, v.1.

SCHOLZ, Vilson. **Princípios de interpretação Bíblica: introdução à hermenêutica com ênfase em gêneros literários**. 2.ed. Canoas: Editora ULBRA, 2018.

SCHOTTROFF, Luise. **As parábolas de Jesus: uma nova hermenêutica**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SCHNELLE, Udo. **Introdução à Exegese do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2004.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 3.ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SCHÜLER, Arnald. **Dicionário Enciclopédico de Teologia**. Canoas: Ulbra, 2002.

SESBOUE, Bernard. **Creer: Invitación a la fe católica para las mujeres y los hombres del siglo XX**. Madrid: San Pablo, 2000.

SENNA, Luiz Antônio Gomes. **Letramento: princípios e processos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SHIMRON, Yonat. **L'Ancien Testament est-il une langue morte?**. Disponível em:<< <https://www.reformes.ch/culture/2017/08/lancien-testament-est-il-une-langue-morte-bible-ancien-testament-codex-langue-morte>>>. Acesso em: 06 de jun. de 2018.

SIGNORINI, Inês (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as Teorias do Letramento**. 2.ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SILVA. Cássio Murilo Dias da. **Metodologia de exegese bíblica**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

SIMIAN-YOFRE, Horácio. Introdução – Exegese, fé e teologia. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (org.). **Metodologia do Antigo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015a, p.15-26.

SIMIAN-YOFRE, Horácio. Ana-cronia e sincronia: hermenêutica e pragmática. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (org.). **Metodologia do Antigo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015b, p.159-180.

SIMONETTI, Manlio; PRINZIVALLI, Emanuela. **Storia della letteratura cristiana antica**. Bologna: Edizioni Dehoniane Bologna, 2011.

SKA, Jean-Louis. **O Antigo Testamento explicado aos que conhecem pouco ou nada a respeito dele**. São Paulo: Paulus, 2015a.

SKA, Jean-Louis. Como ler o Antigo Testamento? In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (org.). **Metodologia do Antigo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015b, p.27-40.

SKA, Jean-Louis. Sincronia: a análise narrativa. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (org.). **Metodologia do Antigo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015c, p.131-158.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOCIEDADES BÍBLICAS UNIDAS. *¿Alfabetization Bíblica: conoces la Palabra de Dios?*. Disponível em:<< <http://impactoevangelistico.net/noticia/6836-alfabetizacion-biblica-conoces-palabra-dios>>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

SÓFOCLES. **A Trilogia Tebana**. 15.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

STADELMANN, Luís I. J.. **Hinos e Preces do Novo Testamento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STADELMANN, Luís I. J.. **Os Salmos: estrutura, conteúdo e mensagem**. Petrópolis: Vozes, 1983.

STRAWN, Brent A. **The Old Testament is dying**. Grand Rapids: Baker Academic, 2017.

STREET, Brian V. **Social Literacies: Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education**. London: Routledge, 1995.

STREET, Brian; MAY, Stephen (orgs.). **Encyclopedia of Language and Education: Literacies and Language Education**. 3.ed. New York: Springer, 2017.

SUNDERSINGH, Julian. *A l'échelle mondiale*. In: SOCIÉTÉ BIBLIQUE SUISSE. **La Bible aujourd'hui**. Disponível em:<<https://www.la-bible.ch/fr>>

[bible.ch/fileadmin/user\\_upload/PDF/Services/Download/BA-f/BAf\\_11\\_3.pdf](http://bible.ch/fileadmin/user_upload/PDF/Services/Download/BA-f/BAf_11_3.pdf)>. Acesso em: 01 de jun. de 2018.

TABORDA, Francisco. **Nas fontes da vida cristã**. São Paulo: Loyola, 2001.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. **O Jesus histórico**: um manual. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: UNESP, 2018.

TOMÁS DE AQUINO (São). **Ente e Essência**. In: Pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot e Ockham. 2.ed. São Paulo: Abril, 1979a, p.3-18.

TOMÁS DE AQUINO (São). **Súmula contra os gentios**. In: Pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot e Ockham. 2.ed. São Paulo: Abril, 1979b, p.57-68.

TOMÁS DE AQUINO (São). **Suma de Teología**. 4.ed. Madrid: BAC, 2001, v.2.

TOMÁS DE AQUINO (São). **Super Epistolam B. Pauli ad Hebraeos lectura**. Disponível em: <https://www.corpusthomisticum.org/che01.html>. Acesso em: 10 de out. de 2020 [1953].

VERMES, Geza. **Jesus e o mundo do judaísmo**. São Paulo: Loyola, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. eBooksBrasil, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Aléxis N.. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11.ed. São Paulo: Icone, 2010.

XENOFONTE, **Memoráveis**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009.

WILLIAMS III, H. H. Drake. **Trois influences dans la formation de Paul, l'apôtre missionnaire**. *JOURNAL DU CHRISTIANISME MONDIAL*, v.1, n.1, 2015, p.100-105.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 2008.

ZUURMOND, Rochus. **Procurais o Jesus histórico?** São Paulo: Loyola, 1998.

## ANEXO A

### EXEMPLO 1 DE PROGRESSÃO DIDÁTICA DOS ENCONTROS

#### 1º MOMENTO - A REFLEXÃO DO LIVRO DE ESTER

Este primeiro momento ocorreria em uma assembleia no início das atividades dos GBRs, contando com a presença dos participantes dos grupos e, especialmente, de seus animadores, com o objetivo de apresentar: o tema dos encontros daquele ano; o motivo da seleção deste livro; e o que se espera ao final dos encontros.

O tema dos encontros, neste caso, será **o Livro de Ester**. Para uma melhor compreensão é possível a apresentação de dados históricos acerca do livro; de seu enredo; e de como ele se localiza no contexto da história da salvação.

A explicitação do motivo pode ser dada devido ao Livro de Ester, embora rico de elementos para nossa fé, por uma questão de escolha da Igreja, **ser pouco lido na Liturgia Dominical**, aparecendo, normalmente, em celebrações com enfoque mariano. Aqui pode ser explicitada a problemática quanto à versão grega e hebraica do livro.

A expectativa para o término daquele ano de encontros pode ser enfatizada **na ampliação do repertório bíblico dos participantes, bem como na capacidade do povo em relacionar-se com seu Deus, mesmo nas adversidades**.

Esta é a hora de cativar os participantes dos grupos a frequentarem os encontros, dar-lhes um norte sobre o que encontrarão nas reuniões do grupo e o que poderão conquistar ao final do percurso anual.

#### 2º MOMENTO – OS ENCONTROS

Em caráter exemplificativo, serão evidenciados os conteúdos para 3 encontros e as análises e reflexões que podem deles decorrer; quais os elementos relativos aos gêneros discursivos, à fé eclesial e particular serão enfatizados, a partir dos intertextos.

Neste caso específico, embora o gênero discursivo do Livro de Ester seja Romance Histórico, o gênero destacado será Oração de Louvor e Súplica.

#### a) DIÁLOGO COM DEUS

**Texto para leitura:** a oração que Ester faz antes de encontrar-se com o Rei, para salvar seu povo da morte iminente (Est 4,17q-17kk).

**Enfoque na relação intertexto – texto:** enfatizar as conexões implícitas e explícitas que a oração de Ester faz com a história da salvação e, especialmente, com o *Shemá* (Dt 6,4).

**Enfoque na relação intertexto – autor:** ao destacar a situação de grave risco que o povo de Israel corria na mão de seus inimigos e da qual a própria Rainha Ester corria ao falar com o Rei sem seu convite expresso, evidenciar algumas palavras e termos utilizados pelo autor sagrado, tais como OUVI; SOCORRE; ANTEPASSADOS; e AGORA.

**Enfoque na relação intertexto – leitor:** aqui podem ser retomadas as palavras destacadas e outras que os próprios membros do grupo falaram, mas agora no tom de questionamentos feitos aos próprios leitores atuais – por exemplo: O que Deus te disse, ou o que você ouviu de Deus? O que Deus está te dizendo hoje, agora? O que você está dizendo ou respondendo para Deus?

**Ao término:** Propor que cada um elabore um pequeno verso (antífona) no qual reconhece o que Deus disse e fez, e que foi importante para fortalecer sua caminhada de fé – o coordenador ou outra pessoa pode anotar, ou cada um pode escrever o seu verso e depois alguém se responsabiliza por coletar todos e agrupá-los em uma oração única, como a de Ester.

#### b) BANQUETE SEM E COM DEUS

**Texto para leitura:** o relato da refeição dos inimigos de Israel e da oração que o povo realizava, ao mesmo tempo (Est 3,14-15i).

**Enfoque na relação intertexto – texto:** enfatizar as conexões implícitas e explícitas entre a oração do povo e sua situação de exílio na Babilônia, bem como com o Salmo 126,5-6.

**Enfoque na relação intertexto – contexto:** aqui pode ser apresentado como o autor evidencia a relação paradoxal entre o que vivenciam o povo de Israel e seus

inimigos, naquele momento, e do que cada um estava se alimentando em seu respectivo “banquete”.

**Enfoque na relação intertexto – leitor:** após uma releitura, propor que os participantes dos grupos relacionem aqueles banquetes com o banquete de Jesus (o da Eucaristia), buscando evidenciar elementos comuns e de distanciamento entre eles. Em seguida, motivar questionamentos do tipo: qual desses banquetes mais as pessoas participam hoje? Por quê? O que pede o povo de Israel em seu banquete? Será que algumas pessoas não estão confundindo os banquetes?

**Ao término:** Propor que cada um elabore, assim como o povo de Israel, sua oração ou verso de louvor à Deus, da qual deverá se alimentar a semana toda, rezando-a, meditando.

### c) FÉ E VIDA

**Texto para leitura:** a oração que Mardoqueu realizou a pedido de Ester (Est 3,17-17l).

**Enfoque na relação intertexto – texto:** enfatizar as conexões implícitas e explícitas entre a oração de Mardoqueu e a oração de Ana (2Sm 2,1-10).

**Enfoque na relação intertexto – autor:** evidenciar as conexões que o autor apresenta entre a oração que Mardoqueu está fazendo e aquilo que aconteceu entre ele e Amã, demonstrando como o diálogo entre Mardoqueu (o homem de fé) e seu Deus se dá a partir do modo como sua fé e sua vida se relacionam.

**Enfoque na relação intertexto – leitor:** após uma releitura, propor que os participantes se questionem sobre o teor e a construção de suas orações, o quanto elas se aproximam ou se distanciam da fórmula utilizada por Mardoqueu – que primeiro louva a Deus, depois apresenta sua vida diante de Deus, e ao final, não como barganha, expressa suas esperanças e súplicas.

**Ao término:** Propor que cada um elabore, verbalize uma situação na qual sua fé e sua vida se uniram de tal modo que uma já não poderia se separar da outra, ou, situações nas quais foi destrutado ou incompreendido em sua fé.

### 3º MOMENTO – OS ENCONTROS

Em uma assembleia, que reúna todos os participantes dos GBRs, poderá ser apresentado à Comunidade Paroquial uma coletânea das orações e antífonas (versos) elaboradas pelos próprios participantes dos grupos e produzidas no contexto dos encontros, podendo ser utilizadas pela própria comunidade em outros momentos de oração, inclusive no momento da 'oração da assembleia' na Celebração Eucarística ou nos encontros catequéticos.

## ANEXO B

### EXEMPLO 2 DE PROGRESSÃO DIDÁTICA DOS ENCONTROS

#### 1º MOMENTO - A REFLEXÃO A PARTIR DA LITURGIA DOMINICAL

Este primeiro momento ocorreria em uma assembleia no início das atividades dos GBRs, contando com a presença dos participantes dos grupos e, especialmente, de seus animadores, com o objetivo de apresentar: o tema dos encontros daquele ano; o motivo da seleção deste livro; e o que se espera ao final dos encontros.

O tema dos encontros, neste caso, serão **as Segundas Leituras da Liturgia Dominical – ano B**. Para uma melhor compreensão é possível uma explicitação tanto da divisão da Liturgia Dominical em 3 anos, seguindo os Evangelhos Sinóticos, e das leituras do Antigo e Novo Testamento que compõem a Liturgia da Palavra, na Celebração Eucarística.

A explicitação do motivo pode ser dada visando um maior aproveitamento dos tesouros da **Liturgia da Palavra na sua diversidade**, e, por consequência **do próprio Evangelho e da pregação do sacerdote** durante a Missa.

A expectativa para ao término daquele ano de encontros pode ser o cumprimento do preceito do Concílio Vaticano II, de **celebrações nas quais os fiéis vivenciem-na de modo mais ativo, consciente e frutuoso** (SC 14), gerando frutos para além da própria celebração ritual, explicitados em **um crescimento espiritual individual e coletivo** (SC 12). O próprio sacerdote, valendo-se desses encontros, poderá incrementar sua homilia no sentido de enriquecer as reflexões que apresentará à Comunidade, uma vez que esta já estará previamente iniciada no tema da celebração.

Esta é a hora de cativar os participantes dos grupos a frequentarem os encontros, demonstrando-lhes que a participação nos encontros do GBR é já uma vivência antecipada do Mistério Pascal de Cristo, a partir da reflexão de Sua Palavra, e que culminará na participação da Missa Dominical.

## 2º MOMENTO – OS ENCONTROS

Como caráter exemplificativo, serão evidenciados os conteúdos para 2 encontros e as análises e reflexões que podem deles decorrer; quais elementos relativos aos gêneros discursivos, à fé eclesial e particular serão enfatizados, a partir dos intertextos.

O gênero discursivo, neste caso específico, será o gênero secundário Carta Pastoral, mas que tem por base os gêneros primários Carta e Conselho.

### a) VALORIZAR O DOM

**Texto para leitura:** o texto será o da Segunda Leitura do 22º Domingo do Tempo Comum – ano B, mais especificamente Tg 1,17-17.21b-22.27.

**Enfoque na relação intertexto – texto:** enfatizar as conexões implícitas e explícitas com o Livro do Gêneses, mais especificamente o relato da criação (Gn 1,1-27) e com o Prólogo do Evangelho de João (Jo 1,1-6)

**Enfoque na relação intertexto – autor:** destacar como o autor sagrado faz uma conexão entre VIDA DE FÉ e a VIDA COTIDIANA, e a conseqüente relação entre o ato de RECEBER um dom e GUARDÁ-LO ou VALORIZÁ-LO. É possível, também, demonstrar como o Apóstolo mantém uma coerência temática em sua carta, apontando para o que ele irá dizer no Capítulo 2, versículos 14-18 (e que será o tema da Liturgia do 24º Domingo do Tempo Comum).

**Enfoque na relação intertexto – leitor:** aqui podem ser enfatizadas as características do gênero discursivo utilizado pelo autor, seu caráter ao mesmo tempo EDUCATIVO e de CONSELHO, como aquele dado pelos nossos avós. E, a partir daí, promover questionamentos sobre se tais conselhos ainda são válidos hoje? Quais outros conselhos o Apóstolo daria à Igreja no Brasil, e/ou à Comunidade Paroquial.

**Ao término:** Coletar esses conselhos, seguindo o mesmo estilo do Apóstolo, em vista da elaboração de uma breve carta, construída mesmo que em tópicos, a ser enviada a outro GBR da própria Paróquia.

### b) DISCRIMINAÇÃO, NÃO!

**Texto para leitura:** o texto será o da Segunda Leitura do 23º Domingo do Tempo Comum – ano B, mais especificamente Tg 2,1-5.

**Enfoque na relação intertexto – texto:** enfatizar as conexões implícitas e explícitas que há entre o texto de Tiago e a Carta de Paulo aos Filipenses (Fl 2,6-8), especialmente no que se refere à figura do Cristo e sua encarnação.

**Enfoque na relação intertexto – contexto:** aqui pode ser apresentado como o autor evidencia a relação paradoxal entre as ações de Deus e as ações Humanas, motivando o surgimento de palavras e/ou conceitos de nossa fé que sintetizam essa postura de Deus – tais como MISERICÓRDIA; HUMILDADE; BONDADE; PERDÃO – e o convite a que o cristão seja imitador de Deus.

**Enfoque na relação intertexto – leitor:** após uma releitura, propor que os participantes do grupo destaquem situações nas quais eles próprios se viram tratados de modo distinto ou trataram alguém de modo distinto unicamente devido à sua condição social, seu cargo, e/ou suas amizades (seja positiva ou negativamente), e confrontar tal ações com a ação de Deus para conosco – se agiu corretamente ou se deveria ter agido de modo distinto?

**Ao término:** Propor que cada membro faça, silenciosamente, uma autoavaliação, e se caso tenha tomado atitude não condizente com o que enfatizado pelo Apóstolo (seja na Igreja, no trabalho, na escola ou mesmo na família), na medida do possível, se retratar junto à pessoa; comprometendo-se em evitar tal prática futuramente, especialmente se não for possível retratar-se.

### 3º MOMENTO – OS ENCONTROS

Em uma assembleia, reunir os testemunhos de como foi a participação nas Celebrações Eucarísticas, agora acompanhadas pela reflexão prévia do texto da Segunda Leitura; e de como foi receber e se vir fortalecidos e aconselhados na fé pelos próprios irmãos e irmãs da Comunidade, através de suas cartas.